

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PRORAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Reginaldo Scheuermann Costa

**O Centro de Ações Solidárias na Maré (CEASM) e a Nova
Pedagogia da Hegemonia: tensões entre a militância e o *ethos*
empresarial**

Rio de Janeiro

2010

Lombada

Reginaldo Scheuermann Costa

O Centro de Ações Solidárias na Maré (CEASM) e a Nova Pedagogia da Hegemonia: tensões
entre a militância e o *ethos* empresarial

UFRJ

Reginaldo Scheuermann Costa

O Centro de Ações Solidárias na Maré (CEASM) e a Nova Pedagogia da Hegemonia: tensões
entre a militância e o *ethos* empresarial

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher

Rio de Janeiro

2010

COSTA, Reginaldo Scheuermann

O Centro de Ações Solidárias na Maré (CEASM) e a Nova Pedagogia da Hegemonia: tensões entre a militância e o *ethos* empresarial
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

Orientador: Roberto Leher

1. ONG 2. CEASM

3. favela 4. Hegemonia 5. militância 6. ethos empresarial

Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pós-Graduação em Educação

FOLHA DE APROVAÇÃO

Reginaldo Scheuermann Costa

O Centro de Ações Solidárias na Maré (CEASM) e a Nova Pedagogia da Hegemonia:
tensões entre a militância e o *ethos* empresarial

Rio de Janeiro, 29 de março de 2010.

Orientador Roberto Leher Prof. Dr. - UFRJ

Lúcia Maria Wanderley Neves Profª Dra

Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes Profª Dra

À Raquel.
Juntos somos mais que dois...

Agradecimentos

Difícil agradecer em curtas linhas vivências tão longas que se contam em anos. Como a pesquisa, o esforço de síntese, que ora apresento, é desafiador e necessário.

Aos meus pais agradeço por apoiarem a minha escolha pelo ofício de professor e pesquisador, apesar de ter-lhes parecido uma fatídica escolha.

Em tempos de precarização do ensino público superior, a dedicação do professor Roberto Leher na orientação da pesquisa contrariou as tendências e se mostrou inspiradora e fraterna. A academia muitas vezes é um antro de disputas e vaidades estéreis, no entanto, com ele tive a oportunidade de desenvolver reflexões muito caras, não só à minha formação acadêmica, mas enquanto ser humano. Sua dedicação à produção de conhecimento crítico e ao magistério, aliados ao ativismo em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade o torna uma dessas pessoas necessárias, raras de se encontrar num período em que impera o individualismo.

À Raquel, minha companheira, dedico imensos agradecimentos, pois, ficou com a pior parte, me “orientar” em todas áreas da minha vida para que esta dissertação se realizasse. Tarefa árdua e singela da qual nunca me esquecerei. Nossas conversas cotidianas em muito me inspiraram. A informalidade de nossas digressões está amavelmente implícita nas linhas duras deste trabalho acadêmico. Registro histórico só nosso.

Às professoras da banca Raquel Goulart, Carlos Frederico, Lúcia Neves agradeço pela atenção oferecida ao trabalho. Agradeço à Virgínia Fontes por compor a banca, mas também pela experiência que me proporcionou na graduação do curso de História da Universidade Federal Fluminense. Cativou-me para a reflexão crítica e engajada, pondo abaixo minhas dúvidas sobre a minha formação acadêmica. Sem dúvida, a minha formatura se deve também à Virgínia.

Às críticas e ponderações, agradeço às professoras Carmem Teresa e Ana Cavaliere, que na avaliação do projeto me apoiaram com a lucidez de compreender as limitações, mas também as possibilidades da pesquisa.

A atenção dos funcionários do CEASM foi fundamental para o meu acesso às fontes e na prestação das entrevistas. Agradeço encarecidamente a toda equipe da entidade que me auxiliou e ao ex-aluno Anísio. Resguardo identidade dos que me auxiliaram por motivos de sigilo, mas reitero a gratidão

Agradeço também aos alunos, professores e coordenadores dos projetos de extensão da Universidade Federal Fluminense Pré-Universitário Popular José Reis e Pré-Universitário Popular Práxis. A experiência que desenvolvi neste tipo de magistério foi central para a construção das reflexões mais elementares da pesquisa.

Resumo

O presente trabalho aborda o processo de criação e consolidação da Organização Não-Governamental, Centro de Ações Solidárias da Maré (CEASM), na favela da Maré no Rio de Janeiro. O estudo tem como nervura central o exame de suas ações educacionais no período de ascensão do social-liberalismo. Tal processo é analisado na perspectiva gramsciana, focalizando os conceitos de *sociedade civil* e *hegemonia*. O estudo permite evidenciar o contexto de avanço das ONGs sobre as políticas públicas, numa tensão entre a militância de esquerda anti-sistêmica e um ativismo político de novo tipo, formulado a partir da nova concepção de sociedade civil desenvolvida pela Terceira Via. O esgotamento de determinadas práticas de consenso neoliberal coloca em relevo formas de convencimento mais elaboradas, atualizando-as aos preceitos mais urgentes da reprodução ampliada do capital, forjando uma educação do capital para um ativismo congruente com o capital. As continuidades e rupturas com um passado de lutas sociais urbanas na favela da Maré, ligadas às associações de moradores, à esquerda da Igreja Católica e ao Partido dos Trabalhadores são analisadas a partir das transformações ocorridas nestas organizações de classe, e na relação com os novos tipos de mobilização política que abandonam a luta contra a exploração específica do capitalismo, cuja forma mais visível são as ONGs. A educação é compreendida, a partir do CEASM, como uma atividade social de caráter mais amplo, em que o aspecto formal das salas de aula de seus projetos sociais é acrescido dos espaços de militância, dos espaços organizativos formais e informais e do seu principal meio de comunicação, o jornal O Cidadão. A ação do CEASM tem similaridade com a forma partido, no sentido gramsciano e é tida como a cristalização de um movimento ético-político de novo tipo, construído e gerido por lideranças locais, tendo como eixo de sua ossatura política a territorialidade em prol da construção de uma nova cidadania de corte público-privada. O fato de que em sua origem o CEASM reivindicava a trajetória dos movimentos sociais e do PT torna o tema muito relevante para a compreensão das formas de organização política empreendidas pelo social-liberalismo, forjando um quadro complexo de disputa de rumos e características próprias, ainda que resguarde hegemonicamente os traços das ONGs tradicionais. O processo de formação de quadros técnicos e políticos da favela no desenvolvimento do CEASM é parte deste entrosamento da entidade com a construção desta nova cidadania embasada no referencial teórico do Capital Humano, acrescido de outras dimensões referentes à sociabilidade, nos termos do Capital Social, e vem sendo edificada, no cotidiano, pela *nova pedagogia da hegemonia*.

Palavras-chave: ONG; CEASM, favela; hegemonia; militância; ethos empresarial.

Abstract

This paper discusses the process of creation and consolidation of non-governmental organization, Centro de Ações Solidárias da Maré (CEASM), in the favela of Maré in Rio de Janeiro. The study is examining the midrib of its educational activities during the rise of social liberalism. This process is discussed in Gramscian perspective, focusing on the concepts of civil society and hegemony. The study gives evidence that the context of the progress of NGOs on public policy, a tension between the militant left and anti-systemic political activism of a new type, made from the new conception of civil society developed by the Third Way. The exhaustion of certain practices of neo-liberal consensus sheds light on ways to convince more elaborate, updating them to the precepts of the most urgent reproduction of capital, forging an education for a capital activism consistent with the capital. The continuities and ruptures with a history of social struggles in the urban favela of Maré, linked to residents' associations, left the Catholic Church and the Workers Party are analyzed based on the changes occurring in these class organizations, and in relation to new types of political mobilization to abandon the fight against the exploitation of specific capitalism, which is most visible are the NGOs. Education is understood from the CEASM as a social activity of a more comprehensive, in that the formal aspect of the classroom in its social projects is increased by space advocacy, space organizing formal and informal means of its main communication, the newspaper *The Citizen*. The action of CEASM has similarity to a party, in the Gramscian sense and is regarded as the crystallization of an ethical-political movement of new type, built and managed by local leaders, with the axis of the bone political territoriality in favor of building of a new citizenship cutting public-private partnership. The fact that in origin the CEASM claimed the trajectory of social movements and the PT makes the theme very relevant to understanding the forms of political organization undertaken by the social liberalism, forging a complex dispute over the direction and characteristics, yet that protects the hegemonic features of the traditional NGOs. The training process of technical and political slum in the development of CEASM is part of the entity's rapport with the construction of this new citizenship grounded in the theoretical framework of Human Capital, plus other aspects related to sociability, according to Capital, and been built, in everyday life, the *new pedagogy of hegemony*.

Keywords: NGOs; CEASM, slum; hegemony; militancy; business ethos.

Sumário

Introdução	<hr style="border: 0.5px solid black;"/>	4
Capítulo I - Problemática, categorias e estratégias de pesquisa	<hr style="border: 0.5px solid black;"/>	9
1.1	A pós-modernidade: desconstrução da verdade e suas repercussões	25
1.2	O conceito de classes sociais: atualidade e mudanças	32
1.3	Uma reflexão sobre o conceito de sociedade civil	40
1.4	Metodologia e Estratégia de Análise	50
Capítulo II – Capitalismo, educação pró-sistêmica e agentes educadores		
2.1	Condições atuais da educação nas contradições do capitalismo contemporâneo	56
2.2	A Teoria do Capital Humano	78
2.3	A Teoria do Capital Social: adequações para um novo tempo	85
2.4	A Sociedade Civil no Brasil na Construção da Nova Pedagogia da Hegemonia	89
2.5	A Construção e Desconstrução da Favela	104
Capítulo III – A Favela Educando ou Educando a Favela? Das Lutas Sociais ao Empreendedorismo dos Excluídos		
3.1	Os Aparelhos Privados de Hegemonia na Favela	133
3.2	A Maré e Suas Lutas	153
3.3	Nasce o CEASM: do PT ao empreendedorismo	162

Capítulo IV – O CEASM e a Nova Pedagogia da Hegemonia

4.1 A Formação de uma Identidade: a solução está na Maré? _____	177
4.2 A Proposta Político-Pedagógica do CEASM _____	192
4.3 Formas de organização interna do CEASM _____	219
4.4 O Público e o Privado _____	233
4.5 O Engajamento Político _____	245
4.6 CEASM: tensões entre a formação quadros para o capital e para os movimentos sociais _____	253
Capítulo V – Conclusão _____	269
Bibliografia e fontes _____	278

Introdução

O estudo analisa a Organização Não Governamental CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), enfocando os seus trabalhos educacionais e sua atuação como centro de mobilização social e cultural. A escolha do CEASM se justifica por suas ações ‘solidárias’ a partir de projetos educacionais e culturais, tendo desdobramentos nas perspectivas sociais, econômicas, políticas e culturais dos atingidos pelas suas ações. Não sendo um exemplo isolado de mobilização coletiva, a existência do CEASM pode ser concebida como parte de um processo amplo de reestruturação do ativismo político e da perspectiva educacional. O problema central desta dissertação é examinar se as suas práticas pedagógicas são congruentes com o que Neves (2002) conceituou como a “nova pedagogia da hegemonia”.

Analisar a prática e as formulações do CEASM possibilita a compreensão do seu projeto educacional e político, que almeja formar jovens para o mercado de trabalho, por intermédio do acesso à educação superior (pré-vestibular), cursos profissionalizantes ou semi-profissionalizantes, atividades culturais, mas também de ativistas, constituindo disposições de natureza comunitária. Isso significa que o CEASM a partir de seu forte impacto na região da Maré, com as suas ações educacionais e culturais mobiliza pessoas para projetos de sociedade, de acordo com uma visão de mundo específica a que o estudo irá se debruçar. Esta condição é fundamental para se compreender os desdobramentos sociais nas formas de luta reivindicatória dos moradores, seus modos de vida e anseios.

As concepções educacional e política do CEASM serão analisadas a partir desta condição de ONG, da qual busco apreender: *1) as tensões entre o público e o privado na sua prática e formulação teórico- pedagógica; 2) seu engajamento nas mobilizações sociais locais e/ou gerais e o ethos empresarial; 3) relação estabelecida com o Estado e com as empresas que*

fornecem verba e apoio; 4) a produção de intelectuais (compreendidos como organizadores políticos) na Maré.

Para compreender a sua função educadora, é relevante considerar os tensionamentos entre o *ethos* empresarial e a militância. Por isso, discutiremos o CEASM como um *aparelho privado de hegemonia*, nos termos do arcabouço teórico gramsciano, que o concebe como espaço de formação e propagação de determinada visão de mundo e ação política. Os manejos político-pedagógicos dos seus projetos sociais são fundamentais no estabelecimento da sua ossatura ideológica neste processo. Tendo em vista as formas de interação social no processo educacional e os embates políticos internos e externos ao CEASM, apresentarei o desenvolvimento das contradições na formação de quadros intelectuais locais a partir de suas ações em meio à tensão permanente entre a militância e o *ethos* empresarial, o qual difunde as referidas disposições ideológicas compatíveis com o que Vânia Mota (2009), se apropriando de conceitos de Putnam, caracteriza como capital social.

O encadeamento das seções ao longo do trabalho é iniciado com o debate teórico sobre as principais categorias que perpassam a análise do objeto. O capítulo I discute as postulações do pensamento pós-moderno e as possíveis conclusões políticas que podem ser produzidas de seu pensamento. As políticas público-privadas, especificamente na educação, utilizam boa parte da contribuição apontada. A atualização do conceito de classe social, assim como a reflexão sobre o conceito de sociedade civil naturalmente se desdobram na discussão. Encerrando o primeiro capítulo, a metodologia e as estratégias de análise são apresentadas em conformidade com a compreensão de que a análise teórica da historicidade das relações humanas é indissociável da intervenção prática.

No segundo capítulo a contextualização da educação é feita a partir das transformações produzidas no capitalismo contemporâneo. De sua vertente keynesiana, passando pelo neoliberalismo, e o social-liberalismo, a educação é apresentada em sua acepção mais ampla,

enquanto ação formadora de apreensão conhecimento e saberes produzidos pela relação de Estado ampliado, ou seja, como afirma Gramsci (2001), ação relacional entre aparelhagem estatal e aparelhos privados de hegemonia. A educação, portanto, é reconhecida nas ações institucionais das escolas e universidades, mas também nos movimentos sociais, partidos políticos, ONGs, meios de comunicação, enfim, os aparelhos privados de hegemonia.

Destaco duas vertentes teóricas que expressam esse processo de desenvolvimento da educação no capitalismo do século XX e XXI: a teoria do capital humano e a teoria do capital social. Ambas não excludentes, mas compreendendo a segunda enquanto atualização do pensamento hegemônico, que utiliza elementos da teoria do capital humano.

Ainda no capítulo II, discuto o conceito de sociedade civil, de acordo com a contribuição de Antônio Gramsci, ou seja, delineando como a formação histórica republicana do Brasil desenvolveu suas formas de participação política, incorporando novos *aparelhos privados de hegemonia*. O recorte utilizado engloba, a consolidação da favela como espaço urbano na disputa por hegemonia, principalmente a partir dos anos 1950, o processo de abertura política, iniciado em fins da década de 1970, até a ascensão do neoliberalismo, nos anos 1990, e o bloco histórico mais atual calcado na Terceira Via.

Concluo o capítulo II com um breve panorama do processo de formação e transformação da favela enquanto território singular do urbanismo industrialista, inserido nos dilemas do desenvolvimento da sociedade civil no Brasil. Neste contexto, a favela é reconhecida como subordinada aos parâmetros da urbanização precarizada e subalterna.

Com o título “A Favela Educando ou Educando a Favela? das lutas sociais ao empreendedorismo dos “excluídos”, apresento o capítulo III. A educação dos aparelhos privados de hegemonia em desenvolvimento ao longo das lutas sociais na favela são estudadas como expressão do aguçamento da disputa por hegemonia nos centros urbanos. É

apresentado o histórico da complexificação das organizações surgidas na favela, a ampliação dos estudos científicos e as mudanças nas formas de ativismo político na favela.

Um histórico da formação da Maré é apresentado nesta mesma perspectiva, ressaltando o contexto mais específico que teria dado origem ao CEASM. As lutas sociais na Maré, a *construção-invenção*¹ de um bairro são a base da formação política do núcleo fundador do CEASM, engendrando boa parte dos preceitos básicos da própria entidade. Observo principalmente a síntese produzida pelo CEASM na relação de rupturas e continuidades entre este passado de lutas sociais na Maré com as associações de moradores, a ala progressista da Igreja Católica, a formação do PT e a lógica de funcionamento das ONGs.

No capítulo IV analiso os princípios básicos da práxis do CEASM. A territorialidade como elemento chave na construção da cidadania do morador da Maré é relacionada com as ações focalizadas que orientam as suas ações sociais. A proposta político-pedagógica é exposta a partir de depoimentos de colaboradores e funcionários do CEASM, além de documentos internos, publicações acadêmicas, artigos de seu periódico (*O Cidadão*), que possibilitam a análise dos seus projetos sociais. A organização administrativa e política interna da entidade, dentro das disputas de rumos político-pedagógicos entre seus quadros, é compreendida sob as distintas apropriações do conceito de democracia e as tensões entre a política institucional e a autonomia relativa de alguns projetos animados por militantes de esquerda, principalmente o Curso Pré-Vestibular (CPV).

A relação público-privado também é parte desta seção, em que destaco o caráter educativo do CEASM na construção de uma nova concepção de público. O engajamento político é mostrado nas diferentes formas de ativismo político desenvolvidas na entidade. Finalizo o

¹ Ver Claudia Rose, Maré: a invenção de um bairro.

capítulo com a discussão sobre a formação de quadros intelectuais locais pelo CEASM e as suas conseqüências para a lógica societal hegemônica.

Minha relação com o objeto

A escolha de um objeto para análise é recortada por experiências de mundo, assim como por escolhas teóricas que acabam por influenciar as formas de enxergar a realidade. Não há casualidade, ou força de neutralidade científica, mas sim a síntese do vivido, que surge como necessidade para atingir respostas sistematizadas. As prioridades, paixões e objetivos do pesquisador se concatenam, não só a partir do momento do esforço de pesquisa, mas desde as experiências de formação acadêmica, profissional e política forjadas, apenas para citar as influências mais imediatas. Minhas experiências se fundem de forma a clarificar meus objetivos de pesquisa no mestrado a partir da minha entrada, como professor, e posteriormente como coordenador, do Pré-Universitário Popular José Reis, projeto de extensão da Universidade Federal Fluminense. Tal experiência foi definidora para consolidar algumas inquietações sobre as entidades baseadas em voluntariado, ou trabalhos por regime de bolsa, mas que tinham como grande diferencial o fato de estarem imbuídas de algum grau de motivação associativa. Isso para mim era ainda mais inquietante, quando observava uma repulsa ostensiva aos partidos políticos e movimentos sociais organizados que se dedicavam, ao que Gramsci chama de *grande política*, ou seja, seria aquela que toca no cerne das questões da estrutura sócio-econômica.²

² Ver Antônio Gramsci, Cadernos do Cárcere, V. 3, p. 21.

Ou seja, na verdade, as utopias não haviam morrido como tantos alardeavam, elas apenas se acomodaram em novos parâmetros político-ideológicos do que é considerado transformação social. Percebia que este não era um elemento qualquer. O espaço do pré-vestibular sintetizava um novo paradigma de educação popular e de ação política coletiva, que tinham implicações diretas nas formas de construção do conhecimento, ativismo político e concepção de mundo.

O projeto de pré-vestibular popular que me engajei não era uma ONG, mas sim um projeto de extensão da Universidade Federal Fluminense, que buscava atender as comunidades próximas, visando o preparo para o vestibular. No entanto, ao longo da minha experiência como professor, percebi que as pessoas eram atraídas para o projeto na perspectiva das ONGs, fosse para obter os serviços ou colaborar enquanto voluntários ou bolsistas no projeto. Apesar de ser um projeto de extensão universitário, calcado numa relação de ensino, pesquisa e extensão, o senso comum encarava as atividades do pré-vestibular como ações de voluntariado, no seu sentido mais comum da palavra. A gratidão ao pré, eu percebia, se dava, em vários momentos, de maneira muito próxima ao paternalismo. Muitos professores e coordenadores se sentiam mártires da boa ação, enquanto os alunos se mostravam subservientes a esta ‘bondade’ voluntária. A liberdade pedagógica, no entanto, destes espaços forjava uma miríade de relações, em que a pouca atenção institucional sobre os professores possibilitava a reafirmação desta concepção conservadora de ONG como dominante, mas também de feições políticas e pedagógicas diferenciadas de militância ligada as questões gerais dos movimentos sociais e partidos políticos.

No ano de 2006 tive a oportunidade de participar de encontros de pré-vestibular populares na UFF. No contato com coordenadores e professores de outros projetos pude perceber que tal situação não era exclusiva do meu âmbito de trabalho, mas vários outros pré-eram encarados enquanto ONGs, mesmo não se definindo como tal. A definição básica era a

de que não poderíamos esperar o Estado apresentar soluções em âmbito geral, pois as condições eram muito adversas, assim, cabia ao ‘terceiro setor’ estabelecer as bases da mudança social com a solidariedade. Dentro desta perspectiva Igrejas, associações de moradores, universidades, sindicatos e tantas outras iniciativas de educação popular voltada para o vestibular se encaravam. Logo percebi que o fenômeno dos pré-vestibulares populares respondiam a uma demanda social e política fundamental não só para as condições de precarização da universidade, mas também para a organização política, pedagógica e de visão de mundo. Trava-se nestes espaços uma mistura corrente entre a resolução dos problemas individuais, organização coletiva muito desconfiada de qualquer espectro de militância clássica, mas muito dedicada a se encarar como engajamento político. Ao mesmo tempo, tal esforço de mobilização coletiva se propunha a resolver os dilemas sociais a partir de uma ação focada no imediato. A transformação se daria, neste sentido, a partir de ação de várias iniciativas locais com pouca ou nenhuma relação com as questões de poder geral. A idéia de terceiro setor apartado do Estado se apresentava pra mim como uma marca indelével das ações dos pré-vestibulares populares.

Quando me tornei coordenador do pré-vestibular pude observar as questões políticas e pedagógicas de uma forma mais profunda, o que possibilitou reforçar ainda mais as pistas que fui juntando neste período. Todavia, algumas iniciativas de prés, após algum estudo prévio, se apresentavam de forma levemente diferenciada, ou com grandes diferenças político-pedagógicas. Alguns *prés* se colocavam como movimentos sociais engajados nas questões gerais da política nacional, ou mesmo a sua constituição era tão fluída que sua estrutura se dava como arena de disputa por concepções políticas e pedagógicas, que tinham nas ações uma série de contradições, que ora se apresentavam como uma ONG clássica, ora contra o modelo hegemônico. Esta tensão surgia quando um professor se apresentava como um colaborador esporádico e era criticado por não se envolver intensamente numa perspectiva de

engajamento, enquanto outros falavam abertamente que a relação pessoal com o projeto era meramente empregatícia. Além disso, os alunos que eram aprovados na universidade possuíam respostas bem distintas, fosse compreendendo que a sua aprovação era resultado de uma dedicação individual, e que a sua tarefa na universidade seria tornar-se uma elite, enquanto outros se dedicavam a militância organizada em movimentos sociais, partidos, ou mesmo retornando para se tornar um voluntário. Tamanhas nuances romperam com as minhas visões caricatas iniciais, dando ossatura a uma construção de objeto de análise complexo.

A experiência do magistério focado nos estudantes de baixa renda, justamente aqueles que aspiravam ao ensino superior de qualidade como forma de ascensão social, permitiu desnudar algumas problematizações a respeito das formas mais atuais de construção de hegemonia. Cotidianamente, durante minhas aulas como professor, e, resolvendo dilemas enquanto coordenador, a violência foi uma das características mais constantes, fosse no seu sentido físico ou simbólico. A juventude com a qual eu tinha contato trazia as marcas das batidas policiais, das disputas entre facções criminosas e todo tipo de violência econômico-social. O desespero rotineiro de conviver com uma carnificina na porta de casa e ausência de boa parte de elementos básicos de infra-estrutura urbana eram cotidianos para estes alunos.

O resultado disso era o medo permanente, a tática de sobrevivência dos meus alunos deixava muito pouco espaço para o questionamento sobre as motivações das difíceis condições de vida. O curioso era que, não poucas vezes, as ações de tolerância zero na favela, eram defendidas pelos próprios alunos, mesmo que isso significasse a sua própria insegurança.

Tal mentalidade se fundamentava, na visão dos meus alunos, em ampla propaganda na grande mídia, que assinalava a favela como centro principal da criminalidade. As novelas, filmes, jornais populares, rádios, representavam pra eles a resposta de que a violência teria que ser esmagada com a força policial, mas também a miséria deveria ser remediada. As ações

sociais empresariais e de ONGs seriam o exemplo de remediação possível. Isto se casava com um descrédito absoluto com a *grande política*, que seria resguardo dos oportunistas burocratas de toda espécie ávidos pela corrupção oficial do parlamento e do executivo. A violência policial, as ações solidárias e o descrédito em relação à grande política formavam a base sólida de um senso comum com o qual convivi e convivo até hoje em sala de aula. A principal questão que se apresentava era: quais são os centros difusores desta concepção de mundo tão arraigada entre os moradores de favelas? Como se constroem e solidificam ideologicamente tais concepções de mundo?

Inúmeros casos de conflitos sociais urbanos, que se davam como catarse coletiva contra a violência nas favelas, chegavam a mim pela mídia, pelos meus alunos e pela vivência concreta em áreas próximas às favelas. Eram expressão de um controle social instável. As mobilizações políticas nas favelas, em geral, figuram como críticas atomizadas à truculência da polícia, em que a cada morte de um morador é um enterro público. Ou seja, a coerção policial, muitas das vezes, tinha como resposta política coletiva espasmos populares desarticulados sem um projeto de sociedade alternativo. O conformismo era parte fundamental deste processo, em que a população pobre se mobilizava para administrar a precariedade da vida.

O pré-vestibular popular e outras entidades voluntárias são parte fundamental na construção do consenso nas favelas. Sua constituição como aparelho privado de hegemonia define práticas e reflexões que respondem à luta de classes na sociedade civil.

Sua capacidade de formar quadros intelectuais se expressava a minha frente quando eu via alunos, retornarem ao pré como pedagogos ou professores, dispostos a organizar e educar intelectual e moralmente a nova geração de alunos que chegava. Percebi que eu participava de uma entidade fundamental na disputa da sociedade civil, e que sua condição, enquanto aparelho privado de hegemonia estava em disputa de acordo com os participantes do projeto.

Este terreno de análise se mostrava fértil a partir do momento que eu percebi o pré-vestibular popular, assim como outras entidades nas favelas, como as ONGs, enquanto aparelho privado de hegemonia popular dos grandes centros urbanos. A escolha da ONG CEASM, no bairro da Maré, se apresentou para mim quase que como uma escolha óbvia. O fato de se localizar numa favela do porte da Maré, o maior complexo de favelas do Rio de Janeiro com mais de 132 mil moradores, instigou meu interesse, já que é um território estratégico para a manutenção da “governabilidade”, a estabilidade da hegemonia. Não por acaso, é domicílio de várias ONGs, sendo um celeiro de otimismo com seus projetos sociais focalizados.

O CEASM, em específico, escolhi por suas singularidades. Sua formação a partir de militantes vindos das fileiras do PT e dos movimentos sociais trazia algo de incomum para a entidade. Além disso, o CEASM é uma ONG fundada e gerida por moradores da Maré, algo inédito até a sua fundação. A relação com a universidade, com o PT e os movimentos sociais, além do alto índice de ex-alunos voluntários delineavam a importância do CEASM. A magnitude que a ONG ganhou ao longo dos anos foi outro fator de importância, sendo amplamente divulgada nos meios de comunicação. Seu principal dirigente, Jailson de Souza e Silva, passou a figurar palestras, jornais e revistas, ampliando cada vez mais os projetos, o número de atingidos, funcionários e voluntários.

A pertinência de estudar uma ONG como o CEASM amplifica os questionamentos que produzi ao longo da minha formação enquanto professor durante o magistério voltado para alunos de baixa renda no pré-vestibular popular. Cada debate com os alunos durante as aulas, cada desistência ocorrida, cada aprovação no vestibular, cada desaparecimento, cada retorno de aluno ao pré, se projeta e agiganta na constituição do CEASM, quando proponho analisar os seus diversos projetos sociais.

As conclusões deste estudo, que apenas arranham a complexidade de tais questões, são uma proposta de compreensão desta força que são estes aparelhos privados de hegemonia localizados nas favelas.

Capítulo I - Problemática, categorias e estratégias de pesquisa

A problemática desta dissertação parte da investigação de uma Organização Não Governamental Centro de Ações Solidárias na Maré (CEASM). O estudo busca apreender a sua formação histórica, enquanto entidade educacional no bairro da Maré, especificamente, de acordo com Gramsci, como aparelho privado de hegemonia. O centro da análise se destina a compreender esta organização no processo de desenvolvimento da sociedade civil no Brasil, de acordo com a inserção nas transformações sócio-econômicas ocorridas no período do capitalismo neoliberal, e sua inflexão ao social-liberalismo ou Terceira Via.

O lastro metodológico se baseia no desdobramento de determinados conceitos, de modo que seja possível uma reflexão a respeito dos elementos específicos referentes ao CEASM, sem que se percam as determinações históricas gerais.³ A preocupação metodológica de síntese do particular com o geral é um marco definidor do estudo, que se solidifica teoricamente a partir da ênfase dada a uma compreensão crítica da história. No entanto, a concepção de história não é monolítica, sendo alvo de inúmeras polêmicas sobre o seu caráter de explicação, compreensão, erudição, ou mera literatura, o que torna necessário algumas ponderações a respeito de como utilizo a reflexão histórica na análise dos acontecimentos estudados neste trabalho.

O paradigma historiográfico aqui utilizado reivindica a explicação da realidade, reconhecendo a sua transformação permanente. O movimento histórico contínuo revela suas contradições na medida em que se move entre continuidades e rupturas, sempre em relações

³ EZPELETA, *Justa*; ROCKWELL, *Elsie*. *Pesquisa Participante*, São Paulo, Cortez, 1989.

de reciprocidade entre os agentes históricos.⁴ A proposição teórica, portanto, se enquadra numa tentativa consciente de uma análise da totalidade histórica, considerando os seus movimentos internos na constituição das permanentes mudanças. Este pressuposto coloca a história não como elemento externo, mas sim como uma relação ativa entre a realidade histórica e a produção do conhecimento. O esforço teórico aqui produzido não se exime das suas implicações políticas e nem busca ocultar as próprias motivações que levaram ao que é proposto como foco de estudo. Isto é, “tal modelo é chamado de teoria *modificada do reflexo*, a qual postula, entre o sujeito que conhece e aquilo que é conhecido, a mediação da prática (trabalho, práxis, produção: devendo tais termos estender-se em sua acepção mais ampla).”⁵

O passado não é tido como repouso empoeirado da sociedade, mas como objeto de apreensão social, que forja a história neste processo de diferentes apropriações, na medida em que está sujeito a uma continuidade do movimento histórico. A práxis é a mediação da história, produzida a partir de algo que existe por si mesmo, podendo ser conhecido, ainda que ocorram mudanças permanentes na realidade histórica. Isto é,

“trata-se, mais exatamente, da concepção da verdade científica como limite absoluto a que tendem verdades relativas ou parciais cujo alcance maior ou menor depende do tipo de conhecimento histórico que permite a prática social de cada época ou fase.”⁶

As reflexões aqui expostas se debruçam sobre o passado, tendo em vista a clareza das suas implicações na prática do real, já que o presente sintetiza o acúmulo histórico da

4 Ver Adam Schaff, História e Verdade.

5 Domínios da História, p. 5.

6 Id. Ibid., p. 5.

experiência humana. Há, portanto, uma relação dialética entre presente e passado, assim como entre a natureza e a história humana, compreendida a partir do método do *materialismo histórico*, que formula as determinações sócio-históricas da humanidade de forma contraditória nas suas forças produtivas e relações de produção. O modo de produção, a formação econômico-social, a cultura e as classes sociais são elementos centrais desta dialética. Assim,

“em cada momento, as lutas sociais que determinam a configuração que terá a sociedade estudada, incluindo os aspectos mais conscientes e voluntários dessas lutas, não se travam no vácuo, livres de determinações, mas pelo contrário, no interior de uma delimitação estrutural herdada da história anterior e que não há como transformar *in totum* num período curto por simples atos de vontade.”⁷

Tal reflexão sobre a noção de história aqui defendida é fundamental, pois situa os pressupostos gerais da abordagem teórica, na medida em que compreende a realidade social como o campo das disputas entre projetos de mundo, sejam eles explícitos e conscientes, sejam aqueles implícitos no inconsciente. O CEASM está inserido na gama de relações produzidas dentro das determinações do sistema-mundo vigente, ou seja, do capitalismo, entendido como uma sociedade marcada pelos desígnios do capital, ou seja, subsumida às suas maneiras de auto-reprodução. Enquanto relação social, o capital fundamenta sua existência na expropriação da classe trabalhadora, objetivando a apropriação da mais-valia produzida. Para tanto, o capital mantém o mercado como realizador da relação de exploração permanente dos patrões (apropriadores da riqueza) de seus empregados (produtores de riqueza e explorados). Esta noção básica forja o primeiro parâmetro teórico fundamental, o de que a sociedade capitalista é cindida em classes sociais, que, por sua vez, contém frações, as quais, por seu caráter contraditório, se mantêm em luta mais ou menos aberta, mais ou menos consciente, conforme o contexto histórico.

7 Id. Ibid p. 6.

Entretanto, os estudos a respeito das ONGs têm sido apresentados de acordo com a análise de que teríamos chegado num estágio de superação das classes sociais. Essas entidades seriam, portanto, expressão de uma sociedade civil dita pós-capitalista. Entre as formulações teóricas, a de maior repercussão é o relativismo pós-moderno, que é examinado na seção seguinte. Apresento a discussão sobre as classes sociais e sociedade civil, entendendo estas duas categorias como centrais nas formulações da pós-modernidade. O propósito, portanto, é criticar os argumentos que promovem o apagamento do significado concreto do capitalismo nos aparelhos de hegemonia incrustados na sociedade civil.

1.1 A pós-modernidade: desconstrução da verdade e suas repercussões

O objetivo da presente seção é fazer algumas pontuações sobre a agenda pós-moderna que, conforme sustenta esta dissertação, tiveram enorme influência no discurso das ONGs, particularmente ao exaltarem uma caracterização de sociedade civil desvinculada do modo de produção capitalista, o fim das contradições de classes e, por conseguinte, da luta de classes. O estudo não se propõe a um balanço sistemático do pós-modernismo⁸, pois isso ultrapassaria em muito o alcance da presente dissertação. Proponho apenas o levantamento de suas principais características, pertinentes ao estudo das novas organizações políticas ligadas a *nova pedagogia da hegemonia*.

Este preâmbulo se contrapõe aos alardes das correntes “pós-modernas”, que negam a existência de classes. Wood (1999) traça um histórico da formação da corrente pós-moderna

⁸ Para um estudo sistemático do pós-modernismo, o estudo sugere Ellen Wood e John Foster, *Em Defesa do Marxismo* e Perry Anderson, *As Origens d Pós-Modernidade*.

que ajuda a compreender os pressupostos teóricos, e, mais que isso, as implicações políticas e culturais produzidas advindas desta linha de pensamento. Segundo Wood, Oswald Splenger, com o livro “A Decadência do Ocidente”, de 1918, já expõe o descrédito em relação aos princípios iluministas, que pareciam perder sua vida no horror da Grande Guerra e dos conflitos imperialistas. O individualismo e o niilismo eram as alternativas colocadas por Splenger, um esboço longínquo de crítica ao iluminismo que seria caro ao pensamento pós-moderno posteriormente.

Numa conjuntura bem diferente, marcada pela hegemonia do capitalismo estadunidense (*american way of life*) e pelo desenvolvimento do capitalismo mundialmente, C. Wright Mills, proclamaria, em 1959, o fim da “Era Moderna” e o nascimento do pós-modernismo. Os pressupostos do iluminismo como razão e liberdade eram decretados *démodés*, sendo nada mais que fetiches do liberalismo e do socialismo.⁹

O conceito de universalidade passa a ser negado em vários estudos já a partir da década de 1960. Tal categoria que havia imbuído a Revolução Francesa, sendo a base do humanismo que se formava naquele período e havia lastreado posteriormente a construção da corrente socialista, perdia espaço no decorrer das desilusões produzidas pela decadência do “socialismo real”, criadouro de uma geração de céticos em relação à transformação estrutural da sociedade. A parte mais enfurecida e arrependida bradava o “fim da história”, enquanto outra, se dizendo ainda no campo da esquerda, afirmava o início da era pós-moderna. De certa forma, ambas as tendências partilham do mesmo princípio epistemológico supra histórico, assim como tinham o mesmo desdobramento teórico, a negação do conceito de classes para pensar a realidade, ou sua mera secundarização.

9 Ellen Wood, Em Defesa da História: marxismo e pós-modernidade, p. 7.

David Harvey e Frederic Jamenson seriam uns dos poucos intelectuais que consideram o período pós-moderno dentro de uma perspectiva histórica, já que utilizam as contribuições de Marx. Ambos buscam detalhar um novo período histórico em que as condições culturais e sociais mantêm a situação pós-moderna tal como se encontra. O problema estaria no fato de que a esquerda “pós-modernista” se atém, principalmente, aos seguintes pressupostos: “linguagem, cultura e discurso”. Ou seja, a idéia é que não há realidade palpável a não ser a linguagem e, que, esta seria a única forma de compreender o mundo. Segundo Wood,

“A sociedade não é simplesmente semelhante à língua. Ela é língua; e uma vez que todos nós somos dela cativos, nenhum padrão externo de verdade, nenhum referente externo para o conhecimento existe para nós, fora dos “discursos” específicos em que vivemos.”¹⁰

Tem-se como consequência epistemológica, segundo Wood, que

“sua concepção de conhecimento; às vezes, chegam a afirmar que a ciência ocidental – fundada sobre a convicção de que a natureza é regida por certas leis matemáticas, universais e imutáveis – é nada menos que uma manifestação dos princípios imperialistas e opressivos sobre os quais se fundamenta a sociedade ocidental.”¹¹

A noção de verdade toma um caráter elástico de tal magnitude que,

“se o padrão da ‘verdade’ científica reside não no mundo natural em si, mas nas normas particulares de comunidade específicas, então as leis da natureza talvez nada mais sejam que aquilo que uma dada comunidade diz que elas são em um determinado momento”¹²

Isso implicaria em uma argumentação teórica de desconsiderar as ditas “histórias grandiosas”, concebidas como uma noção reducionista, tendo em vista que desconsiderariam as especificidades culturais identitárias. Pensar a realidade a partir da compreensão de

10 Id. Ibid., p. 11.

11 Id. Ibid, p. 12.

12 Id. Ibid, p. 12.

totalidade seria incorrer numa análise carente de nuances culturais, embaralhada pela singularidade dos indivíduos e grupos sociais.

Dentre as vertentes do pensamento moderno, o marxismo é tido como a mais antiquada e “fora de moda”, já que sua metodologia se insere no esforço de relacionar *todo e parte*, percebendo as determinações históricas a partir do processo de reprodução da vida. A implicação disso é o debruçar analítico sobre as tensões da luta de classes, as determinações sócio-econômicas ou materiais, tidas pelos pós-modernos como limitadas por reduzir o pensamento a uma gama de relações causais e generalizantes. Assim a ênfase dos pós-modernos é no caráter fragmentado do mundo, tendo como consequência política que,

“o self humano é tão fluído e fragmentado (o “sujeito descentralizado”) e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para a solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma “identidade” social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns”¹³.

O capitalismo como sistema-mundo se torna nada mais que uma abstração simplista, na visão pós-moderna, o que impossibilita qualquer tipo de crítica a um objeto que, supostamente, sequer existe. A política é compreendida nos seu caráter meramente individual, ou apenas como uma questão de identidades sociais específicas (negros, mulheres, homossexuais entre outros). Ainda que em alguns casos se considere a questão total, como na versão dos movimentos ambientalistas, mesmo estes, se consideram fora das disputas anti-sistêmicas. Fundamenta-se, assim, uma epistemologia que recusa a possibilidade da transformação estrutural da realidade.

13 Id. Ibid., p. 13

Os intelectuais pós-modernos reivindicam a ruptura teórica com o legado iluminista. Tal corrente de pensamento se apresenta como a grande novidade teórica, não considerando a sua própria inscrição histórica; entretanto, não percebem que nada é mais antigo do que estabelecer modismos se apresentando como a novidade dentro da mesma ordem social global. Nota-se a contradição do pensamento pós-moderno que se apresenta como defensor da historicidade do pensamento que seria capaz de estar atento às incontáveis especificidades da realidade sócio-cultural, mas que, no entanto, é indiferente a uma compreensão da história que de fato reconheça as transformações e continuidades totalizantes presentes no mundo real. As continuidades historicamente produzidas, em especial o capital na sua forma de organização metabólica via exploração entre classes sociais, são desconsideradas nestas análises. A contradição do pensamento pós-moderno se expande quando se observa que, em suas afirmativas,

“não há processos estruturados acessíveis ao conhecimento humano (ou, temos que supor, à ação humana): há somente diferenças anárquicas, separadas e inexplicáveis. Pela primeira vez, temos o que parece ser uma contradição em termos, uma teoria de mudança de época baseada em uma negação da história.”¹⁴

Negar a historicidade da vida humana recai, portanto, no pessimismo político. Não há reconhecimento de qualquer tipo de sistema social global, ou seja, não há como reconhecer a origem da opressão, e o que é pior, não há como se organizar de forma unificada para a emancipação humana no seu sentido mais amplo, afinal, o capitalismo seria apenas uma categoria lingüística, o que restaria apenas são as resistências particulares das diferentes identidades culturais fragmentadas. Aprofundando esta lógica de trabalhar conceitualmente na ordem social vigente, além do pessimismo político de desconsiderar qualquer tipo de

14 Id. Ibid p. 15.

possibilidade de transformação social estrutural, muitos desta corrente de pensamento apresentam a vitória do consumismo capitalista com grande otimismo. A ação histórica, nesta concepção, fica resguardada aos que dominam a linguagem, os intelectuais, cabendo ao restante da sociedade se manter como periferia das inovações teóricas dos acadêmicos.

A formação de uma corrente de pensamento pós-moderna está em completa consonância com a realidade histórica que o capitalismo contemporâneo vive. A fluidez das relações humanas face à mercantilização absoluta da existência humana em escala mundial encontra perfeita legitimação no discurso dos pós-modernos. A análise materialista da realidade, portanto, desnuda esta noção teórica reificadora da ordem social, ou seja, a crítica, enquanto fundamento epistemológico, está condicionada por sua potencialidade de transformação da realidade. Caso contrário, o esforço teórico dentro dos parâmetros reificadores da ordem social hegemônicas estará fadado à inovação teórica consentida, aquela fundada numa tradição conservadora.

A superação do desarranjo teórico atribuído ao pensamento universalista, para os pós-modernos, residiria no que chamam de *pluralismo libertador*, a dedicação metodológica ao que é setorial, aos diversos grupos sociais que se identificam a partir de infinitas características de pertencimento coletivo, ligados a sexualidade, territorialidade, religião, idade etc. As lutas sociais são repolitizadas dentro de parâmetros fragmentados, se enquadrando como “possíveis” apenas as lutas contra as opressões específicas, se valendo, inclusive, de uma debilidade da esquerda marxista, que durante muitos anos, tendo como corrente predominante o stalinismo, pouco dedicou esforços às questões culturais específicas. A opressão contra o negro e os homossexuais, por exemplo, foram muito negligenciadas pelo marxismo no Brasil até a década de 1980. Apesar da crítica dos pós-modernos conter elementos válidos, no que diz respeito à necessidade de cotejar a expressão cultural como parte do campo de exploração da humanidade, por estar orientada teoricamente pelo relativismo, redundou no especificismo

acrítico. Abandonou-se a libertação universal da humanidade para “libertar” apenas setores desta sociedade, ainda mantidos dentro da gama de relações capitalistas de exploração.

As diferentes expressões de opressão não podem se resolver simplesmente no âmbito residual, segundo Aijaz Ahmad, “se, na constituição de sua identidade, eu não tenho direitos de cognição, participação ou crítica, então sobre que base você pode pedir minha solidariedade, exceto por alguma piedade, alguma boa vontade que posso suspender a qualquer momento?”¹⁵

As críticas dos pós-modernos ao fracasso do iluminismo são, na realidade, voltadas contra o próprio capitalismo, ainda que o neguem de forma categórica. Afinal, como apontar o fracasso da racionalidade e da liberdade, enquanto expressão de uma necessidade universal, se ainda não pudemos ter tais conquistas históricas plenamente, fruto das restrições particularistas do próprio capitalismo que impossibilitaria atingir tais objetivos? Ainda que se possa reconhecer as benesses tecnológicas produzidas pelo capitalismo, há de se ressaltar que esta condição material se deu a partir da objetificação dos seres humanos e do meio ambiente, por isso, a pretensa vitória do capitalismo pode ser comemorada? O grau de mundialização do capitalismo é incomparável a qualquer momento histórico, então, como pensar a partir da fragmentação teórica, justamente, numa situação histórica marcada pela universalização desenfreada do próprio capitalismo? Não há como desconsiderar que o capitalismo mantém “sua lógica de transformação de tudo em mercadoria, de acumulação, maximização do lucro e competição que satura toda a ordem social.”¹⁶

15 Id. Ibid, p. 15.

16 Id. Ibid p.19.

Reconhecer as determinações sócio-econômicas não pode ser considerado simplismo, já que, a partir desta compreensão teórica não se apagam as diferenças culturais específicas que permeiam a formação da existência humana, ao contrário, se permite entender tais especificidades no bojo de suas relações complexas, permitindo sua contextualização circunscrita numa totalidade histórica, que é a do capitalismo.

O pensamento pós-moderno, neste sentido, se mantém como base do pensamento acrítico, já que, marcado pela negação da história total, resume a ação política ao indivíduo, ou à ações locais. O idílio pós-moderno redonda na crença de que, dentro da mesma ordem social, em que se nega a humanização do homem e a liberdade, a partir da sua forma de reprodução ampliada do capital, é possível atingir o *pluralismo libertador*.

É justamente a partir desses pressupostos que os pós-modernos celebram a sociedade civil como lócus da política individualista, ou de uma coletividade fragmentada corporativista localizada em nichos identitários. A ação política se reveste de uma pretensa autonomia frente aos imperativos exploradores advindos da reprodução ampliada do capital. Cada pequeno grupo, mobilizado centrado apenas nas suas questões corporativas, busca, por meio do discurso e do melhor argumento, micro-nichos de direitos sociais focalizados e particularizados vis-à-vis às identidades. Nestes marcos, as ONGs seriam o melhor instrumento para reconstituir as solidariedades entre as identidades culturais danificadas que caracterizam o Século XXI.

1.2 O conceito de classes sociais: atualidades e mudanças

O conceito de luta de classes é basilar para iniciar a estruturação de um arcabouço teórico capaz de contribuir para analisar os aparelhos de hegemonia educacionais e as disputas de rumos políticos, sociais e culturais. O presente estudo reivindica o conceito de classe social, contemplando as variações históricas e as conseqüentes mudanças na constituição da categoria no decorrer do desenvolvimento do capitalismo. O reconhecimento de suas mutações ao longo da história, portanto, não nega a sua validade histórica enquanto categoria de análise das tensões sociais.

O padrão de acumulação capitalista internacional no final da década 1960 dava sinais de desgaste. O padrão fordista/taylorista de exploração da força de trabalho encontrava ampla resistência entre o operariado europeu e já não oferecia o necessário à estabilidade para a reprodução capitalista. Segundo Antunes (1999), alguns pontos são centrais para a crise do fordismo/taylorismo: *1) um decréscimo na taxa de lucro, devido ao aumento do preço da força de trabalho e devido às disputas pelo controle social da produção; 2) retração do consumo e aumento do desemprego; 3) hipertrofia do setor financeiro e internacionalização do capital; 4) concentração de capitais (monopólios e oligopólios); 5) crise fiscal dos Estados Nacionais, tendendo os gastos públicos para o setor privado; 6) privatizações, tendência de desregulamentação e flexibilização do processo produtivo tanto do mercado, quanto da força de trabalho.*¹⁷

É forjada uma reestruturação produtiva ocorrida na década de 1970, instaurada como resposta às lutas operárias ocorridas na década de 1960 em repúdio ao padrão fordista/taylorista de desenvolvimento, expressos nas ocupações de fábricas ocorridas na Europa. A experiência desse processo de mobilização de trabalhadores ensejou algumas transformações, que remodelaram a relação capital-trabalho. A tecnologia como alternativa à

¹⁷ Ver Ricardo Antunes, Sentidos do trabalho.

“indisciplina” dos trabalhadores foi utilizada como elemento fundamental para a superação da instabilidade sobre o “compromisso” fordista/taylorista. A subjetividade operária revelada nas ocupações de fábrica aos capitalistas se tornaria um grande potencial organizativo e intelectual que poderia ser utilizado como elementos de valorização do capital. Segundo Mészáros,

“Os capitalistas compreenderam então que, em vez de se limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtudes da inteligência. Foi com esse fim que desenvolveram a tecnologia eletrônica e os computadores e que remodelaram os sistemas de administração de empresa, implantando o toyotismo, a qualidade total e outras técnicas de gestão.”¹⁸

Tal compreensão foi base para a remodelação das técnicas de controle sobre o trabalho no âmbito da produção fabril, mas também impactou os aspectos culturais, sociais e políticos pra além da fábrica. O trabalhador na nova teoria organizacional que surgia na década de 70 seria *polivalente*. Uma apropriação do capital das capacidades cognitivas que possibilitariam um maior grau de exploração, não só dos atributos musculares, mas também da imaginação do operário. Assim a capacidade de cooperação é ressignificada de acordo com os desígnios de valorização do capital, em que a capacidade de exercer várias tarefas, contribuir intelectualmente para o aumento da produção seriam elementos essenciais.

As formas de organização do mundo do trabalho se transformam profundamente, assim como os mecanismos de luta dos trabalhadores. Segundo Antunes,

“Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.”¹⁹

18 István Mészáros, *Filosofia, ideologia e ciência social: Ensaio de negação e afirmação*, p. 45.

19 Ricardo Antunes, *Sentidos do trabalho*, p. 31.

Uma série de medidas se seguiu enfraquecendo os sindicatos. A ofensiva ideológica sobre os trabalhadores, em que se afirmava a noção de “trabalho participativo”. A conciliação entre capital e trabalho era mantida com base no terrorismo patronal e suas ameaças de demissão. As indústrias mudavam para localidades em que a força de trabalho era pior remunerada, pouco sindicalizada e com maior índices de desemprego, o que ocasionava tolerância perante os altos índices de exploração da força de trabalho. A desregulamentação do trabalho também contribuiu para o aumento da exploração dos trabalhadores com a instabilidade empregatícia advindas dos contratos de trabalho precarizados. Os setores chave do sindicalismo como os metalúrgicos se enfraqueceram e logo as todas as formas de organização sindical também, fato expresso na diminuição expressiva das filiações sindicais em todo mundo.²⁰

No plano partidário os trabalhadores perdiam espaço, principalmente nos partidos Social-Democratas/Trabalhistas e Comunistas com a diminuição da expressão eleitoral, principalmente com a queda do “socialismo real”, em 1989. Tidos pelos partidos classistas da Europa Ocidental como expressões políticas importantes, os países do Leste Europeu deixaram de ser influência e fonte de apoio na luta contra o capitalismo, ainda que o fossem de forma comedida no passado. Posteriormente os partidos Trabalhistas, Comunistas e Social-Democratas europeus se adequam à ideologia neoliberal, sendo, inclusive, co-participantes de boa parte das reformas neoliberais.

A ofensiva ideológica produzida neste processo contra as organizações de classe e as alternativas ao capitalismo eram pintadas em cores vivas após a “derrota” do comunismo. As dificuldades de organização anti-sistêmica dos trabalhadores influenciaram uma geração de intelectuais que assimilaram a premissa de que o capitalismo havia vencido e qualquer forma de sociedade alternativa ao que estava posto seria mero devaneio juvenil. Aliás, pessimismo

²⁰ Ver Marcelo Badaró, Reorganizando em Meio ao Refluxo.

este, muito bem expresso na vida de muitos destes intelectuais que tiveram, boa parte deles, participação em momentos de mobilização históricos como o Maio de 68 e as ocupações de fábrica. Esta inflexão histórica atestaria, para muitos, a decadência do trabalho, o que redundaria numa análise da realidade que desconsiderasse por completo ou depreciasse o conteúdo histórico da categoria *trabalho*. Muitos destes intelectuais europeus ou estadunidenses, focando sua atenção apenas aos países ricos e industrializados, utilizavam como parâmetro a população de seus países, que era repleta de aposentados, pequenos negociantes, trabalhadores temporários e desempregados. Uma condição que indicaria para estes intelectuais que estaríamos entrando num período de fim ou decadência do trabalho.²¹

São muitos os teóricos que se dedicam a alardear sobre o fim da centralidade histórica da classe trabalhadora, ou mesmo o seu fim enquanto categoria, em função das mudanças capitalistas no âmbito da produção. Claus Offe, por exemplo, é anunciador do fim da “sociedade do trabalho” e da necessidade de pensar uma nova racionalidade para as ciências sociais a partir desta noção; Habermas, marcado pelo pessimismo, na sua conceituação de “mundo da vida” atesta a falência da classe trabalhadora na possibilidade de construção de uma nova sociedade; André Gorz, inebriado pelas tecnologias que se avolumam, vislumbra a “a não classe dos não trabalhadores”, uma espécie de maquinação do trabalho, em que os homens seriam substituídos pelas maravilhas tecnológicas; Robert Kurz, a frente do *Krisis*, já num campo de crítica ao capitalismo, apresentava a negação do trabalho, via tecnologia, e da política tida como fetichizada pelo Estado.²²

21 Idem.

22 Idem.

Não considerar as transformações ocorridas no processo de reprodução ampliada do capital seria total miopia de análise. Como apresentado anteriormente, há uma mudança expressiva das formas de subordinação da classe trabalhadora, o que influencia as formas de ativismo político de cunho classista. O conceito de classe trabalhadora deve estar rejuvenescido pela crítica, retomando a sua atualidade num levantamento das transformações instauradas a partir da consolidação de um novo padrão de acumulação capitalista.

Marx muitas vezes colocava como sinônimos *classe trabalhadora*, *proletariado* e *assalariados*. Esta confusão é menos visível no *Capital*, quando sua definição sobre proletários é a de que são responsáveis pela venda de força de trabalho.²³ Entretanto, é fundamental uma precisão maior a fim de dar conta da pluralidade de formas adquiridas dentro do mundo do trabalho no capitalismo atual. Ricardo Antunes, por exemplo, atualiza o conceito de classe trabalhadora, denominando-o como *classe-que-vive-do-trabalho*. Esta categoria se fundamenta na idéia de que a totalidade do trabalho social se mantém no capitalismo mediante a venda da força de trabalho, tendo como núcleo os trabalhadores produtivos. Para Antunes, “sendo o trabalhador produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial o seu principal núcleo principal.”²⁴

A *classe-que-vive-do-trabalho*, de acordo com Antunes, engloba também os trabalhadores improdutivos, ou seja, os que não agregam diretamente valor ao capital, já que se restringem

23 Ver Karl Marx, *O Capital* (crítica da Economia política), livro Primeiro, volume II.

24 Ricardo Antunes, *Os Sentidos do Trabalho*, p .102.

ao setor de serviços (público ou privado), sem que haja a produção de mais-valia. Este setor de trabalhadores tem se expandido no capitalismo contemporâneo sendo

“os agentes não-produtivos, geradores de anti-valor no processo de trabalho capitalista, [mas que] vivenciam as mesmas premissas e se erigem sobre os mesmos fundamentos materiais. Eles pertencem àqueles ‘falsos custos e despesas inúteis’, os quais são, entretanto, absolutamente vitais para a sobrevivência do sistema”²⁵

Esta compreensão de classe trabalhadora contribui para atualizar o que se entende como as diversas formas de trabalho precarizado e, assim, as motivações do seu crescimento no exército dos que vendem sua força de trabalho na lógica contemporânea de expansão do capital. Os informais, *sub-operários*, trabalhadores do setor de serviços estão circunscritos nesta conceituação de classe trabalhadora ampliada, em que os trabalhadores produtivos se mantêm no eixo central da reprodução ampliada do capital.

Esta clarificação teórica contribui na apreensão das relações sociais produzidas no capitalismo recente, inclusive suas repercussões sobre a educação, produzidas a partir das condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora.

O resgate da condição de atualidade da classe trabalhadora (retomada na visão ampliada como classe-que-vive-do-trabalho) remete às novas facetas do que Marx chamou de *estranhamento* nas partes constitutivas do *metabolismo societal do capital*. Ou seja, além da continuidade histórica das classes sociais nas relações humanas de existência, a atual condição se notabiliza pelo aprofundamento de novas formas de estranhamento, em que a subjetividade humana se forja ainda mais estranhada em relação ao fruto de sua produção, assim como do destino do que produz. A subjetividade humana, nas novas formas de produção, é parte fundamental da personificação do capital, em que o chamado ‘perfil’ (flexibilidade, agilidade,

²⁵ Citado por Ricardo Antunes in Os Sentidos do Trabalho. Isván Mészáros. Beyond Capital (Toyard a Theory of Trnsitions), Merlin Press, Londres, 1995.

disposição, iniciativa etc.) é característico dos círculos de produção toyotistas forjados desde o fim da década de 1970.²⁶

A subjetividade como elemento valorizador do capital, instiga sua subserviência às formas de auto-reprodução do metabolismo societal do capital, no qual se afirmam o individualismo, o consumismo, a hierarquia (travestida de democracia empresarial, como os círculos de produção) e outros valores que amalgamam o capitalismo. Considerando a militância política como expressão dos anseios subjetivos por novas condições de sociabilidade, o *estranhamento* nas esferas produtivas e na própria reprodução da vida se constitui como parte do senso comum. O refluxo das organizações de classe dos trabalhadores e a mobilização ativa em organizações policlassistas expressam em larga escala um novo senso comum, a *nova pedagogia da hegemonia* (Neves 2002).

Tais mudanças na expansão do capital realocam o trabalho a partir de novos preceitos produtivos que se mesclam ao modelo fordista/taylorista com formas flexíveis e precárias de trabalho. O toyotismo se consolidou como teoria organizacional dominante, apresentando a horizontalização da linha de produção, a flexibilização, desconcentração produtiva (em alguns casos a desterritorialização) como princípios do capitalismo contemporâneo. Entretanto, é preciso considerar o modo como o toyotismo foi recontextualizado no capitalismo dependente, coexistindo elementos tayloristas, fordistas e outros ainda mais arcaicos, como meiros, trabalhadores por conta própria desprovidos de quaisquer direitos. Nos termos de Oliveira (2003), o ornitorrinco. Isto significou uma diminuição considerável do proletariado estável. Estas formas de trabalho precarizado mundializaram-se como lógica dominante nas relações de trabalho, que antes se restringiam a grupos específicos como “os gastabeiters na

²⁶ Espaços de absorção da capacidade intelectual dos trabalhadores a fim de otimizar a produção, em que estes, supostamente, teriam liberdade de interferir nas formas de produzir na indústria.

Alemanha, o trabalho Negro na Itália, os chicanos nos EUA, os dekasseguis no Japão.”²⁷ A partir da década de 1980 se espalharam, inclusive, sobre os cidadãos dos países ricos que sofriam com o fim do *Welfare State*, o crescimento do desemprego e a queda da taxa de lucros expressas na crise do capital.

Os países capitalistas dependentes, inclusive o Brasil, conhecem um aprofundamento dessas formas de expropriação, precarização e hiperexploração do trabalho, situação agravada pela especialização regressiva do país na economia-mundo, que leva a uma grave simplificação das cadeias produtivas, inclusive, quando comparada aos parques industriais nas décadas anteriores. Acrescente-se a isso o fato de que setores considerados de segunda grandeza são incluídos nas novas formas de trabalho numa situação ainda mais precarizada, visto que as mulheres, jovens e negros tendem a ter seus salários ainda mais depreciados e as condições de trabalho ainda mais desumanas, se comparados ao gênero masculino, brancos e adultos acima de 30 anos. Estas especificidades na constituição da classe trabalhadora são alvo de reapropriações executadas pelo capital, de modo a satisfazer os imperativos de sua reprodução ampliada, engendrando possibilidades de exploração em escala ainda maior, graças à características sócio-culturais específicas dos trabalhadores.

O eixo geral comum, a classe, enquanto vendedores de força-de-trabalho, compreendida dentro de sua circunscrição histórica geral, a da luta de classes, é compreendida mediante a relação dialética entre suas especificidades culturais internas e as ressignificações desenvolvidas no processo histórico.

Uma síntese dessa seção: a conceituação de classe, na compreensão do materialismo dialético, deve ser reconhecida, antes de tudo, como uma categoria histórica. O uso deste conceito como uma categoria sociológica vulgar foi muito difundido pela corrente marxista

²⁷ Ricardo Antunes, *Sentidos do Trabalho*, p. 105.

estruturalista (o principal expoente Althusser), que considerava as classes como imanentes e imóveis nas sociedades, o que levou a sérios equívocos. Edward Thompson foi o historiador inglês responsável pelo revigoramento do conceito de classe na discussão historiográfica, resgatando o seu caráter histórico, que permitiu superar as generalizações esquemáticas. Sua conclusão é central uma conceituação precisa do termo classe social:

“Conhecemos classe porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de respostas em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional.”²⁸

Não há, portanto, nenhuma ambição de compreender a totalidade histórica a partir meramente da economia (no seu sentido *stricto*), como o marxismo vulgar propunha. Na verdade a reprodução material da vida se fundamenta, justamente, na experiência de reprodução da existência, que possui como determinações, no caso do capitalismo, os imperativos da reprodução ampliada do capital, que se expande pela cultura, política e a economia.

Discutida, ainda que indicativamente, a problemática da classe hoje, é imperioso retomar outro conceito muito caro aos pós-modernos e aos social-liberais, *sociedade civil*, por eles concebido como esfera distinta da economia e do sistema totalizante do capital. Nos termos do presente estudo, se existem classes é porque a sociedade civil é cindida em classes sociais. Classe e sociedade civil são conceitos indissociáveis.

1.3 Uma reflexão sobre o conceito de sociedade civil

28 Edward Thompson, *Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*, p. 270.

Nas três últimas décadas, o termo sociedade civil esteve no centro dos debates sobre educação, cultura, política e economia. As proposições inspiradas no pensamento pós-moderno, reagrupadas na doutrina social-liberal, se difundiram pelo senso comum, atribuindo ao conceito o sentido de parte externa ao Estado, espaço da solidariedade e de cooperação. Este discurso está na base de uma série de ações nas políticas públicas na área da educação, inclusive, aquelas produzidas pelas ONGs.

Entretanto, é preciso lembrar que na tradição marxista o conceito de sociedade civil possui significado muito diverso. Como muito do discurso sobre a sociedade civil que circula nas ONGs reivindica a conceituação de Antonio Gramsci é imperioso examinar a historicidade do termo, suas diferentes abordagens no campo marxista, até chegar às postulações da Terceira Via mais atuais.

O primeiro passo para não mitificar o conceito sociedade civil é o resgate de sua construção histórica. Distintas apropriações foram feitas de modo a responder por anseios políticos específicos, orientados pelos dilemas de um dado tempo histórico. A proposta não é um debate exaustivo sobre as diversas variações encontradas em relação ao conceito de sociedade civil, mas sim apresentar as principais nervuras históricas de um conceito que é fundamental para se compreender a concepção de mundo das entidades não-governamentais, e mais que isso, a forma hegemônica de compreensão do modo de fazer política no capitalismo contemporâneo.

Diante das fissuras do absolutismo na Europa se forjou correntes de pensamento que se dedicavam a pensar o Estado sob um novo prisma. Os conflitos em relação às monarquias européias revelavam o tensionamento entre agentes históricos que ganhavam a sociedade como um todo. Nesse bojo, o pensamento contratualista anglo-saxão inova apresentando contribuições a respeito das formas de organização de poder, abordando o Estado, suas instituições e as interações em relação à sociedade. Basicamente significa que as instituições

políticas deixavam de ser a naturalização místico-religiosa do poder aristocrático para serem compreendidas como parte de uma construção social.

Thomas Hobbes (1588-1679), como grande expoente desta corrente de pensadores, apresentava o ‘contrato’ como parte fundamental da relação social fundada no conflito, ou seja, a barbárie, reconhecida na violência humana e em todos os grandes problemas aos quais a humanidade está submetida como fome, miséria e outros. Tal condição de barbárie estaria arraigada numa essência humana auto-destrutiva, que, como um instinto destruidor, poderia ser capaz de por fim a própria humanidade, caso não houvesse um controle. Assim, o contrato é o ‘acordo’ selado entre a sociedade e o soberano, em que este último teria a possibilidade de fazer uso da violência para estabelecer a ordem e por fim à barbárie eminente provocada por esta natureza humana destruidora. Este poder outorgado ao soberano lhe é garantido como elemento político extra-natural, que fazendo uso do monopólio da violência, deveria recair sobre a sociedade como um todo. A base do pensamento contratualista anglo-saxão é, basicamente, a divisão inovadora entre o indivíduo, aquele em que reside a natureza humana da violência, e a política como o âmbito do controle sobre este extinto destruidor. O Estado se estabelece como antinatureza, o espaço de contenção de todas as imperfeições imanentes que acompanham a humanidade. Esta relação pactuada é atribuída o termo ‘sociedade civil’, noção bem semelhante também atribuída aos termos ‘Governo’ e ‘Estado’.²⁹

Ao pacto é atribuída uma racionalidade legitimadora, ou seja, toda a complexidade de leis e instâncias organizativas do Estado se organizaria a partir de elementos racionais passíveis de cientificização. A natureza humana má, reconhecida como pecado original, é esquecida no momento de caracterização do Estado enquanto espaço organizativo social, já que os mesmos

²⁹ Ver Virgínia Fontes, *A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980* in *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*.

homens apontados como naturalmente bárbaros seriam capazes de construir a racionalidade no Estado. O pacto social ganha ares de ente abstrato quando sua configuração é tida como expressão absoluta da racionalidade, sendo-lhe resguardada uma pretensa neutralidade, na qual os agentes históricos são encobertos por uma dita racionalidade descomprometida politicamente. O que é natureza e o que não é natureza coexistem de acordo com a configuração do pacto forjado na sociedade, em que, ora o direito canônico e/ou consuetudinário são superados pelo direito civil, como superação do estado de natureza, ora o estado de natureza é resguardado como, por exemplo, a família e a propriedade privada etc.

O Estado passa a se configurar como um mal necessário, e a barbárie, residente na natureza humana má, só seria superada com o monopólio da força garantido ao Estado. O dilema instaurado seria a natureza humana, o que deveria ser controlado, e o Estado como ente controlador. O caráter histórico das relações humanas é desconsiderado em função da naturalização de características humanas. Tal pressuposto redundaria numa visão que prima por buscar estabelecer as relações sociais hegemônicas como naturais. O pacto, portanto, segundo Fontes,

“supõe a modificação desse conjunto de homens agora sob o domínio político (ou civil), que passariam do isolamento ‘original’, de uma situação selvagem ou bárbara, para uma situação contida, legal, com regras conhecidas. Aqui, a noção de sociedade civil desliza para o sentido oposto, tornando-se o par dicotômico do Estado, que a ele se contrapõe.”³⁰

O conceito de sociedade civil, em Hobbes, já apresenta as bases do jusnaturalismo ainda presente nos dias de hoje. No entanto, será a partir das contribuições de John Locke (1632-1704) que o conceito de sociedade civil vai ganhar ainda maior profundidade diante das transformações históricas que se forjavam, em que se enfatiza a propriedade. Na concepção de

30 Id. Ibid p. 206.

Locke serão apenas aqueles detentores da propriedade os aptos a fazer parte plenamente da sociedade civil. Dentro deste compromisso político todos são reconhecidos como pertencentes à vida social legal, mas somente aos proprietários estaria resguardado o direito de governar.

O pensamento liberal assenta seus princípios nessa relação entre sociedade civil e Estado, que sintetiza os conflitos entre natureza e antinatureza abordados anteriormente. Os interesses privados estariam no âmbito da sociedade civil, âmbito da natureza humana bárbara, enquanto seria no Estado e suas instituições que estaria garantida a vida coletiva, sob o marco da propriedade. Seguindo a noção de Estado como espaço da racionalidade, os liberais vão atribuir um caráter estritamente técnico aos dilemas para a organização do que se considera público. O Estado encarna uma identidade em que sua existência se fundamenta numa razão autônoma e necessária para a vida social.

No pensamento liberal anglo-saxão, o termo sociedade civil ganha *status* de designador do espaço apto ao progresso, como sociedade civilizada, em que se supera o grau de primitivismo das organizações sociais anteriores. Já a contribuição francesa, especificamente a de Rousseau, deu novas cores ao termo sociedade civil, pois apesar de reconhecer o contrato social como uma necessidade e a existência de uma natureza humana, diferia em alguns pontos. Primeiramente a natureza humana reconhecida por Rousseau é positiva, não destruidora como propunha Hobbes. Na verdade, o elemento que perverte esta natureza humana boa seria a propriedade privada, que instigaria o egoísmo como base da sociedade. A sociedade civil é reconhecida como arena desta perversão.

Já a tradição alemã, principalmente Hegel e depois Marx compreendem sociedade civil sob outros aspectos, visto que, segundo Fontes, “a expressão *bhürgerliche Gesell* pode assumir

tanto um significado de sociedade civil (como uma base genérica da vida material e privada) quanto um significado mais preciso, da forma social característica da existência burguesa.”³¹

A complexificação do termo é grande e muitos versam de formas diferentes sobre a contribuição de Hegel a respeito deste tema. Como a conceituação hegeliana é crucial para compreender Marx e Gramsci, o fazemos sob indicações desenvolvidas pelo estudo de Fontes (2006). Hegel, dialogando principalmente com Rousseau e Kant, tenta romper com a idéia de que haveria uma dicotomia entre o indivíduo, o reduto da natureza má, e o Estado ente pacificador e organizador da vida social. O Estado neste sentido seria um ideal, que absorveria, enquanto momento ético, a individualidade, no bojo do construto histórico. A liberdade é tida como parte das relações coletivas, de modo que se forja uma ética que incorpora os anseios individuais a partir da coletividade. A interação entre Estado e sociedade é permanente e, esta relação, Hegel denomina de sociedade civil (*Die burgerliche Gesellschaft*), ou seja, um espaço constituído “pelo conjunto dos homens privados desde que se separam do grupo natural, a família, e ainda não têm consciência nítida de querer diretamente a sua unidade substancial, o Estado (como eticidade).”³²

A liberdade individual como era encarada pelo liberalismo, seria obstáculo para a eticidade plena, isso porque, se o Estado se restringisse a um instrumento de proteção da propriedade, estaria, por consequência, a reduzindo a sociedade civil à sociedade burguesa, o que limitaria justamente a capacidade do indivíduo de se expressar enquanto sujeito histórico pleno. Nota-se que Hegel atribui ao conceito de sociedade civil uma localização histórica, que por estar lastreado pelos interesses particulares, estaria fadado a se manter em conflito com o Estado.

31 Id. Ibid p. 207.

32 Id. Ibid p. 208.

Essa relação estaria demarcada por uma contradição, em que a sociedade civil estaria imbricada com o Estado, mas como limitadora do seu caráter universalista, já que é na sociedade civil que reside o particularismo como base das relações sociais.

A crítica de Marx e Engels apresenta novas cores ao conceito de Estado, que havia sido desenvolvido por Hegel. A luta de classes, a partir do seu caráter histórico, ganha centralidade na análise, desta forma o Estado não é reconhecido como espaço natural da universalidade, mas como espaço do público que é regido pelos interesses privados em disputa na sociedade como um todo. A dominação se assenta na universalização de interesses particulares de classe como bem comum, em que o Estado se apresenta como propagador, educador e controlador desta prática. Segundo Fontes,

“se em Hegel havia um horizonte prospectivo, momento da eticidade cujo pólo seria o Estado (associação), em Marx a base ética e histórica (e ontológica) a partir da qual se poderia erigir a universalidade efetiva passa a ser o mundo da produção da vida, o mundo da atividade propriamente coletiva dos homens, o mundo do trabalho.”³³

A necessidade de atingir a livre associação consciente dos trabalhadores seria o elemento fundamental para a superação dos particularismos, ou seja, da exploração da divisão de classes, assim, a superação do Estado deveria ser um elemento estratégico neste processo.

Esta perspectiva de Marx e Engels ainda compreendia o termo sociedade civil (*Die bürgerliche Gesellschaft*) como arena de interesses, não mais reconhecidos meramente como interesses individuais, mas como interesses de classe. O Estado, assim, é entendido como espaço dos interesses da classe dominante, a sociedade civil burguesa aciona um conjunto de relações, das quais o Estado é centro garantidor das vontades econômico-sociais da classe burguesa. O Estado se apresenta como ‘bem comum’, garantidor dos interesses da classe

33 Id ibid p. 209.

burguesa. Apesar de compreender a historicidade do Estado em relação a sociedade civil, ainda se mantinha, na visão de Marx e Engels, uma contraposição entre ambos. Ao acentuarem o papel do Estado como um gabinete da classe dominante, os fundadores da filosofia da práxis acabaram secundarizando as imbricações entre sociedade civil e Estado. Não foi à toa que o conceito de sociedade civil praticamente não foi abordado, pois sua análise era baseada em focar seus esforços na sociedade burguesa.

Segundo Fontes (2006), após a contribuição de Marx e Engels, o termo sociedade civil possui ter conotação de espaço de mercado e da concorrência. Em geral, esta atribuição se guiaria pelos desígnios da propriedade como preceito de uma sociedade civil, que a suplantaria, inclusive, como parâmetro civilizatório. Já outros, no campo da análise de cunho materialista histórico, apontavam a sociedade civil como expressão meramente das forças hegemônicas da sociedade burguesa, a expressão do individualismo como agente responsável por encobrir a historicidade das relações sociais.

Será a partir de Gramsci que o conceito de sociedade civil tomará uma nova complexidade histórica. Numa continuidade do pensamento materialista histórico, se apropriando das contribuições de Marx, Engels e Lênin, Gramsci se coloca como um militante que se questiona a respeito dos dilemas que a luta de classes colocavam no seu período, tanto na Itália com a ascensão do fascismo, como mundialmente com o aguçamento da luta pelo socialismo. A necessidade de se utilizar de novas formulações para dar conta da realidade, motivou Gramsci a produzir grande contribuição teórica no âmbito do materialismo histórico-dialético, no intuito de libertar o pensamento crítico das versões de marxismo dogmático propagadas pela III Internacional Comunista, já sob a influência do burocratismo stalinista. Esta clareza permitiu a Gramsci se propor a redescobrir conceitos e reagrupá-los de forma inovadora, sem que abandonasse os pressupostos marxianos como base de seu pensamento. Sua preocupação é compreender as formas de dominação tanto nos países desenvolvidos,

quanto nos pobres. Sua inquietação teórica surge no contexto de ascensão dos regimes totalitários como alternativa ao capitalismo liberal e ao socialismo.

Segundo Gramsci, o conceito de sociedade civil tem como espinha dorsal a luta de classes, em que as relações sociais de produção em meio às diversas formas de subjetividades produzidas são colocadas em disputa. O conceito de ‘Estado ampliado’ traz uma contribuição que enriquece o conceito de sociedade civil num patamar superior, pois ressalta o caráter relacional entre os aparelhos privados de hegemonia e a aparelhagem estatal, a *hegemonia encorajada de coerção*. Assim,

“Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado. O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização (produção coletiva) de visões de mundo, da consciência social, de ‘formas de ser’ adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia), ou ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a esse terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (‘regulada’) na qual a eticidade prevaleceria (o momento ético-político da contra-hegemonia).³⁴

Não há oposição entre sociedade civil e Estado na compreensão gramsciana, na verdade, esta característica é uma das bases do liberalismo. A sociedade civil é o espaço de luta de classes e entre dentro das próprias classes. Os aparelhos privados de hegemonia são elementos cruciais neste processo, pois atuam como formuladores, propagadores e educadores da vontade coletiva sob a forma de dominação ou libertação. O convencimento neste processo é a liga das relações sociais hegemônicas, que mantém os pilares da dominação. A questão do imperialismo é retomada por Gramsci, a partir das contribuições de Lenin, em que compreende as novas tensões que surgiam no capitalismo mundialmente. As disputas intraburguesas e a crescente colisão entre as classes coloca em voga a necessidade de aprofundamento do convencimento como parte indispensável da dominação.

34 Id. Ibid p. 211.

“Nas novas condições derivadas da conquista do sufrágio universal, Gramsci procura explicar a forma encontrada pelas classes dominantes para assegurar a adesão dos subalternos. O convencimento se torna, doravante, uma tarefa permanente e crucial”³⁵

O elemento chave para Gramsci, o convencimento, tem seu desenvolvimento tido de forma complexa irradiado por toda a sociedade, por isso, não há como antagonizar o Estado e sociedade civil. Os aparelhos privados de hegemonia vão se direcionar em direção ao Estado nas suas aspirações políticas, enquanto o Estado (sociedade política) mantém relação com os aparelhos privados de hegemonia, no intuito de solidificar as bases da dominação de classe. Esta relação entre sociedade civil e Estado, o Estado ampliado, resguarda o consenso, ou seja, a dominação enquanto força cultural e ideológica partilhada e defendida pelos trabalhadores, mesmo que isso vá contra seus interesses de classe. A hegemonia se constrói a partir deste consenso que forja o interesse de classe específico como algo universal. Assim Gramsci afirma, “sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento.”³⁶ Tais condições se forjam numa luta permanente entre classes que se dá, ora de forma velada, ora de forma aberta:

“o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza a sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais: e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de ‘elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como econômico, até transformá-lo em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política’.”³⁷

35Id. Ibid p. 212.

36 Id. Ibid p. 212

37 Antônio Gramsci, Cadernos do Cárcere: os intelectuais: o princípio educativo; jornalismo. V. 1 e 2, p. 213.

O próximo trecho sintetiza bem qual o tipo de sociedade civil que Gramsci está propondo:

“Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organizações designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente a função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político.”³⁸

Reconhecendo a sociedade civil como o espaço dos embates da vontade coletiva, recortado pelas condições de classe, ocorre uma relação do Estado, enquanto instituição educadora. O conceito de ‘Estado educador’ compreende que suas ações se dão como extensão dos interesses hegemônicos, que se comunicam permanentemente com os aparelhos privados de hegemonia para que se reflitam tais interesses. Organizam-se, portanto, os intelectuais em diversas organizações que formulam, disputam e organizam politicamente e culturalmente a sociedade.

1.4 Metodologia e Estratégia de Análise

Um dos grandes dilemas metodológicos na pesquisa em educação, e até em muitas áreas das ciências humanas, é o que Bachelard (1953) denomina de vetor epistemológico, a saber, a relação entre a análise empírica e o racionalismo.³⁹ Uma análise que prime pelo rigor

³⁸ Id Ibid p. 20-21.

³⁹ Ver Gaston Bachelard, O Materialismo Racional.

empírico, e que dê conta da complexidade do objeto estudado, considerando os seus elementos estruturantes e as determinações que influenciam as relações sociais, eis o desafio da pesquisa rigorosa. Como a presente investigação examina o sentido educativo de uma determinada ONG que existe no presente, é necessário considerar, com Rockwell e Ezpeleta:

“o corte do cotidiano, para o qual o sujeito individual é o referencial significativo, define um primeiro nível analítico possível das atividades observáveis em qualquer contexto social. Para o pesquisador, este conjunto de atividades cotidianas é e deve ser articulável a partir de muitos outros níveis analíticos.”⁴⁰

Um dos eixos de análise é o periódico “O Cidadão”. Com uma ampla tiragem (20 mil exemplares), acompanha o CEASM desde 1999, e tem vasto material em que se apresentam concepções educacionais, políticas, além de permitir um histórico das ações do CEASM. Complementado a análise empírica, utilizo as documentações do CEASM de cunho organizativo e entrevistas. As partes referentes à organização interna procuram dar conta da metodologia de funcionamento, proposições teórico-pedagógicas e dados referentes aos seus principais programas.

Na análise do Curso Pré-Vestibular (CPV), examino os documentos referentes ao seu projeto político-pedagógico e depoimentos de ex-alunos e professores. A organização das ações pedagógicas e administrativas é analisada a partir de atas de colegiados de coordenadores e diretores. As entrevistas contribuem para a compreensão dos dilemas que ocorrem na organização do projeto educacional frente às demandas que a população da Maré que chega ao CEASM apresenta, além dos embates políticos forjados entre os organizadores.

40 Justa Ezpeleta e Elsie Rockwell, Pesquisa Participante , p. 22.

A compreensão da sua proposta político-pedagógica é contrastada entre os documentos oficiais e as entrevistas.

Os convênios são parte fundamental na sustentação do CEASM, já que são eles que sustentam materialmente os projetos desenvolvidos. Da origem até a atualidade, ocorrem variações nos tipos de parcerias, o que mostra possíveis variações de objetivo e método dos seus trabalhos, o que torna necessária uma breve averiguação do histórico de convênios e dos resultados obtidos tanto para as empresas, quanto para a comunidade. O relatório dos financiadores, atas e documentos referentes a editais de financiamentos também foram usados para este levantamento, permitindo observar as aspirações das empresas e das instituições do Estado que investem verbas nos projetos educacionais do CEASM. Cabe, portanto, a observação de documentos das instituições públicas, empresas e organismos internacionais que participaram do desenvolvimento dos projetos educacionais do CEASM. O periódico “O Cidadão”, produzido pelo CEASM, também foi muito útil, pois permitiu uma checagem de todos os patrocinadores e colaboradores que são expostos em suas edições. O caráter propagandístico das matérias, que mostram os seus vários projetos e as parcerias feitas, permitiu um bom panorama.

Para averiguar os impactos do CEASM como espaço de socialização, educação e mobilização social, foram realizadas entrevistas com os coordenadores, professores e alguns colaboradores, em geral ex-alunos. Esta parte me possibilitou compreender as distintas apropriações feitas sobre o CEASM, assim como suas aspirações em relação a este projeto. A conceituação mais precisa do que seria militância, engajamento esporádico, voluntariado, relação trabalhista nas atividades cotidianas do CEASM pôde ser realizada a partir dessas informações.

Com o propósito de compreender os princípios norteadores de seus trabalhos, a presente investigação incorpora, no campo de análise, documentações de outras ONGs, entidades

econômicas internacionais, movimentos sociais e partidos políticos, que em algum grau tiveram relações com o CEASM.

A série de projetos do CEASM, que em muitos casos possuíram caráter temporário, podem ser estudados a partir do Cidadão e ds entrevistas. Os objetivos, orientações político-pedagógicas também puderam ser conseguidos a partir deste levantamento. A carta de princípios permite uma contraposição em relação às ações educacionais desenvolvidas e os resultados cotidianos.

A análise do periódico “O Cidadão” se realiza com a investigação da sua mudança discursiva, compreendendo suas relações com a mudança social e cultural. A proposta do jornal de “dar voz para o morador da Maré” torna esta tarefa essencial para que seja possível a observação atenta às formas de sociabilidade expressas como adequadas, e suas constatações sobre a realidade local e geral. O discurso é tomado como prática social, num processo de reflexões dialéticas da realidade. Assim, o jornal é encarado como representação do mundo e ação sobre ele. Busco mostrar a prática discursiva como contraditória, numa teia de elementos de conservação, que reproduzem os elementos sociais já existentes, mas também como expressão da inovação subversiva, a transformação social em sua gênese. Segundo Fairclough,

“o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta.”⁴¹

A forma de divulgação e consumo do jornal são importantes, entrecruzando a produção e a interpretação do discurso. Este aspecto é amparado pelas entrevistas, em que indago sobre a auto-identificação nas páginas do “Cidadão”.

41 Norman Fairclough, Discurso e Mudança Social., p. 94.

O estudo das categorias do discurso é dividido em duas partes:

1) análise textual: vocabulário (palavras individuais), gramática (palavras combinadas em orações e frases), coesão (ligação entre orações e frases) e estrutura textual (propriedades organizacionais de larga escala dos textos).

2) análise da prática discursiva: forma dos enunciados e falas (propostas, omissões etc.), coerência dos textos e a intertextualidade.

A partir das pistas oferecidas pelo discurso do “Cidadão” apresento a fala do CEASM, investigando algumas características de suas origens e transformações, examinando a expressão dos anseios do morador da Maré. Questões referentes ao mundo do trabalho, violência, militância política, formas de sociabilidade e estratégias de sobrevivência são analisadas concebendo o seu caráter de entidade educadora. A tensão entre o ethos empresarial e o engajamento político são expressos nestes diversos âmbitos da vida dos que participam ou são de alguma forma atingidos pelas ações do CEASM.

A realidade da comunidade desenvolve especificidades que não podem ser apreendidas meramente a partir de uma documentação formal, assim, para melhor compreender os dilemas que atravessam o projeto de educação no seu caráter cotidiano, especial ênfase será conferida às entrevistas com os seus organizadores, professores e alunos, de modo a elucidar questões referentes ao perfil dos mesmos. Possibilita uma análise mais rica da subjetividade envolvida na dedicação dos professores e organizadores e nas aspirações dos alunos que buscam as benfeitorias que o CEASM oferece. Os pontos-chave a serem avaliados a partir da entrevista são: *1) a concepção de transformação social (inclusão e exclusão social; reafirmação da cidadania versus exploração-expropriação) do CEASM e dos estudantes; 2) a noção sobre as parcerias privadas e a relação com o Estado; 3) a questão da territorialidade, ou seja, a estratégia ligada aos conflitos estabelecidos estritamente aos problemas locais; 4) visão*

sobre a política no âmbito geral: partidos, movimentos sociais etc; 5) análise sócio-econômica.

A estratégia de análise da presente proposta de pesquisa consiste em duas grandes frentes de trabalho: documental e estudo de aspectos do cotidiano da entidade, objetivando apreender as motivações dos que atuam como educadores dos cursos desenvolvidos.

a) Frente documental: executei o levantamento de dados referentes aos aspectos organizativos e às propostas educacionais do CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias na Maré), utilizando o periódico “O Cidadão”, além entrevistas públicas e documentos organizativos, tendo como foco a experiência desenvolvida nos seus diferentes projetos. Levanto o número de atingidos pelas ações e as orientações político-pedagógicas. Primeiramente, a documentação a respeito da história do CEASM seria analisada levando-se em conta: *1) proposta do projeto no seu início; 2) formas de relação com o Estado; 3) relação com a comunidade e com as empresas; 4) compreensão das relações e conflitos entre militância e ethos empresarial.*

b) Para tentar captar os silenciamentos, o cotidiano nas suas mais variadas contradições, apliquei entrevistas aos professores colaboradores e coordenadores do projeto. Este esforço garantiu uma noção um pouco mais aprofundada das aspirações que movem aqueles que se engajam no CEASM, tendo em vista as contradições daquilo que se espera do projeto e aquilo que realmente acontece cotidianamente. Essa sondagem inicial permitiu identificar algumas pistas a respeito dos pressupostos norteadores do CEASM sob a visão daqueles que o construíram.

Capítulo II – Capitalismo, educação pró-sistêmica e agentes educadores

2.1 Condições atuais da educação nas contradições do capitalismo contemporâneo

O último quartel do século XX e o início do XXI apresentaram novas configurações para as políticas públicas e as formas de organização política da sociedade civil no mundo, mediante transformações no modelo de organização do capitalismo internacional. O objetivo desta seção é analisar estas inflexões dadas pelo capitalismo como resposta à crise do keynesianismo, primeiramente com a instalação do neoliberalismo e, posteriormente, com um rearranjo, denominado social-liberalismo.

Apesar de ser um fenômeno teórico e político relativamente recente, as bases teóricas do neoliberalismo já eram lançadas quando se faziam os preparativos para a Guerra Fria, em 1944. Com o livro *O Caminho da Servidão*, Friedrich Hayek defendia liberdade de mercado contra os seus colegas economistas, que, assustados com o crescimento da URSS, defendiam o Estado de Bem Estar Social. O ataque veemente de Hayek não era dirigido somente aos comunistas, mas aos reformistas do Welfare State, principalmente, o que lhe parecia tão ameaçador, o Partido Trabalhista Inglês. Juntamente com os seus seguidores Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Mariaga, entre outros, criou a Sociedade de Mont Pèlerin, e se lançou numa cruzada na defesa do livre mercado.⁴²

⁴² Ver Perry Anderson, Balanço do Neoliberalismo in Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.

A premissa de desconstrução do público se tornou funcional para a reestruturação capitalista para resolver as crises que o capital enfrentava já na década de 1970 e início de 1980 (Crise da Dívida – 1981). A noção de público, que havia se consolidado como parte constitutiva de conquistas históricas da humanidade, deu lugar a ampliação do privado. O keynesianismo no final da década de 1970 se mostrava em franco desgaste, assim, os governos capitalistas remodelavam a política econômica, possibilitando a elevação da taxa de lucro que despencava. Tem-se como consequência, segundo Brenner,

“Em primeiro lugar, o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, a aparição do excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 1960, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970. (...) a guinada para o neoliberalismo, também iniciada no final dos anos 70, só começou a acontecer depois de as políticas keynesianas de controle de demanda (*demand management*) terem mostrado incapacidade de restaurar a lucratividade e reacender a acumulação de capital.”⁴³

A crise do keynesianismo como forma de reprodução do capital pós-Segunda Guerra Mundial, reconfigurou as políticas públicas mediante a idéia da austeridade fiscal e contenção de gastos sociais numa perspectiva crescente de socialização dos custos da produção capitalista, como afirma Oliveira.⁴⁴

Esta situação remonta ao desgaste do modelo capitalista consagrado como fordismo/taylorismo. Isso não significa uma mudança restrita ao chão da fábrica, mas sim uma implicação fundamental nas formas de sociabilidade do capitalismo. As políticas

43 Robert Brenner, A Crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão In Revista Outubro, nº 3, 1999.

44 Ver Francisco de Oliveira. Os Direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.

públicas relacionadas à educação e os movimentos sociais não passam incólumes a este processo. Transformações decorridas a partir dos anos 1970 com as inovações organizativas do capital, que estenderam sua influência ao âmbito da gestão do Estado, assim como das formas de organização dos trabalhadores, da cultura, política e, especificamente das instituições educacionais.

É neste período, em 1973, com a primeira crise do keynesianismo, quando a recessão se alastra profundamente, que o discurso de Hayek ganha tons proféticos e passa a ter cada vez mais espaço entre os economistas burgueses. Segundo Anderson, Hayek apontava os seguintes entraves para a economia capitalista mundial:

“(...) estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.”⁴⁵

O remédio para esta situação apontada por Hayek era o controle monetário, a contenção de gastos e o aumento expressivo do exército de mão-de-obra reserva para assim enfraquecer os sindicatos e baixar o valor dos salários. Uma série de mudanças na legislação fiscal deveria se encarregar de reduzir os impostos sobre as rendas mais altas. O receituário de Hayek levou alguns anos para se tornar moda entre os economistas. Será apenas em 1979, com a ascensão de Margaret Thatcher na Inglaterra, que se adota de forma sistemática o programa neoliberal. Logo depois tendo a adoção do mesmo modelo econômico-social por Reagan, 1980, espalhando-se rapidamente pela Europa, principalmente na Alemanha com Kohl, em 1982, e com Schluter na Dinamarca, em 1983, só para citar os mais emblemáticos. Apenas Suécia e Áustria iriam resistir ao modelo neoliberal neste momento.⁴⁶

45 Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático, p. 10.

46 Idem.

O contexto de luta contra os comunistas na Guerra Fria foi um fator de coesão ideológica fundamental para o neoliberalismo. No conflito do Afeganistão em 1978 este aspecto cruzadístico se fortaleceu, tornando os anos 1980 um período de adesão crescente de diversos países do mundo ao receituário neoliberal.⁴⁷ Mesmo os setores reconhecidos como progressistas, como os social-democratas, trabalhistas, ou eurocomunistas, que possuíam relação com os movimentos de trabalhadores, gradativamente são ganhos um a um para o programa neoliberal. O caso de Mitterrand, na França, na década de 1980, é o exemplo mais emblemático deste transformismo ideológico ocorrido na esquerda européia. O neoliberalismo, já na década de 1980 se tornara um paradigma hegemônico, mantendo um forte controle da inflação, a desestruturação aguda do sindicalismo, o que ocasionou uma estagnação dos salários. O desemprego, além de enfraquecer os sindicatos, jogava o preço dos salários para baixo. A tributação sobre altas rendas era diminuída, enquanto os salários baixos cada vez mais eram alvo de tributação.

As conquistas do neoliberalismo, contraditoriamente, na medida em que avançavam para os interesses do empresariado não restabeleciam o padrão de desenvolvimento de antes da crise dos anos 1970. Segundo Anderson,

“Então, em todos estes itens, deflação, lucros, empregos e salários, podemos dizer que o programa neoliberal se mostrou realista e obteve êxito. Mas, no final das contas, todas estas medidas haviam sido concebidas como meios para alcançar um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70. Nesse aspecto, no entanto, o quadro se mostrou absolutamente decepcionante. (...) a taxa de acumulação, ou seja, da efetiva inversão em um parque de equipamentos produtivos não apenas não cresceu durante os anos 80, como caiu em relação a seus níveis – já médios – dos anos 70”⁴⁸

47 Idem.

48 Idem.

A espiral especulativa, tão cara ao neoliberalismo, havia desoxigenado o setor produtivo, formando um atrofiamento dos investimentos em produção de mercadorias reais. O lucro monetário a partir dos mercados de câmbio era a tônica das economias mundiais. Apesar deste crescente rombo econômico, o neoliberalismo se manteve sólido, muito em função da queda do socialismo do Leste Europeu. Aliás, são nesses países recém convertidos ao capitalismo, que vão se desferir os golpes mais duros das políticas neoliberais, em que as privatizações e o desemprego vão se alastrar fortemente.

Na América Latina, apesar do pioneirismo do Chile, que instaurou o neoliberalismo a partir de uma ditadura militar nos anos 1970, será no final da década de 1980 que se desenvolverão as iniciativas neoliberais. Jeffrey Sachs na Bolívia, em 1985, Menem, na Argentina, e Carlos Andrés Perez, em 1989, e Fujimori, no Peru, em 1990. Particularmente o México, Argentina e Peru lograram êxito na política de arrocho salarial, privatização, desemprego e política de deflação. Governos com alta concentração de poder no executivo facilitaram uma entrada mais violenta das medidas neoliberais. No entanto, mesmo em governos democráticos a idéia de democracia foi muito associada ao controle da inflação, em contraposição ao passado de ditadura militar de vários países da América Latina, o que abriu uma vaga para expansão do neoliberalismo sob o manto de “democracia de oportunidades”.

Em fins da década de 1980 são iniciadas no Brasil transformações econômicas, políticas e culturais decorridas a partir dos primeiros ecos da consolidação do modelo capitalista neoliberal, formulando um novo padrão hegemônico de sociedade. Momento este que se casava ao processo de reabertura política, em que após os anos de chumbo o país voltava a exercer a democracia eleitoral. A idéia de democracia paulatinamente se alinhava com as mudanças neoliberais que chegavam ao Brasil, tendo sua expressão mais bem sistematizada a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

O Estado, tido como depositário da ineficiência, abre espaço para uma nova onda de liberalização da economia mundial. Seus objetivos primordiais segundo Brenner,

“a sua lógica inicial e primeira foi, mediante a redução do crescimento da demanda, promover, de duas maneiras, a recuperação da lucratividade no âmbito do sistema: 1) aumentando o desemprego, para enfraquecer o trabalho e reduzir o crescimento salarial; 2) forçando um rearranjo (shakeout) no conjunto de firmas de custos elevados e lucros baixos, para deixar apenas empresas de custos baixos e lucros altos no controle dos mercados, elevando assim, a taxa média de lucro.”⁴⁹

As mudanças nos métodos de gestão empresarial refletiam novos elementos de influência social, gerando os pilares de um novo consenso. Politicamente, o neoliberalismo sintetizava a tecnificação das relações sociais para o capital tendo como eixo o dogma mercado. As políticas públicas passam a ter conotação meramente administrativa, de forma que as transformações ocorridas nas formas de produzir, advindas do modelo *flexível* de trabalho e seus desdobramentos, chegavam ao Estado sob a esperança de resolver os anseios do empresariado de alavancar as taxas de lucro. Segundo Dupas,

“Com crescente influência das lógicas organizacionais, o processo de dessimbolização do mundo passa a ter o economicismo e o tecnocratismo como referências centrais. A crise da civilidade e a intensificação do narcisismo levam, assim, a uma emancipação do indivíduo de todo enquadramento normativo, aversão à esfera pública e sua conseqüente desagregação.”⁵⁰

Enquanto no período da Guerra Fria a polarização ideológica tomava expressão clara predominantemente no embate entre os partidos políticos e movimentos sociais, se observa que no neoliberalismo a política se repolitiza enquanto atributo técnico, em espaços organizativos que se revestem de autoridade meramente administrativa.

“A primazia dos mercados globais incluiu a privatização do conceito de cidadania, construindo a metáfora da soberania popular triunfando sobre Estados coercitivos para assegurar a liberdade individual. Após a

49 Robert Brenner, A Crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão in Revista Outubro. Nº 3, (1999), p. 12

50 Gilberto Dupas, Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado, p. 15.

queda do Muro de Berlim algumas mentes mais afoitas chegaram a criar a fantasia de que a questão da liberdade havia sido resolvida por exclusão de alternativas.”⁵¹

Preceitos empresariais como produtividade competitividade, polivalência, livre iniciativa serão balizares para uma nova concepção de público. O Estado nessa perspectiva se aparta da sociedade civil em um grande abismo, que relega a participação política a uma ação meramente colaborativa entre empresas, cidadãos e Estado. Segundo Dupas, “(...) a sociedade civil como tal se definiu como a alternativa de delimitar um espaço neutro e autônomo em relação ao Estado e à política a partir da separação entre conceitos de *política* e *sociedade*, e entre os conceitos de *economia* e *Estado*.”⁵²

Uma dita “auto-organização” da sociedade civil, imbuída de um suposto apelo democrático, se furta de um projeto alternativo de sociedade. Deixa-se de pressionar o Estado por direitos sociais, desobrigando o Estado de garantir os direitos universais.

A idéia de uma coletividade dedicada apenas às demandas setorizadas, dentro do âmbito particularista é forjada como solução em relação a uma dita incapacidade do Estado de gerir as demandas sociais, cabendo a esta sociedade civil ações focalizadas de melhoria das suas condições.

“(…) o sentido da *responsabilidade social das empresas* liga-se, ainda que indiretamente, à substituição da idéia de deliberação participativa, sobre os bens públicos pela noção de gestão eficaz de recursos sociais, cuja distribuição é decidida aleatoriamente e privadamente; nesse sentido, essas práticas privadas diluem a referência pública na tentativa de redução das injustiças sociais”.⁵³

51 Idem, p 14.

52 Idem. p. 24.

53 Idem. p. 18.

Notemos que a idéia de coletividade não é meramente apagada, pelo contrário, é reapropriada de forma, no entanto, enquanto somatórios de indivíduos da sociedade civil. Estes indivíduos “coletivamente” teriam a tarefa de aprimorar técnicas de otimização de mobilização de pessoas para gerir, cortar gastos, produzir de forma cada vez mais intensa. O mercado mundializado solidifica novas formas de relação social baseada numa concepção em que se expandem as apropriações da subjetividade humana perante os desígnios do mercado.⁵⁴ De acordo com Neves, “(...) o Estado assume cada vez mais um papel educador, na medida em que passa a propor a condução de amplos setores da população a uma reforma intelectual e moral adequada ao projeto de sociabilidade dominante e dirigente.”⁵⁵

O neoliberalismo em fins da década de 1990 apresentava um desgaste, fruto de sua própria lógica de desemprego, privatização e ampliação intensa da miséria a nível mundial. Há uma reacomodação econômico-social, no intuito de atualizar o consenso para os novos dilemas surgidos com duas décadas de neoliberalismo. Ganha expressão o pensamento de Anthony Giddens, popularizado como Terceira Via ou social-liberalismo.

A Cúpula da Governança Progressiva se reuniu em quatro oportunidades: 1999, em Florença; 2000, em Berlim; 2002, em Estocolmo; 2003, em Londres. E uma série de críticas foram aprofundadas em relação à ortodoxia neoliberal, que teria sido responsável por revoltas sociais em diversos locais do mundo. A desregulamentação absoluta do mercado é criticada como sendo uma das características econômicas responsáveis pela situação de desagregação

54 Gilberto Dupas. *Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado*.

55 Lúcia Neves Apresentação in *Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*.

social, mantendo-se, porém, os ataques ao socialismo e a social-democracia, sempre tendo como pano de fundo a negação do protagonismo da classe trabalhadora. A eleição é tida como elemento democrático fundamental para a estabilidade da ordem, dentro dos parâmetros de favorecimento ao grande capital. Este programa tem como seu principal propagandista, a princípio, Tony Blair, que com a autoridade de um trabalhista se postava como linha de frente do grande empresariado internacional.⁵⁶

Dentro desta corrente teórica que surgia a tecnologia era tida como elemento fundamental para o estabelecimento de um plano cultural de novo tipo capaz de forjar valores e hábitos comungados de acordo com a mundialização do capital financeiro. O aspecto subjetivo é enfatizado como fundamental para a criatividade e interatividade social. A sociedade civil ativa voltada para a prestação de serviços. Uma clara aproximação dos teóricos da informação.

O Estado é alvo de ações que se pautam nos seguintes princípios: descentralização; democratização; transparência; eficiência administrativa; espaços de participação; função reguladora dos riscos sociais, ambientais e econômicos. As ONGs ganham status de política de Estado, de modo a exercer uma relação de elo com o setor privado, em que a sociedade civil deve ser ativa: parcerias com o Estado, auto-organização por grupos de interesse; comunidades na resolução de seus próprios problemas; pacto social. Tudo isso bem afinado com alguns elementos básicos do liberalismo clássico como a liberdade individual, Estado como instância acima das classes e economia livre.⁵⁷

⁵⁶ Ver A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.

⁵⁷ Idem.

Este novo padrão de sociabilidade defendido pela Terceira Via tinha como propósito a “restauração das solidariedades danificadas”. A coesão social cívica se restabelece no âmbito da comunidade. Forjam-se novos agentes políticos que atuarão nesta perspectiva. A ação comunitária no controle dos crimes, a família, a responsabilidade social e a idéia de pacto social, como expressão do bem comum, engendram um novo consenso, extremamente dedicado aos aspectos subjetivos da reprodução da vida humana. O Estado é o agente educador fundamental neste processo, segundo Giddens, “O Estado não deve remar, mas sim assumir o leme: não apenas controlar, mas desafiar.”⁵⁸

O caráter fomentador se dá a partir do incentivo de que empresas, Estado e comunidades se unam, superando os dilemas sociais a partir de suas próprias ações colaborativas. Esta síntese se apropria também de elementos da contribuição teórica de Hayek, como o controle da inflação, economia de mercado competitiva, ampliação do desemprego, a recusa aos direitos sociais. O capital social é a mola rejuvenescida desse sistema, formando uma nova pedagogia da hegemonia. Ou seja, a repolitização da política de acordo com os desígnios da reprodução ampliada do capital, aprofundando a relação público-privada tendo as ONGs como grandes protagonistas. A consciência política do social-liberalismo é desconectada da realização real do mundo, ou seja, de suas determinações econômico-sociais. O capital social, compreendido como elemento educador no seu sentido mais amplo se dedica ao manejo das emoções e da cognição para atender às necessidades de ampliação das relações de produção. A conservação das relações sociais é o cerne. Segundo Neves e Sant’Anna, “A Terceira Via desresponsabiliza o capital, desresponsabiliza a história e responsabiliza os sujeitos e suas associações pela

58 Giddens, 2001 b, p. 16 9 (P.56 – Nova Pedagogia da Hegemonia)

garantia da estabilidade social, política e psicológica profundamente abalada pela eliminação de um horizonte de transformação”.⁵⁹

O apelo a uma justiça social construída pelos de baixo é bem demarcada no discurso da terceira Via, denominada por Giddens como a *democracia dialógica*. Uma nova relação de comunhão entre família e trabalho, de forma a colocar a participação coletiva como uma ressignificação das lutas sociais, de modo que pareçam anacrônicas à esta “nova sociedade”. O envolvimento cívico é propagado pelo Estado, preparando os trabalhadores para uma pactuação com o capital, de modo a obscurecer a polarização entre esquerda e direita.

Pode-se perceber um elo de continuidade entre a contribuição liberal clássica, o neoliberalismo e a Terceira Via. Forja-se uma humanização do neoliberalismo, no intuito de abrandar a desagregação social produzida. O individualismo um dos fios condutores entre as três correntes é retomado pela Terceira Via em um grau mais complexo. A polivalência, flexibilidade, a tecnologia elevam o indivíduo ao *autogoverno*, sempre numa relação não-econômica, em que a consciência política não se realiza na relação de classe, mas no imediatismo de grupos setorizados. O peso da miséria social nesta lógica recai sobre o indivíduo, numa continuidade entre a teoria do capital humano e a teoria do capital social. Os grandes organismos internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial (BM) baseiam suas orientações na teoria do capital social, se apresentando como incentivadores da mobilização de comunidades para programas focalizados em regime de parceria com empresas e Estado. A sustentabilidade do sistema capitalista estaria resguardada nesta capacidade de ampliar programas de cunho particularista.

59 Kátia Lima e André Silva, A Nova Pedagogia da Hegemonia in A Nova Pedagogia da Hegemonia...

A educação, no seu sentido amplo, ganha centralidade para a Terceira Via, sendo o momento ético-político de exercício e reprodução do consenso. A nova pedagogia da hegemonia consubstancia uma coesão moral e intelectual para as exigências de mercado.

Nesse contexto, a educação, no que se refere à política pública, passa a ser pautada pela noção de *serviço*, já esboçada desde o estabelecimento dos Tratados de Livre Comércio, a partir da Organização Mundial do Comércio, na segunda metade da década de 90, reestruturam o ensino no Brasil sob a pressão dos organismos financeiros internacionais, restringindo cada vez mais o acesso à educação pública de qualidade nas universidades.⁶⁰ Este processo gradativo de privatização do ensino público superior brasileiro tem seus contornos mais contundentes estruturados a partir da implantação do neoliberalismo na década de 1990, no entanto, esta transformação de concepção de educação já pode ser observada nas reformas educacionais das décadas de 1960 e 1970 (MEC-USAID). Apesar disso, é notável o quanto, na década de 1990, a educação muda qualitativamente, se enquadrando como mercadoria de um modo nunca antes visto⁶¹.

No contexto da ditadura empresarial-militar, o Estado ampliava fortemente a sua esfera de atuação por meio da criação ou do fortalecimento de estatais em setores estratégicos como energia, telecomunicações, agricultura, saúde, minérios e metalurgia, entre outros, o que requeria a ampliação de quadros qualificados e adaptados a esse modelo de modernização conservadora. Entretanto, o governo empresarial-militar não concebia que essa universidade formadora de quadros de maior sofisticação deveria ser extensível a todos. A massificação, em

60 Roberto Leher. Estratégias de Mercantilização da Educação e Tempos Desiguais dos Tratados de Livre Comércio: o caso do Brasil.

61 Idem.

consonância com anseios da classe média ascendente, deveria se dar por meio de instituições privadas que passam a contar com incentivos fiscais, notadamente por meio de isenções no imposto de renda. Essa orientação é fortalecida com a afirmação, no Brasil, das políticas neoliberais, o que ocasiona nos anos 1990 uma “corrida” para as universidades a fim de qualificar a mão-de-obra frente às exigências do mercado de trabalho a partir de instituições privadas de ensino, aos moldes empresariais e não mais meramente confessionais ou filantrópicas como se observava anteriormente.

Esta demanda se relaciona com uma reestruturação produtiva capitalista que ocorria no mundo e chegava ao Brasil neste período, em que, as formas de exploração da força de trabalho ganhavam novos contornos. A educação se mercantiliza de modo a proporcionar a auto-valorização do capital em duas vias como educação-mercadoria, ou seja, espaço de investimento de capital comercial, de modo a desenvolver um robusto comércio de serviços educacionais, proporcionando altos lucros aos seus proprietários. Em relação complementar, a mercadoria-educação é como o outro lado da moeda, em que se desenvolve uma relação em que a produção de conhecimento está intimamente ligada às formas de valorização do capital, numa relação imbricada com o setor produtivo.⁶²

As exigências do mercado colocam uma tendência à educação brasileira de cada vez mais adequar as relações político-pedagógicas ao desempenho específico do trabalho, de modo a fomentar a idéia de que a educação é meramente instrumental para a produção de *valor de troca*. O novo quadro formado foi capaz de aprofundar ainda mais as desigualdades referentes à democratização da educação, já que serão os filhos mais pobres da classe trabalhadora os que terão o “passaporte para o mercado de trabalho” negado. Isto significa na prática que o nível de competição da educação atualmente tende às mesmas formas daquelas reproduzidas

62 José Rodrigues, Os Empresários e a Educação Superior, p. 6.

no mercado de trabalho, assim, as classes mais baixas têm a sua frente à precarização do trabalho e da educação como destinos certos. O aumento expressivo de um exército de mão-de-obra com nível superior baixa os salários dos trabalhadores mais qualificados, além disso, se relaciona a uma política de dominação imperialista, em que os países centrais passam a dominar cada vez mais intensamente a produção de tecnologia e conhecimento.

O apelo midiático culpabilizador das individualidades dos atingidos pela miséria, institui como lei que a qualificação da mão-de-obra é o caminho para a ascensão social. A contribuição de Bourdieu, principalmente, teve o mérito de mostrar o quanto a experiência de vida carrega em si, os elementos culturais necessários para a decodificação das relações de ensino-aprendizado permitindo a produção do conhecimento. O conceito de capital cultural mostrava o quanto a escola não poderia dar conta de todos os males do mundo. Uma transformação profunda seria necessária para que a desigualdade pudesse ser superada. Os elementos informais eram valorizados, a partir do conceito de capital cultural. Segundo Bourdieu,

“A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como um hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes de diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar”, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe.”⁶³

Esta contribuição acabou sendo utilizada para fins distintos. A teoria do capital social a utilizou em alguns de seus preceitos, ainda que negando a contextualização das distinções de classes, mas afirmando categoricamente que todos deveriam se lançar para uma competição não só pelo emprego, mas pela qualificação educacional, e posteriormente, apenas para o aumento de capital cultural, nos seus aspectos mais fluídos e informais. Escolas e

63 Pierre Bourdieu, *Escritos de Educação*, p. 73.

universidades se abrem pra a sociedade, fazendo valer as críticas ao caráter formalista da educação, contudo sob o prisma conservador de mercado.

Iniciativas de educação popular relacionadas ao vestibular passam a se multiplicar, como os pré-vestibulares populares e, posteriormente, na década de 1990, as ONGs se apresentarão como solucionadoras dos malefícios da pobreza via educação. O acesso ao vestibular, aquisição de bens culturais e todo tipo de treinamento para o mercado de trabalho vai passar a ser oferecido às comunidades pobres. A educação, antes tida como direito social, passa a ser tida como serviço a ser prestado por setores privados, a partir da sociedade civil em sistemas de “parcerias”. As parcerias público-privadas dentro das instituições públicas de ensino e as ONGs vão dar o corpo para a nova concepção de público.

Projetos sociais ligados à educação passam a ser construídos pelos setores populares como alternativas em resposta ao alto grau de precariedade da educação pública. O caráter destas iniciativas era bem diverso, em alguns casos de corte individualista, dentro do imaginário *self made man*, tendo a educação como atributo de ascensão social, em outros casos como parte de ações de movimentos sociais, interligando a educação popular ao ativismo político por direitos sociais, relacionados, principalmente, à educação.

Ainda no final da década de 1980, surgem no Brasil as primeiras iniciativas de pré-vestibulares voltados para os considerados de baixa renda e negros. O movimento negro que criticava o caráter elitista e preconceituoso das universidades, juntamente com a ala progressista da Igreja Católica e movimentos populares iniciaram um trabalho de preparação educacional para aqueles que tiveram poucas oportunidades para se preparar para o vestibular. Reconheciam na universidade uma forma de emancipação a partir do conhecimento e como maneira de galgar melhores condições no mercado de trabalho. Visavam superar as barreiras de acesso à universidade que se cristalizavam no vestibular, como impossibilitador àqueles de origem popular, em geral, oriundos de escolas públicas, moradores da periferia e negros.

Uma experiência embrionária foi desenvolvida pela Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ASSUFRJ), atual Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ), no ano de 1986, com o Curso Pré-Vestibular, numa proposta voltada para atender aqueles trabalhadores da UFRJ que se encontravam alijados da possibilidade do acesso à universidade. Em 1992, no morro da Mangueira, foi desenvolvido um trabalho pioneiro denominado Mangueira Vestibulares, que visava atender a população da Mangueira excluída das possibilidades de ingresso na universidade. Na Bahia, no mesmo ano, o projeto Cooperativa Stike Biko tinha no seu interior um pré-vestibular popular voltado para a periferia de Salvador. Em São Paulo, os pré-vestibulares populares tiveram início a partir das discussões surgidas na Pastoral do Negro no período entre 1989 e 1992, que acabou desembocando numa ação afirmativa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instituindo um apoio financeiro de 200 bolsas de estudo concedidas pelo Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns para estudantes do Movimento Negros e Populares. No bojo destas iniciativas foi criado o projeto PVNC (Pré-Vestibular para Negros e Carentes), que visava atender a demanda da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. Este possui como traço marcante, desde 1994, a concepção de movimento social, postulando propostas de transformação das condições de “negros” e “carentes”, baseando-se nas discussões coletivas a partir das articulações entre os seus vários núcleos. Além destes, há diversas experiências de pré-vestibulares populares desenvolvidas em escolas, universidades, associações de moradores e Igrejas por todo o Brasil, que vêm na universidade um espaço de conquista de espaço social.⁶⁴

Outro movimento importante relacionado à educação foi o das ONGs. Mais à frente farei um histórico mais detalhado da formação das ONGs e suas influências sobre a área da

64 PVNC. Carta de Princípios do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Rio de Janeiro, abril de 1999.

educação. Ligadas a ações educacionais de cunho mais episódicas, em geral, cursos de formação técnica, ou para as artes e esportes, as ONGs são a expressão mais viva do referencial do capital social, principalmente na virada da década de 1990. Esta tendência foi muito incentivada pelos organismos financeiros internacionais, que passaram a ter um papel protagonista na organização do capitalismo internacionalmente. O que importa neste momento é entender este fenômeno, como relação entre uma nova modalidade de imperialismo capitalista e o processo de abertura política no Brasil, com as forças populares se reorganizando na sociedade civil em um novo consenso burguês no país, o que implicava em aparelhos de hegemonia atuando em maior número.

As ONGs amparadas por farta propaganda, apoio do Estado e organismos financeiros internacionais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) tiveram no início da década de 1990 uma grande explosão multiplicação destas entidades. O Ibase teve um papel pioneiro, estabelecendo relação entre os movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, particularmente o PT. Paulatinamente o Ibase fez incursões cada vez maiores em suas relações com as empresas e como defensor do ideal de autonomização da sociedade civil, e das parcerias público-privadas.⁶⁵ Este exemplo ganha expressão na figura de Betinho e as ONGs passam a ter grande destaque nas questões relacionadas à educação com o oferecimento de cursos profissionalizantes, aulas de artes e esportes. Em geral, tendo como prioridade a preparação para o mercado de trabalho e a aquisição de bens culturais.

O governo Fernando Collor inicia uma escalada crescente do setor privado nas áreas de atuação do Estado, no entanto, vai ser ao longo do governo Fernando Henrique que o neoliberalismo vai se consolidar como bloco histórico. As privatizações, a flexibilização das leis trabalhistas, o desemprego, o controle da inflação baseado em arrocho salarial, o aumento

⁶⁵ Ver Carlos Fico, Ibase – Usina de Idéias e Cidadania.

expressivo do endividamento público como forma de atração de capitais, forjavam as bases de um novo padrão de reprodução ampliada do capital. A capacidade de defesa de direitos sociais dos trabalhadores estava comprometida já que os sindicatos, antes combativos, refundados durante a abertura política na década de 1980, no campo do classismo, contra o patronato, passaram a se dedicar a um atrelamento ao governo, restritos a uma relação fisiológica aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tendo como protagonista a CUT.⁶⁶

A corrente teórica que sustentava tais ataques aos direitos sociais, compreendia que a sociedade civil, antro dos indivíduos livres, seria capaz de remodelar a educação para uma expansão calcada no privado. O Estado, vetor da ineficiência deveria ser modernizado a partir da iniciativa privada, que primaria pela eficiência. A rivalidade entre público e privado é instituída, tendo como objetivo a expansão da educação. No entanto, este descrédito ao público, que teria relação com o bem estar coletivo, é harmonizado em discurso nas parcerias público-privadas. As parcerias público-privadas, a reforma da previdência e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) foram o carro chefe de medidas que abriam uma vaga para o grande empresariado ocupar, auferindo grandes lucros com a educação.

A resignificação do conceito de público se constrói no desencanto da educação como redenção da humanidade. De modo que diversos setores do grande empresariado se apropriarão das críticas feitas pela esquerda ao caráter burocrático das instituições educacionais, formalismo pedagógico, desgarramento em relação à realidade dos alunos e tantos outros questionamentos, contudo, de modo a favorecer a tese de que tais características se alicerçam no já antiquado caráter público da educação. Ocorre uma relação íntima entre as reformulações capitalistas de reprodução do capital e as inovações que serão desenvolvidas na educação. Apresentarei um breve histórico entre os desgastes do Estado Providência e a

66 Marcelo Badaró, Reorganizando em Meio ao Refluxo.

formação de uma onda de críticas às instituições de ensino, assim como às remodelações políticas na concepção de educação e suas conseqüências nas políticas públicas.

O desencanto com a as instituições educacionais veio logo após o período de 1945-1975 marcado pela procura massiva pelas escolas e universidades, os chamados “Trinta Gloriosos”. Canário denomina este período como um “tempo de promessas” de desenvolvimento social, mobilidade social e igualdade, embalada de forma entusiasmada pelos teóricos do capital humano. As crises capitalistas nos anos 1970 iniciam um estremecimento nos pilares do Estado de Bem Estar Social.⁶⁷

A escola ou as instituições de ensino passaram a ser questionadas sobre o seu caráter extremamente formalista que, em muitos momentos, dificultava mais do que ajudava o fomento à produção de conhecimento. Além disso, ao contrário do que a teoria do capital humano bradava, nem mesmo a escolarização massiva da população mundial foi capaz de superar por si só os conflitos ambientais, guerras, crises econômicas, políticas (golpes de Estado), desigualdade sociais e opressões específicas. O positivismo tardio sofria seu grande baque diante da utilização da técnica e da ciência em prol da violência, da miséria humana e da exploração irrestrita do meio ambiente. A cidadania como produto da vivência escolar também foi questionada nos países ricos, que mesmo com altos índices de escolaridade mantinham grande apatia nas decisões políticas. Curiosamente é neste período de questionamentos sobre os rumos da escola é que se observa uma expansão avassaladora da escola enquanto entidade.⁶⁸

67 Ver Rui Canário. Escola – crise ou mutação?

68 Idem.

Muitas críticas surgiram neste período em oposição à idealização da educação como resposta a todos os males da humanidade, em oposição à versão corrente no pós-guerra com a ascensão da teoria do capital humano. A crítica ao autoritarismo do Estado nas suas ações relacionadas à educação ganhou muita expressão, principalmente após o Maio de 68, momento apoteótico de crítica às instituições, ao capitalismo e ao autoritarismo soviético. Neste contexto pode-se destacar a contribuição de Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron com a obra “A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino”, de 1970. As contribuições sobre educação neste período, no entanto, têm duas vertentes distintas a respeito do tradicionalismo da educação: Paulo Freire com “A pedagogia do Oprimido e Ivan Illich com “Uma sociedade sem escola”. Tem se aí o divisor teórico entre duas alternativas para a educação. A primeira ligada a uma relação com os movimentos sociais, em que a crítica está delimitada como a expressão de uma educação dos trabalhadores e pelos trabalhadores. Enquanto que Illich esboça os primeiros traços do neoliberalismo na educação.

Um exemplo interessante do pioneirismo da defesa da privatização da educação se observa na famosa obra de Ivan Illich, “Uma Sociedade sem Escolas”, um estudo extremamente engajado nas ações de corte de gastos públicos com a educação. Illich faz uma caracterização sobre os males da escolarização da sociedade, que acarretaria o aprofundamento da desigualdade social. O Estado nesta perspectiva manteria um controle monopolista e autoritário sobre as formas de saber, em que “a confiança no tratamento institucional torna suspeita toda e qualquer realização independente.”⁶⁹ Suas reflexões apontam para um rompimento com as amarras da institucionalização, tendo em vista a caráter libertário dos saberes socialmente construídos nas comunidades. O aparente flerte com o ideal libertário

69 Ivan Illich, *Sociedade sem Escolas*, p. 23.

mostra seu conservadorismo quando busca mostrar que as políticas públicas, são por essência fomentadoras da desigualdade. Segundo Illich,

“Permitimos que o Estado ausculte as deficiências educacionais universais de seus cidadãos e crie uma repartição especializada para tratá-las. Partilhamos, portanto, da ilusão de que é possível distinguir entre o que é educação necessária para os outros e o que não é; exatamente como as gerações passadas que faziam leis para definir o que era sagrado e o que era profano.”⁷⁰

Assim, o desfecho de suas propostas é a superação do “autoritarismo” e “paternalismo” do Estado nas políticas públicas a partir da disseminação do particularismo, já que o universalismo seria, inevitavelmente, expressão da generalização administrativa burocrática e ineficiente.

A opção aos desmandos do Estado seria uma espécie de livre concorrência social, baseada no programa de bolsas, proposto por Milton Friedman, um sistema de créditos individuais, em que “pontos de encontro” em espaços privados seriam suficientes para superar o legado da escola, apontada como ineficiente e burocrática. A idéia de “educação incidental” seria utilizada como resposta a alienação da educação escolar. Utiliza-se a conceituação de alienação difusamente, em que, a sua superação seria via vontade quase natural das pessoas pelo conhecimento prático. Apesar de suas aspirações ultra-liberais, Illich utiliza as contribuições de Marx e Paulo Freire para sustentar a sua tese de que a sociedade deve ser “desescolarizada” a partir da iniciativa privada.

Nota-se que já em 1973, ano da obra, algumas características centrais das políticas neoliberais como ataque às políticas públicas, relacionando-a a um Estado enquanto ente burocrático autoritário e ineficiente. A idéia de universalização de direitos sociais é encarada

70 Id. Ibid, p. 54.

como gasto desnecessário, que pouco teria efeito para a melhoria da vida das pessoas. A desigualdade é resolvida no âmbito particular a partir das empresas privadas e de uma boa vontade solidária entre aqueles que estariam dispostos a compartilhar o conhecimento a partir da informalidade.

Apesar do anarco-liberalismo feroz de Illich não ter se concretizado, alguns elementos-chaves de suas propostas foram incorporadas como princípios de governos neoliberais quando dedicados à educação. A expansão da educação passou a ser tida como responsabilidade da sociedade civil, conforme a perspectiva de Giddens. Assim, se empreendeu uma expansão precarizada da educação a partir da parceria com o setor privado, mediante terceirizações, contratos precarizados de funcionários da educação, falta de verbas para materiais e *produção* de conhecimento em detrimento da *reprodução* do conhecimento.

O resultado é alarmante. Nas escolas públicas do Brasil têm-se 35 milhões de matriculados, 4 milhões são reprovados e 3 milhões simplesmente abandonam os estabelecimentos de ensino. O analfabetismo é um problema encontrado em 800 mil dos que terminam a quarta série. Já no ensino médio o quadro não é diferente, mesmo com as formas de incentivo a aprovação desmedida, apenas 1,8 milhão concluem o ensino médio. Segundo Leher, “cerca de 169 mil escolas existentes, 11% não possuem água e esgoto e 23% sem energia elétrica, 77% não possuem biblioteca, 95% não possuem sala de ciências e 86% não possuem o conjunto vídeo-tv e parabólica. Em todos os estados existe o turno da fome, de 11h às 14h.”⁷¹

A educação antes da década de 1970 se restringia aos centros urbanos, atingindo uma pequena parcela da população, mas mantendo certo padrão de qualidade, seguindo as exigências para a formação de quadros para o sistema produtivo, que se expandia de forma

71 Roberto Leher.

dependente. As exigências de escolarização eram mínimas no mercado de trabalho até então, apenas os cargos altamente qualificados, em geral ligados a indústria exigiam esta formação educacional mais aprofundada. Além disso, boa parte das instituições eram públicas. Notadamente, já no período da constituinte, os objetivos dos empresários da educação se apresentam como parte de uma transformação na concepção de educação. A educação tem seu peso dividido com os setores da sociedade civil, abrindo uma brecha expressiva para as formas de ensino privado, de acordo com as novas características da Constituição.

A sociedade do desemprego, forjada no neoliberalismo, se coaduna perfeitamente com as transformações na educação. A precarização do trabalho, em que pese a flexibilização das leis trabalhistas, se oficializa no sub-emprego como *trabalho digno* e impõem exigências à educação neste processo. As formas de trabalho mais precárias são destinadas aos mais pobres, que tiveram ao longo da vida uma educação precarizada, ou seja, segundo Pochmann, a educação precarizada forma para o trabalho precarizado.⁷² O desemprego entre jovens entre 15 e 24 anos chega a 18%, representando cerca de 50% do desemprego nacionalmente, segundo o IBGE (PNAD) no ano de 2001. Desta parcela da juventude apenas a metade segue a relação faixa etária e série escolar, além disso, a maioria dos que não estudavam se dedicavam a alguma forma de trabalho, 10,6 milhões e, mesmo os que são inativos, 35,3% não estudavam.⁷³

Tal disparate é totalmente diferenciado se agregarmos a esta análise um corte de renda alto. Os jovens de classe alta possuem um nível de acesso aos trabalhos assalariados bem acima da média, 77,1%, sendo 49% com empregos de vínculo formal. Já os jovens de classe baixa

72 Ver Márcio Pochmann. Educação e Trabalho como Desenvolver uma relação virtuosa.

73 Idem.

possuem 41,4%, e sendo apenas 25,7% em regime formal de trabalho. Os postos de trabalho ocupados são diferenciados, pois enquanto os jovens ricos raramente ocupam empregos domésticos 7,9%, já 46,2% dos jovens pobres ocupam este tipo de emprego e apenas 26,8% são remunerados. O desemprego também é diferenciado. Entre os jovens de classe alta 11,6% se encontram desempregados, enquanto os de renda baixa ficam em 26,2%. A educação, portanto, tem suas características variadas de acordo com o corte de classe, visto que, enquanto dos estudantes pobres apenas 38,1% estudavam, já os jovens abastados 80% mantinham vínculo escolar constante.⁷⁴

Num regime de deteriorização das formas de trabalho e do aumento do desemprego, a educação se torna elemento de reafirmação da lógica pragmática do capital. Isto significa que o alastramento do desemprego avança, inclusive, sobre os setores mais escolarizados, como se observa no período entre 1992 e 2002 quando o desemprego daqueles com 14 anos de escolaridade cresceu 76,9%, 3 vezes mais que o ritmo de crescimento dos setores com apenas 3 anos de escolaridade. O que comprova claramente o equívoco dos teóricos do capital humano e capital social, pois a educação em momentos históricos de estagnação econômica nada mais faz do que educar para as condições precárias de trabalho postas.

Pochmann observa uma interessante inversão nas condições de trabalho e educação das classes sociais em 2002. Enquanto nas classes altas as taxas de desemprego sofrem uma queda com menos escolaridade, de 9 anos em diante de estudo, já entre as classes baixas o desemprego cresce à medida que a escolaridade aumenta. Num cenário de escassez de emprego e desigualdade de classe, gênero e raça (no sentido amplo do termo), os pobres ficam, ou com o desemprego, ou com os empregos mais precarizados. Isto é, a formação escolar e acadêmica é forjada para preparar para o desemprego, ou o subemprego. Esta

74 Idem.

situação é fruto de “uma demanda contida – já que, em face da estagnação econômica, as empresas restringem o seu nível de produção – a pressão desses segmentos (com 1º e 2º completos) contribui para a queda da renda, o que é agravado pelo cenário de informalidade, precarização e baixa sindicalização da mão-de-obra.”⁷⁵

Nesse contexto, o máximo que se consegue é aumento restrito da renda de acordo com o aumento da escolaridade, e, no entanto, o ingresso a estes postos de emprego vem diminuindo vertiginosamente. Forja-se aí a condição mais atual da educação no país, em que há uma tendência crescente de educar para o desemprego e o sub-emprego, de acordo com as premissas do capital social. É este o pano de fundo das ONGs, movimentos sociais e instituições de ensino que se propõem a resolver as dificuldades sociais de acordo com o “investimento” em educação.

Deve-se ressaltar que há uma tendência de se oficializar uma sub-educação como terreno do possível. O caráter aligeirado, superficial, descomprometido com a produção do conhecimento teria a dupla funcionalidade de exercer uma nova pedagogia da hegemonia, uma educação para o conformismo, além de reduzir os países dependentes a meros reprodutores de tecnologia.

2.2 A teoria do capital humano

A produção teórica no pós-Segunda Guerra foi marcada de forma indelével pelas disputas operadas no cenário da Guerra Fria. A educação passou cada vez mais a ter um papel central nas políticas públicas de Estado, seja no lado do “socialismo real”, seja no lado do capitalismo. A ampliação da educação em escala internacional deve ser situada, portanto, num

75 Márcio Pochmann. Educação e Trabalho como Desenvolver uma Relação Virtuosa, p. 389.

quadro de disputa por consciências no estabelecimento da hegemonia do capital e a da burocracia.

Este acirramento na disputa por consciências se forja diante da devastação econômico-social produzida no pós-Segunda Guerra na Europa, com o avanço do imperialismo internacionalmente, aprofundando desigualdade social gritante entre os países centrais e os dependentes. A educação, portanto, adquire papel central na tentativa de equalização das desigualdades sociais entre os países. A teoria do capital humano seria a base teórica do desenvolvimentismo a partir da escola. Sinteticamente, segundo Vicenzi, o objetivo da teoria do capital humano era,

“uma teoria coerente e bem acabada, que explicasse a variância da produtividade social e dos ganhos individuais existentes nas diversas sociedades: a constatação de que as transferências de capital feitas pelos Estados Unidos para a Europa, através do Plano Marshall, produziram grande rentabilidade, enquanto os investimentos similares realizados nos países da América Latina e da África renderam, comparativamente, pouco.”⁷⁶

Frigotto mostra o quanto o seu desenvolvimento, enquanto teoria, e, inclusive, plataforma política, está ligada aos pressupostos da teoria econômica marginalista, os neoclássicos. Uma postura metodológica marcada pelo positivismo, isso porque compreendem a economia a partir de partes isoladas, os indivíduos. A noção de individualismo teórico fundamenta a ligação entre educação e as teorias econômicas neoclássicas na perspectiva de engrandecimento do senso comum.

Na década de 1950, principalmente entre os intelectuais ingleses e estadunidenses a teoria do capital humano dava os seus primeiros passos. A idéia de desenvolvimento econômico, tão perseguida neste período, ganha eco, e se corporifica na educação, base desta teoria. Segundo estes pensadores, a equidade social poderia ser atingida pela educação, em que o incremento das formas mais modernas de infra-estrutura de produção, fruto de uma capacitação maior da

76 Letícia Vicenzi. Educação como Capital Humano, p. 19.

força de trabalho, trariam benefícios para a sociedade como um todo. Esta visão dos neoclássicos se baseia na idéia de que para sair da condição de pré-capitalista seria necessário o desenvolvimento econômico, o que permitiria, naturalmente, a distribuição da riqueza posteriormente, a chamada “teoria do bolo” (crescer o bolo, para partí-lo no futuro).

Já na década de 60 a teoria do capital humano se encontrava bem desenvolvida, tendo como principais expoentes: Theodore W. Schultz, Edward Denison, Friedrich Edding, Gary S. Becker, Robert M. Solow, F. H. Harbinson e C. A Myers. Os estudos tinham o objetivo de avaliar a rentabilidade dos gastos empresariais em treinamento profissional, e depois, mecanicamente transposto para a educação em geral. T. Shultz ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 1979, notabilizando a teoria do capital humano. Difundiu a visão de que “a educação, então, é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Nesse sentido é um investimento como qualquer outro.”⁷⁷.

No âmbito microeconômico “a educação passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda.”⁷⁸ A teoria do capital humano, portanto, é uma vertente teórica explicativa da condição dos países nas disputas capitalistas internacionais (teoria do desenvolvimento), assim como um elemento ideológico que consolida a noção de culpabilização do indivíduo frente as dificuldades sociais.

77 Gaudêncio Frigotto. A Produtividade da Escola... p. 40.

78 Id., *ibid.*, p. 41.

A criatividade dos autores na busca por cálculos que mostrassem concretamente os ‘ganhos’ que a educação poderia proporcionar era intensa. Shultz, por exemplo, propõe o cálculo da “taxa de retorno” em educação, ou seja, subtrair a soma dos custos realizados em educação, da soma dos benefícios líquidos que lhe podiam ser atribuídos. Assim: “a suposição básica era a de que a educação elevaria o nível de desenvolvimento cognitivo e a competência técnica dos indivíduos, e que esse aumento explicaria a relação entre o nível de escolaridade e o aumento da capacidade produtiva individual, e, assim, da remuneração dos trabalhadores.”⁷⁹

Consideravam-se outros fatores como discriminações (lugar, credo, etnia etc.), mas o principal seria a educação. Até mesmo a discriminação é apontada como, em parte, produto da falta de escolaridade.

A teoria do capital humano não é monolítica sua constituição esteve permeada por discussões e polêmicas. Já nos anos 60, os trabalhos de Harbinson e Myers a partir de comparações internacionais são os de maior impacto nesta área. Apresentam a educação como solução para os países pobres, para o desenvolvimento social e a distribuição de renda. Seus estudos chegaram à conclusão de que a educação estava intimamente ligada ao fato dos países serem ricos. Tal afirmação gerou críticas dos adeptos da teoria do capital humano. Posteriormente houve a introdução do “fator H” (recursos humanos) numa função neoclássica de produção (fórmula de Cobb-Douglas), onde toda a variação de PIB ou de renda per capita não explicada pelos fatores A (nível tecnológico), K (insumos de capital), L (insumos de mão-de-obra) seria devida ao fator H (mão-de-obra com educação, treinamento etc.).⁸⁰

79 Letícia Vicenzi. Educação como Capital Humano... , p. 22.

80 Idem.

Sobre as formas de investimento os teóricos do capital humano fizeram algumas distinções. Buscavam mostrar que havia os investimentos de caráter privado, em que se aumentava a renda individual, a partir de uma maior escolaridade e a taxa de produtividade social, que seria aumentada na medida em que houvesse maior educação para a população, aumentando a renda nacional. Vários estudos relacionavam o aumento da renda dos EUA ao aumento da educação. Dois modelos básicos se colocavam:

a) o que utiliza o cálculo da taxa de retorno (individual e social), conforme a situação de mercado de trabalho naquele momento;

b) o que utiliza o cálculo da demanda futura, através da projeção das necessidades de mão-de-obra, tomando como exemplo um país desenvolvido, normalmente, os Estados Unidos.

Inicialmente os teóricos do capital humano tentam mensurar a educação como parte do processo produtivo, mas logo perceberam que esta tarefa se tornou inviável, e deslocaram seus esforços para o âmbito da microeconomia (individual). Neste caminho teórico o indivíduo

“do ponto de vista da produção, é uma combinação de trabalho físico e educação ou treinamento. Supõe-se, de outra parte, que o indivíduo é produtor de suas próprias capacidades de produção, chamando-se, efetuar, ou que o Estado efetua por ele, em educação (treinamento) para aumentar a produtividade. A renda é tida como função da produtividade, donde, a uma dada produtividade marginal, corresponde uma renda marginal”⁸¹.

Por essa lógica, se conclui que a educação é uma forma de distribuição de renda, possibilitando a mobilidade social.

Uma série de estudos foi executada com o objetivo de analisar o custo-benefício do investimento em educação para os objetivos de mercado (*manpower approach*). A escolarização nas suas variações de nível foi pesquisada como relacionada aos elementos da

81 Gaudêncio Frigotto. Produtividade da escola... p. 44.

microeconomia e macroeconomia. Crítica interna da teoria do capital humano se complexificou atentando para os aspectos subjetivos da vivência escolar para o aumento da produtividade. Neste caminho ocorreu influência da sociologia funcionalista de Parsons. As características organizativas da escola seriam uma forma de ensinar aos jovens as regras futuras do campo do trabalho como horário, hierarquia etc. Tal tese é defendida por Robert Dreeben.

Bowles, Gintis, C. R. Edwards, Levi, Carnoy, conhecidos como os “radicais americanos” são exemplos clássicos de teóricos do capital humano. Bowles, por exemplo, afirma que a escola fornece as adequações necessárias para se manter um controle social para uma estabilidade do sistema capitalista. Gintis também afirma que a escola permite a formação de “uma mentalidade burocrática”. “Para estes autores, a educação escolar é um aspecto da reprodução da divisão capitalista do trabalho. A organização escolar, em seus principais aspectos, é uma réplica das relações de dominação e submissão da esfera econômica.⁸²”.

Estes autores, apesar de se valerem de algumas características do marxismo, ainda se mantêm presos a uma metodologia funcionalista derivada de Durkheim e Parsons. Tais trabalhos se baseiam exaustivamente em dados estatísticos, em que se busca comprovar a relação direta entre relações sociais de produção e as relações sociais da educação. A análise destes autores acaba por elevar a um imobilismo, pois a realidade é refém das condições econômicas, sem que haja possibilidade resistência, já que não reconhece as mediações históricas no processo social. A célebre pesquisa Coleman Report (1966) teve forte influência sobre estes trabalhos.

Apesar das nuances teóricas, o elemento que unifica os diferentes modelos dentro da teoria do capital humano é considerar que uma *maior qualificação dos trabalhadores frente à*

82 Id., *ibid*, p. 48.

modernização permitiria um maior desenvolvimento econômico. Obtém-se desta forma, de acordo com a situação produtiva, um quadro das “necessidades educacionais”, em que deveria se mapear qual tipo de educação serviria para corresponder ao desenvolvimento econômico esperado. As escolas, de acordo com esta visão, passaram a ser tidas como espaços de preparação de mão-de-obra. Isso significou o abandono de uma educação voltada para a cultura geral, passando para a priorização do ensino de tipo profissionalizante. O liberalismo se expandia ideologicamente na educação, numa mitificação do domínio da técnica através do esforço e talento via escola. A liberdade seria atingida de fato com o fim dos privilégios herdados.

Uma característica fundamental da metodologia da teoria do capital humano é o fato de se colocar estritamente como científica, o que redundaria numa suposta neutralidade. A ênfase no empírico como expressão da verdade, é visível com a matematização absoluta das técnicas de pesquisa e o esvaziamento do caráter teórico. Nos dados residiria a verdade, e a teoria estaria repleta de imbricamentos confusos da ideologia e das emoções. Neste sentido, a teoria do capital humano seria uma apologia às relações capitalistas, como reafirmação do senso comum, e mais que isso, a coloca num patamar de consciência crítica. A economia é apartada da filosofia e política, em que esta segmentação se dá entre indivíduo, família, Estado etc. Sobre a metodologia positivista da teoria do capital humano Frigotto afirma:

“positivismo lógico que postula que, em termos de cognição, apenas dois tipos de proposições são válidos: as proposições analíticas e as sintéticas. As primeiras são proposições de linguagem, e as segundas factuais. Em outros termos, uma proposição verdadeira é analítica se não puder ser negada sem contradição ou se sua verdade decorrer do significado dos termos; é sintética se existem circunstâncias possíveis que seria – ou teria sido –falsa. As primeiras nos dão uma verdade lógica e as segundas uma verdade empírica, cuja validade depende da resistência que a teoria ou hipótese oferecem aos testes de verificabilidade e falseabilidade.”⁸³

Estas características metodológicas levam a uma busca por leis a-históricas, o que leva, por conseqüência, a uma naturalização da ordem social vigente. O *homo economicus* é o

83 Id., Ibid p. 55.

agente garantidor das relações básicas que sustentam o capitalismo. A racionalidade e o egoísmo são os elementos básicos da sua constituição de um sistema harmônico, em que tudo que se desvia (relações de poder, monopólios etc) é meramente manipulável por ações do campo técnico.

Se o pressuposto da metodologia dos neoclássicos é reconhecer no mercado o reino da liberdade, como arena apenas da compra e venda, a desigualdade social é fruto apenas da incompetência individual. A sociedade deixa de se dividir em classes e passa a condição de estratos, em que o termo variante nas relações sociais é o mérito. A sociedade passa a ser dividida entre ricos e pobres, mas nunca entre exploradores e explorados. “Capitalistas e trabalhadores apresentam-se no mercado, ambos legalmente iguais, como proprietários de fatores de produção. O primeiro entra com o dinheiro e o segundo com força de trabalho.”⁸⁴.

A consequência é que, na realidade escolar, a teoria do capital humano reforça o individualismo, pois coloca a ascensão escolar como consequência do mérito individual no processo de racionalização dos estudos. Sair da concepção do capital humano implica, necessariamente, reatar categorias que foram arbitrariamente separadas: economia, educação, trabalho, classes, política etc.

Esta trama é toda fundamentada na igualação entre capital constante e capital variável, em que o trabalhador é considerado proprietário de sua força de trabalho. Sua condição estaria resguardada como igual à do burguês, por ser detentor de seu acúmulo de capital humano (educação, treinamento etc). Esta condição mascara a verdadeira relação de exploração capitalista e a educação é tida meramente como elemento potencializador das relações de troca.⁸⁵

84 Id., *ibid*, p. 64

2.3 A Teoria do Capital Social: adequações para um novo tempo

A fundamentação ideológica das ONGs é muito influenciada pela teoria do capital humano, como demonstrado. No entanto, as transformações sociais produzidas no capitalismo contemporâneo impuseram novas técnicas de mobilização para o consenso. A ‘teoria do capital social’ é parte deste ajuste tático do capital para os novos dilemas produzidos após os anos de neoliberalização das relações humanas, ao longo da década de 1990. Um desdobramento da teoria do capital humano.

Tal proposição teórica é atribuída a Robert Putnam, e ganhou grande notoriedade na virada do milênio a partir das entidades internacionais do capital, que passaram a defender suas premissas. As ‘políticas de desenvolvimento do milênio’ (PDMs) vão expressar os ajustes a teoria do capital humano, com a chamada teoria do capital social. Basicamente o que ocorre é uma mudança da função sócio-econômica da educação no seu aspecto de *integração*, para uma de caráter de *inserção*. Segundo Motta,

“não basta atribuir à escola a função de atender as demandas do capital, qualificando e modernizando as forças produtivas para aumentar a capacidade competitiva; não basta atribuir à escola a função de atender a demanda do trabalhador de inserção no mercado de trabalho – é preciso ‘educar para sobreviver’; é necessário atribuir funções à escola. E opera-se uma outra etapa de ‘rejuvenescimento’ da ‘teoria do capital humano’ introduzindo elementos da ‘teoria do capital social’ de Robert Putnam.”⁸⁶

85 Id. Ibid.

86 Vânia Cardoso da Motta. Ideologias do Capital Humano e do capital Social: da integração à inserção e ao conformismo, p. 555.

Este ‘rejuvenescimento’ da teoria do capital humano se torna mais claro quando são resgatadas as mudanças produzidas no último quartel do século XX, mediante os resultados de cerca de duas décadas de hegemonia neoliberal. Durante os anos 1980 e 1990, os países de condição dependente implementaram o programa político e econômico produzido de acordo com o Consenso de Washington, de maneira a estabelecer um padrão de acumulação do capital baseado nas privatizações, flexibilizações das leis trabalhistas, ocasionando precarização das formas de trabalho e desemprego. Os organismos internacionais, como o Banco Mundial, abriram mão de conceber a educação como estratégia de integração para o sistema produtivo, na perspectiva do pleno emprego, como era defendido na teoria do capital humano, e alterna-se para uma defesa da inserção individual no mercado. Na verdade, esta aparente sutil mudança, afirma que, mesmo não havendo possibilidades de emprego e benefícios sociais para a maioria da população, seria possível o desenvolvimento econômico.

O deslocamento do caráter coletivo, em que se concebia a educação como política pública capaz de forjar o desenvolvimento econômico, e assim, melhorar as condições sociais de pobreza é realizado para uma esfera meramente individual, em que a educação é um instrumento na busca pelo engajamento em melhores condições no mercado de trabalho. A expansão da educação e o crescimento da miséria em escala mundial, só fortaleceram o fracasso da teoria do capital humano como solução desenvolvimentista, restava ainda manter novos limites para os anseios da massa de vendedores de força-de-trabalho. Logo, o emprego como direito social se converte em prêmio individual, uma ênfase na parte microeconômica do capital humano, se desfazendo das questões macroeconômicas. Num mundo em que o desemprego cresce a olhos vistos, a educação, nesta perspectiva, é apenas o alento para os desgraçados não contemplados.

A barbárie em escala globalizada exigia planos de contenção de espasmos de descontentamento social, ou mesmo organizações anti-sistêmicas contra a precariedade da

vida. Guerras, epidemias, imigrações em massa, a destruição do meio ambiente, elevaram o temor da classe dominante com novos fantasmas contra uma possível instabilidade do consenso. O terrorismo é considerado parte deste alargamento da miséria mundial, como afirma Fukuyama. As dimensões subjetivas, culturais e psicológicas se tornam parte ainda mais fundamental, não só para os desígnios da produção capitalista, mas da sua aceitação social enquanto sistema social hegemônico. Não é por acaso, que a Cúpula Mundial sobre desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e o encontro de Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas, realizado em 2000, em Nova York, produziram políticas, denominadas de Políticas de Desenvolvimento do Milênio (PDMs), que se dedicavam a estas questões.⁸⁷ A sociedade civil é reconhecida por estas entidades internacionais, como espaço de solidificação de preceitos como ‘solidariedade’ e ‘cidadania’, em que os pobres devem ser duplamente capacitados: para os imperativos da reprodução do capital e para aceitação das suas conseqüências sociais.

O resgate das postulações de Giddens é claro, quando se observa que o norte da teoria do capital social encaminha uma noção de civismo, que se propõe a contrabalancear o individualismo, o qual estaria desestabilizando a governabilidade. As entidades internacionais do capital vão divulgar as regras do civismo como reforço ideológico das bases do capitalismo recente, que esgarça as formas de sociabilidade com a miséria massiva. A cultura é parte central desse reforço do consenso social, assim, podemos ver no discurso do BID sobre este tema: “valores que inspiram a estrutura e o comportamento de uma sociedade e seus distintos membros, (...) é um fator decisivo de coesão social. É com ela, que as pessoas

⁸⁷ Ver Vânia Cardoso da Motta. Ideologias do Capital Humano e do capital Social: da integração à inserção e ao conformismo.

podem se reconhecer mutuamente, cultivar-se, crescer em conjunto e desenvolver a auto-estima coletiva⁸⁸”.

A miséria é atacada a partir da cooperação ‘solidária’ entre os membros da sociedade civil, em que a apropriação cultural de formas de sobrevivência seria formadora de tolerância frente à condição de miséria. O Estado teria por meta incentivar a ampliação destes ‘recursos sociais’, estabilizando politicamente a sociedade para que o mercado possa ampliar suas formas de auto-reprodução. A retórica neoliberal clássica é refeita, de modo que o Estado é um elemento fundamental enquanto organizador de centros produtores de hegemonia, ou seja, deve ocupar a educação de forma estratégica. A tríade mercado-Estado-sociedade deve ser revigorada com altas doses de civismo, aproveitando os chamados ‘recursos sociais’, evitando assim, conflitos. Cada indivíduo deverá desenvolver suas capacidades produtivas, receber ações afirmativas compensatórias, readequar suas competências emocionais e morais para a sua participação na produção, ou, a mera expectativa de que isso um dia aconteça.

O Estado, como Gramsci assinalava, cumpre o papel de educador, absorvendo e sintetizando as aspirações da sociedade aos seus interesses hegemônicos. Assim, a sociedade civil cumpre papel de Estado ampliado, em que se articula um projeto ético- político atualizado a partir das necessidades de estabilização do consenso. Por isso, quando se analisa a teoria do capital social, a educação é instrumento para a sobrevivência e o conformismo. A venda da idéia de criação de oportunidades, como forma de conter conflitos e aproveitamento de recursos sociais, busca remendar um caminho mais estável para o mercado.

2.4 A Sociedade Civil no Brasil na Construção da Nova Pedagogia da Hegemonia

88 Id. Ibid., p. 559.

A reflexão proposta tem por base o conceito de sociedade civil proposto por Gramsci. Esta opção teórica significa romper com a apropriação do senso comum sobre o termo, corriqueiramente associado aos espaços que estariam fora do âmbito do Estado, nos termos do contratualismo anglo-saxão de Hobbes, passando pelo liberalismo Lockiano.⁸⁹ A pesquisa se propõe a reconhecer a sociedade civil como arena da produção social, em que os aparelhos privados de hegemonia expressam distintas visões de mundo e ações ético-políticas organizadas coletivamente. A ocidentalização do bloco histórico no Brasil forja o Estado ampliado, de acordo com a teoria gramsciana, dinamizando sua ação educadora a partir da continuidade entre a aparelhagem estatal e as organizações dedicadas à organização da sociedade aos desígnios da sociedade urbano-industrialista. O advento do Estado democrático expande as formas de participação política, contudo, a reforma intelectual moral implementada por este Estado educador, se mobiliza no intuito de manter a apropriação da produção sob controle privado. Os aparelhos privados de hegemonia se rivalizam, uns pertencentes aos interesses da burguesia (hegemonia), outros que primam por um novo movimento ético-político, o da luta pela hegemonia dos subalternos. A análise das condições históricas da sociedade civil no Brasil se baseia, justamente, neste conflito permanente de interesses de classe.

Os anos 1980 inauguram um momento político de expansão destes aparelhos privados de hegemonia. As organizações populares mais expressivas que possuíram protagonismo na política nacional a partir de então foram: o Partido dos Trabalhadores (PT), nascido em 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) de 1983, que organizava nacionalmente os

⁸⁹ Ver Virgínia Fontes, *A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980* In *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*.

sindicatos e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), originado em 1984. Estas organizações implicaram em forte fator de influência nas mobilizações sociais, sendo a cristalização de contradições que surgiam no interior da classe trabalhadora, quanto às novas formas de organização, fosse eleitoral, de movimento social, de parceria com os setores privados, ou fosse de caráter classista.

As greves do ABC paulista, as mobilizações da esquerda da igreja católica contra a ditadura, as mobilizações dos camponeses saltavam perante a sociedade, como se gritassem diante do silêncio que ficaram submetidas durante os anos de chumbo. A mobilização popular ganhava notoriedade e se rivalizava contra aqueles que se identificavam com a ditadura. Muitos nesse caminho vão partilhar da concepção socialista, muitos outros vão simplesmente se ater a luta contra as ações ditatoriais de cunho político mais explícitas, em questões como a censura, o fechamento do Congresso, eleições diretas para presidente etc.

O empresariado, enquanto isso, articulava redes de influência no intuito de estabelecer uma democracia em parâmetros favoráveis ao grande capital. Desde a implantação do Golpe Militar de 1964, as organizações empresariais já se articulavam, como por exemplo, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro e Ação Democrática (Ibad), que mantinham relação estreitas com o Estado brasileiro e entidades estadunidenses na implantação da ditadura militar e no esforço de convencimento. Segundo Fontes,

“estas entidades exerceram, na ocasião, intenso trabalho de preparação ideológica e cultural, com a realização e difusão de filmes, panfletos, tradução e publicação – a módico custo – de livros, e aparelharam-se para efetiva conquista do Estado, em nome da ‘democracia ocidental’ e do ‘livre mercado’.”⁹⁰

90 Virgínia Fontes, *Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980*, p. 216.

A ditadura militar, já apresentava, no seu desenvolver, os primeiros traços de crescimento e complexificação da sociedade civil no Brasil, em que as formas de convencimento social-institucionais se expandiam, mesmo que tal organização empresarial estivesse alicerçada em forte aparato repressor. Este processo se desenvolveu ainda mais quando o projeto político militar se enfraquecia perante a sociedade, a tal ponto, que as próprias organizações empresariais se encontravam em disputa intra-classe sobre os rumos do novo período que se abria. Uma série de organizações foram criadas no intuito de disputar um novo projeto de sociedade, e aí, justamente, que as lutas sociais se aguçam num tensionamento permanente contra o autoritarismo da ditadura na disputa por hegemonia. Apresentavam-se uma série de saídas políticas expressas nas diferentes organizações de classe que surgiam.

A amplitude da disputa por hegemonia na sociedade civil recai, inclusive, sobre a própria noção que se tem deste termo. O conceito de sociedade civil nos anos 1980 se populariza, “enaltecia uma atuação ‘de costas’ para o Estado, sem a intermediação de partidos, ou de organizações estáveis, consideradas como ‘camisas-de-força’ para tais movimentos.”⁹¹ Este viés se coloca como prioridade para muitos movimentos sociais que surgiam, uma noção de militância se construía sobre novas bases.

Interessante observar que esta concepção se adequava aos anseios empresariais, que se debatiam em uma série de disputas intra-burguesas no decorrer da crise de 1973 e de 1979, num aprofundamento da desmoralização dos governos militares. Crescia o endividamento público, as acusações de corrupção e as inúmeras denúncias humanitárias contra a truculência dos militares. Diante disto, boa parte das organizações empresariais se dedicaram a reivindicar mais espaço para o setor privado atuar livre das amarras burocráticas e com incentivo estatal mediante liberalização do mercado e à custa de verba pública. Ou seja, a

91 Virgínia, 217.

associação negativa feita em relação ao Estado, como a algo ineficiente e burocratizado, casava-se, em algum grau, com a repulsa que os movimentos sociais apresentavam em relação às formas de organização e a luta pelo poder no Estado no período da abertura política brasileira. Este mesmo clamor contra a ineficiência do Estado será utilizado no processo de desmonte do setor público brasileiro na década de 1990 com as privatizações do setor das telecomunicações, energia e tantos outros.

Em concomitância ocorria o crescimento das universidades, o retorno dos exilados com a Lei de anistia de 1979. Muitos destes que retornavam da Europa e traziam na mala o desencanto com o comunismo e uma recusa à experiência marxista-leninista. Os partidos políticos tornam-se, na visão de muitos destes exilados, antros de uma burocracia que se limitava a engessar a organização dos trabalhadores. Muito desta ressaca se deu à luz da sociologia francesa, produzida na desilusão do Maio de 68, que ganhou as universidades como uma crítica severa às formas de autoritarismo, mas que, em geral, desconsiderava ou minorava a luta de classes neste processo. O desenvolvimento das universidades no Brasil, principalmente nas pós-graduações, se dá de maneira que a questão da totalidade histórica é deixada de lado, a favor de debates teóricos que se dedicavam exclusivamente ao detalhismo extremado, desconsiderando os nexos entre os processos sociais na luta de classes.

A expansão das universidades teve papel fundamental na difusão destas reflexões teóricas. Boa parte da produção acadêmica, durante o período de recrudescimento da ditadura militar, se dedicava aos “novos movimentos sociais”. Cria-se um mantra que se sustenta na negação da existência de classes, argumentando que tal caracterização seria uma generalização vazia sem base empírica. Muitos estudos produzidos nesta síntese entre militância dos teóricos e a profissionalização das pesquisas tiveram como consequência teórico-prática a recusa do Estado enquanto espaço de luta social. A luta social contra a ditadura ganhava espectros de

resistência meramente anti-autoritária, refunda-se, a institucionalização da política como axioma e se abandona a perspectiva anti-sistêmica.

As novas organizações que surgiam na abertura política se enquadravam no campo ‘popular’. Contudo, a perspectiva de transformação da realidade social se restringe ao campo do específico, da esperança e dentro da ordem. As CEB’s, associações de moradores, grupos de defesa dos negros, mulheres, anti-autoritários e as ONGs se mantinham em luta permanente pelo fim da ditadura, porventura, suas perspectivas, na maioria dos casos, se mantinham no âmbito de uma democracia do capital.

No contexto da “abertura”, as organizações empresariais buscavam manter o processo sob seu controle, uma reestruturação controlada de um novo bloco de poder. O mercado deveria estar acima de qualquer aspiração popular de controle da produção, ou de um exercício de poder popular de fato, sem as mediações mantenedoras das elites. No entanto, havia pouca clareza entre as frações burguesas, de qual seria o novo projeto ético-político estratégico de dominação no Brasil. É neste período, que as entidades patronais vão entrar em franca disputa pelos setores estratégicos de convencimento do país, e que a possibilidade de eleição só aguçaria estes anseios pelo controle econômico e político. Durante a Constituinte, apesar das disputas colocadas no interior da burguesia, alguns preceitos uniam estes diversos setores. Segundo Dreifuss, o “antiestatismo funcionou como proposta aglutinadora do empresariado e dos conservadores.”⁹² As principais organizações empresariais que se articulavam de acordo com este princípio neste período foram:

“a Câmara dos Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), o Instituto Liberal (IL), A Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), a União Brasileira dos Empresários (B), a União Democrática Ruralista (UDR) e a Associação Brasileira de Defesa da democracia (ABDD). Em 1987 se constituiria, por importantes empresários, o Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), reunindo membros das

92 Ver Dreifuss (1989, p. 218)

associações anteriores mas compondo-as com auxiliares ‘externos’, como Antonio Magaldi, da União Sindical Independente (USI), e diversos militares de alta patente. Neste estava Hebert Levy (empresário e dono da Gazeta Mercantil, então principal jornal voltado exclusivamente para o empresariado), e a entidade contaria com o apoio de Roberto Marinho, proprietário da Rede Globo, Vitor Civita (Grupo Abril), assim como contribuições oriundas de grande quantidade de entidades empresariais.”⁹³

Esta confluência de grandes empresários e militares de alta patente reafirmava as relações construídas no Golpe Militar de 1964, no entanto, sob um novo momento político. Se comparada a lista acima das organizações empresariais com o processo de construção da ditadura militar, é possível estabelecer relações, e perceber que os setores dominantes, havia se mantido, contudo, sob novos dilemas históricos. Pode-se notar esta relação quando vista a criação do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), que atuou ativamente na ditadura, sendo revitalizada em 1981 com a reunião dos diretores da Fiesp, juntamente com alto oficialato das forças armadas.⁹⁴ O Instituto Liberal, fundado em 1983, era um centro organizativo e formativo do pensamento neoliberal, ainda que restrito naquele período, formou uma geração de empresários, juristas, economistas, jornalistas entre outros profissionais. Manteve contato com organizações empresariais, sendo até hoje uma referência orgânica do pensamento neoliberal.

Neste sentido as disputas travadas durante a Constituinte terão a atuação das entidades empresariais de forma ativa na sociedade civil, no seu sentido gramsciano, ou seja, atuavam como aparelhos privados de hegemonia numa participação intensa nas entranhas do aparelho estatal, mas sempre se apresentando como vontade da sociedade de forma genérica. Esta condição era extremamente ampla, que abarcava, inclusive, o chamado setor de centro da

93 Virgínia, p. 226.

94 Virgínia, p. 227.

Constituinte. Os setores empresariais e militares desta forma coesionavam mais que um partido especificamente, mas um amplo de setor da elite brasileira.

Do lado dos trabalhadores, suas entidades representativas se expandiam diante das lutas por democracia e direitos sociais que ocorriam no início da década de 1980. O período de greves de 1983 e 1984 apontava o fortalecimento da CUT, enquanto central sindical combativa, além de forte expressão do PT, com uma perspectiva alternativa de sociedade, o socialismo democrático.

O desenvolvimento da sociedade civil, com a multiplicação de aparelhos privados de hegemonia, aguçou a disputa de consciências na luta de classes entre as organizações classistas. No entanto, paulatinamente, ocorre uma acomodação das organizações classistas dos trabalhadores em torno de pautas circunscritas à noção de democracia dentro da ordem. A tendência de ações particularistas se forjam nas entidades de classe tais como o PT e sindicatos, que antes haviam se forjado numa perspectiva anti-sistêmica, mas que vão alterando suas práticas na direção de ações corporativistas. Segundo Gramsci, este âmbito da luta social é reconhecido como ‘egoísmo de grupo’, ou seja, uma ação de intervenção na realidade que não concebe a totalidade histórica como arena de transformação social, mas sim as questões mais imediatas que afetam o referido grupo.

A exacerbação desta política corporativista no Brasil ganhou notoriedade como uma ligação entre Estado e sindicatos, numa continuidade do período da política nacional em que o fascismo garantiu algumas influências. Segundo Fontes (2006), esta limitação na ação política corporativa é extremamente importante pra manutenção da hegemonia. Isto fica claro quando se observa a atuação de

“Antônio Oliveira, empresário, presidente e coordenador-geral da União Brasileira de Empresários (UB), e Albano Franco (presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI) uniram seus esforços nessa

direção, apoiando alguns setores sindicais e isolando, tanto os sindicalistas contrários ao corporativismo estatal, quanto dirigentes industriais que admitiam rever a legislação.”⁹⁵

Ainda que reconhecendo o avanço das lutas sociais, já nos anos 1980, se instaurava a crítica à experiência marxista como fracassada. Caberia resguardar à sociedade civil a democracia empresarial que todos estariam salvos. Uma pressuposição de que a igualdade, fraternidade, desenvolvimento econômico e social estariam naturalmente contemplados, se retirada apenas a ditadura militar. Os aparelhos privados de hegemonia empresariais, assim como muitos dos populares cumpriram o papel nevrálgico de reificar o paradigma de transformação social dentro do capitalismo, inaugurando um novo período de hegemonia no Brasil

As ONGs se desenvolvem neste processo, assim como o PT, a CUT e o MST não passaram ilesos neste caminho. Os intelectuais de distintas trajetórias na esquerda serão responsáveis pela expansão das ONGs, explicitando este novo momento histórico da sociedade civil de disputa do referencial de transformação social e cidadania, postulando novas formas de convencimento social.

Nos estudos acadêmicos a questão da *autonomia* passa a ser o elemento fundamental para grande parte dos intelectuais que se dedicavam a análise dos ‘novos movimento sociais’. As questões específicas ganham *status* de luta real, aquela afastada dos desvios burocráticos dos partidos políticos que só pensariam em disputar o aparato do Estado. Em muitos casos, a militância por causas específicas se recobre de um véu ético, se comparado com o antro de corrupção e burocratização visto nos governos e partidos. Apagou-se a idéia de organização da classe em torno de um projeto de sociedade fora dos marcos do capitalismo.

95 Virgínia, p 233.

Sob esta retórica, se dá uma explosão de ONGs no Brasil,

“já então havia 1.041 ONGs constituídas, atingindo 24 unidades da federação e 213 cidades, sendo classificadas em três grandes tipos: aquelas ‘a serviço do movimento popular (SMP)’ (556 ONGs voltadas para uma já grande diversidade de categorias sociais) e as voltadas para negros (234) e mulheres (251). Estas últimas tinham uma característica diferente, a de serem auto-referentes. Nestes casos, admitiam o elo militante com a auto-organização de negros e mulheres. Pode-se supor que, enquanto nas primeiras (SMP*) já se instaurava uma nítida separação entre o ‘serviço’ prestado e a população-alvo, nas segundas iniciava-se um processo molecular de transformação dos movimentos sociais nascentes em direção à sua ‘onguização’”

A atuação das ONGs de início, ainda na década de 1980, estava circunscrita ao caráter de ‘assessoria’, principalmente nos quesitos educação e organização. A relação com a Igreja Católica ainda era forte, cerca de um terço das entidades possuíam este vínculo.⁹⁶

Logo a noção de militância transformou-se em uma espécie de “serviço”, tendo como horizonte difuso algum tipo de desejo pela “transformação social”.⁹⁷ O conceito de opressão, destituída da contradição capita-trabalho, ganha centralidade, ainda que em muitos casos as ONGs possuíssem a participação de militantes de espaços tipicamente classistas como sindicatos e movimentos rurais pela terra. Os intelectuais participantes destas iniciativas aprofundavam a crítica a idéia de vanguarda leninista, em formulações que criavam verdadeiros arquétipos, sempre fazendo menção aos horrores da URSS e ao burocratismo de alguns partidos. As ONGs com esse discurso passaram a atrair grande número de pesquisadores universitários, fosse como forma de profissionalização, ou mesmo abnegação militante, numa mistura que fazia com que a remuneração ao final do mês soasse como resultado de boas ações ao próximo no fim das contas. Forma-se uma geração de intelectuais

96 Idem.

97 Idem.

orgânicos dedicados a restringir as lutas sociais à demandas setoriais como forma de *serviço* meramente, mantendo a ONG como um fim em si.

O prioritário era centrar fogo somente na questão democrática no período de abertura política, sem travar lutas contra o capitalismo em si. Nasce aí a figura do “assessor” em contraposição ao militante. Apesar disso, em muitos casos esta divisão não é muito clara. Como é o caso do CEASM, que me dedicarei mais a frente.

Os aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora sofrem influência deste processo na virada para a década de 1990 com a institucionalização e a tecnificação da militância. A legitimação discursiva destas ações se deu pela idilificação do conceito de sociedade civil como setor apartado do Estado, sem ter na sua composição as classes, mas sim uma massa amorfa de excluídos e incluídos. Uma análise que coloca estas duas categorias como produto de uma conjuntura residual, que pode ser sanada com empreendedorismo, força de vontade etc. Como se cada indivíduo oprimido tivesse dentro de si um *self made man* em repouso, esperando uma ordem para se levantar e alçar vôo como uma fênix redentora.

Assim, a militância torna-se, em alguns casos emprego, noutros dedicação *voluntária* a administração do caos promovido pelo capitalismo. Em ambos os casos, o mercado é o agente regulador da existência do mobilizador político. Os agenciadores de recursos tornam-se figuras centrais que garantem a capacidade de capilaridade das ONGs, que se baseia numa expansão dependente dos bens materiais e não da dedicação militante das pessoas e da auto-suficiência financeira frente Estado, Igreja e empresas. As ONGs que, antes assessoravam os movimentos sociais, passaram a se confundir a estes de tal forma que os seus ‘especialistas’ teriam maior autoridade, já que estavam incrustados na tão falada sociedade civil de forma bem comportada.

O PT e muitos movimentos sociais vão ser embalados por esta lógica, mantendo relações com empresas para a aquisição de verbas, alterando seus programas de luta para um campo particularista, tecnificando a militância com pagamentos e burocratização institucional, limitando as mobilizações à negociações dos gabinetes empresariais e dos governos. O transformismo ideológico destas entidades possibilita o sucesso da implantação do neoliberalismo e a violência de suas conseqüências sociais com o desemprego, precarização dos serviços públicos e arrocho salarial.

A coesão política da classe burguesa estruturada durante os anos 1990-1994 e consolidada com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso pode ser entendida num alinhamento de seus aparelhos privados de hegemonia. O Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), juntamente com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) traziam novas propostas para representar a burguesia no Brasil, seguindo novas orientações políticas. O PNBE formulava documentos e dava destaque a intelectuais orgânicos do capital que apresentavam novas práticas alternativas ao fordismo, que tinha como alvo o sindicalismo patronal, que estaria desatualizado, carente de “democracia” entre a classe burguesa e estagnado diante das transformações que se operavam mundialmente no capitalismo.⁹⁸

O PNBE propunha ações que se dedicassem a pactuação de classes, como ocorreu no início do governo Collor de Mello. Apesar de não se consolidar como lógica dominante deste governo, inicia a caminhada da burguesia pela pactuação de classes como projeto estratégico. A CUT é ganha para estas políticas de “pactuação” no início dos anos 1990, e o empresariado

98 Ver André Martins, Estratégias Burguesas de Obtenção do Consenso nos Anos de Neoliberalismo da Terceira Via in *Pedagogia da Hegemonia*. As disputas no início dos anos 1990 pela direção da Fiesp mostra as resistências a uma nova relação entre empresariado e Estado. De um lado Emerson Kapaz, apoiado pelo PNBE e Iedi, defensor de mudanças “democráticas” na organização intra-burguesa e como opositor Mario Amato, defensor da manutenção das políticas da década de 1980.

já esboça parte do programa da Terceira Via. A relação com o PT é mudada, considerado não mais como um inimigo de classe, mas como um possível parceiro de um novo “contrato social”.

Este setor do empresariado funda a Associação Brasileira de Empresários para a Cidadania (Cives), na perspectiva de atrair mais empresários para a política de colaboração com o PT e outras entidades da classe trabalhadora.⁹⁹ Oded Grajew, membro do PNBE e da Cives, articula um encontro em Israel em 1997, reunindo o empresariado e entidades como a CUT, Força Sindical e o PT para formalizar o plano de um novo diálogo entre empresários e trabalhadores. Sistematizavam-se as bases de uma nova noção de democracia, aquela calcada participação solidária da sociedade civil, em regime de parcerias de classe. O Sesi, influenciado pela expansão dos novos parâmetros organizacionais do capital, o padrão *flexível*, passou a desenvolver projetos destinados a educar a classe trabalhadora para o novo patamar de exploração da força de trabalho, os aspectos intelectuais e morais eram a nova prioridade. Os projetos Ação Global e Telecurso 1º e 2º Grau, em parceria com as Organizações Globo são bons exemplos.¹⁰⁰

O governo Fernando Henrique Cardoso se encarregou de coesionar e sistematizar os passos assinalados pelo PNBE. Seu programa trazia as tendências apontadas pelos organismos financeiros internacionais (FMI e Banco Mundial) como controle da inflação, privatizações, flexibilização das leis trabalhistas, abertura de capitais, mediante desregulamentação aguda do setor financeiro, reformas do Estado e crescente dependência da tecnologia do exterior. A

⁹⁹ Chegou se a cogitar a entrada destes empresários no PT de acordo com a ampliação dos planos de pactuação capital-trabalho que já se aprofundavam.

¹⁰⁰ Ver André Martins, Estratégias Burguesas de Obtenção do Consenso nos Anos de Neoliberalismo da Terceira Via in Pedagogia da Hegemonia.

fração burguesa ligada ao capital financeiro assume a direção do novo bloco de poder que consolidava e os dirigentes ligados a nova concepção política neoliberal são inseridos no Estado em funções centrais, por exemplo, o Banco Central.

O PNBE, resgatando as formulações do Instituto Liberal, torna-se um centro político na formação de intelectuais orgânicos da burguesia, propagando a nova concepção de “democracia da democracia” e de participação cívica de acordo com o pensamento de Giddens. A aproximação em relação às organizações dos trabalhadores, processo que antes era ainda embrionário, torna-se lógica dominante do novo bloco de poder, coesionando a sociedade civil em torno do ideal de pactuação de classes.

Os sindicatos patronais se integram a esta nova concepção, voltando seus esforços organizativos para a sociedade civil, se articulando de forma mais unificada com outras instâncias organizativas da burguesia nacional e internacional. O Iedi se enfraquece, o PNBE se dinamiza em relação ao sindicato patronal, o Estado se redefine sob o governo Fernando Henrique Cardoso unificando o novo mantra político: colaboração de classes para as “parcerias” na sociedade civil. As empresas passariam a se dedicar cada vez mais a “responsabilidade social” como liga de um novo projeto de sociabilidade, superando a noção de filantropia.

O desenvolvimento destas transformações no seio do empresariado foi bem sistematizada pelas organizações semelhantes aos *thinks thanks* dos EUA, fomentadores de mobilização e convencimento para responsabilidade social e o trabalho voluntário. A articulação empresarial se amplia com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gifes), fundada 1995, fez a transição da filantropia para a responsabilidade social, fornecendo amplo assessoramento para empresários, institutos e fundações. O prêmio ECO, reunindo empresas realizadoras de projetos sociais, sistematizou o “código de ética” empresarial. O Encontro Ibero-Americano da Filantropia é reformulado para Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, em 1996,

mostrando as mudanças de concepção que se operavam. As isenções fiscais e os incentivos com verbas públicas fortalecem as propostas de tais instituições, até empresas, institutos e fundações conquistam o *status* de Utilidade Pública Federal, em outros casos se convertem em Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIP).

A descontinuidade entre diferentes níveis de consciência burguesa é bem descrito por Carlos Martinelli: 1) nível mais simplório em que se restringe “empresa como negócio”; 2) grau mediano, “empresa como organização social”; 3) grau mais elevado “empresa cidadã”. O Instituto Ethos de Responsabilidade Social, fundado em 1998, se forma no intuito de unificar ainda mais a ação e reflexão do empresariado, que ainda continha a gradação de níveis de consciência, como apontava Carlos Martinelli. Os preceitos da ideologia neoliberal são difundidos a partir de forte articulação da entidade às organizações européias e dos EUA como a Corporate Social Responsibility, Programa Global Compact ou Pacto Global (ONU), Fórum Econômico Mundial de Davos (1999). Forjou-se uma rede internacional referenciada no princípio da responsabilidade social, na tentativa de humanizar o mercado.¹⁰¹

O presidente do Instituto Ethos se filia ao PT, e, denominando-se de esquerda, faz parte da negociação em torno da aproximação entre as organizações empresariais e o partido, mas a partir de então, de forma orgânica. O Instituto Ethos se torna a organização hegemônica do empresariado, atraindo, inclusive, os pequenos e médios, chegando a marca de 984 empresas filiada em 2005.

101 Conseguindo reunir 206 grandes empresários nacionais, o Instituto Ethos conquista uma cadeira no Conselho Internacional do Pacto Global (ONU), a fim de sistematizar internacionalmente os planos de expansão de tal política. Ver André Martins, Estratégias Burguesas de Obtenção do Consenso nos Anos de Neoliberalismo da Terceira Via in *Pedagogia da Hegemonia*.

O Instituto Ethos populariza as ações pró-ativas das comunidades na execução do voluntariado nas áreas sociais e ambiental. A reafirmação da negação da corrupção e o exercício do diálogo são partes do discurso que coesionam a sociedade civil às mobilizações para a ordem. A redefinição da cultura empresarial se aprofunda. O Prêmio Balanço Social (2001), desenvolvido pelo Ibase, encorajava as empresas com prêmios para as empresas que atestassem em seus balanços financeiros as ações sociais. O Prêmio Ethos de jornalismo, de 2001, estimulava os jornalistas à responsabilidade social. O Prêmio Ethos Valor (2002) recompensava o setor acadêmico que se engajasse na responsabilidade social, numa parceria com o jornal Valor Econômico, preparando uma nova geração de intelectuais.¹⁰²

O desenvolvimento de pesquisas de modo sistemático, alinhado aos preceitos da Terceira Via é conagrado com a fundação da Uniethos, em 2004. A articulação com entidades de pesquisa nacionais e internacionais e o compromisso com formação acadêmica garantem maior dinamismo às formulações do pensamento burguês.

O governo Lula é o ápice da ampliação do poder empresarial. Seu diferencial em relação ao governo anterior é a forte relação com os movimentos sociais, o que permite levar a democracia giddesiana, a um patamar de massas entre as organizações de classe dos trabalhadores. Oded Grajew é nomeado conselheiro da presidência da República e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ampliando ainda mais as fundações e institutos ligados à responsabilidade social. Os sindicatos patronais se abrem a estas diretrizes, assim como o Sesi, que exerce uma série de parcerias com o governo Lula, se voltando para a prestação de serviços sociais.

102 Idem.

A ideologia da responsabilidade social, de acordo com o balanço apresentado, se expande, configurando um novo padrão de sociabilidade. A sociedade civil desenvolvida, ocidentalizada, constrói um novo consenso, estabelecido mediante a articulação de aparelhos privados de hegemonia do empresariado, angariando apoio das organizações de classe dos trabalhadores, principalmente o PT e a CUT. A instauração de um novo padrão de engajamento político visto nas ONGs foi capaz de enraizar, junto aos setores subalternos, as diretrizes do novo paradigma flexível de produção, em sintonia com o transformismo ideológico das entidades classistas dos trabalhadores.

A destruição do Estado de Bem Estar Social é efetivada sob os preceitos da livre competição de mercado. As redes de proteção são elevadas à condição de nova solução para o crescimento da miséria, corrupção, da destruição ambiental e esgarçamento do tecido social. As ações humanitárias são absorvidas pela classe do empresariado, mas também pelos trabalhadores, bem aos moldes do regime de parceria. A mobilização popular é deslocada da lutas por direitos sociais para a construção de um capitalismo humano.

2.5 A construção e desconstrução da Favela

O crescimento populacional dos centros urbanos foi avassalador no século XX, e este não se deu, na maioria dos casos, em condições de vida saudáveis socialmente. Ao contrário. Boa parte da apropriação do território nas cidades foi predominantemente precarizada no que tange as condições de reprodução da vida. As favelas, guetos, periferias e toda forma de habitações urbanas superpopulosas e precarizadas criaram-se na expansão do capitalismo, num aumento cada vez maior do exército de mão-de-obra reserva. A urbanização produzida no século XX traz em si a favelização como tônica em escala monumental mundialmente, de

modo diferenciado, em relação aquela produzida pelos países industrializados no século XIX. Não há desenvolvimento econômico, apesar disso, os países pobres têm suas taxas de crescimento urbano e de favelização em ascensão. Que peculiaridades esta situação garante às favelas dos países pobres?

O objetivo desta seção, portanto, é compreender o desenvolvimento das favelas no Brasil, o entendendo dentro do contexto mundial de avanço das transformações ocorridas na reprodução ampliada do capitalismo. O Banco Mundial e FMI possuem grande importância na articulação deste processo, já que são organismos financeiros de orientação internacional para os países pobres nas suas políticas públicas. As tendências internacionais são relacionadas ao processo de urbanização do Brasil, tendo como foco o Rio de Janeiro, já que o estudo é sobre a Maré.

O advento do primeiro Governo Vargas impôs traços que marcaram intensamente a constituição das cidades no Brasil. A política industrialista em franca expansão, aprofundada a partir da ascensão de Vargas na década de 1930, garantiu inovações às formas de ocupação do espaço, gerando uma crescente urbanização, principalmente na região Sudeste, impondo uma explosão do que se convencionou chamar de favela. As favelas não eram nenhuma novidade até a chegada de Vargas ao poder, já que desde o século XIX, já havia favelas como a da Providência no Rio de Janeiro. Além disso, as políticas públicas remocionistas e higienistas contra as favelas já esboçavam ações desde as reformas de Pereira Passos, em 1905.¹⁰³

Mas será apenas nos anos 1960 que a inversão campo-cidade se dará de forma aguda, quando a população urbana passa a superar a população camponesa. A favela paulatinamente deixa de ser uma questão de asco higienista para ser parte das preocupações das políticas públicas, se revestindo cada vez mais de um caráter científico. Em 1937 é publicado o Código

¹⁰³ Pereira Passos ocupou-se mais sistematicamente dos cortiços, mas é possível observar os pareceres do engenheiro civil Everardo Backheuser do então prefeito, as descrevendo minuciosamente. Ver A Invenção da favela: do mito de origem a favela.com.

de Obras, em que trata de forma específica a questão da favela, além disso, a figura de Pedro Ernesto Baptista, então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, trazia novos parâmetros políticos para lidar com a questão.

A biografia de Pedro Ernesto sintetiza de maneira expressiva as novas tensões que se colocavam nos conflitos urbanos no Rio de Janeiro. Sua ligação intrínseca com a “Revolução de 30”, e sendo aberto simpatizante do Movimento Tenentista, lhe davam a simpatia necessária para compor o *hall* de aliados de Vargas. O seu passado de médico da alta sociedade carioca, como chefe da Policlínica de Botafogo, era associado de forma muito oportuna aos seus trabalhos de caridade junto às comunidades pobres num hospital na Praça da Cruz Vermelha. Sua relação com os pobres do Rio de Janeiro era a base de sua política, mantendo contato próximo com escolas de samba, lhes garantindo subvenções, fazendo visitas às favelas da Mangueira, do Pinto e São Carlos, além de inaugurar a primeira escola pública localizada em uma favela, a Humberto Campos (1934). Assim conseguiu grande destaque entre os candidatos das eleições municipais do Rio de Janeiro de 1933, tendo 42% dos votos válidos e sendo escolhido indiretamente pela Câmara de Vereadores prefeito da cidade, em 1934.¹⁰⁴

Com seu feitio político singular, não abria mão dos meios técnico-científicos para auxiliar os planejamentos e execuções de políticas públicas, tendo a educação, saúde e habitação voltada para os pobres como prioridade. O apelo popular conquistado a partir de uma série de políticas públicas voltadas para os pobres paulatinamente passou a incomodar as disputas de poder intestinas ao governo de Vargas, assim como às estruturas de poder da Igreja Católica, tão presente nas favelas como agente controlador e educador dos favelados. Assim, no dia 3 de abril de 1936, Pedro Ernesto é preso acusado de conspiração contra o governo de Vargas, sob a alegação de que estaria ligado a conspiração da Intentona Comunista, em 1935. Vargas

104 Idem.

articula manobras burocráticas inviabilizando o retorno de Pedro Ernesto, empossando como prefeito, não por acaso um padre, Olympio de Mello, em 1937.

Apesar da curta trajetória de Pedro Ernesto, o fato era que a sua passagem havia gerado desconforto em parte da elite, já que ainda não havia um consenso estabelecido sob quais seriam as formas de se resolver o “problema” das favelas. O populismo de Pedro Ernesto parecia ter passado dos limites, mas algumas marcas permaneceram, e, em 1937, o Código de Obras é publicado, já no governo de Olympio de Mello. Tal medida demarca a condição da favela não mais como algo exógeno à cidade, mas sim como uma necessidade pública de mobilização do governo da cidade. Apesar disso, o tom do documento é bem claro: extinguir as favelas. Bem aos moldes da política mais geral aplicada por Vargas, já no Estado Novo. Três características básicas eram apresentadas: *a) proibição absoluta de qualquer construção nas favelas; b) fiscalização rígida sobre as favelas, evitando novas construções; c) derrubada de todas as favelas, sendo os moradores avisados com 24h de antecedência.* A solução para os futuros desabrigados era o que se convencionou chamar no período de “núcleos de habitação”, que seriam construídos em parceria com o governo federal. Este legado sobre os métodos da administração pública no Rio de Janeiro são visíveis claramente até a década de 1970, onde se balanceava ações remocionistas com políticas de construção de habitação popular.

Em 1937, Henrique Toledo Dodsworth é nomeado por Getúlio Vargas para assumir a prefeitura do Distrito Federal. Durante o seu longo governo, até 1945, Dodsworth, foi o responsável pela construção da Avenida Presidente Vargas, e pelo resgate do plano Agache de urbanismo, o mesmo que havia sido engavetado por Pedro Ernesto em 1935. A tarefa primordial em relação às favelas, durante o governo de Dodsworth, era levantar todos os dados possíveis referentes à realidade da favela. Tendo a frente do projeto de censo estavam o Secretário-Geral de Assistência e Saúde do Rio de Janeiro, Jesuíno de Albuquerque, e a colaboração de Victor Tavares Moura. Todo o levantamento estatístico seria a base para a

formação dos “parques proletários”, de certa forma dentro do que já estava previsto no Código de Obras e no Plano Agache.¹⁰⁵

Dentro dos anseios políticos populistas de Vargas, em que buscava aprofundar relações com os trabalhadores urbanos, entre 1941 e 1943, foram construídos os Parques Proletários da Gávea (nº 1), do Caju (nº 2) e da Praia do Pinto (nº 3º). A mistificação ideológica em torno de Vargas ganha expressão a partir de tais empreendimentos, na qual a propaganda de Estado alardeava o paternalismo como solução para a miséria dos trabalhadores. Os parques proletários se tornaram alvo fácil das disputas privadas e eleitorais, que fruto da descontinuidade das políticas públicas minguaram com o tempo.

A década de 1940 é um período chave do crescimento urbano no país, em que a organização do crescimento se deu em função dos interesses particulares das frações burguesas ligadas ao capital imobiliário. A Comissão do plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, instituída em 1937, resgatando alguns pontos do Plano Agache, implementou uma série de medidas a fim de sanar algumas seqüelas advindas do crescimento gigantesco que a cidade experimentou. Dentre as principais medidas estava o desmonte do Morro de Santo Antônio; a abertura da Avenida Presidente Vargas; a ocupação urbana da Esplanada do Castelo; a duplicação do Túnel do Leme; a finalização do Corte do Cantagalo; e a construção da Avenida Brasil.

O desenvolvimento industrial alavancado durante a gestão de Vargas, principalmente no setor de indústria de base, com as recém construídas Companhia Siderúrgica Nacional, A Fábrica Nacional de Motores e a Refinaria de Duque de Caxias, colocava como urgente a construção de uma infra-estrutura de transporte, energia, ou seja, uma mobilização da organização urbana sem precedentes no país. A construção da Avenida Brasil era parte deste ambicioso projeto, assim como o saneamento da baixada de Manguinhos. Obras de tamanha

¹⁰⁵ Ver Maré a Invenção de um Bairro.

envergadura atraíam cada vez mais um contingente migratório de trabalhadores sem perspectivas de emprego em outros estados, principalmente de Minas Gerais e do interior do estado do Rio de Janeiro. O crescimento da classe média também criava uma demanda por mão-de-obra, próxima das localidades de trabalho com grande intensidade. O território do Rio de Janeiro, recortado por terras devolutas, de pouco apelo imobiliário, foi alvo de ocupações urbanas em grande escala, gerando uma explosão do fenômeno das favelas na década de 1940.¹⁰⁶

Apesar do Estado Novo ter sido retirado de vigor, juntamente com Vargas, em 1945, dando lugar ao governo, supostamente democrático, de Dutra, o autoritarismo se fez presente no trato com os trabalhadores e com as organizações classistas que defendiam seus direitos. O PCB após ter participado de forma impactante nas eleições de 1947 teve seu registro legal cassado, assim como todos os seus parlamentares, além de manter um controle extremamente rígido sobre os sindicatos a partir do Ministério do Trabalho. A Guerra Fria avançava pelo mundo e o governo de Dutra se mostrava alinhado à lógica mundial de perseguição aberta aos comunistas. O crescimento das mobilizações populares e principalmente do PCB havia dado novos temores aos setores dominantes, pois os comunistas estariam subindo a favela e influenciando os moradores. É nesse contexto que é criada a Fundação Leão XIII. Ligada a Diocese do Rio de Janeiro, fundada enquanto entidade privada via decreto presidencial, em que teve grande importância nas articulações o Cardeal D. Jaime Câmara e Hildebrando de Góis, ex-prefeito do Rio de Janeiro (1946-1947). Mesclando o caráter privado e público, assim como o religioso e laico, a entidade a partir de uma concepção de ajuda filantrópica buscava conter o perigo da subversão dos favelados. A Fundação Leão XIII a partir de então seria responsável por “administrar” o “problema” favela.

106 Idem.

O crescimento das favelas, contudo, foi ainda mais acentuado. A truculência do governo em relação às favelas foi executada pelo prefeito, nomeado por Dutra, Ângelo Mendes de Moraes (general do Exército), entre 1947 e 1951. A repressão com o aprofundamento da fiscalização contra as construções nas favelas foi intensa. Além disso, algumas obras em muito favoreceram a especulação imobiliária como a abertura dos túneis Catumbi-Laranjeiras e do pasmado, a ponte da Ilha do Governador e as estradas de Canoas, Sumaré e Grajaú-Jacarepaguá.¹⁰⁷

Uma nova Comissão foi nomeada por Dutra para realizar um novo censo, o de 1948, que serviu de base para as ações públicas posteriores, mas que, em boa medida, buscava amenizar com um caráter científico e empreendedor a ação repressiva ainda mais dura que se encontrava em andamento. A idéia era que os favelados retornassem para os seus locais de origem; os idosos a partir de 60 anos passassem para a tutela do Estado; todo morador que tivesse renda acima de 1 salário mínimo estaria sujeito a remoção.

Carlos Lacerda, vereador pela UDN, em 1948, sob o discurso de oposição frente à Dutra e seu representante no Rio de Janeiro, Mendes de Moraes, tinha como mote de oposição para as eleições que se aproximavam o que ele chamou de *Batalha no Rio*. Tal simbologia militaresca era voltada, justamente contra as favelas, tida por Lacerda, como parte de sucessivos equívocos administrativos da prefeitura do Rio de Janeiro. O discurso de solucionador do problema das favelas, em muito agradou as elites locais, e logo jornais como Correio da Manhã e O Globo, a Rádio Mayrink Veiga, além da Tribuna da Imprensa veiculavam as supostas virtudes do novo candidato. Lacerda buscava desmoralizar o governo de Moraes Mendes, se apresentando como o solucionador do “problema” favela, e um abnegado por estar deixando de lado as divergências em relação ao então prefeito, fomentando uma comoção pública no intuito de se dedicar aos problemas das favelas. Com propostas, em geral, vagas os

107 Idem.

apelos de Lacerda possuíam, mais um caráter midiático, vislumbrando as eleições, do que relacionado de fato a uma medida concreta e inovadora sobre a questão das favelas. O que se mostrou, do ponto de vista, eleitoral uma retórica eficiente para a UDN e Lacerda.¹⁰⁸

A política nacional dava reviravoltas. Dutra é sucedido por Getúlio Vargas embalado pelas massas, mediante voto direto, em 1951. O censo de 1950, que se debruçava sobre as favelas atualizava os dados e seria a base das políticas públicas posteriores. Segundo este as favelas não eram mais em 105, como apontava o censo de 1948, mas sim 58, reunindo 169.305 habitantes. A ação coletiva de construção na formação das favelas era um dado constatado. O crescimento das favelas se mantinha, consolidando alguns locais enquanto favelas, algo ainda não visto de forma aguda anteriormente. O corte populista de Vargas mantinha um grau intenso de relação com as favelas, o que fortalecia o sentimento de pertencimento e cidadania que se forjava, com o crescimento das favelas e sua importância dentro jogo político.¹⁰⁹

O crescimento do fluxo migratório é patente na década de 1950, aumentando ainda mais o número de favelas no Rio de Janeiro. A Rodovia Rio-Bahia, construída no período, facilitou ainda mais o acesso da população nordestina às grandes cidades, que se industrializavam. A população em 1950 estava 36,2% na área urbana, enquanto 63,8% no meio rural. Já em 1991, se inverte, com 75% da população habitando as áreas urbanas.¹¹⁰ Tal fluxo também se dava em função das condições de vida no campo, que eram marcadas pelo latifúndio, que pressionava o pequeno agricultor para a expulsão do campo. A escassez de empregos no Nordeste era um

108 Idem.

109 Idem.

110 Idem.

fator que gerava expectativas ao retirante, que via na industrialização pujante, propagandeada pelos meios de comunicação do Estado populista, como um grande manancial de empregos e oportunidades. As condições ambientais que traziam a seca e eram apropriadas pelos coronéis como meio de exploração da população camponesa também era um fator de expulsão importante.

Deixar de ser reconhecido como bandido, para ser batizado como cidadão pelo Estado era uma conquista política dos moradores das favelas, que era apropriada e ressignificada a partir dos interesses de poder em disputa. O paternalismo varguista vai se utilizar desta territorialidade que se formava como moeda de troca para assentar as bases do apoio popular ao conturbado governo de Vargas. Isso é nítido quando o prefeito João Carlos (1951-1952), cria em 1952 o Serviço de Recuperação de Favelas, sendo um marco nas políticas públicas. A favela deixava de ser pauta do Departamento de Segurança Pública, passando para a Secretaria de Saúde e Assistência. A favela entra no cenário político nacional, tendo a frente a Comissão Nacional de Bem-Estar Social, ligada ao Ministério do Trabalho. Os aspectos sociais eram levados em consideração de modo que o fim da favela não era baseado na remoção meramente, mas sim numa política pública que considerava a favela como parte do espaço urbano.

Esta relação política fisiológica da aparelhagem estatal em relação à favela já revelava que não havia como sonegar a territorialidade que os trabalhadores haviam conquistado no processo de ocupação das favelas. O pertencimento político e social à cidade se afirmava e fez com que mesmo após a morte de Vargas, ainda se mantivesse os preceitos deste fisiologismo.

Juscelino Kubistchek (1956-1961) mesmo tendo como base de seu governo uma postura desenvolvimentista diferenciada de Vargas, muito menos ligada às massas populares, e mais próximo ao capital internacional, ainda assim, manteve alguns traços políticos fisiológicos com as favelas. A Lei 2.875/56 garantia crédito para urbanização das favelas, além da proibição da remoção dos moradores de favelas por dois anos, garantia ainda a permanência

daqueles que não fossem beneficiados pelo programa de habitação do governo. A relação com a Igreja Católica é retomada nas articulações com dom Hélder Câmara. A Cruzada São Sebastião, mediante Decreto nº 39.635 de 19/07/1956, recebia o aforamento dos terrenos da marinha localizados na Penha, o que garantia recursos para melhorias e a não remoção dos moradores. Lá foi construído o Mercado São Sebastião que buscava gerar renda a partir de projetos sociais.

O Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), criado pelo prefeito Negrão de Lima (1956-1958), tinha por objetivo executar melhorias nas favelas. A integração de diversas instâncias antes dedicadas à favela de forma isolada passaria a ter a participação de moradores com as cooperativas de habitação, orientadas a formar trabalhadores para a construção civil e produzir insumos para as obras.

A intervenção da SERFHA se mostrou parte de um alicerce da política eleitoral do grupo político de Juscelino. Líderes populares faziam a relação com os grandes grupos de poder ligados às elites. A importância política no resultado das eleições e no estabelecimento da hegemonia empresarial urbana que se forjava faziam da favela terreno crucial para a instalação de aparelhos privados de hegemonia.

A conquista de benfeitorias na constituição do território passa a ser parte das relações de poder que entranham a favela, mantendo dentro do espectro de relações sociais hegemônicas, que na década de 1950 era capitalismo desenvolvimentista. Os setores dominantes à custa de pequenas benfeitorias como instalações de água e luz pontuais, vagas em escola conseguiam votos e a manutenção do cenário político hegemônico. A tese da ausência de poder público favela, ou o famoso conceito de “Estado paralelo”, é, portanto, contrafactual, já que a presença do Estado se dá mediante esta ação fisiológica que o sustenta. A máquina estatal, no período eleitoral está girada não para um indivíduo, mas para uma classe que dentro das tensões do Estado, hegemônico pela classe burguesa empresarial, garante seus interesses enquanto classe.

A década de 1960 é o momento histórico de consolidação dos espaços organizativos dos favelados, que já vinham se formando desde meados da década de 1950. O governo de Carlos Lacerda (1960 – 1965), a partir da figura de José Arthur Rios, à frente da Coordenação de Serviços Sociais do Estado, incorporou o SERPHA ao estado e buscou uma aproximação com as lideranças locais. O Estado buscava apresentar de forma mais contundente suas políticas, não deixando na mão da Igreja, via Fundação Leão XII, o trato com os favelados. Isso se baseado numa política de cooptação das associações de moradores que surgiam por incentivo do Estado, 75 associações até o ano de 1962. A relação de entidades representantes da favela para o Estado tinha como contrapartida política a necessidade de se alinharem ao Estado e expressarem algumas de suas diretrizes nas favelas. Os projetos sociais desenvolvidos deveriam ter a colaboração das comunidades, além de uma organização dos moradores para a melhoria do bairro, sempre subordinada aos métodos da Coordenação de Serviços Sociais. A mobilização em mutirões e o respeito completo à Coordenação eram os dogmas a serem seguidos pelas associações de moradores. Em troca o Estado oferecia a possibilidade de possíveis melhorias nos barracos e garantia de não remoção até que houvesse uma negociação entre as partes.

Tal política acabou por gerar sucessivos desentendimentos em relação a políticos da UDN ligados à Lacerda, assim, José Arthur acaba demitido. A SERPHA é extinta e a Fundação Leão XIII passa a estar submetida diretamente ao estado do Rio de Janeiro. A Companhia de Habitação do Estado da Guanabara (COHAB) passa a ser a instância responsável pela questão das favelas, que tinha como principal incumbência a construção de casas populares para as famílias faveladas.

A mobilização popular avançava e em 1963 é fundada a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). Em 1963, 3% dos impostos estariam destinados à melhorias nas favelas, o que evidencia o grau de pressão que a população das favelas estavam conquistando com a sua organização. Diante disso, a mudança na Fundação Leão XIII, agora

como autarquia do Estado, era uma tentativa de gerenciar o conflito do ascenso das mobilizações na favela, de modo a controlar as associações de moradores, a partir de suas eleições e controle fiscal.

Algumas remoções de favelas acabaram tendo como desdobramento a formação de conjuntos habitacionais neste período. Com verba dos EUA (Usaid), entre os anos de 1962 e 1965, foram construídos conjuntos na Cidade de Deus, vilas Kennedy, Aliança e Esperança. No entanto, tais moradias eram motivo de grande descontentamento, pois se localizavam distante dos locais de trabalho, poucos meios de transporte, perda das relações culturais construídas nas antigas favelas, além das terríveis condições das novas moradias.

O Golpe de 1964 abria espaço para frear as mobilizações populares nas favelas e aprofundar a truculência das remoções. O temor em relação este cenário é identificável nas eleições de 1965, quando Negrão de Lima é eleito como uma remota esperança de que não se atacasse as favelas. Apesar disso, a reorientação da Fundação Leão XIII executada em seu governo mostrava outro caminho. O favelado antes reconhecido pela Fundação como um irmão digno de filantropia e catequese, passa ser reconhecido como um criminoso em potencial. A associação entre favela e bandidagem denotava a conformação de novos pressupostos políticos, em que se criminalizava a pobreza. Desta forma o diálogo com moradores se torna desnecessário, sendo mais importante as ações policiais. A tese da dualidade urbana entre “morro” e “asfalto” no Rio de Janeiro volta a ganhar força, e o primeiro passa a ser o reduto da barbárie, enquanto o segundo se torna o reino da vitimização absoluta.

O controle direto sobre as associações de moradores, exercido pela Secretaria de Serviços Sociais, é amparado em lei, a partir de 1967, pelo Decreto nº 870. Já em 1968, o Decreto nº 3.330 aprofundava o controle, delimitando qual seria a atribuição das associações de moradores, que seria apenas representar a favela perante o Estado. Sob controle do Estado,

garantir que a própria comunidade não iniciasse novas construções e fizesse, ela própria, as reformas das habitações, baseando-se no regime de mutirão.

O outro lado do governo de Negrão de Lima era expresso na formação da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco), que tinha como norte uma ação mais democrática em relação à favela. Aplicou a política de legalização de algumas terras, tendo em vista que a proximidade com os locais de trabalho e a interação com os moradores na construção dos projetos de urbanização. Brás de Pina e Morro União foram atingidos pelas ações desenvolvidas. Mata Machado chegou a ser selecionada, mas não se efetivou qualquer tipo de ação do grupo.

Este interregno logo é substituído por uma linha dura, com a criação, em 1968, da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam). A idéia central era criar uma unicidade nas ações desenvolvidas nas favelas do Rio de Janeiro e arredores. O reconhecimento dos favelados como não pagadores de impostos, detentores de hábitos anti-higiênicos, ausentes de moral, resgatava a tradição remocionista dos anos 1940. A Cohab passa a ser controlada pela Chisam, mostrando o quanto Negrão de Lima possuía praticamente nenhuma autonomia enquanto o único governador de oposição no país naquele período. Um plano de remoção e construção de conjuntos habitacionais entrou em andamento, com a perspectiva de se expulsar 100 famílias por dia, tendo ações de resistência da Fafeg, assunto que desenvolverei na próxima seção.¹¹¹

O deslocamento da verba do BNH alterou a ênfase do programa remocionista do governo empresarial-militar. O financiamento de imóveis para a classe média passou a ser a prioridade e dos US\$350 milhões, apenas US\$100 milhões foram destinados para a remoção de favelados. Além disso, a desagregação da organização política dos favelados havia se efetivado a contento, pois as perseguições e assassinatos de lideranças fragilizaram as lutas

111 Ver Um Século de Favela.

sociais na favela. Entre 1968 e 1975 foram mais de 100 mil pessoas removidas de mais de 60 favelas. Apesar de tamanha proporção, esse processo não se reverteu em uma diminuição das favelas, pelo contrário, em muitos casos se limitou a uma migração para outras favelas daqueles que eram removidos. Somados a isso, as taxas de crescimento vegetativo e o fluxo migratório do Nordeste fizeram com que este quadro piorasse ainda mais.

As organizações políticas dos moradores da favela na década de 1970 se encontravam esgotadas, já que suas lideranças haviam sido duramente perseguidas. A ascensão do ativismo político que havia se iniciado na favela desde 1950, estava prostrado, tendo as suas associações de moradores a partir daquele momento intensamente controladas pelo Estado. Entre 1975 e 1982 a apatia é profunda entre as organizações da favela, o que resulta em ações públicas destinadas à favela em pequena escala. O clientelismo se fortalece como método de conquistas focalizadas para os moradores a partir de acordos sazonais com políticos, que se estabelecem no âmbito do individualismo e não mais da mobilização coletiva por direitos sociais. Mesmo que no processo de reabertura política, as eram ações fragmentadas e clientelistas. Um poste, um campo de futebol ou asfaltamento de uma rua tudo poderia ser moeda de troca entre no jogo político da favela. Ressurge o “amigo da comunidade”.

O programa Promorar de 1975 abandonava a linha remocionista e apontava para a tarefa de interar a favela dentro do contexto da cidade. Tal reorientação acompanhava a nova tendência internacional. Em consonância com o protagonismo político dos organismos financeiros (Banco Mundial e FMI), que ditavam de forma cada vez mais contundentes os ditames a serem seguidos pelos países pobres no que se refere às favelas. O investimento do Banco Mundial passou de US\$ 10 milhões, em 1972, para US\$ 2 bilhões, em 1988 no que remete aos planos de desenvolvimento urbano. 116 programas de lotes urbanizados foram financiados pelo banco Mundial, em 55 países.¹¹² Apesar dessa quantia ser ínfima, se considerada a

112 Planeta Favela, p. 79.

necessidade mundial referente à moradias populares, tal investimento permitiu à instituição ter grande influência sobre as políticas públicas. A preocupação de integração apresentava a necessidade de instituir organizações dentro das favelas que operassem este novo consenso. Assim, o financiamento de ONGs localizadas nas favelas se expandiu pelo mundo, permitindo uma ampliação intensa da propagação e enraizamento do projeto de urbanização e sociabilidade do grande empresariado financeiro. A idéia de aprimorar a favela ganha força a partir da década de 1970 e os pobres passam a ser alvo de ações que os “capacite” para o mercado de trabalho e às normas de sociabilidade para o capital.¹¹³

O arquiteto inglês John Turner, na década de 1970, defendia a concessão de lotes urbanizados (infra-estrutura) como meio de sistematizar as caóticas construções dos moradores favelados. Sua experiência de trabalho no Peru foi marcante. A capacidade dos moradores dos *bindovilles* (favelas peruanas) encantou Turner, e pareceu-lhe que as favelas teriam virtudes a serem apropriadas nas políticas públicas. Juntamente com o sociólogo William Mangin, Turner, estabelece um projeto exatamente aos moldes que o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara ansiava. De colunista anarquista do jornal Freedom, Turner faria carreira como colaborador do Banco Mundial.

O protagonismo do morador na construção dos barracos é reconhecido como uma expressão da autonomia. O passado anarquista de Turner é muito bem repropriadado, em que a auto-gestão libertária é revist e assentada na ação individual, alicerçada em princípios de mercado,¹¹⁴ coadunando com a decretação do fim do público nas políticas de habitação.

113 Ver Planeta Favela.

114 O individualismo tido como princípio pelas correntes anarquistas é parte da noção de democracia. A auto-gestão é confundida com liberdade do indivíduo.

Estas linhas gerais estavam expostas na conferência do UM-Habitat e na publicação “Habitação pelo povo: rumo à autonomia na construção de ambientes”, ambos de 1976.

Logo o Banco Mundial, a partir de seu Departamento de Desenvolvimento Urbano, seria o grande incentivador desta orientação urbanística, imbuído de noções de solidariedade de ajuda e *auto-ajuda* dos pobres. O favelado passa a ser encarado como o ser inventivo (ou que deveria o ser), que não deveria esperar as ações do Estado para ter a sua moradia. Não se levava em conta nestes planos, por exemplo, o quanto estas casas saíam muito mais caras, justamente, para os setores mais populares. Isto porque a compra individualizada de materiais de construção elevava o seu preço enormemente, deixando as moradias com preços finais incoerentes com a sua condição física. A necessidade de mão-de-obra especializada também criava mais gastos, já que muitas vezes os moradores não possuíam conhecimentos técnicos adequados.

Esta inversão populacional entre campo e cidade era uma tendência internacional entre os países pobres e dependentes. Segundo os debates do Clube de Roma, de 1970, em 1950 eram apenas 86 cidades com mais de 1 milhão de habitantes, atualmente são 400, e a perspectiva é que sejam 550, em 2015. A maior parte do crescimento populacional é parte do inchaço dos centros urbanos, e a tendência que se projeta pelos centros especializados é que haja um definhamento populacional das áreas urbanas.¹¹⁵

Este *boom* populacional das grandes cidades é traço marcante dos países pobres, estima-se que chegará á 4 bilhões na próxima geração, e se incluem como principais responsáveis China, Índia e Brasil. Formam-se megacidades (8 milhões de habitantes) e hipercidades (20 milhões), além da formação de complexos de cidades de grande porte, as chamadas conurbações como a da Região Metropolitana Ampliada Rio-São Paulo (RMARSP), a da Cidade do México com as cidades de Toluca, Cuernavaca, Puebla Cuatla, Pachuca e

115 Planeta Favela.

Querétaro, além da africana, na parte Ocidental, no golfo da Guiné, tendo como núcleo a cidade de Lagos e a asiáticas com uma rede urbana que reúne Hong Kong, Cantão, Yang Tse, Pequim e Tiajim. Este último caso poderia, inclusive, ser a base da formação da “cidade mundial” com Tóquio-Xangai, semelhante em peso político e econômico ao eixo Nova York-Londres.

Apesar do suporte tecnológico, na maioria dos casos, o crescimento urbano se dá nos países pobres em um contexto de ausência de crescimento econômico, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Na Tanzânia, Costa do Marfim, Congo-Kishasa, Gabão e Angola, que tinham sua economia encolhendo de 3% a 5%, tiveram crescimento populacional anual de 4% a 8%. Chega-se a um denominador fundamental: o crescimento populacional não reflete crescimento econômico, como aconteceu com as potências européias, Japão e EUA no século XIX. Uma tendência pode ser observada mundialmente: o avanço do controle do FMI sobre as economias dos países pobres, que tiveram uma entrada do agronegócio, baseada em desregulamentação do mercado nacional em parceria com instituições financeiras, dentro da perspectiva de expansão “modernizadora” das *commodities*. O resultado foi a competição de mercado que gerou concentração fundiária, fruto da quebra de vários pequenos e médios produtores rurais, uma verdadeira crise agrária mundial com sérias conseqüências sociais e ambientais. O novo padrão capitalista neoliberal fomenta a superpopulação urbana dentro da lógica do desemprego, da falta de direitos sociais na saúde, educação e habitação.¹¹⁶

O quadro da expansão urbana é que, em sua maioria, tal processo se resolve por meio das favelas, ou seja, construções informais, construídas pelos próprios moradores, ausente de infra-estrutura. Na Cidade do México 60% da urbanização se dá por favelas na Amazônia 80%, 200 mil chegam anualmente à Pequim para habitar as favelas e na Índia as favelas crescem 250% mais rápido o resto das moradias. Na África o quadro é alarmante 85% do

116 Idem.

crescimento populacional do Quênia são conquistados por favelas subumanas. O idílio da urbanização modernizada, “limpa”, é posto abaixo pela tendência mundial de favelas repletas de moradias feitas de escombros e lixo, assentadas no esgoto e violência.¹¹⁷

No Brasil, este quadro somava-se ao conturbado processo de abertura política que se apresentava em 1979, em que se fazia fervilhar os aparelhos privados. A eleição de Brizola, em 1982, expressa o inconformismo dos trabalhadores em relação à truculência remocionista. Sua história de exilado e seu passado ligado às causas populares (ainda que não no campo de socialismo) e contra a ditadura, o credenciavam como representante dos favelados, que não mais suportavam a violência dos governos militares anteriores.

O governo de Brizola foi marcado pelo foco nas favelas. O Programa de Favelas da Cedae (Proface), aplicado entre 1983 e 1985, representou a ampliação das redes de esgoto e água para 60 favelas. A coleta de lixo foi ampliada com veículos adaptados às duras condições do terreno das favelas; a Comissão municipal de Energia, em 1987, implementa a instalação de iluminação pública nas favelas, já que apenas 47 das 364 favelas cadastradas possuíam sistema de iluminação; o programa Cada Família um Lote, regularizava a propriedade dos moradores. O legado de violência dos governos empresariais-militares anteriores era deixado para trás.

O enfrentamento com alguns setores da burguesia, em que pese a batalha contra a Rede Globo, fez do governo Brizola uma forte referência para os setores populares. Ainda que não apresentasse um programa político de ruptura, suas medidas incomodavam nichos de poder de alguns setores da burguesia. Sua política ainda trazia os velhos traços do *populismo*. A cooptação das lideranças locais das favelas era feita a partir dos programas desenvolvidos, a relação direta com as associações de moradores era o elemento chave. Um exemplo claro foi a ação da Cedae: “Cedae fornece os projetos e assistência técnica para a realização das obras e

117 Idem

repassa à associação a importância necessária ao pagamento da mão-de-obra, encargos sociais, além de uma taxa de administração de 5%, que é aplicada dentro da própria comunidade”¹¹⁸

A formação do território das favelas, na medida em que cresciam em proporção, aumentavam seu grau de complexidade nas relações de poder e de mercado. Nos anos 1980 os banqueiros de “jogo de bicho” ganham ainda maior notoriedade, em relações cada vez mais ramificadas com setores do legislativo, judiciário e executivo, além de escolas de samba. Já o tráfico de drogas ganhava a favela, tornando-se um de seus principais meios de geração de lucro. O aumento da criminalidade e o crescimento das favelas levaram a um senso comum fortemente fomentado pelos meios de comunicação: o de que a favela era sinônimo de criminalidade. Uma reinvenção do preconceito tão comum em relação à favela oriundo dos primórdios do século XX. Sob a argumentação do “tolerância zero”, ser identificado com as causas populares era ser “fraco” diante da criminalidade. A criminalização da pobreza volta com grande força e as favelas são o alvo mais clássico desta concepção. Neste contexto, Moreira Franco se elege em 1986 como o governante que seria responsável pela repressão policial às favelas como solução aos problemas de criminalidade e pobreza que cresciam no Rio de Janeiro.

O crescimento da violência se dá na esteira da capitalização totalizante da cultura popular e todas as redes de sociabilidade forjadas na favela. As escolas de samba tornam-se empresas sujeitas a acordos milionários com redes de comunicação e patrocinadores, o futebol também se mercantiliza na mesma lógica.¹¹⁹ Até mesmo expressões inicialmente mais localizadas, como os *bailes funk*, são transformados como parte da indústria cultural, baseada em trabalho

118 Dos Parques Proletários ao Favela bairro in A invenção da Favela.

119 Ver Um Século de Favela.

precarizado e lucros exorbitantes para os que controlam as equipes de som.¹²⁰ Tal processo transforma a favela. Antes território marginalizado e pouco interessante para os interesses mercantis, torna-se centro de atração de ONGs e empresas durante a década de 1990, na busca por lucro fácil com a colaboração do Estado.

Apesar do cenário político de abertura política, a favela tem seus meios culturais e de expressão cada vez mais dominados pela lógica do capital. Isso significa que os mecanismos de mobilização coletiva da favela estavam submetidos ao individualismo territorializado, em que cada comunidade buscava se inserir em mais um novo nicho de mercado como forma de sair das dificuldades impostas pela violência e miséria. A favela passa a ser entendida de forma conflituosa, regida pelos ânimos e incômodo gerado às elites. A violência ganha expressão como uma solução viável para as favelas, ou seja, o lema “bandido bom é bandido morto” se torna popular, de modo a reconhecer que o endereço do bandido necessariamente é a favela. O fim dos direitos humanos é o preço necessário nesta cruzada.

Contraditoriamente, a favela é reconhecida como parte da cidade, uma democracia forjada para legitimar a cidadania de mercado para os favelados. Não é à toa que se passa a utilizar o termo “comunidade” ou “bairro” em substitutivo à “favela” como uma nova identificação simbólica, que busca atenuar o peso de ser favelado. Este pertencimento é forjado na figura do “cidadão de bem”, aquele que deve trilhar o caminho do *self made man* brasileiro e superar a miséria pela via individual.

Estes dois lados ideológicos se complementam e se desequilibram de acordo com os interesses das elites. Durante a eleição de 1994, a Operação Rio, utilizou tanques de guerra e todo aparato militar para reprimir as favelas, mostrando que os direitos civis e a democracia

120 Ver Adriana Facina e MC Leonardo, O Funk no Contexto da Criminalização da Pobreza em www.brasildefato.com.br.

para a favela seguem regras específicas, em que o “Golpe Militar” pode ser cotidiano e dentro da democracia formal. A propaganda de democracia sob a chuva de balas do tráfico e da polícia busca conformar uma sensação à população de que a violência é necessária e que a democracia pode existir de fato neste ambiente.

A dedicação aos problemas advindos da favela se aprofunda ainda mais com este clima de caos social. Em 2003, o relatório *The Challenge of Slums* [O desafio das favelas], realizado pelo Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UM-Habitat) é a expressão do investimento monumental que vêm sendo feito para se compreender este fenômeno geográfico urbano. Com uma pesquisa que atinge 237 cidades pelo mundo, critérios muito restritivos no que concerne à definição de favela foram considerados. A metodologia da pesquisa é frágil, pois pouco se relevou em relação ao caráter social, e mais aos elementos formais, como legalidade e características físicas, levando a um número baixo de favelados para a realidade social dos países pobres, mas, mesmo assim, os números eram impressionantes: o mundo teria 1 bilhão de favelados.

Apesar da costumeira acusação de invasores aos que habitam as favelas, parte de uma ofensiva ideológica contra a pobreza, carece de elementos concretos. Para se compreender as ocupações pobres urbanas no seu processo de formação é crucial atentar para as relações capitalistas ligadas a apropriação da terra. Num estudo sobre Bogotá, dirigido por Rakesh Mohan, juntamente com a equipe do Banco Mundial, em fins da década de 1970, é mostrado o quanto a posse da terra ilegal é conseguida num mercado em que políticos, exército, polícia e outros agentes do Estado e do setor privado contribuem para a mercantilização do espaço miserável, tendo em muitos casos documentos que comprovem tal posse, ainda que fundadas em loteamentos ilegais. A capitalização do território favelado é parte de um negócio que rende lucros, e coesão política em torno de políticos corruptos e instâncias do Estado, inclusive, os moradores que haviam conquistado a terra passam a alugar parte de suas casas, ou terrenos

como forma de superar a miséria. Em alguns casos, após a legalização do terreno vendem a preço de mercado.¹²¹

As formas de trabalho precarizado sazonais, além das guerras também produzem favelas que nascem sob a pretensão do “provisório”, no entanto permanecem por anos a fio, sem que haja condições mínimas de vida nestes locais. Muitas vezes são alvo de habitações populares, dividindo espaço com o lixo urbano, em que grandes aterros são moradia e reservatórios sanitários. Estas favelas são forjadas como periferia urbana.

O processo de crescimento gigantesco dos centros urbanos nos países pobres está ligado ao processo de colonização europeia. Os camponeses nativos, em geral, tinham seu direito à propriedade da terra negados, além de um não reconhecimento da cidadania que garantisse o direito de habitar os centros urbanos. No caso africano, os ingleses empreenderam tal método de controle sobre a população local, dividindo tribos, colocando uma contra as outras, promovendo de todas as maneiras possíveis a destribalização, o que inviabilizaria a resistência anti-imperialista. O *apartheid* foi a expressão, senão a mais violenta, a mais oficial e clara nas suas intenções de segregar a população dentro de padrões étnicos e de classe. Sob a defesa de locais estritamente direcionados à população branca cerca de 1 milhão de negros foram expulsos de suas terras sob os argumentos racistas e elitistas do *apartheid*. Tal pressão gerou altos índices de crescimento urbano.

A pressão urbana contra as populações nativas não deixou de criar grandes bolsões de pobreza, já que muitos trabalhadores tiveram que habitar moradias aglomeradas e caóticas, em função da necessidade de se localizar próximo aos locais de trabalho. As favelas se realocavam no início do século XX, muito mais por uma necessidade de se manter a população pobre distante das habitações de classe-média.

121 Ver Mike Davis, *Planeta Favela*.

A tendência mundial que se via na primeira metade do século XX, na grande maioria dos processos de urbanização e conseqüente favelização, é que havia uma restrição de cidadania clara dos nativos dos países pobres. Mesmo aqueles países que já haviam experimentado a independência política frente as grandes potências capitalistas mundiais, ainda se mantinham formas de exploração da população pobre, que se combinavam ao segregacionismo espacial, engendrando uma política higienista em relação aos pobres que se aglomeravam nas favelas.

Segundo Davis,

Os bloqueios institucionais ao rápido crescimento urbano foram removidos por combinações paradoxais de combate colonial à subversão e independência nacional na África e na Ásia e pela derrubada das ditaduras e dos regimes de crescimento lento da América Latina. Empurrados para as cidades por forças violentas e irresistíveis, os pobres impuseram com avidez o seu “direito à cidade”, ainda que isso significasse apenas uma choça em sua periferia. Sobretudo porque a fome e as dívidas, a guerra civil e o combate à subversão foram as alavancas mais impiedosamente eficazes de urbanização informal nas décadas de 1950 e 1960.¹²²

A lógica capitalista, rearrumada de acordo com a industrialização tardia dos países pobres, impunha especificidades na ocupação do espaço. O alargamento da sociedade civil no pós-Segunda Guerra, ocorrido em muitos países, faz da favela um espaço de dominação que passa a seguir os ritmos do alargamento da sociedade civil. Mesmo considerando-se o cenário político conturbado dos países pobres em relação à democracia, com sucessivas idas e vindas de ditaduras, os elementos de convencimento passam a ter cada vez mais importância, e as favelas são parte fundamental neste jogo político. As eleições sob a lógica do clientelismo foram parte do processo de consolidação das moradias nas favelas, em que se trocavam votos por benfeitorias individuais ligadas à moradia. Tal traço percorre da Índia ao Paquistão, passando pelo Brasil e uma série de outros países pobres, ou seja, a sociedade civil enriquece seus aparelhos privados de hegemonia, tendo como co-participantes os moradores de favelas no estabelecimento da hegemonia.

122 Planeta Favela, p. 64.

A orientação econômica internacional fornecida pelo Banco Mundial e FMI foi responsável pela contenção de gastos crescentes em relação às políticas sociais de habitação. Desde os Planos de Ajuste Estrutural (PAEs), os países pobres, que sofriam com a evasão de capitais, via endividamento público, foram forçados a diminuir drasticamente os “gastos” com a área social.

É irônico que, justamente, sobre os países pobres recaiam formas de arrecadação tributária mais violentas sobre os pobres. Enquanto os ricos dos centros urbanos são subtributados, os pobres carregam o peso da tributação legal e ilegal (ocasionada no pagamento de taxas a setores públicos ou privados para a aquisição de infra-estrutura e direito de permanecer na moradia favelizada). Os impostos sobre a circulação de mercadorias aumentam ainda mais essa transferência de riqueza para os cofres do Estado, que são revertidas em regalias dadas aos ricos e a classe-média. Esta tendência é advogada pelo FMI, que defende abertamente a taxação regressiva sobre os usuários de serviços públicos, enquanto mantêm a riqueza, propriedades imobiliárias protegidas legalmente de tributações.

Os modos de participação política são estruturantes na manutenção desta lógica. Mesmo com a conquista do sufrágio (em alguns casos, principalmente na África, tal direito ainda se mantém restrito), a população favelada não participa ativamente das decisões políticas que vão orientar as políticas públicas. As fracas mobilizações populares, aliadas às amarras burocráticas que recobrem a manipulação do orçamento público proporcionam um grau de estabilidade no processo contenção da miséria nas favelas, forjados na participação política dos favelados limitada ao âmbito particulista.

As políticas desenvolvidas pelo Banco Mundial possuíam forte apelo publicitário, mas resultados efetivos contestáveis. Segundo Lisa Peattie, em 1987, apenas de 30% a 60% (varia de acordo com o país) dos pobres conseguiam atender aos requisitos para a aquisição dos empréstimos. Muitas vezes até a classe-média conseguia abocanhar uma parte do que deveria

sobrar destes empréstimos. Apenas 9% dos investimentos teria chegado de fato a atingir as populações pobres.¹²³

Na década de 1990, O Banco Mundial, deixa de privilegiar parcerias com os governos dos países pobres, para executar parcerias com ONGs localizadas em favelas. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por exemplo, mostra esta inflexão. Uma proliferação de ONGs se deu na década de 1990, segundo Davis, em geral,

“(…) um doador-financiador internacional – como o Banco Mundial, o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, a Fundação Ford ou a Fundação Friedrich Ebert alemã – trabalha por meio de uma ONG importante, que por sua vez dá consultoria a uma ONG local ou destinatário nativo. Esse sistema de coordenação e financiamento em camadas costuma ser retratado como a última palavra em *empowerment*, “sinergia” e governança participativa”¹²⁴

James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, a partir de 1995, grande empresário, conhecido pela suas ações filantrópicas, empreendeu esta linha política à instituição de maneira marcante. Uma série de documentos foi forjada com destino aos países pobres no intuito de que incentivassem a propagação das ONGs como alternativa às ações do Estado na área de políticas públicas. Buscava-se atingir o “público-alvo” a partir da inserção das ONGs nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (Derp). A cooptação foi elemento-chave nesse processo de construção de uma rede de ONGs sob a forte influência do Banco Mundial. O contexto de lutas anti-globalização não foi capaz de frear esta relação, e logo, os ativistas tornaram-se mansos colaboradores.

123 As Filipinas tiveram um fragoroso fracasso. Tendo as moradias sendo vendidas à famílias abastadas. Quando o governo de Imelda Marcos se propôs a construir em regiões menos nobres e longes do centro urbano, para afastar a especulação imobiliária, os setores populares se negavam habitar tais locais. A distância dos locais de trabalho da população pobre inibia a ocupação destas moradias. Ver Mike Davis, Planeta Favela.

124 Mike Davis, Planeta Favela.

A rede do Banco Mundial se estruturou muito bem com milhares de ONGs dependentes de requisitos burocráticos das grandes instituições financeiras internacionais, e os grupos políticos das favelas circunscritos às ONGs locais. O clientelismo na favela ganha novos participantes, que se mantêm relacionados à política mais geral eleitoral, ainda que as ONGs se digam fora do âmbito das disputas políticas sistêmicas. A cooptação de lideranças locais, antes identificadas com um programa político de esquerda, produz uma geração de gestores de ONGs. A esquerda é massacrada pelo ideário neoliberal do *terceiro setor*, o que leva uma desarticulação por completo dos movimentos sociais urbanos. Os sucessos individuais, ou setoriais das ações produzidas por estas ONGs funcionam como um escape em relação ao desespero social que se forja nas monumentais favelas possuidoras de epidemias, violência e miséria. A saída individual é apresentada como o possível e o direito social universalizante á moradia, educação e saúde seriam coisas de um arcaico passado da empoeirada esquerda.

Na segunda metade da década de 1990, o economista peruano, Hernando de Soto, levava o empreendedorismo microempresarial como solução para a favela. A liberação de direitos de propriedade, a partir de poucos custos ao Estado, geraria microempresários da favela. Os lucros e desenvolvimento seriam tidos a partir da concessão de crédito a estes microempresários e da conseqüente produção de empregos. A favela seria o reino de um novo capitalismo concorrencial, como ares de terreno não explorado. A conquista do terreno de moradia, bandeira histórica da esquerda, é apropriada, de acordo com o ideário de um liberalismo favelado, arquitetado pelo Banco Mundial. No entanto, o que parece conquista dentro dos parâmetros colocados por Soto, se torna derrota. Isso porque a simples posse legalizada da terra, sem qualquer tipo de política de fomento econômico com emprego e educação, significa a futura a exposição do morador, agora legalizado, a uma série de impostos que podem levá-lo a perder o espaço, ou mesmo sendo obrigado a vender por faltas de condições de se manter. Na verdade a formalização do morador pode levá-lo a uma escala de inserção maior no núcleo duro de exploração oficial do capital, de modo que a

marginalidade anterior seja convertida em um aprofundamento da pressão fiscal. O caráter ideológico da conquista da posse também traz desagregação às mobilizações populares, individualizando as conquistas, ou seja, é mais estável para a lógica do capital a oficialização destes moradores. Aqueles em regime de invasão ou perseguidos politicamente possuem maior probabilidade de se levantarem contra os governos. A legalização, portanto, insere a favela dentro de parâmetros oficiais. Isso ocasiona o conseqüente desenvolvimento de um mercado imobiliário de segunda grandeza, em que se formam vendas e aluguéis de imóveis, já que estão legalizados, em que se avolumam ainda mais pessoas, como forma de conquista de alguma renda para os proprietários. As relações capitalísticas enquadram, inevitavelmente, a favela na lógica de mercado, segmentando sua constituição com bolsões de exploração imobiliária entre os próprios favelados. A noção de classe se enfraquece neste contexto favorecendo o imobilismo político.

A contribuição de Soto embasa as ações do Banco Mundial e a administração dos países pobres a partir da desoneração do Estado em relação às políticas de habitação pública, além de permitir facilidades ao mercado imobiliário. O enfraquecimento da autonomia política dos moradores e do ativismo formula o clientelismo urbano, mantendo os mesmos setores do grande empresariado no poder, mediante a concessão de legalização das terras urbanas. Nunca foi tão barato conseguir votos. Sem comprar sequer um tijolo, o Estado se apresenta enquanto ofertador de um “direito” e o morador o recebe como uma conquista.

O desenvolvimento do mercado imobiliário da favela ganha proporções trágicas, aumentando as aglomerações habitacionais urbanas, num quadro de acumulação de terrenos. O latifúndio urbano está se tornando desde a década de 1980 uma forma de exploração capitalista da miséria das favelas. O definhamento das indústrias dos países pobres, fruto da crise da dívida, da inflação e o rígido controle fiscal do FMI, geraram um interesse massivo sobre formas de investimento imobiliário, como alternativa de lucros seguros. Mesmo no contexto de crise da década de 1980 se formaram empresas de especulação imobiliária em

diversas regiões miseráveis pelo mundo e em alguns casos transformando favelas, em condomínios de luxo. A participação de funcionários públicos garante o trâmite burocrático da legalização da terra, assim conseguem propinas e terrenos. De acordo com este mercado de favelas, setores imobiliários chegam até a incentivar a invasão de algum espaço não legalizado, que após terem a titularidade da terra são expulsos sumariamente para que em seu lugar sejam construídas habitações para as camadas média e alta. O acesso praticamente gratuito que havia sido implementado nas favelizações até a década de 1970 são relíquias do passado, pois a mercantilização da terra nestes locais se expande de tal forma que os preços sobem intensamente, assim como a especulação. Estima-se que cerca de um terço das terras urbanas no Brasil estejam vazias, no aguardo de uma possível valorização de mercado.¹²⁵

A formação deste mercado imobiliário nas favelas acabou gerando uma expulsão de pobres para locais cada vez mais precários, menos mobilizados na exploração mercantil de seus terrenos. O que acarreta ainda maior precariedade, pois em geral são terras em local de risco em condições de saneamento mais drásticas, ocasionando mais doenças e aumento de mortalidade de seus moradores.

Os programas de políticas públicas do Rio de Janeiro passam a estar circunscritos a esta lógica empreendida pelos organismos financeiros internacionais. Ainda se constatava na década de 1990 uma grande debilidade de infra-estrutura, apenas 20% da população das favelas possuía esgoto e 60% água encanada, enquanto 85% possuíam energia elétrica. Já as propriedades da terra, apenas 3,7% possuíam títulos de propriedade. Enquanto a violência do crime e da própria polícia nas incursões às favelas produziu uma série de restrições à cidadania e tendo grande impacto sobre os índices de mortalidade locais. Contudo, a conceituação das favelas se transformava, as favelas se tornariam *bairros populares*, como já

125 Ver Planeta Favela.

mostra o Plano Diretor da Cidade, de 1992.¹²⁶ Este documento já se alinha em vários pontos às orientações dos organismos financeiros internacionais em relação às favelas como a construção e regularização fundiária das habitações (art. 138). O tom do documento é sempre considerando a favela como parte dos centros urbanos, nos artigos 148 a 151, por exemplo, as favelas são incluídas nos mapas e cadastros da cidade.

O prefeito César Maia, formou o Grupo Executivo de Assentamentos Populares (Geap), em 1993, tendo como desdobramento a formação de uma secretaria exclusiva, a Secretaria de Habitação. Dentre os programas criados o Favela-Bairro foi o que recebeu maior notoriedade. Note-se a semelhança com as orientações do Banco Mundial, no que se refere a “democratização” da execução dos projetos já que seriam feitos com a participação das comunidades. Mas não uma participação democrática real. O proposto era que as comunidades arcassem com parte dos trabalhos, que antes deveriam ser de responsabilidade do Estado, se mantendo a mesma relação de clientelismo com as lideranças locais. Das 364 favelas, apenas 40 são alvo do programa Favela Bairro. A aparência de democracia era revestida por concursos de projetos urbanísticos, que possuíam mais apelo midiático, do que de fato participação popular, já que eram os escritórios de arquitetura particulares que produziam os projetos. O caráter público-privado é costurado nestas ações em que o caráter privado é apresentado como democrático.

Seguindo os ditames neoliberais a prefeitura recebeu, em 1995, US\$300 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (com uma contrapartida local de US\$120 milhões) para garantir o Programa de Urbanização e Assentamentos Populares (Proap). Além disso, foi estabelecido um convênio com a Cedae, o que supostamente iria agilizar a relação entre estado e município. O empreendedorismo na favela ganhou *status* de democracia popular. Ao invés da mobilização coletiva e a construção autônoma de alternativas sociais, a

126 Dos parques proletários ao Favela Bairro in Um Século de Favela.

contemplanção dos favelados perante os projetos urbanísticos é construído dentro do âmbito do privado. As empreiteiras e construtoras, e imobiliárias, grandes financiadoras de campanha dos candidatos a prefeito, cobram a contrapartida com remodelações urbanas extremamente focalizadas, no entanto, muito custosas aos cofres públicos. As empresas investem na favela com a blindagem do Estado, enquanto o consenso se fortalece dentro de um novo clientelismo, em que as migalhas são cada vez menores. Não é de se espantar que as favelas não tenham diminuído e que as empresas e ONGs disputem cada vez mais vorazmente o quinhão a ser explorado.

Reconhecer a favela como território, de “grupos paraestatais”, como Burgos (2003) o faz é, no mínimo, não reconhecer a reapropriação capitalista do território miserável da favela como parte de um fenômeno global. O Estado aciona uma política perfeitamente azeitada com o grande empresariado, que extrai lucros para a classe dominante e conforma culturalmente a população favelada dentro do consenso individualista. A expansão dos aparelhos privados de hegemonia na favela e as ações de políticas públicas em parceria com associações de moradores e ONGs locais são casadas com incursões violentas da polícia, em que os direitos humanos são um detalhe inconveniente. O saldo é que as favelas construíram uma identidade cada vez mais identificada com a cidade, na qual se colocam enquanto parte indissociável, se apresentando enquanto bairro. A conciliação de classes é fomentada pelo individualismo tanto dos que não se mobilizam, quanto por aqueles que se dedicam a relações particularistas com projetos de governos e ONGs através de organizações coletivas, que almejam o empreendedorismo como a nova consertação social.

A construção da favela, demarcada pelo asco higienista do poder público, do início do século XX, é substituída por uma unidade policlassista urbana do favelado. Uma nova pedagogia da hegemonia é formada, em que se dá a desconstrução do imaginário favela, enquanto território da classe trabalhadora, para uma reabilitação enquanto de *comunidade* de indivíduos. As ONGs, em muitos casos, nos seus projetos educacionais, vão endossar este

novo padrão de sociabilidade, sendo as novas protagonistas na formação de quadros políticos e cidadãos educados para esta nova governança.

Capítulo III – A Favela Educando ou Educando a Favela? Das lutas sociais ao Empreendedorismo dos excluídos

3.1 Os Aparelhos Privados de Hegemonia na Favela

A constituição da favela no Brasil, enquanto território específico da espacialidade urbana se deu de acordo com o desenvolvimento das relações econômico-sociais da industrialização tardia, principalmente, pós anos 1930. Tal ocupação espacial marcada pela expansão do capitalismo dependente, em que pese a precarização do trabalho, a informalidade e o aumento expressivo do desemprego. O bloco de poder hegemônico constituído nesse período, cada vez mais, dedica-se assentar seus esforços sobre o território da favela, visto que a urbanização brasileira teve como principal base de ocupação espacial o alocamento da classe trabalhadora para estes espaços. A favela, portanto, é território fundamental para a garantia do consenso.

As formas de estabelecimento do consenso, especificamente na favela, se deram no que Gramsci denomina de ocidentalização das relações humanas, ou seja, o convencimento ganha importância no estabelecimento da dominação burguesa na medida em que há uma socialização crescente da participação política. A sociedade civil complexifica suas relações internas, tendo diversas organizações sistematizando em reflexão e ação vontades coletivas.

O objetivo desta seção é compreender como se deu o processo de formação dos aparelhos privados de hegemonia na favela, de acordo com as especificidades deste espaço social em disputa, no contexto de alargamento da sociedade civil no Brasil, nas idas e vindas de regimes autoritários até a abertura política na década de 1980.

A Igreja Católica se fez presente na favela, inicialmente a partir da Fundação Leão XIII, durante a década de 1940, além de algumas iniciativas mais localizadas de menor apelo

institucional. A Fundação, nascida em 1947, saía das entranhas do setor mais conservador da Igreja Católica, se postava como uma barreira contra a influência dos comunistas às favelas. Não por acaso a Fundação Leão XIII surge, justamente no ano em que o PCB é jogado novamente na ilegalidade. Os “comitês populares democráticos” haviam se disseminado pelo Rio de Janeiro, o que teria colaborado para a formação da Associação de Favelas do Borel, e posteriormente, em 1954, a criação da União dos Trabalhadores Favelados.

Magarinos Torres, um notório comunista que militava nas favelas, por exemplo, reconhecido como o “advogado dos pobres”, teve atuação intensa no processo de conquista da legalidade das terras e da instalação das famílias. Segundo Lúcio Bispo, fundador e três vezes presidente da associação de moradores do Morro do Chapéu Mangueira,

“O 'Partidão' ia muito nas obras recrutar novos integrantes para tentar fazer uma mudança na política sindical. Nessa época, os operários eram quase escravizados, todo mundo estava revoltado com salários e horários. Por isso muita gente nos morros passou a apoiar os partidos de esquerda”¹²⁷

Como forma de disputar afastar a influência *subversiva* dos comunistas a Fundação Leão XIII se dedicava a fornecer algumas benfeitorias localizadas como casas, estabelecimentos de ensino, postos de saúde. Uma política casada com a perspectiva do Prefeito do Rio de Janeiro Pedro Ernesto, que visava integrar a favela à cidade a partir de medidas que conferissem apelo publicitário.¹²⁸

A Cruzada São Sebastião, dirigida por Dom Helder Câmara, nasce em 1955 com pressupostos um pouco diferentes. Figura proeminente no meio católico, Helder era considerado pertencente à ala progressista da Igreja. A diferença entre as entidades era

¹²⁷http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&from_info_index=6&infoid=90

¹²⁸ Lícia do Prado Valladares, A invenção da Favela: do mito de a favela.com

basicamente a forma de encarar o favelado e a conseqüente proposta de solução para os dilemas da favela. A Fundação Leão XIII desenvolvia ações assistencialistas, numa perspectiva doutrinadora, em que os moradores eram tidos como carentes a serem assistidos, em condição passiva. Já a Cruzada São Sebastião colocava o morador como protagonista das ações tendo um impacto mais profundo, desenvolvendo a urbanização da favela e não apenas melhorias localizadas.¹²⁹ Esta tendência é tributária da influência da ala progressista francesa, casada ao modelo comunitário defendido pela ONU, OEA, UNESCO entre outros. O reconhecimento de que a pesquisa científica era fundamental para aprimorar as ações nas favelas, também era uma preocupação de Don Helder, formando uma abordagem distinta sobre a favela.¹³⁰

O morador da favela deveria, nesta perspectiva, ser integrado à cidade, de modo que a sua organização fizesse parte deste processo. Superava-se o remocionismo de algumas políticas urbanas do período anterior, assim como o clientelismo alimentado por uma visão caridosa do favelado. A figura de padre Lebret foi fundamental para desenvolver estudos sobre a favela de modo diferenciado, o que teria como consequência ações sobre a favela também diferenciadas. A Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) desenvolveu estes estudos tendo à frente Lebret e apoio constante de Dom Helder Câmara. A influência do pensamento de Lebret aos que se dedicavam ao planejamento urbano era enorme, empreendendo considerável impacto sobre as formas de intervenção dos aparelhos privados de hegemonia nas favelas.

129 O 36º Congresso Eucarístico Nacional, em 1955, expõe sistematicamente estes novos preceitos em relação à favela.

130 Idem.

O *Économie et Humanisme* era um grupo dedicado a estudar a pobreza nos países dependentes, especificamente as favelas. Logo, o Brasil passa a ser um espaço de estudo privilegiado e Lebrecht se liga a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) em 1947, ministrando aulas de Introdução Geral à Economia Humana, atingindo a elite burocrática que se dedicava a administração da cidade, entre médicos e engenheiros, além dos católicos mais ilustres que se debruçavam sobre a questão da urbanização. No mesmo ano é formada a SAGMACS, seguindo a influência francesa. A relação com o geógrafo da Universidade Federal Fluminense, Josué de Castro, vai aprofundar esta relação com a política nacional, e, inclusive, internacional com a sua indicação por Josué de Castro para ocupar cargo de direção da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).¹³¹

A universidade não acolheu Lebrecht como outros espaços. Muito arraigada a um academicismo, as universidades brasileiras não deram grande atenção à sua chegada, já que Lebrecht não possuía uma formação acadêmica. Somente a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo vai acolhê-lo em seus quadros. A metodologia influenciada pelas universidades de Chicago, mais ligadas ao trabalho empírico, voltado para a formação profissional, de certa forma, vai aproximar o Lebrecht ainda mais das políticas públicas. O interesse nas inovações que Lebrecht trazia fez com que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) financiasse a sua vinda. Este catolicismo de cunho mais social, amparado por vasta pesquisa científica, atraía a elite industrial para novas alternativas ao “problema favela”, consolidando uma parceria com a ELSP. Roberto Simonsen, não por casualidade, era o então presidente da ELSP e da direção do Serviço Social da indústria (SESI).¹³²

131 Idem.

132 Idem.

Muitos engenheiros acabaram passando pelo curso de Lebret, o que acabou formando uma geração, entre os anos 1950 e 1960, de profissionais dedicados aos trabalhos dos SAGMACS, ou mesmo influenciados pelas suas reflexões e práticas. Somente após o impacto gerado por Lebret na intelectualidade ligada á urbanização, que seu curso acabou o levando á Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP.¹³³

O alcance das idéias do movimento *Économic et Humanisme*, difundidas por Lebret já eram amplos na década de 1950. O processo de aproximação com Dom Helder levava os estudos de Lebret para as favelas. Quatro princípios norteadores levaram a esta aproximação:

“primeiro, a elaboração de um conhecimento científico da economia humana a partir da cidade, do bairro e das associações locais; segundo, a construção de instrumentos de pesquisa ao mesmo tempo monográficos e estatísticos, apoiados em uma nomenclatura dos fatos sociais; terceiro, a afirmação de uma ética fundamentada em uma comunidade de base: a família, o grupo profissional, a vizinhança, ou o bairro; e quarto, a intenção de desempenhar o papel de “intermediário” entre um Estado burocrático e uma população sem representantes.”¹³⁴

O desenvolvimento da concepção que ressaltava a importância da comunidade e a sua participação nas decisões locais era um elemento novo para a época, que atraía as atenções de setores da elite, ainda reticentes sobre qual a forma ideal de combater o crescimento das favelas. O insucesso da Fundação Leão XIII, colocava a necessidade de se pensar novas

133 Um dos alunos de Lebret, Lucas Nogueira Garcez, torna-se governador do estado de São Paulo e, logo, as políticas públicas passam a ter ainda mais influência das SAGMACS. É formada a Conferência Internacional de Economia Humana, que reuniu Pierre Monbeig, Alfred Sauvy e diversos estudiosos do urbanismo na América Latina. Posteriormente, Lebret vai ser levado ao Uruguai, Paraguai e Chile disseminando sua experiência desenvolvida nas SAGMACS. Ver Lícia do Prado Valladares, A invenção da Favela: do mito de origem a favela.com

134 Lícia do Prado Valladares, A invenção da Favela: do mito de origem a favela.com, p. 84.

alternativas. A resistência contra a Fundação Leão XIII, por exemplo, em 1951, acabou por dar origem à primeira organização de favelados, a União de Defesa e Melhoramentos da Barreira do Vasco. A união de Dom Helder e Padre Lebret em torno dos ideais de formação de lideranças locais nas favelas para a construção de uma mediação com o Estado, apesar de ser uma grande inovação no Brasil, tinha amparo também, desde o ano de 1956 nos documentos das Nações Unidas. Tal diretriz influenciou uma geração de assistentes sociais, principalmente os formados na Pontifícia Universidade Católica (PUC), muitos destes acabaram se tornando funcionários da prefeitura do Rio de Janeiro.

Dom Helder e padre Lebret se unem tendo como principal tarefa uma nova forma de lidar com a favela e o primeiro passo era forjar uma identidade comunitária, ou se apropriar da identidade que havia se construído nas favelas para assim dar voz aos favelados. A notoriedade conquistada por Lebret nos anos 1950 ajudou a divulgar ainda mais esta corrente de pensamento. O jornal *O Estado de São Paulo* encomenda uma pesquisa sobre as favelas a Lebret na expectativa de levantar argumentos contra Juscelino, que era constantemente atacado pela UDN por este jornal a respeito dos gastos relacionados à construção de Brasília. Com financiamento da família Mesquita, proprietária do jornal, a pesquisa foi dirigida pela SAGMACS, durando de 1957 a 1959. A profundidade dos estudos era tamanha que foi possível estabelecer uma série de panoramas sobre a idade, sexo, cor, crenças, formas de trabalho, escolaridade, origem entre outros dados da população das favelas. A pesquisa possuía uma orientação metodológica de atentar para as especificidades das 16 favelas, se debruçando sobre questões específicas como os aspectos culturais da vida na favela, tendo como referência o núcleo familiar e a vizinhança. Tais estudos são fruto de uma concepção das SAGMACS, que seria uma síntese entre a *Économie et Humanisme* e a Escola de Chicago. Isso pode se notar na importância atribuída a empiria, na observação exaustiva do campo de estudo antes de qualquer classificação, num esforço de cruzamento de fontes

primárias e secundárias, sem que houvesse oposição entre pesquisa quantitativa e qualitativa e o foco no bairro e suas relações internas como objeto matriz dos estudos. Este foco no micro era uma preocupação das duas correntes de pensamento, no entanto, tinha por motivo principal, na concepção da *Économie et Humanisme*, a busca pelo laço fundamental da sociedade, a *solidariedade*. Este é o elemento chave para a mudança na forma de intervir na favela, ou seja, a solidariedade passa a ser matéria-prima das políticas públicas, numa relação de combinação entre Estado, empresas e cidadãos.¹³⁵

O relatório da SAGMACS teve forte impacto sobre a opinião pública, orientando boa parte dos debates referentes à favela na década de 1960 e 1970. A análise estatística em consonância com o estudo de casos foi uma marca que influenciou outros trabalhos e forneceu dados para ações nas favelas, permitindo compreender as generalizações, mas também os elementos culturais específicos das comunidades. Logo após a publicação do relatório da SAGMAC, José Arthur Rios, um dos coordenadores da pesquisa, é indicado para ocupar o cargo de dirigente do Serviço Especial de Reabilitação das Favelas e Habitações Insalubres (SERFHA). Pouco depois, é nomeado secretário de Serviços Sociais no governo de Carlos Lacerda. A orientação de suas propostas era basicamente: urbanizar as favelas, de modo a reconhecê-las como bairros pobres. Muito semelhante ao que a ala da esquerda da Igreja Católica já vinha defendendo. Um decreto de 1961 institucionaliza esta orientação, de modo a incentivar a criação de associações de moradores como forma de se relacionar com o Estado, cooptando as lideranças locais. Neste momento 72 associações de moradores surgem até 1962. A trajetória de Rios é curta no governo Lacerda, mas a notoriedade conquistada é imensa e passa a ser conhecido como o “professor das favelas.”

135 Ver Lícia do Prado Valladares, *A invenção da Favela: do mito de origem a favela.com*.

No bojo desta “abertura” da favela à cidade, durante a década de 1960, os *Peace Corps* chegavam ao Brasil. Jovens estadunidenses dedicados a causa humanitária se deslocavam para os países pobres desenvolvendo atividades de cooperação internacional, bem aos moldes da política internacional de Kennedy. Arthur Rios, inclusive, recebeu convite para formar estes jovens para atuarem nas favelas do Rio de Janeiro. Esta relação foi fomentada por organismos internacionais, um deles a Fundação Ford. Os Peace Corps eram parte da política do governo Kennedy de aprofundar relações com os países pobres, na tentativa de combater os comunistas durante a Guerra Fria, se utilizando da juventude universitária. O heroísmo, o patriotismo, a defesa da liberdade eram os elementos incentivadores para que estes jovens se lançassem pelo mundo em causas humanitárias nas favelas em centros urbanos e em áreas rurais pobres. Em discurso para 10 mil universitários Kennedy dizia,

“quantos de vocês estão prontos a passar 10 anos na África, na América Latina ou Ásia, trabalhando pelos Estados Unidos e pela liberdade? Quantos de vocês, que vão se formar em medicina, estão prontos a trabalhar em Gana? Técnicos e engenheiros, quantos de vocês estão preparados para se engajar na ação internacional de nosso país e passar a vida dando volta ao mundo?”¹³⁶

Com estes argumentos o governo estadunidense conseguiu quase cem mil jovens voluntários, instigados pela possibilidade de se tornarem heróis em defesa dos ideais liberais dos EUA. O projeto chegou a atingir 46 países pelo mundo. O preparo semelhante ao do exército considerava os elementos culturais, as dificuldades materiais como obstáculos a serem superados pelos voluntários a partir de abnegação individual e treinamento. A idéia de se enraizar na cultura local era uma premissa destas ações, uma preocupação de amenizar ao máximo a possibilidade de choque cultural que prejudicasse as ações humanitárias. Nota-se que a centralidade do aspecto comunitário também se consolidava neste projeto, enquanto

136 Lícia do Prado Valladares, *A invenção da Favela: do mito de a favela.com*, p. 104.

elemento fundamental para o estabelecimento de intervenções nas favelas. Compreendia-se que as ações só poderiam ter sucesso se fossem assimiladas pelas comunidades.¹³⁷

Dentro desta perspectiva, 30 voluntários do Peace Corps chegaram às favelas do Rio de Janeiro, a partir de parceria com a prefeitura. Dentre as 147 favelas recenseadas as escolhidas para as ações foram: Borel, Tuiuti, Salgueiro, Morro Azul, Ruth Ferreira, Vigário Geral, Roquete Pinto, Morro do Estado, Rocinha e Jacarezinho. O foco no Borel se deve a mobilização que se desenvolvia com a fundação da União dos Trabalhadores Favelados, enquanto no Jacarezinho residiam muitos militantes da Federação das Associações de Favela do Estado da Guanabara (FAFEG).¹³⁸

Os relatórios produzidos pelos Peace Corps e toda a relação com o consulado dos EUA causava desconfiança por parte dos moradores, segundo alguns depoimentos. Não era incomum serem considerados figuras estranhas ao espaço da favela. As associações de moradores, antes fomentadas pelo governo do estado, a ação da Igreja Católica, e a partir de então os Peace Corps disputavam o espaço de influência na favela, e a referência ético-política dos moradores. Segundo relatos, os jovens voluntários logo perceberam uma rede de relações de poder, no âmbito da informalidade, que garantia a reprodução da vida em meio à precariedade. O arquétipo de local ausente de preceitos coletivos, aos moldes de uma barbárie mítica ia caindo por terra a cada convivência construída pelos voluntários com os favelados, em que podiam compreender como a cooperação e a relação com as lideranças locais eram fundamentais para o estabelecimento da ordem interna da favela coerente com as suas formas específicas de sociabilidade. As dificuldades de se empreender ações concretas de melhorias

137 Idem.

138 Idem.

fruto de um grande desconhecimento das redes informais de poder da favela e da falta de subsídio técnico para a execução de obras e melhorias acabou por limitar o alcance das ações dos voluntários.¹³⁹

A presença de jovens estadunidenses ligados às orientações de Washington, em pleno período de preparação do Golpe Militar, muitas vezes levaram a serem acusados de agentes da CIA, afinal, militantes das associações de moradores começaram a ser duramente perseguidos durante a ditadura. O fornecimento de informação sobre a vida na favela talvez tenha sido o maior saldo para os estadunidenses, que certamente utilizaram tais dados para compreenderem com maior detalhamento a lógica de vida e as formas de organização política nas favelas. O antropólogo Anthony Leeds vai se utilizar do trabalho do Peace Corps para colher ricas informações sobre o cotidiano das favelas.

Esta experiência missionária dos Peace Corps teve forte impacto sobre as formas de disputa de hegemonia na favela. As relações subjetivas desenvolvidas no território da favela, com as suas redes de poder deveriam fazer parte dos programas desenvolvidos pelos grandes organismos internacionais a partir de então. Assim, apesar de não ter havido conseqüências diretas profundas após a intervenção dos Peace Corps nas favelas, o fato é que o manancial de informações e análises produzidas posteriormente fortaleceu as políticas de controle da população pobre. O aparente fracasso, na realidade pode ser entendido como um grande êxito exploratório inicial para a construção e aperfeiçoamento dos aparelhos privados de hegemonia sistêmicos nas favelas.

A universidade, via Anthony Leeds, se encarregou de sistematizar a experiência dos Peace Corps na 37ª Conferência Internacional dos Americanistas, na Argentina, em 1966. Tendo se

139 Ver Lícia do Prado Valladares, *A invenção da Favela: do mito de a favela.com*

especializado no Brasil, e na questão das favelas, Leeds possuía grande trânsito entre a academia sendo chefe do Programa de Desenvolvimento Urbano da União Pan-Americana, pesquisador financiado pelo *Social Science Research Council*, e depois professor financiado pela Fundação Ford. Esta sistematização teve como ponto fundamental a conversão dos Peace Corps em observadores fornecendo preciosas informações, sob sua orientação. O fato de ser professor da Universidade do Texas, uma das responsáveis pela formação dos Peace Corps, facilitou este acesso aos jovens voluntários, que, aliás, tinham estudado em seus treinamentos antes de se lançar para as ações humanitárias.¹⁴⁰

A intervenção na favela pelo Estado nos seus objetivos de apaziguamento dos conflitos se fundou na relação permanente com a produção de conhecimento a respeito da lógica de (sobre)vivência da favela. As observações de campo orientadas pela metodologia da Escola de Chicago, as ações da Igreja Católica, seja em qual ala fosse, estavam orientadas a estancar o problema favela. Percebe-se que aparelhos privados de hegemonia sistêmicos eram construídos na favela, mantendo uma oscilação entre qual a tática seria utilizada pela classe dominante para lidar com as favelas, ora remocionista, ora dedicada à fomentação do consenso via mobilização comunitária. É certo que dos anos 1950 até 1970, se instituiu um vasto conhecimento sobre a favela a partir das experiências desenvolvidas com as tentativas de incursões na favela. A Igreja Católica, o governo dos EUA e o Estado brasileiro parecem que ainda tateavam sobre a forma de lidar com este peculiar território urbano em desenvolvimento.

Os aparelhos privados de hegemonia destinados ao consenso burguês na favela se constituem em meio ao processo de consolidação da identidade cultural do favelado. Esta

140 Idem.

identidade cultural constitui parte do projeto de dominação, que se pretende estável, e capaz de comportar as consequências do aumento colossal da pobreza nos centros urbanos. Os aparelhos privados de hegemonia, dentro do pensamento hegemônico, vão se transformando após as incursões nas favelas, tendo os seguintes preceitos definidos, principalmente, a partir da década de 1970:

- 1) o caráter comunitário como fio condutor da coesão social;*
- 2) ativismo dos moradores no processo de construção das ações sociais;*
- 3) Solidariedade em substituição à filantropia.*
- 4) apreensão dos elementos culturais da favela como fundamentais para o êxito das políticas focalizadas na favela;*
- 5) conversão da favela, antes tida como terreno apartado da cidade, como sua parte indissociável, bairros pobres.*
- 6) constituição do reconhecimento da cidadania formal dos habitantes das favelas.*

Estes novas diretrizes foram sistematizadas pelos organismos financeiros internacionais, tendo ampla divulgação internacionalmente nas suas cartilhas destinadas aos países dependentes. Isso não significa que fossem aplicadas à risca de imediato. Houve um processo contraditório, em que estas premissas se desenvolveram de maneira desigual, sendo sistematizadas de fato nas ações e formulações a partir do ascenso das ONGs, principalmente na década de 1990.

O período ditatorial no Brasil engessou o desenvolvimento da sociedade civil, já que mantinha o bloco de poder majoritariamente assentado nas políticas coercitivas de Estado,

ainda que se desse o desenvolvimento dos aparelhos privados de hegemonia do empresariado no processo de conquista do Estado dedicados a formação de um consenso autoritário.¹⁴¹ É por isso que somente no processo de abertura política, nos anos 1980, esses traços inovadores sobre a postura sobre a favela se tornarão mais claros, mediante o robustecimento da sociedade civil brasileira. Quando a sociedade civil volta a se abrir para a proliferação de aparelhos privados de hegemonia e a disputa por hegemonia ganha contornos mais abertos, a subjetividade, a informalidade, a rede de poder da favela, sua lógica territorial específica, passam a fazer parte do jogo político na disputa por hegemonia.

O fim da ditadura militar-empresarial permitiu maior fortalecimento dos movimentos sociais. As associações de moradores, por exemplo, tão perseguidas passavam a ter protagonismo em diversas ações políticas nas favelas, além disso, as comunidades eclesiais de base fortaleciam a idéia de participação política. Um novo bloco histórico estava em gestação, já que o modelo autoritário de desenvolvimento já estava desgastado enquanto projeto de dominação. A democracia era o elemento central da pauta dos movimentos sociais dentro do clima de abertura política, que se configurava a partir do movimento em defesa da anistia, de uma constituinte livre, exclusiva e soberana e do movimento das Diretas Já. As disputas de rumos da sociedade se davam cada vez mais claramente dentro dos tensionamentos entre os aparelhos privados de hegemonia. Jornais, Igrejas, partidos, movimentos sociais, cada agrupamento opinava e disputava a sua concepção de democracia e a sua forma de organizar a sociedade.

No campo dos setores que impunham uma luta contra o avanço do empresariado sobre a política nacional, no período de abertura política, e que tiveram forte influência nas lutas sociais nas favelas, destaco como prioritários na consolidação das disputas por hegemonia na

141 Ver René Armand Dreifuss, 1964: a conquista do estado: ação política, poder e Golpe de Classe.

favela: a esquerda da Igreja Católica, as associações de moradores, o Partido dos Trabalhadores e as ONGs.

A Igreja Católica teve um peso crucial na conformação desta noção de militância que se consolidava. As Comunidades Eclesiais de Base, ao longo da Ditadura, se mantiveram consolidadas como base associativa popular, uma parte pregadora do comunitarismo e da fé como soluções para os problemas sociais, outra dedicada à formação política dos movimentos sociais, numa perspectiva de combate à ordem autoritária e exploratória do capitalismo. A Teologia da Libertação se notabilizou por esta última concepção, que muito influenciou os movimentos populares, inclusive, no caso do CEASM como veremos mais a frente. Esta tensão entre duas posições no interior da Igreja Católica acabou sendo reprimida em 1985 pelo, então cardeal Ratzinger, que impôs voto de silêncio aos irmãos Leonardo e Clodovil Boff.¹⁴² O ativismo político popular ligado às comunidades, que já se desenhava no Brasil desde a década de 1950 com padre Le Bret, ganha mais força, mas neste caso, com grande proximidade com o marxismo. O professor Olinto Pegoraro, padre da Igreja Católica na favela do Borel até aos anos 1990, afirma, “todos os anos o Prestes (Luiz Carlos Prestes, um dos principais nomes do Partido Comunista no Brasil) participava das festas na associação do Borel. (...) Eu discursava sempre ao seu lado. A Igreja tinha os mesmos ideais de justiça social do marxismo.”

As associações de moradores tiveram forte influência deste processo nas favelas com o incentivo do associativismo comunitário, tendo influência sobre o Estado, observado no decreto de 1961, que incentivava a formação destas entidades. Desde os anos 1940 os favelados já se movimentavam em defesa de direitos sociais. A União dos Trabalhadores

¹⁴² Ver Virgínia Fontes, *A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980* in *Fundamentos da Educação no Brasil*.

Favelados, na favela do Borel, foi uma forte referência para a formação de outras associações de moradores.

Em 1963, é fundada a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), que respondia de forma contraditória aos anseios da elite de controlar as lideranças locais, pois boa parte das lideranças não vão se alinhar com os políticos ligados a burguesia, apontando para uma perspectiva de independência de classe.

O Golpe Militar de 1964 impôs forte repressão sobre os movimentos de moradores nas favelas. O controle direto via coerção sobre as associações de moradores é sacramentado pela Secretaria de Serviços Sociais, de acordo com o Decreto nº 870, a partir de 1967, pelo Decreto nº 870. O Decreto nº 3.330 aprofunda a repressão, restringindo as atribuições das associações a instâncias representativas frente ao Estado apenas, e a organizadora de mutirões para obras locais.

O ataque contra as favelas teve como resposta a mobilização dos moradores a partir de suas organizações, em que a Fafeg teve destaque. Em seus congressos de 1967 e 1968 cerca de mais da metade das associações de moradores estavam representadas e mobilizadas contra as políticas de remoção e por uma urbanização de qualidade para os trabalhadores. O presidente da Fafeg acabou assassinado e os membros das chapas participantes foram monitorados pela Secretaria de Segurança, passando a ser correia de transmissão do governo empresarial-militar em troca de apoio financeiro a algumas associações de moradores. Em 1969, o incêndio da favela da Praia do Pinto, era a violenta demonstração da perseguição contra diversos líderes comunitários da Fafeg como Vicente Mariano, Abdias Nascimento e José Maria Galdeano. Lúcio Bispo em depoimento afirma sobre as agitações em torno do incêndio,

“Não deu nem tempo de engrenar. O pessoal do Dops (Departamento de Ordem Política e Social) chegou

logo em seguida. Por sorte eu consegui fugir. Depois ainda me procuraram no Chapéu Mangueira e no São Carlos. E eu rodando pelo Catumbi. Ficava sempre na casa de pessoas conhecidas. Cruzava a Mineira, Querosene, saía na Rua Itapiru, sempre usando um casacão e um chapéu de palha”¹⁴³

Em 1972, acontece o III Congresso da Fafeg, reunindo 79 associações de moradores, sob o programa de defesa da urbanização. O que permitiu a permanência em áreas consideradas de alto valor como na zona sul e na Tijuca. A resistência foi uma marca forte nas favelas, em que até mesmo aqueles que eram removidos resistiam à política dos conjuntos habitacionais e procuravam outras favelas. A inadimplência era outra forma de reagir contra as péssimas condições dos conjuntos habitacionais, já que os moradores deveriam pagar pelas novas moradias. O Estado logo tratou de punir os maus pagadores com remoções dos conjuntos habitacionais para casas de triagem ainda mais longe do Centro da cidade, como em Paciência e Santa Cruz.¹⁴⁴

A organização dos trabalhadores nas favelas se articulava entre as esferas católica, de organização de moradores, tendo como desdobramento o PT, o partido que unificava essas lutas na concepção anti-capitalista. A dissidência da Faferj, que almejava uma maior autonomia frente ao Estado e uma perspectiva de ativismo mais intenso mostrava este novo momento de renascimento das organizações políticas. Segundo o depoimento de Gilberto Palmares, presidente do PT do Rio de Janeiro, “comecei na militância política na Igreja Católica. Fazia jornais comunitários e também participei da Pastoral de Favelas e da

143http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&from_info_index=6&inoid=90

144 Um Século de Favelas.

redemocratização da Faferj (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio). No começo do PT algumas reuniões do partido aconteceram na minha própria casa”¹⁴⁵

O Partido dos Trabalhadores (PT) em seu início, no ano de 1980, trazia a pluralidade de todo o processo de lutas sociais que se agruparam contra a ditadura. O “novo sindicalismo”, a esquerda católica, e vários movimento sociais, muitos ligados a realidade da favela. Segundo o então deputado federal Chico Alencar,

“O PT começou em São Paulo, em torno do movimento operário no ABC paulista. Como no Rio não havia tantos metalúrgicos fomos procurar os trabalhadores nos morros, favelas e áreas pobres da cidade. (...) Eu circulava muito nas favelas da Tijuca. Participei de um grupo não-partidário no Borel que promovia cursos técnicos e de cidadania. Não diria que a recepção dos moradores foi massiva, no máximo curiosa e interessada. Na verdade conseguimos a adesão de uma vanguarda mais informada”¹⁴⁶

A pluralidade do momento histórico se refletia na composição interna do partido, que desde o final dos anos 1980 se dividia em tendências, numa disputa permanente pelos seus rumos. Sua constituição de desenvolvimento, talvez, seja a arena que mais represente as tensões postas para as organizações populares no início dos anos 1980, que colidia em seu interior concepções classistas e revolucionárias, enquanto outras de corte meramente popular e democrático. O PT imprimiria outro patamar de intervenção no período, colocando a questão da democracia no patamar da luta classista, em que a sociedade civil deveria se politizar tendo um projeto de sociedade alternativo. Sua aspiração ao poder reconhecia a necessidade do socialismo (mesmo que de forma extremamente imprecisa), dentro da necessidade de ocupar os espaços de poder do Estado, ou seja, ultrapassar, o que Gramsci
145http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&from_info_index=6&infoid=90Idem.

146 Idem.

chama de ‘a pequena política, de cunho corporativa, em favor da ‘grande política’ baseada num projeto contra-hegemônico. A luta pela universalização de direitos da classe trabalhadora foi uma marca do PT, assim como um método de organização interna e de relação com os movimentos sociais calcado num balanço negativo da experiência socialista do Leste europeu. A ênfase nos núcleos de base como mecanismo democrático de funcionamento sintetizavam a influência das Comunidades Eclesiais de Base, a crítica das correntes trotskistas ao stalinismo, o “novo sindicalismo”, extremamente ligado às suas bases, e ao próprio momento histórico que coesionava setores populares em torno da defesa da democracia.

As discussões teóricas nas universidades, mas principalmente a ação do PT, colocavam à baila a discussão teórica gramsciana, que focava suas análises na sociedade civil. A hegemonia dentro das sociedades ocidentais, segundo Gramsci, trazia um grau de complexidade maior no exercício da dominação, em que a democracia formal com o sufrágio universal e outros direitos conquistados pelos trabalhadores, obrigavam a um exercício do convencimento em relação aos valores burgueses cada vez mais refinados. As diferentes posições internas no partido contrastavam, mas a idéia de adquirir a hegemonia via eleição ganhava peso ao longo dos seus congressos e encontros. A autoridade do partido que mantinha a maior base social nos movimentos populares do Brasil, exercia forte influência sobre as ações e reflexões estas. O projeto eleitoral do PT significou adequar a militância aos parâmetros formais da democracia eleitoral, em que cada vez menos o movimento social teria autonomia frente ao partido, que paulatinamente vai ampliando a sua capacidade de arrecadação de recursos para campanhas publicitárias custosas e financiamento de cabos eleitorais. Uma domesticação da militância para uma visão de transformação social como a “arte do possível”.

O atrelamento pragmático do PT à disputa institucional, portanto, ao mesmo tempo em que o credenciava para tomar as altas instâncias políticas do país, colocava o seu programa

político mais próximo das empresas e seus aparelhos privados de hegemonia. A sua trajetória sintetiza os dilemas sobre as novas formas de militância, em que sua mutação de partido classista anti-capitalista à *parceiro* do empresariado, contribui ativamente para enfraquecer a mobilização classista, universalista e anti-sistêmica para uma noção de engajamento político policlassista, particularista e dentro da ordem do capital. Sob a influência do PT, boa parte dos movimentos sociais estariam contidos dentro desta perspectiva reificadora, mas também o voluntariado, enquanto nova militância para o capital.

Boa parte da intelectualidade crítica, antes parte das fileiras dos movimentos sociais, se incorpora em ONGs voltadas para *trabalhos sociais* na favela, e, em parceria com as universidades produzem teoria, colocando a sociedade civil numa relação separada do Estado, em que empresas e cidadãos estariam irmanados em interesses comuns.

A chegada das ONGs às favelas demarca o processo de desenvolvimento da sociedade civil no Brasil como contrapartida ao ascenso das mobilizações populares nos anos 1980 e uma grande expansão das favelas. Inicialmente ainda trazendo a questão da filantropia, as ONGs chegam às favelas com fortes traços de intervenções externas pouco relacionadas de fato com uma construção própria dos favelados. As associações de moradores, os partidos políticos, e as comunidades eclesiais de base perdem espaço no bojo de um descrédito crescente às lutas sociais universalizantes, a partir da década de 1990. O particularismo, enquanto valor político se expande e as entidades representativas dos favelados são afetadas por esta tendência e, além disso, as ONGs iniciam uma escalada à favela.

As associações de moradores, em particular, aprofundam a lógica burocratizada de relação fisiológica com as instâncias do Estado em busca de troca de favores, favorecendo um esvaziamento deste espaço como organizador da luta dos favelados ao longo da década de 1980. Além disso, a lógica de política pública que isentava o Estado de ações por melhorias

da infra-estrutura urbana, tornaram as associações de moradores meras executoras de serviços locais, apagando-se as lutas e mobilizações de suas atribuições.¹⁴⁷

Boa parte daqueles que se dedicavam à militância nas associações de moradores simplesmente desistem da militância, ou migram para as ONGs como uma alternativa de mobilização. O desgarramento das associações de moradores em relação às necessidades dos moradores se aprofunda na medida em que as disputas entre os partidos políticos pela direção das associações, muitas vezes envolvendo facções criminosas, se tornam mais violentas, preocupados apenas com o aparelho burocrático e os ganhos eleitoreiros com a hegemonia em determinada favela. Outra parte das lideranças locais aderiram ao pragmatismo da relação fisiológica por interesses particularistas.

Em geral, as ONGs que chegavam à favela na virada neoliberal da década de 1990, se mantinham ligadas a trabalhos sociais que buscavam a “inclusão social” a partir de ações educativas, que permitiriam maiores possibilidades de sobrevivência aos favelados. Os princípios de solidariedade e relação com empresas são largamente difundidos, quando as ONGs assumem a responsabilidade social como eixo político. A idéia de democracia participativa é atribuída à favela quando as ONGs afirmam que a sociedade civil mobilizada a partir das ações locais teria protagonismo nas decisões a partir de conselhos consultivos composto por empresas, Estado e cidadãos.

147 MEDEIROS, Bianca Freire, CHINELLI Filippina. *Favela e Redes Solidárias: Formas Contemporâneas de Mobilização e Organização Popular no Rio de Janeiro* in *Latin American Urbanization in the Late Twentieth Century: A comparative study*

As ações das ONGs, ainda que articuladas com lideranças locais, eram filiais de ONGs internacionais ou nacionais que pouco tinham relação com a realidade específica de cada favela onde atuavam, sendo em geral, dirigidas por empresários, intelectuais de fora das favelas. Assim, surge uma terceira geração de ONGs tendo como protagonistas os próprios moradores das favelas, de modo que houvesse uma identidade por completo entre a ONG e a localidade. As próprias lideranças locais, convertidos em gestores, seriam os articuladores e formuladores das ações das ONGs. O CEASM é a expressão deste caso e mais a frente será analisado pormenorizadamente.

O processo de formação de aparelhos privados de hegemonia da favela, de acordo com o desenvolvimento da sociedade civil, reflete o processo de disputa da luta de classes no Brasil republicano. O desenvolvimento industrial com a ampliação da favelização dos centros urbanos, principalmente a partir dos anos 1950, engendrou no cenário político um novo território de disputa de hegemonia. Apresentei o quanto o ideal remocionista das elites brasileiras paulatinamente foi dando lugar a uma política de incorporação da favela à condição de parte da cidade. A influência do padre Lebrecht e Dom Helder Câmara, a ação dos Peace Corps e a pesquisa científica relacionada às universidades foram fundamentais para consolidar um novo paradigma de relação das elites em relação à cidade.

A mobilização do PCB no final da década de 1940 fomentava uma ameaça constante para a dominação burguesa sobre a favela, que, na medida em que se desenvolvia mais se tornava uma possível ameaça às classes proprietárias. A criação das associações de moradores, a mobilização em torno de direitos sociais ligados à moradia, só aumentavam a disputa de hegemonia, que teve como desfecho parcial o Golpe de 1964. O incentivo do governo estadual do Rio de Janeiro para a formação de associações de moradores sob o seu controle, em 1961, mostra o quanto havia a necessidade de formular um convencimento comum para os interesses burgueses mediante o acirramento das lutas sociais.

A reabertura política na década de 1980 só fez ressaltar as tensões e disputas que já se travavam na favela na sua constituição de território da pobreza nos centros urbanos. O desenvolvimento da democracia formal acirra a disputa por hegemonia e a favela tem nas suas organizações de moradores novamente uma ameaça ao empresariado com a ascensão das lutas em defesa da democracia e dos direitos sociais. A cooptação destas associações de moradores a uma lógica administrativista, meramente fisiológica aos parâmetros governamentais assistencialistas paulatinamente engessam seu poder de mobilização classista. As ONGs se consolidam neste período como uma alternativa de militância, muito relacionadas ainda aos movimentos sociais e a questão da democracia e das questões populares, muitas ainda ligadas a um caráter filantrópico. No entanto, na década de 1990, principalmente a partir do governo Fernando Henrique, tendo continuidade com o governo Lula, as ONGs vão ser elevadas a condição de organizações ativas no convencimento e mobilização da população favelada. A solidariedade será expressa na responsabilidade social, e estas entidades passarão a dominar o cenário político em franca relação com as associações de moradores e partidos políticos.

Este breve balanço da construção dos aparelhos privados de hegemonia na favela permite destrinchar as especificidades de um território nas disputas da sociedade civil. Os diferentes momentos do bloco histórico do Brasil mostram o quanto a favela torna-se parte fundamental para a formação do consenso burguês, em que as conseqüências do desenvolvimento capitalista, contraditoriamente, instauram a força e a fraqueza do capitalismo de Terceira Via. A força porque consegue manter um engajamento das classes subalternas para os interesses de classe do empresariado, a fraqueza porque gerou uma massa de miseráveis que instauram uma possibilidade permanente de turbulências sociais.

3.2 – A Maré e suas Lutas

A história do Complexo da Maré é recortada por conflitos em que se postam trabalhadores na busca por moradia, e mais que isso, pela conquista de direitos sociais como saúde, educação, saneamento básico, transporte, lazer etc. A compreensão da gestação deste espaço permite observar algumas marcas históricas que ajudam a clarificar as seqüelas sociais produzidas por uma industrialização tardia e um crescimento urbano desordenados, além das respostas políticas formuladas pelos moradores diante deste quadro. O processo de ocupação da região pelos migrantes de outros estados e moradores oriundos de outras favelas do Rio de Janeiro produz as motivações políticas e culturais para a existência do CEASM. A proposta é resgatar a história do bairro da Maré, buscando estabelecer os nexos entre as condições e contradições locais e a existência do CEASM como agente político e educador, que responde às demandas sociais de um bairro tão castigado pela pobreza. Os eixos conceituais que

nortearão este levantamento sobre a história da Maré são basicamente *territorialidade, cidadania e democracia*. Escolho estas categorias por compreender que são estas as bases da identidade tanto da formação do bairro Maré, quanto do CEASM produzidas no processo de luta por direitos sociais, principalmente o da moradia.

A Maré já possui um levantamento histórico a respeito da sua formação enquanto favela (ou bairro) bem estruturado. De acordo com a pesquisa de Santos (1986) e Vieira (1998), além de pesquisas da Rede Memória Maré do CEASM, a ocupação da região teria se iniciado com Dona Orozina, uma espécie de pioneira, que vindo de Ubá, Minas Gerais, no início da década de 1940, construiu o primeiro barraco na Praia de Inhaúma. Isso após ter conhecido a região com o marido num passeio de domingo. Tal ocupação teve como facilitador a construção da “Variante Rio-Petrópolis”, depois denominada de Avenida Brasil, ainda na gestão de Henrique Dodsworth, em 1947. Aliás, os próprios trabalhadores que fizeram parte da construção da Avenida Brasil fizeram parte deste início da ocupação da Maré, em função da proximidade com o local de trabalho. O desenvolvimento industrial da região, incrementado pelo

desenvolvimento dos meios de transporte, possibilitou ainda mais estrutura para a ocupação daqueles terrenos que ficavam próximo a Baía de Guanabara.¹⁴⁸

O novo prefeito, Mendes Moraes, indicado por Dutra, inaugurava a Avenida Brasil, em 1947, tendo a instalação das indústrias como grande pólo de desenvolvimento da região. O prefeito apresentou uma política a remoção de cerca de 800 barracos, localizados na rua Jerusalém, o que mais tarde seria a sub-região da Maré Baixa do Sapateiro.¹⁴⁹

A Copa de 1950 enchia de orgulho a população brasileira. A construção do estádio Mário Filho, o Maracanã, fazia parte da política de fomentar ainda mais este sentimento otimista de nação. A magnitude da obra simbolizava as proporções de um Brasil que crescia em economia e, quem sabe no esporte, com a esperada vitória da Copa daquele ano. O 1º Batalhão de Carros de Combate que funcionava no local onde foi construído o Maracanã, acabou sendo transferido para a Avenida Brasil, em frente ao morro do Timbau, em 1947, o que impulsionou ainda mais a ocupação da região da Maré. A área da Maré passou a ser vigiada rigidamente pelo 1º BCC, impondo a destruição de barracos, cobrança de taxas aos moradores (“taxas de ocupação”) e vigília permanente sobre os moradores. Gerou-se todo um aparato burocrático de controle sobre os moradores da favela, que mesmo no campo da informalidade, aos poucos, foi ganhando contornos de oficial. Militares passaram a atuar como uma espécie de “grileiros” urbanos. Assim, “o poder público cuidou de inventar a favela.”¹⁵⁰ Um

148 Ver Maré A invenção de um bairro.

149 Idem

150 Idem, p. 77.

documento foi produzido a fim de “educar” os moradores dentro das normas do Exército, o “Compromisso dos Moradores”:

Considerando:

1 – que os Terrenos do Ministério do Exército, situados no Morro do Timbáu e Praia de Inhaúma, são próprios da União e não devem ser destinados a residências.

2 – que não há o mênor interesse para o Ministério do Exército, em conservar as residências no citado Terreno uma vez que só trazem problemas quer de ordens administrativas ou disciplinares.

[...]

5 – que não são despejados pelo Ministério do Exército, sumariamente em consideração a situação aflitiva de escassês de residências para as pessoas pobres na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

6 – que por ser área militar, próxima de quartéis, há necessidade de vigorar em seu interior uma disciplina quase idêntica a de um corpo de tropa.

[..]

7 – que essa disciplina até hoje só trouxe benefícios a área em foco, convivendo-se de uma maneira bem diferente das tremendas favelas que cercam a região em pauta.

[...]

Reconhecendo:

[...]

8 – a necessidade de cumprir as obrigações abaixo, para o melhor bem viver, numa sociedade de nossas famílias, sem haver o perigo dos Terrenos se transformarem em lugar de desordeiros como acontecia antes da Administração ser do 1º BCC e que acontece hoje em dia na região vizinha conhecida como Baixa do Sapateiro (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, s/d).¹⁵¹

Como pode se notar há uma política de controle violento sobre os moradores, reconhecendo a disciplina militar como a solução para os problemas da região. Como forma de atestar a convivência dos moradores com as medidas, os militares obrigavam parte da população a assinar os documentos “oficiais”.¹⁵²

É neste processo que temos o retorno de Dona Orozina como protagonista na história da Maré. Se utilizando dos meios legais para garantir a sua moradia na Maré, revoltada com a exploração que os militares impunham aos moradores, Dona Orozina, envia uma carta para Getúlio Vargas denunciando tal situação. Para surpresa de Dona Orozina, Vargas enviou um

151 Maré a Invenção de um bairro.

152 Idem

emissário para convidá-la para o Palácio do Catete, lá foi recebida pessoalmente pelo presidente, que lhe garantiu que não deveria pagar nada aos militares para continuar morando na Maré. Pouco depois, enviou um telegrama oficial da presidência da república confirmando tal ordem. A magia frente a figura de Vargas se forjava também nestes momentos simples, gerando uma apoio popular incondicional. O que ocorreu com Dona Orozina também se deu em relação a diversos líderes populares de favelas recebidos em audiências públicas. Era o personalismo paternalista entranhado na política nacional e influenciando os rumos da formação da favelas.

A Maré na década de 1950 será responsável por abrigar boa parte dos nordestinos que chegavam ao Rio de Janeiro. Ocupações começam a ser feitas cada vez mais próximas a Baía de Guanabara. A Avenida Brasil ostentava indústrias, empresas diversas, sedes do Exército, instituições públicas, assim como se desenvolveu a atividade pesqueira e a indústria naval. Os terrenos da região eram extremamente pantanosos o que demandava investimento em drenagem para a ocupação de outras empresas, como não havia investimento nesta área por parte do poder público, as ocupações começaram a ser feitas exatamente nestas áreas que se encontravam abandonadas.¹⁵³

O morro do Timbau teve uma ocupação, estendida à Praia de Inhaúma, e ruas Capivari, Alabama e Caetés, locais de domínio do Ministério do Exército. As condições de vida eram melhores se comparadas com outras áreas ocupadas na Maré, já que, por estar localizada num morro, a população não era afetada diretamente pela inconstância da maré. Assim, mesmo com o controle truculento do exército sobre a área, foi possível a construção de casas de alvenaria e o estabelecimento de arborização e hortas na região.¹⁵⁴

153 Invenção de um bairro

154 Idem

A partir da rua Jerusalém, localizada nos terrenos do Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (IAPAS),¹⁵⁵ a Baixa do Sapateiro se formou, tendo como básico para a formação das moradias as palafitas. Tal região foi marcada pela instabilidade legal, já que as moradias se localizavam em região do Estado, era comum haver incursões policiais para destruir barracos. A resistência dos moradores foi importante neste processo. Muitos moradores se juntavam em mutirão e construíam barracos à noite e os ocupavam com crianças e mulheres a fim de inibir a ação policial.

As dificuldades impostas pelo meio ambiente também eram uma constante na vida dos moradores da Baixa do Sapateiro. As palafitas de madeiras erguiam as casas, de modo que não fossem atingidas pelas águas do mar. As casas eram extremamente frágeis, com tábuas e folhas de zinco ou telha francesa no teto, tendo como matéria prima, em geral, todo tipo de restos de demolições ou mesmo caixotes e outros objetos de madeira encontrados no lixo. Tal condição acabava por ocasionar uma série de acidentes, como afogamento de crianças que caíam das casas, além de uma série de doenças em função das péssimas condições de higiene das instalações. Tamanha precariedade fez com que uma das maiores lutas dos moradores fosse a garantia do chão de suas casas, de modo que a maré não levasse seus pertences. A própria população, a partir de mobilização dos moradores, paulatinamente, foi responsável pelo aterramento do mangue, possibilitando a construção das casas de alvenaria e a melhoria das condições de vida. A complexidade dos trabalhos demandava grande comoção coletiva entre os moradores que fortalecia os laços de identidade e arraigamento aquele território, gerando um pertencimento, mesmo que ainda fosse negado pelo Estado. A iniciativa de urbanizar a própria área, à revelia do Estado, suplantando as diretrizes que negavam a legalidade da moradia naquele local, se tornou um elemento de luta social que, não só garantia melhores condições de vida, mas afastava a possibilidade de ser removido pelo poder público. É

¹⁵⁵ Autarquia ligada ao Ministério da Previdência Social, referente à área de administração financeira.

importante lembrar que estes esforços não eram a expressão de ações individualistas, de melhorias de uma rua, ou casa. Na verdade a construção de infra-estrutura do bairro pelos moradores estava casada com as lutas sociais que afirmavam a necessidade de conquistar direitos sociais. É neste contexto que surgem as associações de moradores como espaços de organização dos trabalhadores contra o autoritarismo das ações da polícia, denunciando as dificuldades enfrentadas pelas favelas. Isso significa dizer que mobilização política dos favelados, entre 1950 e 1970, era muito diferente da situação atual. No contexto social-liberal o próprio Estado busca incentivar o “auto-governo”, de modo que a população arque com os gastos da política pública em âmbito localizado.

A infra-estrutura para as moradias como luz, saneamento básico, limpeza pública, escolas, hospitais, ainda se mantinham inexistentes praticamente na região. Inicialmente a luz era garantida por “gatos”, depois cabines da Light foram instaladas para se redistribuir a luz às casas e depois foram criadas as comissões de luz a fim de administrar a redistribuição de luz para as casas. A água também era um problema para os moradores, que não possuíam abastecimento, e eram obrigados a atravessar a Avenida Brasil carregando água até as casas. O esgoto foi desenvolvido, em boa medida também pelos próprios moradores, que ligavam canais às galerias das ruas próximas.

A consolidação e crescimento da favela da Maré a partir da mobilização dos moradores na construção de infra-estrutura para as moradias, assim como pela resistência contra as remoções, forjou um pertencimento territorializado. As estratégias de luta ganhavam em complexidade de acordo com desenvolvimento urbano da Maré, assim surgem as primeiras associações de moradores na década de 1950. A luta pela água gera comoção da população em torno da necessidade de conquistar o fornecimento digno para os moradores.

As associações de moradores são fundamentais neste processo. Já abordei na seção anterior este tema, por isso, não farei novamente uma análise profunda destas associações. O que interessa neste momento é atentar para a formação da territorialidade do morador da Maré,

enquanto processo de luta por direitos sociais, de modo que sua ação de resistência se dá também no campo da política, expressa nas suas organizações coletivas. O pertencimento subjetivo aquele espaço, se define e redefine, no modo de vida produzido a partir das tensões do conturbado processo de ocupação do território da Maré. As políticas clientelistas nos períodos eleitorais vão ter como alvo estas organizações, na busca pela cooptação de suas lideranças. A Maré passa a ter no processo de lutas sociais estes aparelhos privados de hegemonia como expressão ético-política da resistência dos moradores, algumas em franco atrito com as políticas hegemônicas, outras em relação de complementaridade.

O crescimento exponencial das favelas trazia em si o dilema das classes dominantes, sobre qual o projeto de dominação mais eficiente, que oscilava entre o anseio de esmagar as favelas a qualquer custo, ou convencê-las do projeto de dominação. Não necessariamente um excluía o outro, mas o fato é que era uma relação incômoda, que sofreu muitas oscilações ao longo da história, e disputas agudas entre a própria classe dominante sobre como se resolveria a favelização.

Uma série de famílias, removidas da Praia do Pinto, Morro da Formiga, Favela do Esqueleto e das margens do rio Faria-Timbó, gerou um grande contingente de desabrigados, que foram responsáveis pela ocupação de mais áreas na região do Complexo da Maré, originando as comunidades de Nova Holanda e Praia de ramos.

Na década de 1980, o governo federal implementa o Projeto Rio de urbanização que executa obras de aterro na região, ampliando ainda mais com novas comunidades: Vila do João, Vila do Pinheiro e Conjunto Pinheiro. A urbanização da Maré se amplia com a criação da 30ª região Administrativa (R.A.), o que garantiria um caráter mais formal de bairro. Já nos anos 1990 novas habitações foram construídas dando origem à comunidade da Nova Maré e Bento Ribeiro Dantas e, em 2000, se inaugura a comunidade Salsa e Merengue. Nesse

intervalo, oficialmente, somente em 1994, é que a Maré será reconhecida como bairro pela prefeitura do Rio de Janeiro.¹⁵⁶

Segundo o Instituto Pereira Passos o Complexo da Maré se encontra no 123º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁵⁷. A Maré é o terceiro pior Índice de Desenvolvimento Humano do município do Rio de Janeiro, com renda per capita de R\$ 187,25; 2% das crianças da Maré trabalham, sendo 0,6% do índice do município do Rio de Janeiro. Com estes péssimos números, a Maré é considerada o maior complexo de favelas do país e a maior concentração de pessoas pobres do município do Rio de Janeiro, com 132.176 pessoas e 38.273 domicílios, sendo 2,26% da população do município do Rio de Janeiro. Para se ter uma idéia da magnitude do bairro, se comparado aos municípios do estado do Rio de Janeiro a Maré, seria o 17º maior centro populoso, e, caso fosse considerada um município, poderia ter entre 9 a 21 vereadores!

Um aspecto que merece destaque é a violência na região. Segundo as estatísticas do Instituto de Segurança Pública do Estado (ISP), crimes violentos não-fatais (lesão corporal e tentativas de homicídio) estão entre as principais ocorrências. Em 2007, 372 pessoas a cada 100 mil foram vítimas de tal tipo de crime, enquanto em 2008 este número sobe para 383. Sobre homicídio juvenil masculino no ano de 2006 a Maré teve índice de 163 casos para cada 100 mil, enquanto na Barra da Tijuca este número foi de 38. Isso significa que a violência tem endereço certo, e, em geral, são as comunidades pobres, como é o caso da Maré.¹⁵⁸ Há de se

¹⁵⁶ Atualmente as comunidades do bairro da Maré são: Conjunto Esperança, Vila do João, Salsa e Merengue, Vila Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Parque Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Roquete Pinto, Praia de Ramos e Marcílio Dias.

¹⁵⁷ Instituto Pereira Passos e crítica ao IDH.

¹⁵⁸ Dados colhidos pela ONG Rio Como Vamos juntamente ao Instituto de Segurança Pública do Estado e a Secretaria Municipal de Saúde: www.riocomovamos.org.br

ponderar se estes números de fato correspondem na região, isso porque muitos casos não são relatados em função do medo de represálias, ou o próprio Estado manipula os dados para não cair em descrédito.¹⁵⁹

A segregação espacial segue preceitos de classe, ou seja, a favela é logradouro da população de trabalhadores, em geral precarizados, que sofrem com os salários baixos e a informalidade. Como se não bastasse, são vítimas das políticas públicas de segurança do Estado, que se caracterizam ao policiamento truculento e ações na saúde, educação e habitação precárias extremamente residuais.

Quando se observa a área da educação, por exemplo, tem-se apenas 26 instituições educacionais entre públicas e comunitárias e 14 de serviços diversos do Estado. Mais de 1200 crianças estão fora da escola na idade entre 7 e 14 anos, 13 mil adultos são analfabetos, somente 2 das 16 escolas possuem ensino médio, assim somente 1,85% possui diploma e, destes, a maioria tem de buscar escolas fora do bairro.¹⁶⁰

A Maré é um território chave na manutenção da hegemonia, se consideradas as suas proporções em número de habitantes e sua localização num dos maiores centros urbanos do país. Forja-se um território, ou seja, “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”¹⁶¹, que possuem uma dinâmica própria, mas não estão isentos das

159 Corriqueiramente a Maré é palco de manifestações contra a violência, devido a ações truculentas da polícia.

160 Observatório Social da Maré/CEASM.

161 O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. Marcelo José Lopes Souza In: CASTRO, I ET al (orgs) geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 78.

determinações sócio-econômicas da hegemonia capitalista contemporânea. Isto inclui “ações solidárias” por um lado, e criminalização da pobreza por outro.

A formação desta territorialidade dos moradores da Maré é demarcada pelas cicatrizes de muitas lutas que envolvem o processo de constituição da cidadania, ainda que subalterna. Isso porque ainda se mantêm bem estruturados os mecanismos de exploração sobre aqueles que habitam a Maré. Há ainda de se reconhecer algumas vitórias no campo das ações urbanísticas, contudo estas são parte de muita luta construída desde a década de 1950. Mostrarei como este passado de resistência popular das organizações políticas autônomas das favelas da Maré se readequaram de modo a deslocar o ativismo universalista e até anti-sistêmico pra uma concepção particularista de ativismo político, que nega a existência de classes sociais.

e se readequaram, neste processo, à novos padrões de dominação capitalista.

3.3 – Nasce o CEASM: do PT ao empreendedorismo

Era 1997, o desencanto político com as agremiações partidárias e movimentos sociais estava em alta. Praticamente uma década de implantação de medidas neoliberais havia colocado as organizações de classe dos trabalhadores de forma defensiva, numa escalada de perda de direitos sociais intensa, nas áreas trabalhistas, universitária, previdenciária, além de privatizações de empresas estratégicas nos setores de energia, telecomunicações e indústria de base. O refluxo político engendrou duras marcas ao ativismo político dos trabalhadores com diminuição dos filiados nos sindicatos, desarticulação dos movimentos sociais e o

transformismo político do principal partido da classe trabalhadora, o PT, em parceria com a neoliberalização do Brasil.¹⁶²

As favelas ganhavam cada vez maior atenção no plano político. O crescimento avassalador destes territórios, fez com que passassem a ser eixos fundamentais dos rumos eleitorais, e mais que isso, do estabelecimento do consenso, na consolidação de novas estratégias de dominação. A hegemonia tinha como parte fundamental as favelas, em que a grandiosidade da Maré, a tornou uma *celebridade* entre os bairros pobres da cidade do Rio de Janeiro para abrigar aparelhos privados de hegemonia que educassem para o consenso, as ONGs, se proliferando como a grande novidade política e solução para a precariedade da vida nestes nichos urbanos. Mas uma ONG surge trazendo algumas características singulares, o CEASM. Sobre este projeto, Jailson de Souza, um de seus fundadores assim afirma sobre a fundação do CEASM: “de quatro pessoas: eu, Eliana (minha esposa e atual presidente do Centro), Carlinhos e Claudia Rose, que tinham uma ligação histórica conosco, fruto da participação na igreja católica, no PT e na associação de moradores.”¹⁶³

É bem emblemática a experiência anterior dos fundadores do CEASM, quando se observa a mudança que operam nas suas opções políticas. A forma de intervenção política na realidade se altera dentro de novos parâmetros de ativismo coletivo que ganhavam expressão ao longo das transformações neoliberais na década de 1990. Ocorre uma inflexão na concepção daquilo que se entende como transformação da realidade e militância para estes. Como Jailson afirma, de militantes de movimentos sociais e do PT, a dedicação passa a ser também à ONG, enquanto espaço de organização política.

162 Ver capítulo II. .

163 <http://www.goldeletra.org.br/DceContentPrint.aspx?secao=6&materia=34>

Tal processo é ainda mais explícito quando se observa que o grupo fundador do CEASM, na verdade, tinha como objetivo inicial a construção de um núcleo de base do PT na Maré. Os motivos do fracasso da instalação de um núcleo do PT não são bem explicados por seus membros, com constatações bem genéricas de que simplesmente teria dado errado. O que parece é que teriam encontrado na ONG os termos de engajamento político que procuravam, bem de acordo com o contexto político do final dos anos 1990 de explosão das ONGs. Mais à frente mostrarei que esta relação com o PT não é finalizada e possui desdobramentos às ações do CEASM, que lhe garantem alguns traços característicos.

Sobre este processo de escolha política pela fundação de uma ONG Eliana Sousa, em depoimento (07/03/2005), afirma:

“O trabalho que eu realizava na associação de moradores não atingia as pessoas no que se refere à tomada de consciência sobre o papel e o potencial que cada um tem. Então, eu ficava pensando: eu vou morrer fazendo esse trabalho de conseguir escolas e as pessoas vão continuar pensando que tem que ter um salvador da pátria? E que a política maior é feita por políticos e que elas não têm nada a ver com isso, enfim? Como a gente pode fazer um outro trabalho em que a questão política, no sentido *não partidário* (grifo meu), de que somos seres políticos e que podemos interferir? Enfim, como a gente pode trabalhar isso?”¹⁶⁴

Neste depoimento, Eliana deixa clara a sua disposição por uma intervenção política que não fosse pontual, e ao mesmo tempo, sugere que esta não deveria estar no campo “partidário”. A desventura no processo de fundação de um núcleo de base do PT havia reestruturado as prioridades políticas em torno de uma dita “autonomia” frente partidos políticos, mas sem perder a referência de ativismo político como urgente para os moradores da Maré. A necessidade de uma *ação direta* para resolver as questões sociais mais emergenciais que atacavam a região era a outra a face dessa concepção. Não era possível esperar que o Estado acionasse suas políticas públicas, ou mesmo pressioná-lo politicamente para conquistar tais políticas enquanto direitos sociais, o que estava em pauta para o núcleo fundador do CEASM era uma política de parceria no terceiro setor.

164 Elionalva Sousa e Silva. Ampliando Futuros: O Curso Pré-Vestibular Comunitário da Maré, p. 59.

A peculiaridade de todos os fundadores do CEASM terem nível superior era outra característica marcante numa região em que na década de 1990 apenas 0,53% d população possuía nível superior, enquanto a média da cidade do Rio de Janeiro é de 16%.¹⁶⁵ A história de vida de Jailson, Eliana, Antônio e Claudia parecia atestar aos olhos destes fundadores do CEASM que era possível ultrapassar as barreiras sociais impostas, a partir da mobilização individual e de micro grupos que se ajudam mutuamente. Em entrevista Jailson mostra o quanto sua trajetória de vida foi difícil e poderia ser um exemplo de superação a ser seguido por outros moradores da Maré: “meu pai, que queria me ver militar e não aprovava a minha ida a faculdade, só me dava o dinheiro da passagem e do bandeirão. Eu dava aulas à noite para viver e usava as roupas velhas do meu irmão. Acho que nos quatro anos de curso só comprei dois livros”¹⁶⁶

A experiência individual de superação de dificuldades ilustrava novas possibilidades de mudança social, e, dentre as estratégias de superação de dificuldades, a educação era a mais importante. A universidade é apresentada pelos fundadores do CEASM como campo de redenção dos desvalidos a ser conquistado à custa de muito esforço e abnegação. A possibilidade de ascensão social seria enfim possível. Na ata de fundação do CEASM, de 5 de agosto de 1997, pode se notar a síntese da gênese política e educacional proposta:

[...] para constituírem uma entidade civil sem fins lucrativos “CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ – CEASM”, com o objetivo de:

- a) Catalisar, produzir e sistematizar iniciativas que visem a estimular discursos e práticas comprometidas com o exercício da cidadania cotidiana existentes no Complexo da Maré;

165 http://www.observatoriodefavelas.org.br/noticias_antigas/noticias/4364.php?id=4364

166 Jornal do Brasil – Caderno B (09/09/03)

b) Subsidiar as estratégias e ações desenvolvidas por pessoas e grupos que atuam na Maré com a finalidade de fortalecer as **redes** sociais (grifo meu) vinculadas ao exercício da cidadania;

c) Oferecer oportunidades de qualificação profissional e acesso a bens culturais aos jovens da Maré, através de iniciativas tais como Curso Pré-Vestibular; Programa de alfabetização de Adultos; Núcleo de Informática; participação na produção de atividades culturais e artísticas (rádio comunitária, fotografia, teatro, música, dança, capoeira, leitura, passeios pedagógicos, acesso a línguas estrangeiras, intercâmbios culturais com outros países, como forma de ampliar o acesso a múltiplas redes sociais)¹⁶⁷

Como esboço de um quadro geral de princípios do CEASM, este documento é bem claro, mostrando o que a entidade está disposta a desenvolver e quais são as concepções políticas e pedagógicas envolvidas. Podem-se enumerar alguns pontos chaves: *1) O compromisso com a cidadania é um traço muito importante, em que se fundamenta a necessidade de exercer a cidadania que já existe. Hveria na verdade a ausência de consciência coletiva para usufruir os direitos sociais, o que deveria ser sanado a partir de projetos educacionais e culturais na favela; 2) A idéia de fomentar a mobilização da população da Maré a partir da realidade local é parte da noção territorializada de exercer a cidadania; 3) as “redes sociais” são um conceito pedagógico e político que tece a nova perspectiva sobre mobilização política, assim como uma concepção de educação que busca se abrir para a comunidade; 4) Oferecimento de preparação para o mercado de trabalho e a acessibilidade aos bens culturais revelam o compromisso com o grande mal do período: o desemprego. A questão cultural é evidenciada como parte do aparato individual necessário à habilitação para o emprego, mas também como exercício de cidadania com o enraizamento dos atingidos nas “redes sociais”.*

Estes quatro pontos norteiam os princípios do CEASM. Vou apresentá-los apenas, pois a dedicação exclusiva a cada elemento constitutivo do CEASM será dedicada no último capítulo.

¹⁶⁷“Estratégias de (sobre) vivência dos moradores do Complexo da Maré”.

Na parte final da ata de fundação do CEASM é possível observar uma aspiração a patamares bem ousados em termos quantidade de projetos a serem desenvolvidos. Provavelmente já estavam sendo gestados em articulações com empresas, ou em editais de fomento à ONGs. Apesar disso, a primeira iniciativa do CEASM foi o Pré-Vestibular Comunitário da Maré. O foco inicial era a educação, tendo como perspectiva a aprovação no vestibular, como alternativa de melhoria na vida dos moradores da Maré, possivelmente tentando replicar o impacto que havia tido a universidade na vida pessoal do núcleo fundador do CEASM.

Nos fundos da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, com 2 turmas de 80 alunos, em 1997, era iniciado o curso pré-vestibular destinado aos moradores. Totalmente gratuito, seus trabalhos se iniciam ainda de forma muito precária, tendo boa receptividade da população. Agregam-se aos quatro fundadores os apoiadores Maristela do Nascimento Klem, Marcelo Pinto Vieira e mais seis convidados, vindo em seguida Léa Sousa. A escolha do nome e a condição de Organização Não-Governamental expressa muito bem as aspirações do grupo que se formava, além de suas concepções políticas e educacionais. Em entrevista, Eliana, explica o significado da sigla CEASM:

“centro, por querer ser um espaço referencial no conjunto das favelas e não de uma comunidade apenas. Estudos, porque é necessário estudar e refletir sobre a realidade; Ação, porque não adianta só pensar, estudar é necessário refletir sobre a realidade e propor mudanças; Solidárias, porque todos devem estar incluídos e as dificuldades dos outros devem ser tratadas com generosidade e solidariedade, Maré, porque há uma opção radical pelo local, devido à origem de todos do grupo, que não irá se dispersar, mas sim, irá contribuir para a mudança da Maré, pois um projeto transformador na Maré terá um efeito muito grande sobre a cidade.”¹⁶⁸

Esmiuçando a explicação do nome pode-se aferir algumas linhas explicativas importantes para se compreender o CEASM. A idéia de ser uma referência “das favelas” se mostra como

168 Elionalva Sousa e Silva. Ampliando Futuros: O Curso Pré-Vestibular Comunitário da Maré, p. 61.

importante delimitador, que busca não se limitar à Maré, mas sim ao território dos favelados. Esta designação demonstra o abandono da classe social, enquanto categoria analítica e de práxis política, para se compreender a pobreza na sua inserção dentro do sistema capitalista. As opressões se encontram focadas dentro de suas territorialidades. “Propor mudanças” é expresso no termo “ação”, que faz menção à necessidade do “faça você mesmo”, dentro dos parâmetros das ONGs tradicionais. A solidariedade é expressa por Eliana, em junção com “generosidade”, ou seja, o que falta à sociedade tão bestializada pela pobreza é a humanização de suas relações, num resgate das formas de sociabilidade individualizadas, ou setorizadas, em que se efetive compaixão pelo próximo, ressaltando-se que “todos devem estar incluídos: trabalhadores e patrões.” A opção pelo o termo Maré evoca a concepção: mudar a Maré para mudar a cidade. A Maré, e a cidade são o foco das aspirações políticas que consubstanciam o CEASM. Mostrarei mais à frente as conseqüências políticas e educacionais desta perspectiva.

A logo do CEASM também apresenta elementos importantes da sua constituição:



Como se pode observar ao fundo há a ilustração de uma rede em projeção ao infinito. Esta rede simboliza um dos conceitos centrais do CEASM, as “redes sócio-pedagógicas”. Jailson em uma de suas entrevistas apresentava o significado destas redes:

“Essa ampliação do tempo e espaço acontece pelo acesso a diferentes linguagens. Quando eu falo em educação não falo apenas da educação escolar. É ter acesso a linguagem acadêmica, artes, música, dança, teatro, fotografia, vídeo, informática e outras línguas. Isso é uma forma de ampliar a sensibilidade e o olhar das pessoas ao mundo. Tudo isso é no sentido de oferecer, através de diferentes linguagens, o acesso

a novas formas de percepção e intervenção no mundo. No CEASM chamamos isso de “rede sócio-pedagógica”, que amplia o tempo e o espaço social dos moradores da Maré e permite que eles aprendam e intervenham no mundo sob novas formas.”¹⁶⁹

A apropriação destas linguagens para além da educação formal é um fator que ganhou grande expressão nos trabalhos do CEASM, orientando uma relação entre os diversos projetos educacionais. A diversificação dos projetos era ampla, interligando ações nas áreas de cultura, comunicação e diferentes setores da educação, dentro da perspectiva de atender o mercado de trabalho. Percebe-se que ao contrário de boa parte das ONGs, que orientam seus trabalhos num compromisso pedagógico superficial (quando existe!), o CEASM apresenta sólidas bases teóricas para orientar e legitimar as suas ações. O trabalho de doutorado de Jailson, que rendeu o livro “Por que uns e não outros: uma caminhada de jovens pobres para a universidade” é o referencial teórico mais invocado.¹⁷⁰

As proporções da Maré passaram a ser grande fonte de atração de ONGs. A pobreza tornou a “solidariedade” um elemento de coesão ideológica para o desenvolvimento de projetos ligados à educação, cultura e esporte por estas ONGs. A sociedade foi esgarçada pelo neoliberalismo, a tal ponto que os próprios organismos internacionais passaram a dedicar esforços a sanar as conseqüências de espasmos de violência produzidos no âmbito das favelas. A solidariedade é, portanto, o princípio ético-moral que fomenta o apaziguamento das tensões de classe, promovendo um conformismo em relação à pobreza. Estes aparelhos privados de hegemonia vão ecoar na favela a solidariedade como valor humano, restrito aos moldes da cidadania restrita produzida pelo capitalismo contemporâneo.

169 Ver http://ww1.anamatra.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=19889&btImprimir=SIM

170 Jornal do Brasil – Caderno B (09/09/03).

Antes apenas igrejas, escolas públicas e a Fundação Leão XIII¹⁷¹ possuíam algum grau de inserção política e organizativa dos moradores locais, contudo as ONGs passaram a ser protagonistas da vida educativa e política da Maré. As ONGs estrangeiras, as pioneiras a desenvolver ações na Maré, traziam a concepção do terceiro setor como solução para as mazelas sociais para os moradores da Maré. Iniciaram seus trabalhos “financiadas por agências estrangeiras, devido à hostilidade inicial contra os militares”.¹⁷² O CEASM é a terceira ONG da Maré, contudo, surge como a novidade entre as ONGs, justamente porque não era um agrupamento de estrangeiros filantropos. Eram genuínos moradores construindo a entidade, com a autoridade daqueles que sofreram na pele as mazelas do bairro.

Apesar da fundação do CEASM, ter abortado a fundação do núcleo do PT, não significa que abandonaram a experiência anterior, nem a gama de relações que haviam forjado nas associações de moradores, com a Igreja local e com o PT. Apesar da mudança no método de intervenção política local, passaram a utilizar a larga experiência anterior, agregando os contatos com pessoas da favela e do PT e a experiência universitária para dar vida ao CEASM. A presença de petistas nas colunas do CEASM pode ser observada facilmente nas edições do jornal O Cidadão, nas entrevistas com o, então vereador, Adilson Pires, que apresentava as propostas do PT sobre a questão urbana.¹⁷³

171 Em 1946 a Igreja Católica cria a Fundação Leão XIII, tendo como discurso a ajuda aos favelados do Rio de Janeiro. Já em 1963, torna-se uma autarquia do estado da Guanabara, sendo incorporada à Secretaria de Serviço Social posteriormente, quando ocorre a fusão dos estados e passa a autarquia do estado do Rio de Janeiro. A fundação Leão XIII foi criada pela Igreja Católica em 1946 com o objetivo de dar assistência material e moral aos moradores da favela do Rio de Janeiro. Em 1963 passou a ser uma autarquia do estado da Guanabara, incorporada à Secretaria de Serviço Social: com a fusão tornou-se uma autarquia do estado do Rio de Janeiro.

172 (CARVALHO, 2003, p. 8)

173 O Cidadão, (edição nº 1, p. 7).

Logo, conseguem a partir de articulações políticas locais a concessão de espaço na Igreja Nossa Senhora dos Navegantes para o desenvolvimento do pré-vestibular comunitário e posteriormente conseguem verba da Embaixada do Canadá para comprar a primeira sede do CEASM. Em 1998, a Minasgás, a Light e a ONG Care se juntam como incentivadoras dos projetos do CEASM revertendo apoio financeiro.¹⁷⁴ A partir deste arco de financiamento bem estruturado a sede do CEASM é aberta no Morro do Timbau, após longa reforma de um casarão. Posteriormente, conseguiram ainda mais apoios financeiros de peso como a Infraero e Petrobrás.¹⁷⁵

O sucesso na captação de recurso fez o CEASM crescer rapidamente ampliando as suas “redes”. Vários projetos foram criados tendo duração variada, o que torna difícil analisar todos. Mais à frente apresentarei uma análise detalhada sobre estes distintos projetos de acordo com as nervuras metodológicas que apresento. Por hora apresento um panorama das atividades desenvolvidas, as chamadas redes, e os seus diversos projetos, demonstrando a magnitude e articulações político-pedagógicas¹⁷⁶:

A. Rede de Educação:

- Curso Pré-Vestibular Comunitário.

174 <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG63932-6014,00.html> - 23/04/2004. Edição nº 310

175 http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=1256

176 Estes setores variavam de acordo com a aquisição de verbas em editais de fomento para a produção dos projetos sociais, por isso, a oferta de cursos variou ao longo dos anos.

- Curso Preparatório para a 5ª Série e para o Ensino Médio.
- Núcleo de Línguas.
- Programa Criança.
- Observatório Social da Maré.
- Biblioteca Popular Paulo Freire.

B. Rede de Comunicação

- Jornal O Cidadão (tiragem de 20.000 exemplares)

C. Rede Cultural

- Memória da Maré
- Escola de Cidadãos Dançantes
- Oficinas Culturais (artes plásticas, teatro, música e percussão)
- Projeto Viver com Arte
- Oficinas de produção gráfica, fotográfica, de vídeo e desenho.

D. Rede de Informática

- Laboratório de Informática.

E. Rede Memória

- Desenvolve estudos sobre a história da Maré

F. Rede de Trabalho e Educação

- Censo Maré

G. Rede de Prestação de Serviços

- Rede de Atendimento Local (RAL) da Light na Maré.

O pilar fundamental para a ampliação de projetos e a grande expressão midiática do CEASM foi a capacidade de articulação para além do CEASM com empresas, o PT, universidades e poder público. O núcleo dirigente do CEASM teve algumas mudanças, o que empreendeu turbulências nesta capacidade de articulação com outras organizações. A primeira geração do núcleo dirigente teve um grande peso político, organizativo e acadêmico. A grandiosidade do CEASM estava garantida a partir de duas figuras centrais: o casal Jailson de Souza e Eliana Silva. Eliana era a pessoa que tinha um consolidado histórico nas lutas da Associação de Moradores, chegando ao cargo de presidente, e na Igreja da Nossa Senhora dos Navegantes, tendo grande importância nas articulações locais na Maré e lidando com as questões organizativas internas. Jailson por sua vez era a grande figura pública, articulador político e formulador teórico, atuando junto às empresas e instâncias do Estado. Sua posição de militante do PT se mantinha ainda forte nas instâncias do partido, tendo bom trânsito entre

as suas grandes lideranças. Além disso, enquanto professor do Departamento de Educação da UFF, possuía larga capacidade de envolver o CEASM em eventos acadêmicos e desenvolver projetos em parceria com as universidades, sendo a maior expressão desta relação a criação, sob sua direção, do Observatório de Favelas.

A partir destas características, pode-se averiguar a capacidade dos quadros do CEASM nos seguintes aspectos: *1) boa captação de recursos junto à empresas e Estado; 2) apoio das universidades públicas e centros de fomento à pesquisa; 3) excelente trânsito político nas instâncias do PT; 4) reconhecimento dos moradores como referência política local, na medida em que conseguia atrair lideranças locais expressivas.*

A partir dessas características temos a síntese do sucesso do período inicial do CEASM, que era a sua capacidade de enraizamento na comunidade da Maré, mas ainda mantendo fortes relações com a macro política, conquistando verbas e apoios institucionais. Mesmo com o discurso tradicional das ONGs, em que se enfatiza o terceiro setor como chave dos problemas da pobreza, abandonando o ativismo político pelas conquistas de direitos sociais universalizantes, no que Gramsci chama de grande política, este núcleo dirigente do CEASM permaneceu intimamente ligado à grande política de forma ativa. O grau de articulação com o Estado e as empresas é gigantesco como fica expresso no projeto Multissetorial da Macrofunção de Políticas Sociais da Prefeitura:

“O projeto é um trabalho integrado das diversas secretarias municipais e órgãos. (...) secretarias de Saúde, Educação, trabalho, Esporte e Lazer, Cultura, Meio Ambiente, Habitação, Conlurb, Guarda Municipal, Coordenadoria da Juventude e Coordenadoria do Uso Indevido de Drogas. O projeto será financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que destinará cerca de R\$ 6 milhões para as obras e programas da Macrofunção na Maré.”¹⁷⁷

177 Ano I – nº 3 – 1999 – “Projeto para agitar a Maré”, (p.6)

Já no ano 2000, o CEASM possui uma envergadura expressiva entre as ONGs do Rio de Janeiro localizadas em favelas, tendo como grande diferencial o fato de ter em sua constituição apenas membros moradores da Maré.¹⁷⁸ Em 2003 os números eram bem expressivos. Segundo Jailson, em entrevista neste ano, “Hoje, trabalham lá 250 pessoas, que atendem cerca de 4 mil moradores em 14 projetos. O curso pré-vestibular é um dos programas mais procurados na comunidade, onde o número de moradores com curso superior subiu de 0,54% para 1,64% desde 1998”¹⁷⁹

O CEASM havia recebido prêmio pela Fundação do Banco do Brasil, pela formulação e execução das “redes sócio-pedagógicas”, passando a compor no banco de tecnologia social da instituição.¹⁸⁰ Uma série de reportagens e projetos passam dar grande publicidade ao CEASM e os resultados eram mostrados com grande entusiasmo pela grande mídia:

“(…) quase 90 alunos foram aprovados no último vestibular para as melhores universidades do Rio: UFRJ, UERJ e PUC. Desde 1998, o curso da Maré, que funciona com o apoio de duas empresas (Light e Minasgás) e uma ONG (a Care), contabiliza mais de 400 alunos enviados a faculdades.”¹⁸¹

178 Jailson não morava mais na Maré, mas havia morado lá por 8 anos.

179 Jornal do Brasil – Caderno B (09/09/03)

180 *Ibden*.

181 <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG63932-6014,00.html> - 23/04/2004 - 15:34 | Edição nº 310.

A relação com a universidade fornece ao CESM produção de conhecimento e ampla divulgação frente aos setores públicos ligados às políticas públicas de cultura e educação. Em 2003, é fundado por Jailson e o professor Jorge Barbosa, do Departamento de Geografia da UFF, o Observatório Social de Favelas (OSF). Patrocinada pela Fundação Ford, reunia neste ano 22 jovens universitários, que recebiam bolsas de 250 reais, sendo todos oriundos de favelas como Rio das Pedras, Vila Kennedy, Maré, Chapéu Mangueira-Babilônia e Cantagalo-Pavão-Pavãozinho. Desenvolviam pesquisas referentes às favelas e projetos como o memória comunitária; censo das instituições e programas atuantes nas comunidades; elaboração do censo habitacional entre outros. O levantamento de dados sobre as favelas, na concepção do OSF, que também é partilhada pelo CEASM, seria fundamental para as suas ações sociais e políticas públicas. Segundo Jailson, “com o seu mapa de necessidades e potencialidades na mão, espera-se que o poder público e a sociedade civil possam executar programas mais adequados e eficazes”¹⁸² Todas estas ações estavam bem articuladas com o CEASM, o que gerou grande notoriedade entre as ONGs das favelas. Esta relação com o Observatório de Favelas garantia propaganda nacional das ações do CEASM, parcerias, pesquisas, bolsas, ainda que se mantivesse a independência jurídica em relação ao OSF.¹⁸³

Dotada de uma rede de pesquisadores formada por universitários e 200 jovens de comunidades, o Observatório de Favelas produziu trabalhos de referência sobre as favelas como índice bibliográfico de tudo que já foi produzido sobre favelas no Rio de Janeiro, levantamento das instituições sociais que existem nas favelas, pesquisas sobre microcrédito, escolaridade entre outros.

182 http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=1256

183 <http://www.goldeletra.org.br/DceContentPrint.aspx?secao=6&materia=34>

No momento, estamos produzindo três livros, em parceria com o CEASM, em diferentes linguagens, sobre o processo de favelização do Rio de Janeiro; uma revista – a Saberes Insurgentes, para o público universitário; uma produtora de vídeos, em parceria com o Canal Futura; uma escola de Fotografias e uma agência – chamada “Imagens do Povo”; um Documentário Longa-Metragem, em parceria com a Giros-Produções – do Belisário Franca, um dos documentaristas mais premiados do Brasil (...)”¹⁸⁴

A formação de jovens universitários, enquanto quadros técnicos e políticos, atuantes nas suas comunidades populares de origem, faz parte da concepção do Observatório de Favelas, característica herdada do CEASM. Como se pode observar nas palavras de Jailson: O Observatório busca criar uma rede de jovens universitários capazes de produzirem conhecimentos sistematizados sobre suas realidades. Para isso, investe muito na formação, em especial, em comunicação e produção de dados.¹⁸⁵

A existência do CEASM em muito está apoiada na sua capacidade de retroalimentação de quadros internos. Muitos estudantes que passaram, principalmente pelo seu pré-vestibular, retornam num misto de gratidão e engajamento político para auxiliar nos trabalhos do CEASM. Seja como professor, jornalista, assistente social, ou em cargos administrativos, estas pessoas se mantêm fortemente arraigadas à entidade, dedicando seus esforços ao que consideram como transformação social.

Este breve histórico da formação do CEASM buscou apresentar os alicerces da entidade. *1) universidade; 2) PT; 3) relação com as lideranças locais das associações de moradores e Igreja Católica.* Esses elementos garantirão a ossatura da entidade e seu

184 Idem.

185 Idem.

crescimento em dois planos: o interno, no que se refere à relação com a Maré e externo, com os grandes círculos de poder.

Capítulo IV – CEASM: mudar para educar ou educar para administrar?

4.1 A Formação de uma identidade territorial: a solução está na Maré?!

“‘O Cidadão’ é você, é parte de nós. Acima de tudo, é mais uma demonstração do Ceasm de seu compromisso com a Maré, com nosso lugar. Que cresçamos juntos. *Por uma Nova Maré.*” (grifo meu)

Jornal “O Cidadão” (nº 0 – junho de 1999)

Com estas palavras o periódico “O Cidadão” finalizava o seu editorial no seu primeiro número. O CEASM, após 2 anos de existência, lançava o seu jornal com uma perspectiva ousada de atingir ainda mais moradores na Maré. A ONG que havia iniciado seus trabalhos a partir do pré-vestibular comunitário tinha projetos ainda mais ambiciosos e, a partir de seu jornal, propagandeava a sua concepção de cidadania. Um bairro marcado pela violência e miséria tinha a partir daquele momento um meio de comunicação que expressava os anseios daqueles que tinham suas formas de expressão cultural e política restringidas pela precariedade das condições do bairro e pela truculência rotineira das incursões policiais. O que não significa que não houvesse produção cultural dos moradores, pois festas, rádios comunitárias, mostras de filmes eram parte da vida cultural do bairro, assim como as mobilizações políticas.

“O Cidadão” significava, de acordo com o seu editorial, a expressão da voz do morador da Maré, sem mediações “externas” carregadas de preconceito contra os favelados. A sua tiragem de 20 mil exemplares a cada número, atesta uma capacidade de divulgação e inserção entre a população local considerável, assim como o seu grau de influência sobre os moradores.

A partir da leitura crítica do periódico do CEASM, “O Cidadão”, e de alguns depoimentos de membros do CEASM, tentei compreender os principais traços da identidade territorial dos moradores da Maré, relacionando com a perspectiva política de transformação social. Ou seja, quem é o “mareense” que o CEASM tanto propagandeia e qual é o seu poder e intenção política, enquanto *cidadão*? Este vínculo entre a definição desta identidade territorial construído pelo CEASM, baseando-se no resgate da história da Maré, possibilita a gestação deste “cidadão mareense”. A produção do projeto político-pedagógico do CEASM é analisado, orientando-se pela discussão referente ao conceito que Neves (2003) chama de *pedagogia da hegemonia* observo adiante. O aspecto educador do CEASM extravasa a sala de aula, e o seu periódico cumpre um papel educador fundamental, assim como suas outras ações ligadas à cultura.

Como já apresentado na seção anterior, desde o início das atividades do CEASM o traço marcante em sua orientação político-pedagógica até os dias de hoje é a territorialização de suas ações.¹⁸⁶ Sua preocupação permanente é mostrar ao morador que o seu bairro também possui história, e não apenas os bairros ricos da zona sul e do centro do Rio Janeiro. Logo na primeira edição do Jornal O Cidadão os pressupostos mais gerais do CEASM são claramente apontados. O próprio nome O Cidadão já aponta a necessidade de reafirmar que a Maré é um espaço em que a cidadania deveria ser reafirmada. Com o título “Maré Mostra a Sua Cara”, o CEASM buscava romper com o preconceito sobre aqueles que moram na favela, e mais que isso, apresentar um resgate da história da Maré digno de orgulho, em que o se reconhecesse o morador como protagonista.

Na última página do jornal O Cidadão, de forma bem simples e didática, se apresentava a história da formação do bairro da Maré e as memórias dos moradores. Se utilizando de um

186 O CEASM chegou a desenvolver atividades em outras favelas, no entanto, eram exceções,

levantamento de fontes escritas e orais, é *inventada*¹⁸⁷ a tradição histórica e cultural da Maré. Tal identidade não é apresentada meramente como espectro de um passado distante, mas como uma relação permanente entre o novo e o velho, na busca por identidade, de fato, uma auto-afirmação de cidadania. A seção “Painel Geral da Maré” na edição nº 0 mostra o processo de formação da Maré assim descrito: “A Maré há muito deixou de ser uma área favelada e hoje é um bairro do Rio de Janeiro. Essa transformação só ocorreu por que os moradores lutaram por condições de vida.”¹⁸⁸

A legalidade embutida na condição de “bairro” fortificava as relações de reconhecimento de uma população que sofreu o peso de ser encarada como estorvo da sociedade, como foi apresentado no histórico de formação das favelas no Rio de Janeiro e mais especificamente a Maré. Mas é a partir do seu segundo exemplar (agosto-1999) que O Cidadão dedica a seção específica, “História da Maré”, para fazer um levantamento de sua formação histórica “desde o descobrimento do Brasil”. Esta seção é quase constante no jornal O Cidadão, no início com o nome de “História da Maré”, depois mudando para “Memória da Maré”, é eloqüente o empenho em forjar uma tradição. O desdobramento de tal resgate histórico se deu na formação do projeto do CEASM Rede Memória, apresentado no número 3 (setembro-1999) do Cidadão. Projeto dedicado especificamente ao levantamento da memória da constituição da Maré.

187 Utilizo o termo *inventada* de acordo com conceituação de Hobsbawm, “Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.” A Invenção das Tradições, p. 9.

188 O Cidadão, nº 0, junho de 1999.

A abordagem historiográfica é acessível e trata especificamente dos espaços e apropriações do espaço pelos indígenas e portugueses. Reconhece-se o valor da cultura Tupi-Guarani nos aspectos lingüísticos que se mantiveram nos nomes das micro-regiões da Maré, enaltecendo as antigas belezas naturais: “Na Enseada de Inhaúma, as ilhas pareciam um paraíso tropical. A mata fechada tinha em volta praias que chamaram a atenção dos portugueses para a beleza do local. Infelizmente, a área é hoje uma das mais poluídas da cidade”¹⁸⁹

Interessante observar que em nenhum momento o texto apresenta uma relação entre o processo que levou a tal situação de precariedade ambiental, ou seja, a abordagem é estritamente descritiva, não havendo nenhuma ponderação sobre as formas de dominação portuguesa, ou a resistência indígena, o que vale é o enaltecimento da Maré. O que se percebe é que há uma centelha de orgulho por algum dia, pelo menos, a Maré ter sido exuberante. O silêncio em relação ao conflito na apresentação da história da Maré é uma marca eloqüente.

No jornal nº 2 (setembro-1999) os portugueses “ocuparam o Brasil” e o a “primeira ação destruidora (...)” seria a do “homem (...)”, sendo este um ente genérico sem nome, nem endereço, mesmo que ainda afirmando que isto tenha causado “a fuga dos índios para o interior”. No nº 3 (*não há o mês-1999) não há qualquer menção a conflitos, lutas ou resistências sobre a decadência do Porto de Inhaúma, tema abordado nesta seção. Simplesmente teria sido alvo de “inúmeros aterros que se sucederam na região”. Esta tônica da negação do conflito acompanha praticamente todas as edições que abordam a formação histórica da região nos períodos colonial, imperial e do início da República. No número 5 (fevereiro/março - 2000) o máximo que se aborda de conflito é a “invasão dos estrangeiros” (franceses). Ou seja, a noção de história apresentada, quando aborda o período colonial e imperial foca nas ações dos grandes proprietários de terra, grandes figuras da Igreja Católica. A sucessão de eventos se encadeia a partir da ausência quase que completa do conflito entre

189 O Cidadão, nº 1; agosto-1999.

os que construíram a Maré, omitindo a resistência à escravidão, a exploração sobre os indígenas e a relação de exploração imperial sobre o Brasil.

O Cidadão, algumas edições depois, passa a tratar especificamente do processo de urbanização da Maré no século XX, tratando das suas micro-regiões, mostrando como as populações foram chegando à região e como se deram as políticas públicas neste desenvolvimento. Mesmo apresentando algumas lutas na constituição da Maré, o otimismo é uma marca muito clara nos textos. Sobre o Parque Maré, por exemplo, se afirma:

“O que atraía os moradores para essa outra área era a proximidade com a Av. Brasil e com os aterros feitos pelo Governo Carlos Lacerda, em área contígua às áreas industriais – o que tornava a região bastante atrativa às populações que chegavam com o fluxo migratório – principalmente, da Região Nordeste.”¹⁹⁰

As pessoas não residiriam na Maré em função da segregação geográfica delimitada pela pobreza. Da forma como é exposto, é a boa localização geográfica que tornou a região populosa, mesmo que ainda se afirme as dificuldades; “não havia qualquer infra-estrutura, a luz era coisa rara nas casas.”

Na edição nº 45, era festejada a inauguração do Museu da Maré no dia 8 de maio de 2006, organizado pela Rede Memória. O Museu da Maré ganha muita importância na construção da identidade territorial mareense, pois além de atribuir uma história à Maré, o protagonismo era dado aos moradores comuns. Segundo O Cidadão, era apontado pela grande imprensa como o “primeiro museu de favelas”, tendo na sua inauguração a presença do então Ministro da Cultura Gilberto Gil. Essa edição é praticamente toda uma defesa apaixonada do que representaria o Museu da Maré, apresentando-o enquanto uma superação diante de várias críticas que foram lançadas contra a iniciativa do CEASM por estar construindo um museu na

190 O Cidadão, nº 4; agosto-1999.

favela e sobre a favela. Uma sucessão de depoimentos de apoio ao projeto do CEASM é mostrada como a comprovação de sucesso do projeto. A idéia de superação, de unidade territorial do morador da Maré é o traço marcante do texto. Um dos depoimentos é bem emblemático:

“Eu morei nas palafitas, hoje moro no Pinheiro. Tenho 31 anos, já levei tiro, já fui agredido fisicamente, mentalmente. Mas essa visita faz você notar a evolução de um povo que não tinha nenhuma chance, um povo que luta, que sofre e que, com certeza, vence a cada dia que passa. Falo isso como um vencedor que tem muito que fazer para continuar na luta”¹⁹¹

Fotos de família, panfletos da época da formação do bairro, utensílios antigos tudo era enaltecido como parte da história. A elitização da história como espaço da erudição e das grandes figuras é contrariada na construção de tal museu. O Cidadão faz um chamado aos moradores para que colaborem na formação do acervo do Museu da Maré: “(...) é a história desses moradores, seu cotidiano, suas memórias, realizações e conquistas que serão contadas no museu. Por isso, precisaremos das opiniões, dos depoimentos, das fotografias e objetos das muitas pessoas desse lugar.”¹⁹²

Esta necessidade do CEASM forjar a história da Maré fazia parte da busca por legitimidade da cidadania mareense. Assim, a identificação coletiva exposta nos trabalhos ligados a memória da Maré, se refere aos que moram na Maré, e em alguns momentos à população das favelas. O que une as pessoas que habitam a Maré em torno dos mesmos laços de identidade cultural e territorial são alguns elementos de opressão. O favelado é vítima dos “pressupostos sociocêntricos”. Segundo as palavras de Jailson de Souza em um artigo do ano de 2003,

191O Cidadão, N° 45.

192 Idem.

“O sociocentrismo se materializa quando, a partir de padrões de vida, valores e crenças de um determinado grupo social, se estabelece um conjunto de comparações com os outros, colocados, em geral, em condições de inferioridade. Os discursos estabelecidos em relação aos espaços populares, dentre outros, seguem esse padrão. Por isso, a valorização das ausências é eixo dos olhares dirigidos àquelas áreas urbanas: a favela é definida, de forma quase homogênea, por uma pretensa carência, seja de serviços públicos e equipamentos urbanos, de leis, de beleza e, no limite, de noções básicas de moral e de ética.”¹⁹³

A opressão, de acordo com a lógica acima, se realiza no âmbito simbólico, entre diferentes meios de vida, em que o favelado é depreciado, quando comparado ao morador padrão, aquele oriundo das classes altas. O discurso é valorizado tendo como centro a opressão (ainda que em alguns momentos Jailson utilize o termo exploração) que estigmatiza o morador da favela, gerando o preconceito e suas conseqüências. Tal condição inventaria mais do que elementos subjetivos sobre o favelado, mas colocaria pretensas carências que na verdade não poderiam necessariamente existir. Ou seja, Jailson, apresenta a crítica que o CEASM expõe constantemente em seus materiais, a de que os *olhares* sobre a favela devem mudar. Aí estaria um dos eixos da cidadania perseguida pelo CEASM. Isto leva a duas críticas da ONG: a primeira é dirigida à direita tradicional, aquela ligada às práticas policiaiscas contra a favela, que dedicam seu discurso ao remocionismo e esmagamento por completo da população da favela, exaltando-se a necessidade de se superar os Direitos Humanos, já que seriam entraves colocados a essa cruzada militaresca. Por outro lado, a segunda crítica produzida pelo CEASM, seguindo a linha de raciocínio de Jailson, é que a esquerda ligada à luta por direitos sociais, na defesa do serviço público de qualidade e infra-estrutura urbana estaria no mesmo patamar que a direita tradicional, já que estaria (re)produzindo um *olhar* padronizado sobre a favela, sem reconhecer o que há de positivo nas estratégias de sobrevivência dos moradores. Forja-se aí uma espécie de paternalismo, pois esta esquerda tida como também tradicional, não educou o seu olhar sobre a favela. Isto assim é expresso nas palavras de Jailson:

193 Jailson Souza, http://www.otrabuco.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=55408

“Demonstrar que a interpretação das práticas sociais dos grupos sociais populares precisam ser sofisticadas, visto que este não formam um bloco monolítico, mas se caracterizam pela diversidade na homogeneidade; e superar determinadas interpretações universalistas, tanto as conservadoras como as progressistas, que são dominadas por expressões e valores que tratam de forma preconceituosa, criminalizante e/ou paternalista os integrantes das comunidades populares.”¹⁹⁴

Chega-se ao resultado final de que a esquerda marxista, ou mesmo os defensores de um reformismo de bem-estar social estariam em pé de igualdade se comparados aos nostálgicos da ditadura militar.

Para Jailson há uma “sociedade de mercado”, que segrega seus agentes a partir da meritocracia do consumo, que os avalia de acordo com a capacidade de consumo de cada indivíduo. Há, portanto, uma violência simbólica em curso contra a população das favelas, que produz o preconceito e as generalizações, vistos quando se reduz a complexidade destes territórios à pobreza, ausência de leis, regras morais e éticas, infra-estrutura urbana etc. O reconhecimento da hierarquização, produzida, nessa sociedade de consumo, é o pressuposto básico do CEASM, de que “jovens pobres, negros e da periferia, passam a valer menos no “mercado da cidade” do que as dos cidadãos dominantes”¹⁹⁵ A busca por uma conceituação alternativa ao capitalismo não é casual. Quando utiliza o conceito de sociedade de mercado, a desigualdade é tida como produto da opressão simbólica, e não das suas relações de exploração fundantes como a relação de expropriação do capital sobre o trabalho. As condições objetivas são postas de lado e o plano do discurso é priorizado.

Jailson mais à frente, busca quebrar um dos chavões mais comuns entre as ONGs:

194 <http://www.goldeletra.org.br/DceContentPrint.aspx?secao=6&materia=34>

195 Idem.

“Um exemplo é o lugar-comum chamado “resgate da cidadania”. Ora, na formulação está implícita a idéia que a pessoa assim identificada já foi cidadã e não é mais ou, ainda, é cidadã. (...) exatamente pelo fato de ser cidadã é que ela deve ter os seus direitos preservados e as suas obrigações coletivas exigidas. (...) a cidadania é uma condição à priori e não à posteriori”¹⁹⁶

A luta apresentada como prioritária para Jailson, assim como para o CEASM, é pelo reconhecimento da cidadania, e não pelo “resgate”. O pertencimento à cidade, a auto-estima são parte do estabelecimento dessa cidadania, que apesar de sonogada pela hierarquização geográfica urbana deve ser reconhecida a partir da auto-afirmação. A violência urbana nos centros de população pobre, por exemplo, em que se matam jovens, sob ordens oficiais e não oficiais da Secretaria de Segurança, como parte de ações contra o tráfico, parecem ser apenas desdobramentos da generalização simbólica, que criminaliza o morador da favela. O CEASM se apresenta enquanto agente reafirmador da cidadania, que existe, mas se mantém camuflada pelas prioridades meritocráticas da “sociedade de consumo”.

O caminho para o usufruto da cidadania é a busca pelas melhorias produzidas pelos próprios moradores, em que se deve enfatizar o que é bom e genuinamente da Maré. Uma espécie de auto-estima territorial é produzida a partir do reconhecimento da “beleza”, “bom humor”, que pode residir num lugar como a Maré. A imprensa sensacionalista mostra o lado ruim da favela e o que CEASM faria é mostrar o lado bom. Um exemplo, segundo Jailson,

“O Centro de Ações Solidárias da Maré – CEASM (1), no Rio de Janeiro, inaugurou, em 2003, a Casa de Cultura da Maré. Do evento participaram centenas de moradores, grupos culturais locais, grupos culturais de outras comunidades e outras redes sociais. Um evento belo e vivo, que não foi coberto por órgão algum da grande imprensa.”¹⁹⁷

196 Idem.

197 Idem.

Jailson se queixa diante da falta de atenção que o CEASM, produtor de benfeitorias locais, sofria frente às manchetes que abordam apenas a violência, o tráfico de drogas e a miséria nas favelas.¹⁹⁸ A ação local cumpre o papel de humanizar a favela, lhe garantindo uma história. As ações de solidariedade locais são apresentadas como superação de um tradicionalismo militante de esquerda que não funcionaria mais.

O CEASM tem como tarefa, portanto, transformar a Maré e divulgar tal transformação, já que é este processo simbiótico de mudar localmente e se reconhecer nesta mudança que produziria a identidade territorial, o “mareense” orgulhoso, reconhecidamente cidadão e feliz por morar na Maré. O CEASM age como terapeuta social que reafirma ao morador, oprimido pelas suas condições sociais, que a imagem produzida sobre ele é apenas uma alegoria midiática sensacionalista, afinal, “(...) a favela também é o lugar que tem uma cultura viva e uma rede de solidariedade sobre a qual não se fala.”¹⁹⁹ Quando perguntado em entrevista à ONG Gol de Letra sobre os motivos da Maré ter o terceiro pior índice de desenvolvimento humano do Rio de Janeiro, Jailson é obrigado a levantar mais que os elementos simbólicos, e, numa das raras vezes, dedica-se a falar dos problemas de infra-estrutura e pobreza na Maré:

O maior problema nesse aspecto é a ausência de creches e de colégios de ensino médio, além da manutenção dos serviços existentes, em particular a rede de saneamento. Por outro lado, os indicadores de renda são desastrosos. O número de analfabetos ainda é muito grande – quase 10%. A renda média familiar é pouco maior que um salário mínimo e o número de famílias em situação de vulnerabilidade social é grande. Uma das maiores concentrações de soro positivos está na Maré, a mortalidade infantil ainda é muito grande, o número de portadores de deficiências, e de desempregados também. (...) acrescenta-se a presença de três facções criminosas e uma polícia que se caracteriza por uma política de

198 Apesar da reclamação sobre a mídia, Jailson, entre várias citações nos grande meios de imprensa, foi eleito pela revista *Veja* uma das 20 personalidades que mais contribuíram com o Rio de Janeiro em 1999.

199 Idem.

confronto bélico que inferniza e assassina indistintamente os moradores civis e jovens criminosos e também por um grau de corrupção e autoritarismo enorme de muitos de seus membros.”²⁰⁰

Após um longo reconhecimento das mazelas cotidianas da Maré, Jailson, em poucas palavras sintetiza essa fixação do CEASM pela busca pelo lado bom da favela: “(...) a Maré tem uma série de qualidades que não conseguem ser apontados em estudos como estes.” Assim, Jailson, não hesita em expressar o seu otimismo quando fala da favela. Em outra entrevista Jailson propõe estimular “(...) a produção de novas representações, onde as favelas sejam reconhecidas como lugares marcados por desafios e positivities, tais como a criatividade dos moradores e sua alta capacidade de sociabilidade, fundamental na transformação de um espaço em geral inóspito em um habitar.”²⁰¹

Por outro lado, Jailson consegue enxergar a desgraça no mundo dos ricos: “O capitalismo é que cria as necessidades dos bens de consumo. Você tem um carro novo, precisa de outro ainda maior. Se viaja de avião na classe econômica, passa a querer ir de primeira classe. Carente mesmo é a Barra da Tijuca”.

A beleza da pobreza e a tristeza da riqueza são mostradas fora do âmbito de classe, e das determinações sociais capitalistas. Primeiro o pobre favelado é apresentado assentado no inferno social descrito por Jailson, no entanto tal descrição não mostraria o lado bom da favela. Logo depois, os ricos são tidos como carentes por terem suas vidas dedicadas ao consumo, mesmo que possuam todo o luxo na forma de viver. Apesar da vida do rico ser “carente” por estar submetido à lógica rasa do consumo, o pobre parece não estar nesse

200 Entrevista de Jailson de Souza e Silva para a ONG Gol de Letra (28/04/2004):
<http://www.goldeletra.org.br/DceContentPrint.aspx?secao=6&materia=34>

201 [Idem.](#)

turbilhão autodestrutivo. A falta de poder aquisitivo não o colocaria como individualista sedento pelos benefícios deste consumo capitalista. Essa dualidade entre um lado positivo, que vê a beleza da favela, e um lado negativo, que vê a miséria simbólica da riqueza são parte de uma legitimação da condição social da miséria contemporânea que o CEASM expressa em suas ações.

Tem-se aí um fator fundamental do enraizamento do CEASM na comunidade. As ONGs exógenas que tinham pouca relação direta com a comunidade nas suas concepções não se posicionam sobre o tema dos assassinatos cotidianos na Maré de forma clara e enfática, se preocupam apenas com as suas ações localizadas relacionadas à cultura e esporte. O respeito e engajamento dedicado ao CEASM pelos seus colaboradores (ou funcionários) e alunos tem como fonte esta defesa pelos direitos humanos na favela. Jailson a frente do CEASM sempre se mostrou um crítico áspero da criminalização da favela: “Ora, o tráfico recruta no máximo 1% dos jovens. Parece até que o jovem é um débil mental que pode ser puxado de um lado para o outro.”²⁰²

Apesar da intransigente defesa contra a violência policial na favela, o CEASM não se propõe institucionalmente à mobilização da população local pela constituição de direitos humanos com atos públicos e ações coletivas que disputem poder no Estado. As ações locais são a forma de escapar da violência. Mas em alguns momentos Jailson reconhece a necessidade da luta por direitos universais, ainda que o CEASM não se oriente por esta necessidade de mobilização:

“O caminho é investir num vigoroso combate ao comércio de armas, com ações de inteligência que preservem a vida de todos os cidadãos e mesmo daqueles que cometem atos ilícitos. Com o desarmamento de grupos armados e com a criação de condições para a formação de uma polícia que respeite os direitos humanos e que puna os crimes que comete, será possível recuperara qualidade de vida

202 Idem.

do Rio de Janeiro” “(...) Juntar as forças sociais do “Bem”, que existem e estão vivas, podem construir novos caminhos. Que continuemos na busca e na crença.”²⁰³

Um clichê entre as ONGs tradicionais e a grande mídia é atribuir à cidade a condição de “cidade partida”. Revestida de um forte caráter ideológico este conceito embasa algumas conseqüências trágicas para os favelados, instaurando a idéia de que se a cidade está partida precisa ser reunificada a partir de uma guerra incansável contra o crime localizado especificamente na favela. A guerra pressupõe uma ação distinta do objetivo da polícia, que é garantir a segurança de todos os cidadãos. A condição de batalha contra a favela coloca como conseqüência necessária táticas militares de incursão na favela baseadas no objetivo único de aniquilamento do inimigo. Na prática significa ausência de qualquer princípio de direitos humanos. Mais uma vez o CEASM se coloca contra essa concepção e Jailson se apresenta como porta voz da favela, reconhecendo a favela na sua plenitude, enquanto espaço de cidadania. Jailson exemplifica esta idéia de indissociabilidade urbana,

O problema da idéia de “cidade partida”, que passa a credibilizar dois espaços. De um lado, estão os membros da cidade, da cidade formal, do outro, está o povo que vive na não-cidade. O problema da idéia de cidade partida é que pensamos o tempo todo que é um setor da cidade que, na verdade, não faz parte dela. Nesse sentido não reconhecemos a cidade uma. E vemos, então, o Rio de Janeiro com uma parcela significativa da população, pelo menos um milhão e meio de habitantes, como excluídos socialmente. Deixando de reconhecer que a cidade é uma, vivemos numa cidade marcada por relações de opressão e exploração.”²⁰⁴

Ao fim e ao cabo, a proposta do CEASM é que a Maré se reconheça, enquanto bairro e não como favela, se livrando do estigma elitista de território da barbárie. O conceito de “bairro” carrega o peso da legalidade, da cidadania, no entanto, como se afirmar uma cidadania,

203 <http://www.goldeletra.org.br/DceContentPrint.aspx?secao=6&materia=34>

204 http://www.observatoriodefavelas.org.br/noticias_antigas/noticias/4364.php?id=4364

detentora de direitos universais, dentro dos marcos da desigualdade? A contradição é explícita na entrevista de Jailson: “acho que para os que sempre viveram com direitos limitados de habitar a cidade, a favela é, sim, uma solução possível. Foram construídas como exercício de cidadania, como afirmação de direitos.” Todavia, a expressão pós-moderna de seu pensamento é nítida quando afirma que bastaria renovar a “representação sobre as favelas”, ou seja, o problema é meramente simbólico.²⁰⁵

O histórico de lutas da Maré, que conquistou direitos sociais universalizantes para a constituição da cidadania liberal, é reivindicado como responsável pelo avanço social da Maré, mas o próprio CEASM não está disposto a incorporá-las ao seu arco de ações e mobilizações. Mesmo quanto à questão da violência urbana, que é uma pauta de caráter universalizante, a ênfase do CEASM é em mostrar o lado bom da favela, em contraposição ao ataque simbólico da sociedade de consumo, principalmente a mídia sensacionalista. Em alguns momentos Jailson até releva a importância de se colocar o protagonismo do morador na construção das políticas públicas, “(...) construir novas formas de representação social sobre as favelas e seus moradores, nas quais sejam reconhecidos como sujeitos fundamentais nas políticas públicas.”²⁰⁶

O ativismo proposto é considerado dentro dos parâmetros da noção de Guiddens de Terceiro Setor, em que o público e o privado são indistintos e forjados numa relação de colaboração entre sociedade civil e Estado, como esferas apartadas. O elemento que fortifica a capacidade de cidadania é a construção simbólica, assim expressa por Jailson:

205 <http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/expandir.fbb?codConteudoLog=1079>

206 <http://www.goldeletra.org.br/DceContentPrint.aspx?secao=6&materia=34>

“(…) pela construção de formas culturais próprias, seja no campo da música, da dança, da poesia, da produção visual, e do acesso a formas outras, criadas por outros grupos sociais e étnicos, que se criará um processo cultural intenso e permanente, para os diversos grupos sociais que constituem a Maré e outras favelas do Rio de Janeiro.”²⁰⁷

As dificuldades relacionadas à infra-estrutura, pobreza e desemprego no bairro são mencionadas, mas a marca que perpassa todo o texto é que estes problemas devem ser resolvidos a nível local pela própria comunidade e no plano simbólico com a ampliação das redes sócio-pedagógicas, já que o Estado não teria condições de executar políticas públicas de forma suficiente e eficiente. O CEASM assim apresenta a solução para a precariedade da Maré:

“A organização dos moradores fez com que buscassem soluções para os próprios problemas. Como o poder público pouco se faz presente na comunidade – há apenas uma creche para crianças de 2 a 4 anos -, a associação se articulou e tenta suprir a ausência do governo. Ele desenvolve projetos como o Telecurso 2000 – 1º grau e alfabetização de adultos (com 30 alunos cada); aulas de teclado para crianças; distribuição de cesta básica para 200 pessoas cadastradas; e auxílio-funeral para a população carente. (...) O balcão do Viva Rio presta atendimento jurídico às famílias. Para combater o desemprego, a associação de moradores se uniu à Prefeitura e desenvolve os projetos de garis e agentes comunitários de saúde, nos quais os contratados são obrigatoriamente moradores do Parque Maré.”²⁰⁸

Como solução apresenta parcerias como de ONGs, Igrejas, empresas, e com o poder público. Exemplos citados são Viva Rio, Telecurso 2000, Sesi, e Igreja Batista. Um exemplo emblemático, defendido pelo CEASM como solução para o mal do desemprego são os acordos com a Prefeitura do Rio de Janeiro feito pelo CEASM para a formação de agentes comunitários. A Rede Informática, parte das ações do CEASM, que prepara jovens empreendedores para o mercado de trabalho na área de informática também é parte da solução: “queremos que os cursos da Rede Informática se transformem em breve em uma

207 <http://www.goldeletra.org.br/DceContentPrint.aspx?secao=6&materia=34>

208 O Cidadão, P. 7, nº 0, junho de 1999

empresa. Com isso, abriremos um mercado de trabalho para os alunos e atenderemos a demanda de serviços de informática que existe na Maré.”²⁰⁹

A incorporação dos moradores locais aos projetos de políticas públicas mediados por ONGs e empresas é reapropriado de modo a educar a população local para os preceitos que o Estado pretende implementar. Entendendo o Estado de forma ampliada, como sugere Gramsci, permite compreender a necessidade de entidades como o CEASM exercerem o papel de agentes educadores locais para o consenso. Com o intuito de controlar as pragas urbanas nas favelas como ratos e mosquitos é realizada uma parceria entre a Fundação Nacional de Saúde (FNS) e a Comlurb, que já se desenvolvia desde 1998. Assim é descrito este projeto: “A cada dois meses, agentes comunitários recrutados entre moradores percorrem as casas à procura de locais que possam servir para reprodução do *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, e de roedores.”²¹⁰

Este projeto é a ação prática de formulações construídas pelos organismos internacionais de incorporação dos moradores das favelas aos projetos de políticas públicas baseados em parcerias público-privadas. A territorialidade a serviço do capital, nas palavras de Jailson: “(...) sistematizar e difundir experiências de políticas públicas que possam servir de referência para a reflexão e intervenção nos espaços populares, sempre com incorporação ativa dos moradores locais.”²¹¹

209 Idem.

210 O Cidadão, P. 4, nº 0, junho de 1999.

211 <http://www.goldeletra.org.br/DceContentPrint.aspx?secao=6&materia=34>

O projeto de dominação é alicerçado na repressão e em altas doses de convencimento, e os aparelhos privados de hegemonia, organizam a classe para o projeto hegemônico ou contra-hegemônico. O projeto hegemônico de desoneração do Estado de suas obrigações em relação à educação pública, gratuita e de qualidade é referendado pelo CEASM a partir de uma educação construída mediante uma concepção de cidadania que combate apenas a violência simbólica.

Estes princípios do CEASM estão em sintonia com a perspectiva hegemônica de ativismo político localizado. A renúncia a uma compreensão de sociedade cindida em classes dá lugar a formas de opressão que são consideradas apenas no âmbito do discurso. Isto tem por consequência política a desoneração do Estado de suas obrigações com as políticas públicas, e que o Terceiro Setor deva se ocupar de resolver os seus problemas locais. Tal política se coaduna com o modelo social-liberal de apropriação da mobilização coletiva local para os interesses privados. De modo que se enfraqueça a mobilização em torno das questões de classe, de cunho universalista.

Algumas características fazem do CEASM uma ONG não óbvia. Isso porque a capacidade de enraizamento na Maré lhe garante muito mais poder de convencimento, e a participação nos movimentos sociais locais robustece sua capacidade de interlocução com a favela. Além disso, a sua formulação teórica é bem construída e elaborada a partir de pesquisas realizadas com universidades e entidades de fomento à pesquisa. No entanto, ainda é mantido o cerne das organizações não-governamentais, que é a negação da existência de classes sociais, enquanto fundamento ontológico da sociedade capitalista e indistinção entre o público e o privado nas ações locais desenvolvidas. O ativismo por direitos sociais universais se converteu, para o CEASM, em uma administração da favela pela boa governança, em que a ascensão social e via o aprimoramento da aquisição de bens culturais seriam a base das transformações localizadas.

4.2 A Proposta Político-Pedagógica do CEASM

Como já apresentado, o CEASM tem em sua constituição, até o rompimento do grupo de Jailson de Souza, em 2007, uma sólida relação com a universidade, formulando ampla base de dados sobre a realidade das favelas e reflexões que subsidiam as ações do CEASM. A sua proposta pedagógica foi sistematizada em artigos, relatórios e livros produzidos pelo núcleo fundador, principalmente por Jailson de Souza. As origens e perspectivas dos objetivos políticos e sociais propostos pela entidade são indissociáveis dos princípios pedagógicos do CEASM, da genealogia do seu pensamento pedagógico, assim como da expressão prática dessas reflexões em seus projetos sociais.

Compreendo a “educação” do CEASM, analisada na pesquisa, como o processo global de produção e reprodução de conhecimento, visões de mundo e valores culturais, dentro do emaranhado de relações sociais produzidas pelas formas de sociabilidade hegemonicamente vigente. Não há neutralidade neste processo. As orientações pedagógicas do CEASM, expressas em seus projetos educacionais, possuem premissas ideológicas e políticas que frequentemente não são assumidas explicitamente, visto que o CEASM se represente como “apartidário”.

A orientação pedagógica do CEASM aqui indagada não é analisada apenas em seus aspectos meramente formais, como proposições limitadas à aprendizagem cotidiana de seus cursos. A abordagem aqui proposta se amplia dentro de uma perspectiva de sociedade civil, no sentido gramsciano, em que o CEASM, enquanto aparelho privado de hegemonia, reflete e age sobre a realidade social nos planos moral e intelectual. Entendendo a nova pedagogia da hegemonia (NEVES 2005) como o consenso mais atual nas formas de convencimento social

desenvolvida pela Terceira Via, discuto as possíveis relações da pedagogia colocada em circulação no CEASM com esta concepção de mundo.

As questões centrais que formulo nesta seção são:

1) A intervenção político-pedagógica do CEASM está inserida de que modo na disputa por hegemonia na sociedade?

2) Estaria relacionada à lógica da nova pedagogia da hegemonia?

O desenvolvimento das referidas indagações requer considerar as relações entre o projeto-político pedagógico expresso em seus projetos sociais e a visão de mundo que é de fato expressa nesse processo. Para isto é importante não sucumbir ao reducionismo que confina a análise ao microcosmo da sala de aula. Mas igualmente relevante é resistir a alçar vôo sem lastro empírico, imputando ao CEASM a cópia das tendências educacionais internacionais como se não houvesse recontextualização dos projetos pedagógicos hegemônicos nas realidades particulares. A continuidade entre os processos locais e gerais é que vão evidenciar as características do CEASM e suas mediações com o contexto histórico. No contexto já apresentado de ascensão da Terceira Via, apresento o conceito de nova pedagogia da hegemonia como fio condutor da discussão, isso porque desde a década de 1990, a acomodação sócio-econômica do capitalismo engendrou uma nova tendência para a educação, enquanto política pública e para as ações dos aparelhos privados de hegemonia localizados nas favelas. Segundo Neves, a nova pedagogia da hegemonia seria, “uma educação para o consenso sobre os sentidos de democracia, cidadania, ética e participação adequados aos interesses privados do grande capital nacional e internacional.”²¹²

212 A Nova Pedagogia da Hegemonia, p. 15.

O plano particular do CEASM, entendido como uma síntese entre as experiências militantes advindas do seu grupo fundador e as aspirações lastreadas num *ethos* empresarial de ONG, é abordado principalmente nas suas formulações expressas no jornal o Cidadão, mas também considero relatórios, artigos acadêmicos, livros e entrevistas dos seus quadros formuladores e organizadores.

Argumento que o histórico particular de formação e desenvolvimento do CEASM não permite postular o mimetismo entre as tendências internacionais e as suas realizações. A rigor, é a recontextualização do ideário da Terceira Via às distintas realidades que dá força a essa perspectiva ideológica. A proposta é uma compreensão do CEASM em seus aspectos cotidianos, num plano em que se evidencia a flexibilidade das ações pedagógicas. O método de construção dos projetos, a realidade militante socializadora de participação tornam fluidas as fronteiras entre o que é o projeto institucional do CEASM e o que, de fato, se reflete e realiza na base dos projetos sociais. Neste caso, o CPV é o espaço que mais ressalta esta característica de autonomia relativa em relação aos preceitos hegemônicos de sua pedagogia. Assim, a análise aqui realizada objetiva investigar a existência de espaços de resistência interna no CEASM frente à proposta político-pedagógica.

A grande quantidade de projetos do CEASM tornaria exaustiva uma análise que se dedicasse a todas as iniciativas desenvolvidas. Selecionei os principais projetos, que melhor explicitam seus pressupostos pedagógicos e são possuidores de maior expressão perante a comunidade da Maré.

A primeira característica para compreender a proposta pedagógica do CEASM é o conceito de “redes sociopedagógicas”. Essa é a espinha dorsal de toda a lógica de intervenção pedagógica. Desde a sua fundação, o CEASM dá grande destaque às “redes” em seus materiais, termo utilizado para os diversos setoriais da entidade relacionados à cultura,

memória, serviços etc. No entanto, o termo “redes” não se refere meramente a dispositivos de organização interna, na verdade expressa o seu preceito político-pedagógico mais central.

O conceito de redes sóciopedagógicas é tributário do conceito de “rede” desenvolvido nas ciências humanas a partir de estudos sociológicos e antropológicos, iniciados durante a década de 1960 e 1970. Dedicados a compreender as relações sociais no processo de mobilidade social, a partir da análise do cotidiano e da cultura, essas pesquisas, posteriormente, serão base para estudos no fim dos anos 1970, que, reconhecendo a sociedade do período como pós-industrial, assinalarão um novo patamar de sociabilidade, a revolução informacional. Impressionados pela microeletrônica e a dinamização da informação apontavam que as redes sociais teriam se tornado um elemento-chave da sociedade para uma “revolução” desencadeada pela tecnologia.

O sociólogo espanhol Manuel Castells, ex-marxista, se notabilizou por sistematizar o conceito de rede, a partir da década de 1980. Segundo ele,

“Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. Além disso, eu afirmaria que essa lógica de redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder. A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de denominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social”.²¹³

A amplitude do termo ganhou o universo organizacional empresarial, e, a partir das mudanças operadas no capitalismo mundial, no processo de estruturação do neoliberalismo,

213 Ver M. Castells, *A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*.

passou a ser um referencial teórico importante para as ações do Estado nas políticas públicas, nas perspectivas políticas do empresariado e nas ações das ONGs. Segundo Olivieri,

“Redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos e/ou temáticas comuns. Estruturas flexíveis e cadenciadas, as redes se estabelecem por relações horizontais, interconexas e em dinâmicas que supõem o trabalho colaborativo e participativo. As redes se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional, tanto para as relações pessoais quanto para a estruturação social”.²¹⁴

De acordo com o texto, haveria uma noção de liberdade redentora, conquistada pelo advento das máquinas, possibilitando a democratização da sociedade capitalista contemporânea, a partir da ampliação dos mecanismos de difusão da informação. O diálogo multifacetado em escala global poderia ser capaz de fornecer elementos para uma nova democracia no capitalismo, sem conflitos, tendo como eixo os indivíduos. A teoria organizacional empresarial, ligada ao modelo de produção flexível, incorpora esses elementos, fomentando o apelo a colaboração ativa dos trabalhadores para a sociedade capitalista. O impacto dessa pressão ideológica e organizativa do capital atinge as diversas esferas da vida, tendo nos aparelhos privados de hegemonia, desenvolvidos no Brasil no processo de abertura política, na década de 1980, grandes propagadores. As ONGs construirão a nova noção de cidadania, a responsabilidade social, a partir dos desdobramentos desta apropriação do conceito de redes.

Jailson de Souza, portanto, em sua síntese, com as redes sócio pedagógicas, não apresenta uma inovação teórica. No entanto, sua capacidade de sistematizar as reflexões teóricas mais atuais e concretizá-las nas ações do CEASM de forma coerente tornam sua contribuição

214 L. Olivieri. A importância histórico-social das redes. In: Manual de redes sociais e tecnologia.

fundamental para se compreender os novos manejos dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil. Dentre os quadros organizadores, Jailson de Souza é o mais dedicado em desenvolver as minúcias deste conceito. Em suas pesquisas, como professor do Departamento de Educação da UFF, e como doutorando, tendo publicado a sua tese “Por que uns e não outros?: caminhada de jovens pobres para a universidade”, Jailson divulgou tal conceito eficazmente entre os grandes meios de comunicação.²¹⁵ Segundo sua definição,

“O Centro tem como pressuposto que o exercício da cidadania no Bairro Maré deve sustentar-se em um projeto abrangente e processual. Sua finalidade maior é a constituição, fortalecimento e/ou articulação de redes sociais nas quais se valorizem o papel social do morador, as ações solidárias, o respeito às diferenças e a crítica às desigualdades sociais existentes na realidade carioca e brasileira. [...] As redes denominadas *sócio pedagógicas* buscariam incorporar novas formas de percepção e intervenção na realidade social a partir de ações cotidianas continuadas. Essas ações não se dariam necessariamente, em um espaço formal, embora tenham uma intencionalidade formativa. A preocupação permanente é de que as atividades sejam desenvolvidas de forma articulada e que os moradores da Maré tenham acesso a novos produtos culturais e educacionais, em particular as crianças, adolescentes e jovens. Mais do que oferta de serviços, todavia, a meta é que o próprio público-alvo formule e realize os produtos desenvolvidos pelo Centro. Assim, em um processo permanente, vão sendo construídas as redes sócio pedagógicas.”²¹⁶

Num documento de balanço da ONG Care²¹⁷ e do CEASM sobre as experiências do CPV, Jailson de Souza fornece mais pistas sobre os elementos constitutivos do conceito de redes sociopedagógicas e suas origens:

215 O Jornal do Brasil, O Globo, Revista Veja e Época, Canal Futura foram apenas alguns destes divulgadores dos preceitos do CEASM.

216 Juventude e Educação o Caminho dos Sonhos: a experiência do pré-vestibular do Centro de Ações Solidárias da Maré – CEASM, p. 43.

217 ONG de grande tradição mundialmente, articulada em regime de redes, com mais de 60 anos de atuação, tendo filiais em 72 países. Fundada por organizações estadunidenses, a Care, se dedicava a fornecer alimentos para os europeus desgraçados pela Segunda Guerra Mundial. No Brasil é representada pela Care Brasil, fundada em 2001.

“O grupo que estava discutindo era da área de educação e com perspectiva religiosa fundamentada na teologia da libertação e na valorização do saber popular. A idéia era construir redes de pessoas que pudessem trabalhar novas formas de pensar a realidade local. (...) Compreendíamos que tínhamos de reconhecer as estratégias de sobrevivência cotidiana, as práticas de sobrevivência cotidiana e como que essas pessoas davam significado maior as suas vidas.”²¹⁸

O mesmo documento, em outro trecho, enfatiza os elementos populares como meio de ampliação das possibilidades na educação, na perspectiva das redes sociopedagógicas:

“O princípio deste conceito está na influência que o jovem morador de favela que se insere na universidade consegue exercer dentro das redes sociais que participa em sua comunidade como o grupo de futebol de fim de semana; o grupo do baile funk; do forró; do charme; o grupo da igreja; grupos de conversa de rua e de família. São diferentes redes onde o jovem universitário já tinha voz e passa a ter mais prestígio por ter se inserido na universidade. Sua influência nestes espaços permite que novos olhares e conversas sejam introduzidos.”²¹⁹

A concepção básica é de que estas redes devam envolver o morador, de modo a propiciar-lhe a aquisição do que o CEASM chama de bens culturais.

“Cada garoto que começa a trabalhar com o corpo, com informática ou com línguas. Cada garoto que consegue ampliar a percepção da sua realidade, ele se envolve numa rede que permite novas referências.” (...) “Toda nossa lógica de trabalho é de construção de alternativas no campo da técnica, da academia e da linguagem científica e no campo do corpo, que possa permitir uma nova percepção do seu espaço local e da cidade do Rio de Janeiro, e ao mesmo tempo, trabalhar na direção de pensar o Rio de Janeiro na possibilidade de construir o novo Rio de Janeiro”²²⁰

O caráter político da proposta pedagógica se expressa também na relação com outras entidades, dentro de objetivos comuns de formação de jovens e de ideal de transformação social. Assim, Jailson de Souza continua:

218 Juventude e Educação o Caminho dos Sonhos: a experiência do pré-vestibular do Centro de Ações Solidárias da Maré – CEASM, p. 43.

219 Idem.

220 http://www.observatoriodefavelas.org.br/noticias_antigas/noticias/4364.php?id=4364

“(...) o CEASM e o Observatório de Favelas formam uma rede na Maré que se articula com outras redes para refletir sobre sua realidade, pesquisar sua realidade e se desenvolver um conjunto de trabalhos que possam repercutir cada vez mais as vozes dos jovens, crianças, adolescentes das favelas do Rio de Janeiro dentro dessa cidade.” “(...) o Observatório de Favelas se sente irmão do AfroReggae, do Nós do Morro, da Cufa (Central Única das Favelas) e de iniciativas desse tipo que trabalham na mesma percepção, da necessidade de quebrar os estigmas dominantes em relação à percepção dos jovens, das crianças, dos moradores dos espaços populares (...)”²²¹

Tais definições permitem que se possam elencar alguns elementos constitutivos do conceito de redes sociopedagógicas:

1) *Territorialidade*; 2) *Bens culturais*; 3) *Ampliação do tempo-espaço*; 4) *Porosidade social*; 6) *Multiplicadores*.

A articulação desses conceitos leva ao principal objetivo das redes sociopedagógicas: a reafirmação da cidadania. Este é o foco primordial das ações do CEASM, bem expresso nos artigos de seu periódico, O Cidadão. Como o nome sugere, a maior causalidade de problemas sociais reside na constatação de que a cidadania não é vivida em sua plenitude na Maré. Utilizo o termo auto-afirmação, pois dentro da concepção apresentada pelo CEASM a cidadania já é uma pré-condição de existência oferecida pela sociedade, o que cria a desigualdade seria a ausência de instrumentos simbólicos para (re)conhecer a sua condição de cidadão. Em um artigo Jailson expressa bem esta perspectiva,

“Um exemplo é o lugar-comum chamado "resgate da cidadania". Ora, na formulação está implícita a idéia que a pessoa assim identificada já foi cidadã e não é mais ou, ainda, não é cidadã. O raciocínio, entretanto, deveria ser invertido: exatamente pelo fato de ser cidadã é que ela deve ter os seus direitos preservados e as suas obrigações coletivas exigida. A partir do momento que ela nasce e ingressa no sistema social deve ser reconhecida em seus direitos à saúde, segurança, educação, trabalho, enfim, humanidade. A cidadania é uma condição à priori e não à *posteriori*.”

Não dedicarei grandes explicações a esta formulação do conceito de “cidadania” defendida pelo CEASM, tema já discutido anteriormente (capítulo III, 3.1 A formação de uma

221 Idem.

identidade: a solução está na Maré?). O que é fundamental neste momento é ressaltar a centralidade dessa “cidadania” para a entidade e como os elementos constitutivos das redes sociopedagógicas contribuem para atender a esta concepção.

O primeiro elemento fundamental das redes sociopedagógicas é a territorialidade. Já foi apresentado na seção anterior o quanto este conceito inova dentro do universo de ONGs que existiam no final da década de 1990 no Brasil, e especificamente na Maré. Uma ONG construída por moradores locais, que valorizam a cultura da comunidade como meio de reafirmação da cidadania, num plano de conquistas simbólicas. Sobre isso Jailson de Souza afirma em seu livro,

“O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré foi criado a fim de estimular a formação de redes sociais que permitam aos jovens da Maré a construção de novas referências culturais e educacionais, influenciando e sendo influenciados pelo conjunto de pessoas que, sem abrir mão de residir no espaço local, buscam novas formas de ali construir seu cotidiano.”²²²

A vivência cotidiana da cultura da Maré é tida como base para a construção de “novas referências culturais”, ou seja, a experiência dos jovens é valorizada, ao mesmo tempo em que é reconhecida a necessidade de se adquirir novos elementos culturais. O plano simbólico, sempre muito presente no discurso do CEASM, é tido como espaço de opressão, no qual a reapropriação dos valores simbólicos da Maré são considerados o caminho para a “cidadania”. Esta relação entre o vivido e o que se aprende nos seus projetos sociais possui muita relação com o legado freireano, solidificado numa superação do formalismo pedagógico das escolas que negavam a cultura, o conhecimento de mundo produzido para além dos muros das escolas. Assim Freire definia essa orientação, relacionando-a às massas populares, “(...) conhecer, não só a objetividade em que estão, mas a consciência que tenham desta objetividade; os vários níveis de percepção de si mesmo e do mundo *em* que e *com* que

222 Por que uns e não outros... Souza e Silva, 2003: p. 141.

estão.”²²³ Esta crítica se aprofundou na década de 1970, tendo vários pensadores enfatizado a experiência cultural da vida dos educandos como fator chave para o processo de aprendizagem.

Morar na Maré, ser um “mareense”, para o CEASM, é fonte de orgulho, de fortalecimento simbólico contra a opressão e o preconceito contra os que moram na favela. Além disso, é parte fundamental da concepção de que o conhecimento de mundo se constrói a partir dos elementos concretos, da experiência histórica destes jovens.

Outra face dessa ênfase na territorialidade é percebida na construção de uma *teia* de jovens da Maré, que a partir dos conhecimentos produzidos nos projetos sociais do CEASM, disseminariam a educação construída, imbuída de seus elementos “novos”, mas carregada dos códigos tipicamente vividos na Maré. A capacidade de convencimento sobre outros jovens seria muito mais efetiva, já que falam a “mesma língua” simbólica. Assim Jailson de Souza afirmava,

“A gente tinha clareza da importância da educação na Maré e da necessidade de criar uma rede sócio pedagógica, uma rede social com universitários que tivessem condições de marcar sua identidade dentro da favela. Através dessa rede, estes universitários estariam influenciando suas próprias famílias na construção de outras referências.”²²⁴

A experiência de vida na favela, partilhando uma série de aspirações, angústias, sonhos com vizinhos, amigos e família estabelece uma verdadeira comunhão local pela mudança social. Após a experiência dos jovens nos projetos sociais, esses indivíduos, possuem,

223 Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, p. 99.

224 *Juventude e Educação o Caminho dos Sonhos: a experiência do pré-vestibular do Centro de Ações Solidárias da Maré – CEASM*, p. 44.

localmente, o poder de reagrupar a comunidade às novas experiências produzidas no processo educativo vivido individualmente. A capilarização das táticas de ascensão social, os conteúdos aprendidos os anseios passam a se disseminar pela favela, tendo como os maiores propagandistas os próprios jovens. O então professor Fábio Barghini, professor do pré-vestibular, assim se referia a este processo, “quando o professor está falando o aluno faz uma mística em torno dele, mas quando outro aluno está falando, alguém que fala a mesma língua, que está ali no dia a dia, acho que o aluno ouve melhor, aprende melhor. Tem uma energia que eu não sei ainda qual é.”

A eloquência de um exemplo vivo, que conviveu na casa ao lado durante anos, na figura daquele jovem que conquistou uma vaga na universidade ou um emprego temporário como artista, possui uma força de convencimento, rigidamente alicerçada em fatos concretos, mais expressivo que qualquer discurso altamente sistematizado, complexo, vindo de “fora” da comunidade. O aluno do CPV, Fabiano Águila, aluno do CPV afirma “dois conhecidos da minha rua já ficaram interessados no projeto. Pois viram no ano passado e todos os dias neste ano a mesma coisa: meu sacrifício e esforço e a minha família apostando. É aquele efeito dominó onde em casa já consegui mudar a visão de algumas pessoas de minha família.”

O elemento subjetivo da identidade territorial é apropriado pelo CEASM corporificando a ascensão social nos exemplos individuais. A própria vivência cotidiana no território é capaz de amplificar a mudança na vida dos jovens dentro de um discurso de que é possível para todos se houver esforço individual para apreender novos símbolos, capacitadores para o exercício de um ideal de cidadania pleno que atingiria a felicidade.

Os bens culturais também são parte das redes sócio pedagógicas que ampliam a capacidade entendimento do mundo. Influenciado pela contribuição de Bourdieu (1994), este aspecto é parte da teoria do capital cultural desenvolvida por este autor, numa crítica à escola que negava a cultura trazida pelos alunos como elemento fundamental para a construção do

conhecimento. O capital cultural seria, neste sentido, o conjunto de elementos culturais socialmente adquiridos, que seriam capazes de permitir a compreensão do mundo e sua intervenção sobre ele. Na lógica de competição vigente na sociedade atual, seria produzida uma meritocracia de acordo com a desigualdade entre aqueles detentores de capital cultural. O resultado disso era um rendimento escolar injusto e uma colocação na sociedade hierarquizada em torno de preceitos já previamente delineados socialmente antes da entrada do aluno na sala de aula. Segundo Bourdieu,

“(...) os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Este ponto de partida implica em uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito das “aptidões” naturais, quanto às teorias do “capital humano.”²²⁵

A demarcação apresentada por Bourdieu é importante, pois apresenta a relação entre as classes no processo de desigualdade de conquista desse capital cultural, assim como os limites da visão economicista dos teóricos do capital humano, que desconsideravam a experiência social, num mundo repleto de desigualdades de classe, na formação educacional. A habilidade nata é negada como elemento da educação, já que o capital cultural, ou seja, o suporte de experiências culturais necessárias à compreensão do mundo, é socialmente construído. A retórica do *self made man*, portanto, é questionada.

As considerações de Bourdieu são utilizadas pelo CEASM, especificamente nas formulações de Jailson de Souza. A opressão simbólica é exercida na escassez de bens culturais capazes de fortalecer o capital cultural dos jovens moradores para assim reafirmarem sua cidadania. Os bens culturais, mesclados entre os saberes populares locais e aqueles socialmente sistematizados pela humanidade, se apresentam enquanto força propulsora da cidadania. A crítica pedagógica do CEASM se fundamenta na valorização da educação

225 Pierre Bourdieu, *Escritos de Educação*, p. 73.

cotidiana, aquela que muitas vezes não se encontra nos âmbitos formais da escola, mas que poderia ser apropriada intencionalmente nas propostas pedagógicas. Os ‘produtos culturais’ adquiridos nessas experiências educacionais teriam papel essencial na democratização de oportunidades sociais. A esse respeito, o fragmento de um projeto de captação de recursos para o CPV-Maré de 2001 esclarece: “Objetivando uma ação ampla e integradora, vem desenvolvendo um conjunto de projetos que visam contribuir para o acesso a novas linguagens, à formação e inserção qualificada no mercado de trabalho e a ampliação do **Capital educacional, cultural, social e simbólico (grifo meu)** desse público”²²⁶

O Projeto Criança na Maré, financiado pela Petrobrás, era o que possuía maior quantidade de recursos financeiros (chegou a ter 9 milhões de reais)²²⁷ e também o maior número de jovens atingidos (em 2001 chegou a atingir 950 alunos de 5ª à 8ª série), seguindo a orientação pedagógica descrita.²²⁸ As escolas públicas locais abrigavam oficinas educativas e culturais, de artes plásticas, música, dança, desenho, leitura e produção de texto, hip hop, dentre outras, realizados nos horários extras. A cultura popular é levada à escola pública pela porta da frente, com o *status* de projeto social, pois até então o que os alunos levavam informalmente às salas de aula como produção de cultura era considerado de segunda grandeza. A abertura da educação formal aos bens culturais, tendo os moradores como protagonistas era uma novidade na Maré que acabou surtindo grande impacto midiático. Os diversos projetos sociais do CEASM também seguiam esta linha de utilizar a cultura local como base para a produção de

226 Ver Elionalva Sousa Silva, *Ampliando Futuros: o curso pré-vestibular comunitário da Maré*. Cabe lembrar que as proporções deste projeto variava de ano para ano. No primeiro, ano eram 4 escolas, ampliando para 7 escolas em 2001.

227 Entrevista com X.

228 Este projeto ainda existe só que é parte da grade de projetos da ONG Redes.

novos bens culturais, proporcionados aos atingidos, na expectativa de proporcionar a ascensão social como expressão da cidadania.

Duas características são marcantes nos projetos sociais do CEASM nesse processo de aquisição de bens culturais: a *superficialidade* e o *aligeiramento*. Mesmo afirmando que haveria uma preocupação de não desprestigiar o conhecimento sistematizado, o conteúdo, estes dois fatores acompanham todos os projetos do CEASM. Os cursos semi-técnicos de artes (fotografia, dança, etc) e informática, por exemplo, em função do curto espaço de tempo, com bolsas de curta duração, são projetos regidos pela sazonalidade dos editais de fomento de ONGs. O Projeto Multissetorial de Políticas Sociais da Maré, por exemplo, mesmo tendo duas turmas de pré-vestibular, oito turmas de alfabetização de jovens e adultos, dez turmas de Ensino Fundamental e 2 turmas de Ensino Médio, funcionou apenas durante o ano de 2000, não possibilitando a continuidade de modo a garantir o desenvolvimento do aprendizado.²²⁹

O aligeiramento e a superficialidade se alinhavam bem aos novos parâmetros de empregabilidade caracterizados pela instabilidade e a precariedade das relações trabalhistas. Apesar disso, Jailson de Souza tenta minimizar a prioridade dada ao mercado de trabalho, apresentando um viés mais humanista de educação:

“A função da educação não é formar para o mercado de trabalho, isso é só um dos caminhos. A formação para o mercado de trabalho é uma coisa mais limitada numa referência da educação que tem, que tem como função fundamental formar o ser humano de forma plena. Então a função básica da educação é contribuir para que as pessoas possam ampliar de forma progressiva o seu tempo e seu espaço sociais, e cada vez mais adquirir uma dimensão de futuro, tanto individual quanto coletivo, com isso conseguir estabelecer novas relações com os seres humanos.”²³⁰

229 Ver Elionalva de Souza e Silva. Ampliando futuros: o curso pré-vestibular comunitário da Maré.

230 http://ww1.anamatra.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=19889&btImprimir=SIM

Mas o que se observa é a adequação muito bem azeitada destes projetos sociais ao modo de reprodução ampliada do capital. Mesmo a possibilidade de um emprego precarizado e temporário era apresentado pelo CEASM positivamente à população. O Curso de Monitores de Museus, desenvolvido em parceria com o Museu da Vida da Fundação Oswaldo Cruz, formava monitores para museus. Com currículo, dentro das normas do concurso de projetos da Capacitação Solidária, o curso possuía 720 horas, distribuídas nos seguintes módulos: 1) nivelamento (aulas de Física, Química, Matemática e Biologia para complementar o ensino médio); 2) cidadania (discussão sobre cidadania e a relação com os museus dentro dos temas Educação, Ciência, Saúde, Trabalho e Identidade); 3) módulo específico (aulas práticas e teóricas com oficinas específicas ao exercício da monitoria em museus); 4) módulo vivência prática (exercício da monitoria sob orientação dos funcionários do Museu da Vida).²³¹

Para o curso se inscreveram 63 jovens entre 15 e 21 anos. Destes, apenas 36 cursaram o curso e 33 foram para a segunda fase, que era o trabalho no Museu da Vida durante dez meses. Deste total, de acordo com a sondagem feita por Mendes e Machado²³², apenas cinco ingressaram na universidade, nos cursos de biblioteconomia, educação artística e comunicação. Apesar de números tão ínfimos, o otimismo é um traço que salta aos olhos no relato das autoras, que se colocam como participantes do projeto, ainda que não deixem claro que tipo de participação. A precariedade do projeto é exposta, de modo que a os gastos são terceirizados (não explicitado de que forma), sob responsabilidade da Fiocruz e não da empresa que supostamente deveria garantir financeiramente o projeto. Segundo Mendes e Machado,

231 Pôster: Formação de Monitores Relacionando Educação Formal e Não Formal em Museus de Ciência. Isabel Aparecida Mendes e Flora Prata Machado.

232 Idem.

“As maiores dificuldades iniciais foram relacionadas à verba para alimentação (R\$ 2,00 definidos pela Instituição financiadora enquanto o custo no campus da FIOCRUZ era de R\$ 4,00 por refeição). Este problema foi solucionado com a busca de parcerias dentro da própria FIOCRUZ. Através destas parcerias foi possível manter a alimentação de todos os alunos diariamente.”²³³

Não se tornavam historiadores, nem museólogos com as devidas condições trabalhistas, na verdade a mão-de-obra dessa juventude proporcionava o enxugamento da folha de pagamento com funcionários da fundação. A formação superficial tornava os monitores ainda mais descartáveis, pois ao término das bolsas as dificuldades de empregabilidade pouco mudam e o acesso à universidade não chegou a 8% entre jovens que buscaram o curso como uma alternativa de vida. O tom otimista de Mendes e Machado continua, expressando, involuntariamente, as motivações do curso:

“Uma grande parte dos alunos aumentou significativamente sua carga de prática, participando de trabalho voluntário no Museu, este trabalho, além de ampliar a vivência dos jovens nos diferentes espaços do Museu, qualificando ainda mais o módulo de prática, também foi de extrema relevância para o próprio **Museu no atendimento às demandas de visitação crescentes (grifo meu).**”²³⁴

Talvez haja uma maior possibilidade de engajamento, na medida em que, significa algum grau de experiência profissional, educacional e uma sociabilidade diferenciada ligada ao meio acadêmico, que de fato apresenta novas possibilidades de ascensão social aos jovens. Mas o fato é que a precariedade das condições de trabalho e formação educacional respeitam os desígnios de uma maior exploração da força de trabalho, afinal, “foi de extrema relevância para o próprio Museu no atendimento às demandas de visitação crescentes.”

233 Idem, p. 6.

234 Idem, p. 7.

Em média os cursos duram um ano com carga horária em torno de 720 horas, atingindo um contingente extremamente residual se comparado às proporções populacionais da Maré de 132 mil habitantes. O que é aprendido, portanto, é a expressão de uma educação “para pobres”. Isso implica na valorização do informal e local como preenchimento das lacunas deixadas pelo conhecimento que os atingidos pelos projetos sociais não puderam ter a oportunidade de desfrutar. Como o objetivo central é o plano simbólico, a apreensão de códigos culturais e a experiência nos cursos são mais incentivos, do que de fato oportunidades educacionais orientadas para a formação de profissionais qualificados. Nota-se que, mesmo que proporcionem oportunidades sociais questionáveis, o aligeiramento e a superficialidade não são elementos criticados pela ONG. Os bens culturais são por definição, na lógica do CEASM, artigos de auto-estima apresentados aos moradores da Maré como caminho para o sucesso.

Chega-se a outro ponto importante das redes sócio pedagógicas: a ampliação do tempo e espaço social dos atingidos pelos projetos do CEASM. A condição de pobreza dos que habitam a Maré condiciona a vida a uma gama de relações que proporcionam bens culturais restritos, o que ocasionaria uma baixa capacidade de exercer a cidadania oferecida pela sociedade, uma restrição ao *tempo e espaço social*.

A capacidade de geração de renda e trabalho, assim como a ampliação do *tempo* e o *espaço social*, apresentam-se no campo individual dos que têm acesso ao projeto, e reafirma-se uma inserção melhor na competição do mercado de trabalho como única alternativa de mudança.

Segundo Jailson,

“(…) O desafio da educação é conseguir ampliar a percepção de que cada indivíduo é cidadão do seu lugar, do seu país e do mundo. (...) Essa ampliação do tempo e espaço acontece pelo acesso a diferentes linguagens. Quando eu falo em educação não falo apenas da educação escolar. É ter acesso a linguagem acadêmica, artes, música, dança, teatro, fotografia, vídeo, informática e outras línguas. Isso é uma forma de ampliar a sensibilidade e o olhar das pessoas ao mundo. Tudo isso é no sentido de oferecer, através de diferentes linguagens, o acesso a novas formas de percepção e intervenção no mundo. No CEASM

chamamos isso de “rede sócio-pedagógica”, que amplia o tempo e o espaço social dos moradores da Maré e permite que eles aprendam e intervenham no mundo sob novas formas.”²³⁵

Os projetos sociais não proporcionam meios simbólicos: os bens culturais trabalhados pedagogicamente. Na medida em que se adquirem esses bens culturais, as possibilidades de lidar com a realidade se ampliam, fruto da abertura da visão de mundo, que se complexificaria, sem que se perdesse a identidade territorial. A variedade de manejo nas estratégias de sobrevivência dentro da miséria, conseqüentemente, seriam maiores, proporcionando novas oportunidades de emprego, renda, acesso às políticas públicas etc. Esta ampliação de tempo e espaço são o cenário propício para a ascensão social.

A porosidade social é o otimismo pós-moderno, nas mobilizações grupistas, ou mesmo individuais em torno de alternativas à miséria a partir da ampliação do tempo e espaço social. O *self made man*, uma idéia força do liberalismo, contém em si o elemento subjetivo que contribui para coesionar os setores subalternos em torno do projeto de dominação capitalista (Silvio Santos: de camelô a empresário do setor de telecomunicações; Lula da Silva, de retirante a presidente da república...). As redes seriam as articulações, mobilizações coletivas em torno destes poros que permitem que um pobre se torne um universitário, um trabalhador bem remunerado etc. Com o tempo-espaço social ampliado, pela aquisição de bens culturais, o indivíduo estaria apto a enxergar os poros da sociedade, que proporcionariam melhores condições de vida. Por exemplo, após um curso básico de cinegrafista, o aluno teria uma gama de relações pessoais ampliadas relacionadas a esta área, conhecimento preliminar necessário para descobrir oportunidades e incentivo garantido pelos companheiros do curso, em geral vizinhos, orgulhosos da identidade territorial de ser da favela da Maré. As redes ampliariam a possibilidade de ocupar estas porosidades sociais. O pressuposto é que as

235 [Idem.](#)

oportunidades existem, bastaria então procurar os poros sociais que lhes cabem e que permitem a ascensão social através de caminhos alternativos.

A pobreza tida pelo senso comum como pré-condição para a criminalidade seria superada pela busca por outros caminhos sociais a partir da educação e cultura. Jailson de Souza, um dos que mais expressou este pensamento em entrevistas, era ainda mais refinado em suas análises, reconhecendo que mesmo sem instituições educacionais, não há, necessariamente, um mecanicismo entre ser favelado e ser bandido. Com este argumento o CEASM atacava a ala mais conservadora que se utilizava da criminalização da pobreza como maneira de legitimar o genocídio patrocinado pelo Estado nas suas incursões policiais às favelas, além das ONGs mais tradicionais que colocam a juventude favelada como um estrato social que tende ao crime, caso não se insiram em seus projetos sociais. A história de vida do núcleo dirigente do CEASM parecia comprovar empiricamente tal tese, afinal, todos eram universitários e tinham “vencido” a barreira social imposta aos favelados, e se formado enquanto elite intelectual e material da região.

A capacidade de forjar ativistas também é parte fundamental das redes sócio pedagógicas. Os “*multiplicadores*” são peças chave para que a educação para a cidadania do CEASM seja capaz de se enraizar e disseminar pela Maré efetivamente. A identidade de um pertencimento à Maré cria um elo em relação à entidade, e vários ex-alunos passam a se engajar nas atividades do CEASM como voluntários e divulgando pela favela que a ascensão social é possível para todos, seja em discurso, seja simplesmente sendo um exemplo vivo. Segundo o documento da Care e do CEASM,

“Nesta mesma direção há o esforço de ex-alunos que tentam multiplicar os resultados do CEASM em outras comunidades, como ocorreu na Vila dos Pinheiros e em Ramos onde ex-alunos que conseguiram entrar para a universidade pública montaram, com ajuda de voluntários, turmas de Pré-Vestibular Comunitário. Também se soma a estes resultados o aumento da circulação de informações de caráter educativo e sobre direitos de cidadania que jovens acessam tanto no dia-a-dia no CEASM quanto ao ingressarem na universidade. Em suas redes locais de familiares e amigos disseminam informações sobre

o sistema de cotas, sobre cursos e serviços gratuitos abertos ao público oferecidos pelas universidades e por órgãos governamentais e não governamentais, além de informações que tratam dos direitos de cidadania e como acionar serviços de defesa e garantia de direitos como conselheiros tutelares, juizados especiais e defensoria pública.”²³⁶

Os multiplicadores são os “novos militantes” que o CEASM quer formar para transformar a realidade. O elo de coletividade é o aspecto territorial, forjando um individualismo engajado, que compreende o particularismo como meio de se atingir a melhoria para a Maré. O depoimento de Flávio Alves, 22 anos, aluno do CPV, é bem elucidativo,

“Nosso caso aqui é como o das formiguinhas que, quando querem melhorar o formigueiro, todas trabalham coletivamente. Se uma formiga descobre uma comida ali na frente, ela corre para avisar as outras para todo mundo usufruir daquilo. Nosso caso aqui é a mesma coisa. Chegar aqui, pegar e tentar passar para as pessoas que estão em nosso entorno, para amanhã a gente reivindicar nossos direitos. Aí nosso caso seria igual ao da formiga que trabalha em conjunto. A gente trabalhando em conjunto é melhor. É melhor a gente crescer em conjunto do que crescer sozinho. Que adianta eu crescer sozinho se estou vendo meu vizinho na maior miséria e sabendo que ele pode crescer junto comigo.”²³⁷

Apesar da mobilização institucional do CEASM muito bem feita para a construção de seu projeto político-pedagógico, amparado em ampla pesquisa teórica, a realidade dos projetos nem sempre seguia os ditames hegemônicos da entidade. O cotidiano repleto de flexibilidades organizativas, além da disputa de concepção que se travava, produziram algumas experiências que se alinhavam a outras formulações pedagógicas para além do particularismo.

Em termos institucionais, o jornal O Cidadão possuía um espaço chamado “Páginas de Rascunho do Cidadão”, dedicado aos que se propusessem a opinar livremente sobre as questões mais atuais. Em geral professores, alunos e ex-alunos do CPV tinham seus artigos ou

236 Juventude e Educação o Caminho dos Sonhos: a experiência do pré-vestibular do Centro de Ações Solidárias da Maré – CEASM, p. 22.

237 Iden, p. 23.

poesias publicadas. Era um espaço irregular, pois as opiniões variavam, mas não raro se encontravam opiniões que se chocavam frontalmente com as posições institucionais do CEASM.

O artigo de Fábio Rodrigues, então universitário da UFRJ do curso de ciências sociais (provavelmente ex-aluno do CPV), intitulado, “Terrorismo: a colheita de um fruto amargo” apresenta uma postura política extremamente crítica aos desmandos do capitalismo imperialista estadunidense. Período dos ataques aéreos às torres gêmeas, Fábio assim expressava sua indignação, “é preciso estarmos atentos para não nos alienarmos pela mídia que a todo momento vitimiza os EUA, tentando nos convencer que agora é o “bem contra o mal”. Os mortos no atentado são vítimas sim. Mas não são as únicas! Elas se somam aos milhões de mortos vítimas do capitalismo selvagem e perverso.”²³⁸

A perspectiva anti-sistêmica é bem clara, compreendendo os problemas a partir das relações de exploração capitalista. Em outro artigo de título “Favela: eis a questão”, de Francisco Marcelo, então aluno da UFF de geografia, também apresentava visão semelhante,

“Então ao contrário do que aprendemos e ouvimos, o nome favela tem todo um valor histórico de luta e resistência. Mas como sempre procuramos copiar tudo dos playboys e das “patricinhas”, nos acostumamos a ver a favela como uma coisa ruim. Essa é a visão de favela da classe dominante, que não foi construída por nós. É preciso romper com este modelo neoliberal.”²³⁹

O artigo é ainda mais enfático, criticando, justamente, uma série de pautas que o próprio CEASM defendia institucionalmente, “Não devemos nos satisfazer com esmolas que esta

238 O Cidadão. Rio de Janeiro – novembro/2001 – ano III – nº 17, p. 23.

239 O Cidadão. Rio de Janeiro – maio/2002 – ano IV – nº 20, p. 19.

sociedade dominante insiste em nos oferecer como: bolsa-escola, cotas mínimas na universidade, cursos **profissionalizantes (que não servem pra nada)** (grifo meu), amigos da escola, favela-bairro ao invés de bairro-favela...”²⁴⁰

Outro exemplo é o artigo José Carlos Bezerra, na época estudante de comunicação social da PUC. O texto aborda a questão da mercantilização da cultura. Assim afirma, “(...) quem ganha terreno na nossa sociedade é o consumismo, aliado a uma série de sentimentos como uma falsa igualdade que tenta colocar ricos e pobres na mesma condição – e a aceitação do mundo como nos é apresentado.”²⁴¹

Estes aparentes “desvios”, de acordo com um levantamento de todos os jornais mais artigos não chegam a quinze artigos, ao longo dos onze anos do jornal, podendo servir, contraditoriamente, para legitimar o pluralismo do jornal em um dado momento histórico do CEASM. De fato tais artigos aparecem apenas nos primeiros anos, até 2005. A seção “Páginas de Rascunho do Cidadão”, posteriormente desaparece dando lugar a piadas, jogos, erratas e às cartas dos leitores, estas com teor bem dentro dos parâmetros das postulações pedagógicas oficiais do CEASM .

Estes artigos revelam um referencial político-pedagógico em disputa no cotidiano do CPV. Os professores pautavam discussões diferenciadas, que se refletiam nas colocações dos alunos e professores no jornal O Cidadão e nos espaços internos da entidade. Segundo o

240 O Cidadão. Rio de Janeiro – novembro/2001 – ano III – nº 17, p. 23.

241 O Cidadão. Rio de Janeiro – setembro/2001 – ano III – nº 16, p. 15.

entrevistado X, “um grupo razoável de pessoas, principalmente de professores, tinha a lógica de que aquilo ali é um lugar de disputa e “vamos disputar projeto aqui dentro”.²⁴²

O fato da seção ter sido extinta, não tendo mais espaço para a exposição dos professores, alunos e ex-alunos, provavelmente está relacionada às disputas entre os grupos internos que se formaram no CEASM, a partir de distintas concepções sobre o que deveria ser a entidade. Isso mostra o quanto havia tensões internas e resistências ao discurso hegemônico.

A peculiaridade do CEASM, até a saída do grupo de Jailson de Souza, se deve a uma relação diferenciada em relação à universidade, apesar de se dedicar majoritariamente aos projetos de setoriais de cunho aligeirado. A perspectiva de levar o morador da Maré à universidade e não apenas mantê-lo nos cursos genéricos semi-profissionalizantes ressalta uma perspectiva destoante em relação a outras ONGs. A preocupação com o ingresso na universidade fez do CEASM um entusiasta da defesa do ensino superior enquanto possibilidade de melhoria de vida. Algo incomum, pois, em geral, as ONGs focavam seus esforços apenas em formar jogadores de futebol, músicos, dançarinos etc. Bem de acordo com a teoria do capital social, estas ONGs privilegiam apenas a aquisição de técnicas de sociabilidade, adequadas aos parâmetros do mercado de venda de força de trabalho e de conformismo para o desemprego. Sempre mantendo o imaginário *self made man* aceso à custa de exemplos isolados.

Enquanto a onda social-liberal entre as ONGs propagandeava o capital social em detrimento da universidade produtora de conhecimento²⁴³, o CEASM dedicava seus esforços à

242 Entrevista com X.

243 Cabe lembrar que há uma tendência de sucateamento da educação pública dentro dos parâmetros do capital social, cada vez tem ganhado mais espaço a partir das contínuas reformas executadas nas universidades públicas. Os cursos genéricos, aligeirados são um tendência absorvida do setor privado.

aprovação no vestibular numa busca pela replicação do sucesso pessoal de seus diretores, ainda que casados com projetos alinhados mais claramente com o capital social. O investimento em educação universitária como processo de desenvolvimento pessoal e da sociedade, dos elementos constitutivos da teoria do capital humano, tão difundida após a Segunda Guerra, era resgatado sob novas argumentações.

O CEASM resgata este desenvolvimentismo à base da educação. O processo de militância dos movimentos sociais recrudescido na década de 1990 encontrava novas alternativas de mobilização. As ONGs foram uma delas, mas os pré-vestibulares comunitários também. O CEASM acrescentou, à forma organizativa e ideológica das ONGs, a educação popular voltada para universidade como ponto de partida da entidade. Pré-vestibulares populares alcançavam grande popularidade com o aumento da procura pelas universidades públicas. O caráter engajado de boa parte desses prés também lhes garantia uma denominação de movimento social, que em parte gerou um espectro de movimento social sobre o CEASM, como já apresentado. Esta síntese fez do CEASM uma ONG ilustrada.

O desenvolvimento da capacidade de angariar recursos a partir do aprofundamento de relações com empresas e Estado permitiu a ampliação dos projetos e cada vez mais acentuava a importância dos projetos aos moldes da teoria do capital social: cursos genéricos, aligeirados de pouca expressão para os desmandos do mercado de trabalho e alinhados à produção do conformismo. Já em 1999, o CEASM contava com 9 projetos, chegando a 18 projetos ano seguinte, estabilizando em 12 com ligeiras variações ao longo dos anos até a saída do grupo de Jailson de Souza.²⁴⁴ Todos os projetos, excetuando o CPV, dedicavam-se a ações tópicas como já apresentado.

244 Ver Ampliando Futuros....

Concluindo esse balanço sobre o aporte pedagógico do CEASM, assim como as implicações educacionais e políticas, pode-se afirmar que a construção de meios pedagógicos para a reafirmação da cidadania é o elemento base para o CEASM. O projeto político-pedagógico, expresso nas *redes sóciopedagógicas*, é, portanto, referenciado numa noção de cidadania dentro da ordem. Isso significa que a cidadania, para o CEASM, é o usufruto de leis e códigos sociais, em que atesta a desigualdade social como consequência meramente do desconhecimento dos elementos de sociabilidade, denominados *bens culturais*. A cidadania existiria por essência na sociedade, basta descortiná-la após boas seções de projetos sociais, e aí, ampliar os horizontes dos favelados para a possível ascensão social. Desta forma a reificação é um preceito presente nas postulações pedagógicas da entidade. Foram apresentados alguns traços de resistência, em alguns artigos do jornal O Cidadão, em que a transformação social é concebida a partir de mudanças estruturais nas relações sociais, em que se questiona a dominação de classe. Uma visão de que a cidadania sistêmica sofre de problemas endêmicos, já que seria estruturada por relações marcadas pela desigualdade, negando assim a formalidade semântica do conceito de cidadania, que afirma viabilizar a universalidade de direitos sociais. No entanto, como já dito, são resistências residuais dentro do corpo de formulações.

O CEASM apresenta como prioridade a integração social entre classes como forma de auto-afirmação de cidadania. A pedagogia do CEASM segue alguns preceitos centrais da Nova Pedagogia da Hegemonia. O trecho da sua ata de fundação, em 5 de agosto de 1997 mostra alguns destes elementos bem esboçados:

[...] para constituírem uma entidade civil sem fins lucrativos “CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ – CEASM”, com o objetivo de:

- a) Catalisar, produzir e sistematizar iniciativas que visem a estimular discursos e práticas comprometidas com o exercício da cidadania cotidiana existentes no Complexo da Maré;

b) Subsidiar as estratégias e ações desenvolvidas por pessoas e grupos que atuam na Maré com a finalidade de fortalecer as redes sociais vinculadas ao exercício da cidadania;

c) Oferecer oportunidades de qualificação profissional e acesso a bens culturais aos jovens da Maré, através de iniciativas tais como Curso Pré-Vestibular; Programa de alfabetização de Adultos; Núcleo de Informática; participação na produção de atividades culturais e artísticas (rádio comunitária, fotografia, teatro, música, dança, capoeira, leitura, passeios pedagógicos, acesso a línguas estrangeiras, intercâmbios culturais com outros países, como forma de ampliar o acesso a múltiplas redes sociais)²⁴⁵

O exercício da cidadania é garantido a partir do estímulo à aquisição de elementos simbólicos, pois a opressão se restringe a este campo. O discurso é priorizado tendo também uma perspectiva de negociação. Os problemas da favela estariam relacionados à falta de diálogo. A idéia de cidadania nesta perspectiva pedagógica é particularizada e se restringe a sua prática ao âmbito territorial da Maré, a partir das suas *redes sociais*. Esta concepção atomiza os problemas da Maré nas suas expressões mais diretas, sem concebê-las a partir de uma situação histórica forjada nas relações sociais do bloco histórico capitalista. Assim, cabe ao morador-cidadão deixar-se ‘cair nas redes’ para resolver seus dilemas cotidianos.

Tal concepção expressa, de forma pioneira, um novo padrão de convencimento pedagógico, que estabelece a sua territorialidade não apenas no plano do discurso, mas a partir da constituição dos seus principais quadros locais, que são ou foram moradores, tendo grande expressão entre as comunidades. A pactuação do capital com os trabalhadores é ensinada e difundida como expressão da solidariedade e legalidade cidadã, expressa pelos “multiplicadores” com grande eficácia.

Contudo, pode-se observar as resistências oferecidas ao plano pedagógico institucional, em que a autonomia relativa de alguns projetos, principalmente o CPV, permitiu a expressão de contraposições a alguns princípios pedagógicos institucionais do CEASM como o

245Ver Elionalva Sousa Silva, *Ampliando Futuros: o curso pré-vestibular comunitário na Maré*, p. 70.

particularismo na forma de resolver os dilemas sociais e uma noção de cidadania calcada na negação do conflito sistêmico. A presença de professores ligados aos movimentos sociais e ao PT engendra ruídos no programa pedagógico do CEASM delineado em seus editais, carta de princípios, e na maioria dos artigos de seu periódico. O universalismo em relação aos direitos sociais, a necessidade de mobilização de classe, são idéias expressas por alguns professores, alunos e ex-alunos, que revelam que a dinâmica pedagógica da sala de aula e a experiência construída na entidade se davam por outras formas além da oficial.

O progressivo enfraquecimento do grupo de professores militantes, com o seu descolamento das atividades organizativas internas a partir das reformas organizacionais do CEASM, reduziu as resistências ao modelo pedagógico hegemônico. O transformismo ideológico do PT, que arrastou consigo, inclusive, alguns quadros do CEASM, a partir de então convertidos a revolucionários do “possível”, fez com que se aprofundasse o corte conservador de sua postura pedagógica. A existência de alguns poucos insurgentes, mesmo que desmotivados pela desilusão com a entidade, ainda resguarda traços esparsos de resistência pedagógica. A singularidade do CEASM se reafirma nessa relação conflituosa entre o desenvolvimento da entidade nos moldes do ethos empresarial, sua relação com o PT, em que pese o seu processo de transformismo ideológico-político e a inércia política fundacional de alguns dos quadros internos que ainda se mantiveram ligados a um ideário anti-sistêmico.

Mesmo considerando as contradições e resistências dentro das ações do CEASM, de suas reflexões e organização interna (principalmente no que se refere à relação com a universidade e a sua luta contra a criminalização dos chamados pobres), ainda assim, as bases de sua delimitação pedagógica oficial são mantidas dentro dos parâmetros social-liberais. Assim como a grande maioria das ONGs, suas ações sociais se limitam a desenvolver ações

particularistas, territorializadas, numa relação público-privada formadora de consenso para o capital.

Num momento de avanço do desemprego e do subemprego, da miséria e da instabilidade social ocasionada por esta situação, a aplicação de projetos sociais, como os executados pelo CEASM, se coadunam com as diretrizes da teoria do capital social. A inflexão organizativa do capital, em que se reavaliava a ortodoxia dos organismos internacionais (Banco Mundial e FMI) no processo de instalação do livre mercado na virada do milênio, se efetivou como uma resposta às conseqüências negativas, para o próprio capital, do método de expansão do neoliberalismo. A idéia de educar para o conformismo, a partir da reificação ativa dos setores subalternos é a base político-ideológica de um novo período, com o qual o CEASM se relaciona muito habilmente, tendo considerável capacidade de formulação teórica sobre este processo de revisão dos métodos anteriores de controle social sobre os pobres. A esperança e o desejo de mudança são conduzidos para um coletivismo individualista bem de acordo com as novas postulações da teoria do capital social, um engajamento ativo para a consolidação da estabilidade da reprodução ampliada do capital, mediante a internalização de elementos subjetivos favoráveis a essa lógica societal.

Esta formação educacional significa na prática cursos aligeirados, baseados em bolsas de curto prazo, com estudos precarizados em áreas ditas interdisciplinares, mas que, na verdade, possuíam pouco ou nenhum valor para a construção de um conhecimento mais aprofundado, e até mesmo para o mercado de trabalho. O que o capital social apresenta não é uma formação para a construção do conhecimento autônomo e crítico, mas sim a reprodução e apreensão de códigos extremamente específicos dedicados ao consenso, vistos nos tão aclamados conceitos de polivalência, flexibilidade, empreendedorismo e conformismo. O otimismo em relação à ordem, parte fundamental dessa pedagogia, busca a todo custo incentivar os favelados a partir de exemplos individuais, de modo a mostrar o lado bom da miséria, a criatividade dos

moradores nas suas táticas de sobrevivência, tornando a sociedade capitalista um grande desafio ao intelecto dos indivíduos dispostos a (sobre)viver e ascender socialmente.

A postura político-pedagógica do CEASM é, portanto, muito bem relacionada com o que Neves (2005) chama de nova pedagogia da hegemonia, ainda que não haja nenhuma referência oficial da entidade em relação aos principais ideólogos da Terceira Via. Dentro da perspectiva de disputa por hegemonia na sociedade civil, o CEASM é um dos exemplos mais bem desenvolvidos de uma produção pedagógica extremamente eficaz em reproduzir os principais princípios do empresariado. Sua capacidade de capilarização na Maré, de recrutamento de “multiplicadores”, a tornam uma entidade com amplo poder de convencimento e mobilização local. A valorização da cultura local, em que os bens culturais, são reconhecidos como produto da relação permanente entre a experiência cotidiana e o conhecimento socialmente construído é parte deste processo. Tal preocupação pedagógica, influenciada pelas formulações de Paulo Freire e das comunidades eclesiais de base, além de ser, em algum aspecto um avanço nas formas de ensino e aprendizagem, produzem uma identidade territorial que fortalece auto-estima dos atingidos pelos projetos sociais e uma coesão ideológica em torno dos preceitos da Nova Pedagogia da Hegemonia.

4.3 As Formas de Organização Interna

Um dos centros das críticas das ONGs é em relação à burocratização dos partidos políticos e movimentos sociais, o que teria feito com que perdessem a relação com a realidade. A idéia de uma dita “ação direta” via terceiro setor buscava exorcizar o estigma que recaía sobre os partidos de esquerda, que eram associados à experiência soviética, marcada pelo burocratismo stalinista.

A identificação de “não-governamental” já mostra que as ONGs se apresentam como colaboradoras das ações de Estado e empresas, de modo a abrir mão de um projeto de poder político para se dedicar a administração de projetos sociais localizados. Esta opção política se apresentava, de acordo com o discurso das ONGs, como um enraizamento nas questões mais “concretas” e “possíveis” a serem feitas para a melhoria de vida dos pobres. A prioridade organizativa seria a aquisição de verba via editais, construção de ações setorializadas e relatoria sistemática dos resultados às empresas e instâncias do Estado que participem destas parcerias.

A política se tecnifica, a administração passa a ser o elemento central, e o desenvolvimento das organizações se dá de maneira contraditoriamente ainda mais ligada à burocracia. A dependência em relação aos editais que fornecem verba às ONGs torna a ação administrativa interna um setor estratégico para a sua existência.

No caso do CEASM este acúmulo político sobre os métodos de organização é acrescido a uma trajetória anterior ligada aos movimentos sociais, em que a democracia participativa é colocada como base de funcionamento destes. Isto é uma preocupação permanente entre os movimentos sociais, o que não significa que se converta em mobilizações democráticas necessariamente, e que todos os participantes atuem de forma ativa e consciente. O processo de abertura política no Brasil nos anos 1980, aliás, reafirmava a questão da democracia como estratégica, em contraposição à ditadura militar e à experiência soviética que já cambaleava. O debate em torno da questão da democracia já ganhava corpo no Brasil desde a década de 1960, no processo de autocrítica do PCB em relação ao legado stalinista, tendo como suporte teórico a leitura de Gramsci. No entanto, será no processo de abertura política, na década de 1980, que o tema democracia vai tornar-se protagonista no Brasil.

sua efetivação enquanto preocupação política dos movimentos sociais e partidos políticos se dará somente na década de 1980 no processo de abertura política.²⁴⁶

246 Mostrar referência do texto do Carlos Nelson Coutinho: Democracia como Valor Universal.

O CEASM, como ONG nascida das entranhas dos movimentos sociais da favela do Rio de Janeiro e da trajetória petista, carregava as marcas deste processo de debate sobre as formas de democracia, em contraposição, o empresariamento da organização interna a que as ONGs estão sujeitas se fazia presente devido às suas exigências financeiras. Ocorre uma tensão nessa relação, que forja uma síntese expressa nos trabalhos cotidianos do CEASM. Ou seja, se misturava no CEASM essa tradição democrática vinda dos movimentos sociais (mesmo que no seu sentido formal) e do PT, enfatizando a participação coletiva contida na formação política, elaboração e execução das ações, tendo ao mesmo tempo a herança de métodos organizativos empresariais, muito utilizados por ONGs, expressos em conceitos como “resultados”, “polivalência”, “flexibilidade”, “empreendedorismo” etc.

A tensão entre democracia participativa e empresariamento eficiente é a marca conflituosa do CEASM, que o singulariza em relação às ONGs tradicionais forjadas meramente nos parâmetros do dogma empresarial da “qualidade total”.

A noção de democracia assim é defendida pelo CEASM no seu Encontro de Coordenadores: “participação efetiva em todos os processos decisórios da sociedade, que exige: autonomia e independência dos atores sociais, acesso a bom nível de informação, formação política e responsabilidade, não apenas a votação”²⁴⁷

Para o CEASM é necessário participar da política, sem limitações aos processos eleitorais unicamente. Observa-se aí uma noção de militância mais ativa que se dispõe a participar dos espaços de decisão, em que formação política é a base para uma intervenção consciente. Enquanto a grande maioria das ONGs se utiliza de um discurso sentimental de “confiança”, ou uma “solidariedade” baseada na negação da política, o CEASM se inscreve como um espaço de formação política.

247 Ver Elionalva Sousa Silva, *Ampliando Futuros: o curso pré-vestibular comunitário na Maré*, p. 63 – texto apresentado no Encontro de coordenadores de projetos do Ceasm, realizado em 2003.

O primeiro elemento fundamental para se entender o arranjo organizativo do CEASM é a sua relação com um passado de lutas da Maré. Mesmo mantendo uma concepção geral ligada aos preceitos da Terceira Via, como qualquer ONG, o CEASM atraía muitos militantes próximos ao PT e com histórico de militância na Maré ou em outras favelas. Ou seja, mesmo tendo um marco geral conservador, o histórico de militância de muitos diretores e colaboradores atraía pessoas ligadas à militância. Um dos quadros do CEASM assim apontou:

“mas o que me encantou na verdade era um grupo de pessoas. Cara, não tenho dúvida nenhuma, foi o melhor grupo que eu já trabalhei de pessoas e militantes. Realmente tinha alguma coisa em comum. Quase todos vindo do PT. Isso atraiu bastante. Foi muito interessante ver isso.”²⁴⁸

O referencial que atraía algumas pessoas para atuar no CEASM, no seu período inicial, era a possibilidade de construir uma ONG diferenciada, no campo da esquerda. Muitos que chegavam não tinham isso como pressuposto principal, mas só o fato de haver pessoas com um referencial de esquerda já mostrava a singularidade do CEASM. Na medida em que os projetos se ampliaram e o CEASM tornou-se uma das maiores ONGs do Rio de Janeiro, detentora de grande notoriedade, a relação entre os participantes e o núcleo duro da direção do CEASM (Jailson, Eliana, Claudia Rose e Antonio Carlos) foi se tornando conflituosa. Muitos dos professores do CPV e outros que atuavam em outros projetos tinham espaços de reuniões em que eram pautados os rumos dos projetos. Esta vida política era bem presente no seu início. Assim é dito pelo entrevistado,

“Havia grupos, espaços de disputa o tempo todo. Por exemplo, o Jailson que era uma pessoa do grupo (dirigente)... era Jailson, Eliana, Claudia Rose, Carlinhos. O Jailson numa reunião já no segundo ano que eu estava lá colocou exatamente isso: “isso aqui não é movimento social é uma ONG. Por isso que não tem eleição para diretor, não sei o que e tal e se alguém estiver insatisfeito que monte a sua própria ONG.” São palavras dele. Aí eu comecei a ver que tinha alguma coisa estranha. De qualquer forma era uma disputa ali dentro.”²⁴⁹

248 Entrevista realizada em 2010 com X.

249 Idem.

A polarização é formada entre aqueles que pressionavam por um caráter organizativo de ação direta, sem hierarquias, enquanto o núcleo dirigente fundador buscava reafirmar um caráter mais tradicional, baseado na centralização das decisões em torno de si. A idéia de democracia torna-se constante nos debates internos, como afirma o professor X:

“A gente disputava primeiro por transparência na coisa, ou seja, quanto entra, quanto sai, pra onde vão os projetos. Vamos discutir que a ONG, na lógica do grupo que eu participo, que ela tenha um fim. Qual é a lógica? Ela vai cobrar o Estado, pro Estado fazer e não ter mais a ONG. Essa não era a linha do Jailson e do outro grupo.”²⁵⁰

O crescimento das proporções do CEASM avolumava a burocracia e o montante de dinheiro que circulava tornava cada vez mais conflituosas as disputas em torno dos rumos que a ONG tomaria. Isso fez com que as questões organizativas ganhassem ainda mais expressão no debate interno. Assim, a entidade iniciou uma bateria de discussões em 2002 a respeito da melhor forma de resolver seus dilemas administrativos, políticos e pedagógicos. O saldo dos sucessivos encontros apontou para a instauração, segundo Elionalva, de “outros espaços de debates e de participação na política da instituição: o Fórum de colaboradores do CEASM e o Colegiado, formado pelos coordenadores dos projetos desenvolvidos pelo centro e pela diretoria”.²⁵¹

250 Idem.

251 Ver Elionalva Sousa Silva, *Ampliando Futuros: o curso pré-vestibular comunitário na Maré*, p. 73.

Elionalva era colaboradora do CEASM e tinha grande alinhamento político com seu irmão Jailson, então diretor da entidade. Não por acaso o acompanhou no rompimento com o CEASM, em 2007, para fundar a ONG Redes da Maré. Em sua dissertação apresenta as mudanças organizativas com grande otimismo.

Já em 2003, o Fórum de colaboradores e o Colegiado eram institucionalizados. O tom de Elionalva é de que conflitos internos estavam aumentando. Sobre tais espaços institucionais afirma: “(...) nasce com a missão de mediar as tensões internas da instituição, bem como realizar o planejamento estratégico do CEASM para os próximos anos.”²⁵²

Já o documento apresentado no encontro de 2003 do CEASM assim afirma:

“(...) esse ‘Coletivo’ terá o caráter de um fórum estratégico que discutirá todas as ações políticas que envolvam as grandes questões da instituição. Deve se posicionar diante dos problemas mais complexos, formulando propostas para resolvê-los e ainda, consubstanciar e legitimar as ações de diretores e coordenadores, enfim, deve ser o lugar das principais discussões a respeito do papel social do CEASM (...) na perspectiva da participação democrática, alicerçada firmemente no poder legítimo ocupando lugar de destaque – junto ao fórum de colaboradores – na nova estrutura que se quer delinear.”²⁵³

Apesar de Elionalva afirmar em seu estudo que tal medida estaria a serviço da descentralização democrática das tarefas da entidade, da forma como é exposto, pode-se observar que há a definição clara entre aqueles que são colaboradores e aqueles que de fato estariam na direção das decisões políticas. O caráter executivo do Colegiado é muito bem definido como espaço que deve ser “legitimado”, e que o fórum de colaboradores deve ser um suporte meramente consultivo.

As mudanças organizativas não fizeram cessar os conflitos e, segundo Elionalva,

252 Idem.

253Id Ibid p. 73 e 74.

“O Colegiado não conseguiu relativizar o poder da diretoria, bem como aliviar as tensões decorrentes de sua bipolaridade. É efeito, então, um novo Conselho Gestor para a instituição, de caráter executivo, e a antiga diretoria torna-se um Conselho Consultivo. O discurso proclamado de que deveria haver a crescente inserção de seus colaboradores à frente da instituição, sobretudo os ex-alunos do CPV-Maré e atuais universitários, recorrente entre os idealizadores do centro, ou pelo menos, uma parte dele, é enfim, materializado.”²⁵⁴

O conselho gestor surgia como fruto do tensionamento dos professores mais militantes, na expectativa de socializar as decisões políticas da entidade. Segundo o professor X, “(...) a gente tinha essa disputa interna de projetos de CEASM e que foi salutar. Foi muito bom até 2005 talvez, quando se cria um conselho gestor. Que eram representantes de cada projeto no conselho gestor e não se sabia muito bem o que se faria com a diretoria.”²⁵⁵

O depoimento mostra o quanto as discussões estavam ganhando proporções de disputa, o que provavelmente gerou incômodo entre os dirigentes do CEASM. O conflito acabou explodindo o Conselho Gestor, já que o núcleo dirigente começa a perder o controle centralizado das decisões políticas e administrativas

Os problemas organizativos se mantiveram, e de acordo com Elionalva,

“O novo conselho gestor não conseguiu gerir a instituição de maneira satisfatória. Em agosto de 2005, todos os membros do conselho resolvem se afastar do cargo, e os membros da antiga diretoria reassumem com a perspectiva de dar continuidade aos projetos e a instituição de uma outra forma, que ainda está sendo desenhada. A perspectiva é que essas tensões – das mais variadas ordens -, sejam superadas ou reordenadas de forma que outros moradores da Maré possam continuar a ter acesso aos bens culturais e educacionais oferecidos pelo centro.”²⁵⁶

254 Idem.

255 Professor X.

256 Elionalva, p. 74.

O retorno ao método inicial, de garantir as decisões exclusivamente pela diretoria, mostra o quanto a entidade possuía divergências internas sobre os seus rumos e maneiras de se organizar. Explicando sobre o fim do Conselho Gestor o professor X assim afirma:

“Se dissolveu. Se acabou. Porque algumas pessoas não aceitaram. A gente falou muito claro: se você quer ganhar 5 mil reais, o faxineiro tem que ganhar mil reais essa era uma lógica socialista diga-se de passagem, mas as pessoas não eram socialistas, mas pelos menos ainda me pareciam que eram. Mas essa era questão central dessa dissolução do conselho e do próprio CEASM.”²⁵⁷

A questão de como gerir a entidade chegava ao limite, quando o grupo dos que questionavam os encaminhamentos do grupo majoritário reivindica o controle coletivo de todos os gastos e decisões políticas. “(...) existia uma coisa que era uma certa interferência nos projetos, que não ficasse só na mão de uma pessoa, que admitia, demitia como acontecia com a Eliana, por exemplo, que era uma pessoa que trabalha pra caramba e tal, mas era uma pessoa que o poder ficava só na mão dela.”²⁵⁸

Cristalizou-se ainda mais uma polarização entre concepções distintas sobre a natureza e o funcionamento da ONG, sobretudo no que se refere aos aspectos políticos e materiais. Forjava-se a demarcação de espaços políticos em torno da questão da democracia, postavam-se grupos, que rivalizavam em torno de uma concepção mais ou menos militante. Não por acaso, serão os professores mais ligados a um histórico de militância que centrarão as maiores críticas ao núcleo dirigente.

“Tanto é que é o seguinte, o projeto que mais dava problema pra essas diretorias, pra esse povo todo era o pré-vestibular. É o projeto que mais dá problema, que onde as pessoas mais questionam e é onde a porrada comia. Era o projeto que menos tinha verba. A maioria das pessoas ali, não sei se era maioria,

257 Depoimento de X.

258 Idem.

mas um grupo muito significativo na verdade eram militantes e davam aula, e recebia 10 reais pela hora/aula, mas a questão que chamou ali foi a militância. Dos outros projetos não. Não foi isso.”²⁵⁹

Tem-se aí uma disputa de projetos que se dava entre uma parte do corpo docente do CPV, vindos de uma tradição militante de esquerda, em contraposição aos que participavam em outros projetos aliados ao núcleo dirigente fundador. A questão da tradição militante se volta contra o núcleo dirigente, que, justamente, tinha se fundado sobre este diferencial na gênese do CEASM. Os professores que se reconheciam como militantes, exigiam uma socialização das decisões. Havia uma autonomia relativa nas aulas do CPV, que se fortalecia enquanto espaço de discussão política dentro dos marcos anti-sistêmico, ainda que fora dos parâmetros formais e institucionais. Mesmo não tendo qualquer referência a uma preocupação política nos documentos que abordam o CPV perante as entidades apoiadoras, informalmente, a partir da experiência militante de alguns professores, se manteve uma resistência ao tradicionalismo das ONGs, principalmente no que se refere às decisões políticas.

Segundo os relatos, a autonomia em relação aos financiadores era grande no que se refere aos trabalhos do CPV. Segundo X,

“Discurso que passava em outro projeto, não passava no nosso. Por exemplo, diziam: “agora nós temos que resolver isso, mas quem resolve é a gente”. Se esse discurso chegasse lá (CPV), a gente falava não: “quem resolve é a gente. Nós queremos discutir isso. Queremos discutir porque 3 turmas ou 2 turmas.” É uma questão complicada. Porque o fato de ter diversos financiadores... os financiadores nunca mexeram na aula, ou tivesse alguma restrição a aula que você fizesse. Cara, JP Morgan, Governo do Município no período do Conde, que teve um grande projeto que teve lá, agora o Sérgio Cabral, Super Gás Brás... Essas coisas todas não havia interferência do Estado no seu projeto...”²⁶⁰

259 Idem.

260 Entrevista professor X.

Assumiu-se uma visão de que haveria uma disputa de rumos ainda possível de ser travada. De acordo com X, “(...) apesar do discurso do Jailson ser esse: “isso aqui não é um movimento social”, um grupo razoável de pessoas, principalmente de professores, tinha a lógica de que aquilo ali é um lugar de disputa e “vamos disputar projeto aqui dentro”.²⁶¹ Essa flexibilidade garantida a estes professores no planejamento de suas aulas era terreno fértil para o caráter diferenciado das aulas. A aprovação no vestibular era considerada um meio par desenvolver a conscientização crítica sobre a realidade de exploração do capitalismo. Os professores mais ligados à militância buscavam formar militantes em suas aulas. No entanto, havia limitações que se impunham, principalmente sobre a questão dos resultados. Professor X assim afirma:

“Havia restrições, por exemplo, de limitar o número de alunos. Fazer uma turma de 60 é diferente de fazer uma de 35. Se você coloca uma turma de 60 alunos numa sala quer dizer que a possibilidade de atendimento um pouco mais próximo é muito pior do que numa de 35. Não tenha dúvida disso. A gente fazia as turmas de 60 porque tinha que ter gente na sala. Essa realmente era uma restrição, que havia meio velada, mas havia.”²⁶²

Paulatinamente, o desejo de participar de um projeto militante vai se tornando algo cada vez mais difícil para os professores motivados pela militância. Os espaços internos de reuniões passaram a expressar conflitos políticos cada vez mais de fundo, o que foi gerando fissuras na solidez organizativa do CEASM, e desilusão para muitos que participavam dos projetos do CEASM diante das sucessivas tensões. Apesar das turbulências, a liberdade de exposição de discordâncias se mantinha como uma característica incomum se comparada às ONGs tradicionais. X diz,

²⁶¹ Entrevista professor X.

²⁶² Idem.

“A gente fez alguns seminários interessantes onde o pau quebrava. Não havia nenhuma restrição pro pau quebrar. Em algum momento alguém seria demitido porque juntava um montão de coisa, mas tinha essa lógica. E era uma lógica muito louca porque eu falava: “você não tem como me demitir eu não sou empregado de vocês.” É uma lógica interessante porque a gente saía na porrada por causa disso. Porque eu sou... o que eu sou? Não sei.”²⁶³

A relação parecia confusa para estes professores sobre como se auto-definir num espaço que se recebia 10 reais pela hora/aula, mas se gozava de liberdade de discussão diferenciada e intenções militantes. Era uma instabilidade para muitos, que, em alguns casos acabaram demitidos, contudo, havia mais questões que garantiam a manutenção do professor na instituição. A escassez de professores de algumas matérias, a popularidade perante os alunos eram elementos que tornavam mais complexa a rede de poder e disputa que vicejava no CEASM.

A polarização política, também se somava a disputa por espaços institucionais no CEASM entre a própria direção. Parte da geração de diretores mais jovens rivalizou-se contra o núcleo dirigente fundador, que era dirigido por Jailson e Eliana, principalmente. Não havia divergência de fundo sobre questões pedagógicas ou políticas, mas o tensionamento acabou por polarizar estes dois setores na direção da entidade. A notoriedade de Jailson e Eliana crescia, e, logo, se tornaram, ainda que informalmente, as figuras públicas do CEASM, sendo amplamente requisitados e reconhecidos por universidades, empresas e instâncias do Estado como *as lideranças do CEASM*. Este desenvolvimento de tensões, forma três grupos: *1) professores militantes do CPV; 2) diretores descontentes; 3) diretores quadros públicos*. Estas divisões começam a esgarçar as relações entre os dirigentes, e *bunkers* vão se formando.

Segundo professor X,

263 Idem.

“O atrito era internamente na própria equipe de professores do pré-vestibular e de outros projetos. No primeiro momento, 3 ou 4 anos, era porrada no bom sentido e disputa de projeto. Chega um momento que foi mais tarde, que foi esse momento do Conselho, eles viram que estavam perdendo espaço. É o momento que o Jailson cria o Observatório de Favelas. Se você conhecer o Observatório de Favelas vai ver que é autocracia pura.”²⁶⁴

Com capacidade de angariar apoios financeiros e institucionais, Eliana e Jailson criam um apêndice do CEASM, que passaria ter vida própria, o Observatório de Favelas. As discordâncias disputas passaram a ameaçar o projeto inicial de Jailson e Eliana, e assim iniciaram uma cadenciada transição. Sobre isso professor X afirma:

“Quando viram que essa contradição na verdade dentro do CEASM, que estava muito forte, o Jailson, que era o cara que mais pensava nos projetos e corria atrás e é, realmente, que tem uma facilidade muito grande, então no Observatório, começa a captar financiamento. Ele consegue captar e vai gerando e gerindo a possibilidade de rachar o CEASM. O Observatório é quando o Jailson vai experimentar pra ver se dá pra fazer sozinho e ele vê que dá.”²⁶⁵

A pressão para que o CEASM se abrisse para a coletivização de suas ações e formulações, assim como a disputa de espaços entre diretores, acabou por levar Jailson e Eliana, a uma perspectiva de depurar a ONG, ou mesmo rachá-la.

“No momento que eles vêem que tem capacidade também pro vestibular eles racham. Aí o CEASM fica só com a sede do Timbau e Nova Holanda vira Redes. E aí começa uma disputa muito louca, porque quase todos, eu diria todos, mas poderia estar me equivocando, os financiadores vão lá pra baixo (Nova Holanda – ONG Redes fundada pelo grupo de Jailson e Eliana). O principal que é Petrobrás e Governo do estado, Unibanco, e tudo vai pra lá. Eles são muito competentes. E lá em cima (Timbau- CEASM) a galera não tem essa competência, nem essa entrada.”²⁶⁶

264 Idem.

265 Idem.

266 Idem.

O racha se dá em 2007 de forma traumática. Juntamente com Jailson e Eliana migram financiadores e funcionários. Os bens do CEASM são divididos entre o CEASM e a nova ONG de Jailson e Eliana, a Redes da Maré. O resultado é que o CEASM inicia um período de forte crise administrativa, tendo grandes dificuldades de manter os patrocinadores para seus projetos.

“Hoje, por exemplo, a aula começa no dia 22 de fevereiro no pré-vestibular, a gente não tem um financiador sequer. Ano passado o estado do Rio financiava, este ano nem o estado do Rio. Vamos manter três turmas, sem nenhuma grana, o que de certa forma eu acho bom. Vamos ver a militância agora.”²⁶⁷

A saída do núcleo dirigente fundador ocasionou um esvaziamento da expressão pública do CEASM entre as empresas, Estado, universidade e o PT. Os eixos propulsores de sua capilaridade havia perdido força. A disputa de rumos também foi arrefecida. A tensão entre os que buscavam a militância e os que defendiam as concepções de ONG tradicional se desfez. Novas gerações de professores e colaboradores não mais referenciados na militância, mas sim na condição de empregados-voluntários. A funcionária Z assim define a sua entrada nos quadros do CEASM,

“Eu só estudava. Entrei lá muito cedo com 19, 18 anos. Entrei nos cursos do CEASM quando estava terminando o segundo grau. Quando eu fiz 20 anos comecei a trabalhar lá mesmo. Mas não teve nada há ver com militância. Não trabalho na parte educacional, trabalho na parte financeira. Não teve nada a partir de nada militante não.”²⁶⁸

267 Entrevista com X.

268 Entrevista com Z.

A mesma funcionária quando perguntada sobre qual seria a classificação do CEASM, se seria empresa, ONG, empresa ou movimento social, assim respondeu,

“É uma parte ONG, uma parte empresa. Algumas pessoas enxergam mais como uma empresa, mais pela forma como trata os colaboradores. Eu não sei como é nas outras instituições, mas todos os colaboradores são remunerados, outros são voluntários, os educadores do curso preparatório e aí tem umas coisas que se enquadram mais como empresa. Quando você vai partir pro jurídico mandar uma pessoa embora, ela bota na justiça e aquela pessoa ganha, ela tá mais encarando como uma empresa do que como uma ONG. Embora pague todos os impostos para a pessoa, porque lá paga. Já aconteceu de entrarem na justiça querendo os direitos dela, embora sabendo que elas saibam que não tem direitos como férias. Lá é como se fosse contrato. Ganha uma bolsa para poder estar atuando. Mas aí eu não sei como o judiciário entende isso, pois coloca na justiça ganha, ou não. As acham que aquilo ali é uma empresa e pode fazer o que quiser. A maioria das pessoas recebem bolsa.”²⁶⁹

Os conflitos trabalhistas atuais que recaem sobre a entidade mostram o grau de relação que vêm sendo estabelecido entre os que se aproximam do CEASM. Isso não significa uma relação meramente empregatícia, pois é possível perceber de forma clara traços de referência em relação à entidade, alicerçados numa espécie de gratidão em relação à conquista de uma vaga na universidade, uma oportunidade de emprego conseguida graças a um dos projetos, ou mesmo uma experiência de vida marcante adquirida em algum dos projetos sociais. Cerca de 20 colaboradores participam do CEASM sem qualquer tipo de remuneração, dentro dos parâmetros do voluntariado.²⁷⁰ Mesmo quando existe remuneração há ainda um nível de dedicação que ao CEASM que exacerba os parâmetros empregatícios, pois há formas de colaboração adicionais exercida pelos que são remunerados. Assim a funcionária Z afirma, “eu trabalho se tiver algum evento cultural eu participo. Se tiver um curso, ou uma palestra

269 Entrevista com Z.

270 Idem.

que fala sobre saúde e cidadania eu participo. Eu participo de algumas coisas que dão, nem tudo dá pra fazer, mas o que eu posso... Eu faço porque eu gosto, porque eu quero.”²⁷¹

Mesmo tendo o esgarçamento das relações militantes no CEASM, ainda há uma referência forte que mobiliza um contingente razoável de pessoas em torno da idéia de mudança social localizada. A funcionária Z afirma,

“Eu gosto quando eu vejo resultado. Quando eu vejo os alunos do pré-vestibular e esse ano vamos ter tantos aprovados. O curso preparatório os alunos entrando numa escola pública boa, técnica boa. Eu não gosto quando tem pouco movimento, quando você não vê resultado no que você faz. Tá pagando um monte de gente para nada aí desestimula, mas quando tem resultado me estimula.”²⁷²

A necessidade de melhores condições de vida, imposta sob regime de urgência, num local como a Maré, aprofundou ainda mais a noção de “resultado”. O elemento de mudança mais imediato é, em muito, semelhante aos parâmetros de transformação social dos organismos financeiros internacionais, que orientam empresas e Estado a uma aferição de resultados pontual, mas concreta aos olhos da publicidade e da população local. A idéia de transformação estrutural da sociedade, calcada em novos preceitos ético-políticos, dada a sua complexidade é resguardado no terreno do “impossível”, enquanto as ações sociais são tidas como o viável.

A tecnificação das relações políticas do CEASM se intensifica e os espaços de debate vão se tornando menos presentes como mostra a funcionária Z,

“Têm reuniões sempre no início do ano, ou no final do ano. Agora a gente está resolvendo as coisas da equipe de diretoria, que está marcando uma reunião com todos os colaboradores, professores, secretaria, equipe de apoio, pessoal da limpeza, todo mundo... pra fechar o ano e poder ver quais foram os resultados desse ano, se está bom ou ruim, o que pode estar mudando para o ano que vem. É óbvio que em algum momento alguém tem que decidir se der alguma coisa errada...”²⁷³

271 Idem.

272 Idem.

As reuniões se tornam apenas o momento do balanço geral, sem caráter cotidiano e de apresentação de construções coletivas. A própria funcionária Z afirma, “(...) tem diálogo hoje? Tem, mas ainda é mínimo ainda tem muito pra mudar. Mesmo tendo a organização de termos reuniões no início e no final do ano, poderia ser mais freqüente, poderia ser mais organizado para a gente poder melhorar a proposta do CEASM.”²⁷⁴

Apesar de haver vários registros de documentos a respeito da forma de organização interna, acumulada em seminários e reuniões, um dos diretores da atual gestão afirmou não haver qualquer tipo de orientação sobre, nem documento construído no último período a respeito. Pelo que parece ainda há um processo de acomodação sobre novas formas funcionamento bem menos tensionadas que no período anterior, onde se casa uma relação empregatícia bem solidificada numa comunhão subjetiva na importância do CEASM, enquanto entidade pertencente à Maré. Este processo ainda não está encerrado, pois ainda se mantém alguns poucos professores do CPV, que mantêm uma concepção de socializar o CEASM em todos os seus aspectos, ainda que abatidos pelo desânimo.

4.4 O Público e o Privado

A relação entre o público privado dentro dos parâmetros atuais do capitalismo ganhou grande importância. As formas de reprodução do capital se apropriam cada vez mais do público. A origem das ONGs remete a este nó, que recaiu sobre os movimentos sociais,

273 Idem.

274 Idem.

partidos políticos de esquerda, e também sobre as políticas públicas. O CEASM carrega uma concepção sobre o público e o privado, que é parte fundamental de suas ações sociais.

Já desde o seu início, como pode ser observado no jornal O Cidadão, a indistinção entre o que é público e privado é exposta pelo CEASM. Já na edição nº 0, na página 4, em que é apresentado o projeto denominado Balcão de Direitos da Maré. Uma idéia que já havia sido implementada pela ONG Viva Rio, desde 1996, com a proposta de dispor à população espaços de reivindicações de direitos para aqueles que não têm acesso à justiça, ou mesmo informação a respeito das formas de conquistar seus direitos. Assim, O Cidadão define tal projeto:

“O Balcão de Direitos da Maré tenta combinar o serviço de assistência jurídica às *regras de convivência e valores de dignidade (grifo meu)*. O objetivo do trabalho desenvolvido é usar o Direito como instrumento de mudança e inclusão do morador na sociedade. Os técnicos oferecem apoio para que as leis , com seus direitos e deveres, sejam aplicadas e respeitadas.”²⁷⁵

O papel educador do CEASM é extremamente abrangente como se pode notar. A adequação às normas de sociabilidade capitalistas são bem expostas e indossociadas do processo de construção deste “cidadão da Maré”, tão perseguido pelo CEASM. O Balcão de Direitos da Maré é expressão da mudança aguda que se operou nas formas de organização coletiva por direitos sociais. A função do balcão é divulgar e educar a população para os códigos jurídicos, que seriam responsáveis pelas “regras de convivência e valores de dignidade”. A moralidade da lei é ensinada a partir do Balcão de Direitos da Maré, de modo que só pode ser convertido a membro da sociedade aquele que estiver a par destas regras, o que possibilitaria uma “inclusão” a esta sociedade.

275 Jornal O Cidadão Rio de Janeiro – junho de 1999 – ano I - nº 0.

A lei é mantida sobre o manto da neutralidade, bem como os liberais a defendem. A técnica do manejo da lei é apresentada como solução para a conquista da cidadania, assim, não cabe a mobilização coletiva para a conquista de direitos sociais. Na verdade a mobilização é individual, com o atendimento por pessoa, e dentro dos parâmetros da lei, que supostamente estaria depurada da perversidade do mundo. A relação em pé de igualdade entre empresas e instituições públicas humaniza as empresas, mas em contraposição atribui ao Estado uma inserção acessória meramente, e em geral de caráter ineficiente. Vemos isso na Rede de Atendimento Local (RAL) da Light na Maré, assim expressa no jornal O Cidadão,

“(...) a iniciativa nasce da parceria entre a concessionária de energia elétrica, o CEASM e as associações de moradores do bairro. A seleção de técnicos sociais-contratados entre os moradores das comunidades – ficou a cargo do CEASM. A entidade também se encarregou de treiná-los e coordenar suas ações.”²⁷⁶

A parceria público-privada é utilizada como alternativa para a melhoria dos serviços prestados. Um dos instrumentos no exercício dessa modalidade de política pública é a figura do “técnico-contratado” morador da Maré. O enraizamento do CEASM na comunidade, a sua legitimidade, enquanto ONG endógena da Maré, o credencia a exercer um papel educador sobre a população local, formando técnicos, especificamente da Maré, “habilitados”, a partir do treinamento executado pela própria entidade.

A humanização da Light e a negação da cidadania para aqueles que não se adequam as regras de consumo são marcantes no discurso do CEASM. Segundo O Cidadão, “após um ano de trabalho dos técnicos junto aos moradores, a qualidade do fornecimento de energia elétrica

276 Jornal O Cidadão, junho de 1999 – ano I – nº 0, p. 12.

melhorou; as pessoas passaram a apresentar seus problemas à empresa e se criou um vínculo forte entre a companhia e a população da Maré.”²⁷⁷

A reportagem apresenta um clima de comunhão entre moradores e empresa, sem que haja conflitos de interesses. Iniciando os trabalhos da RAL-Maré com 15 técnicos, um ano depois caiu para 5 técnicos, isso porque, posteriormente, deveria ser uma etapa de manutenção apenas, pois o processo de “educação” dos moradores tinha surtido efeito positivo no primeiro ano, mas ainda não havia se concluído todo o processo. Segundo a coordenadora do programa de Normalização de Áreas informais da Light (Pronai), Marcia Coutinho,

“A etapa de manutenção é momento de passagem. O ideal é que o morador procure a agência da Light que funciona na sede da 30ª Região Administrativa e apresente o seu problema. Mas sabemos que isso ainda não é possível. Precisamos manter por mais algum tempo, talvez um ano, os técnicos em campo. Eles são peças fundamentais para reforçar o vínculo da Light com os moradores.”²⁷⁸

O discurso da funcionária da Light é bem claro e expressa as motivações da parceria feita com o CEASM. Depois de utilizar o trabalho precarizado de moradores, em regime temporário por um ano, dez deixaram o programa. Dos cinco que restaram há a perspectiva de que tenham o mesmo caminho em um ano. Isso porque, como a maioria esmagadora dos programas, seu caráter é extremamente pontual e revela que a razão de sua existência, na verdade, era fornecer um curso intensivo de “bom consumidor” aos moradores da Maré. Isso significa reconhecer a Light como legítima monopolizadora (privada) do serviço de energia

277 O Cidadão, setembro de 1999 – ano I – Nº 3, p. 8.

278 Idem.

elétrica e submeter-se (o morador) às condições impostas pela empresa. Isso significa ensinar os moradores que devem se dirigir à 30ª Região Administrativa como bons cidadãos. Sempre regularizando suas “pendências”, entenda-se suas dívidas.

A Rede de Atendimento Local (RAL) é o espaço de educação fundamental, que educa para o consumo e para as normas da lei, como uma forma de “auxiliar entidades públicas e privadas que queiram oferecer serviços que contribuam para o exercício da cidadania”.²⁷⁹

Caso se direcionasse uma ação externa pela Light, ou mesmo pelo Estado, fosse coercitiva, ou mesmo educativa, provavelmente, teria pouco efeito se comparado a força exercida pelo apelo territorial, construído a partir da ação de técnicos “mareenses”, treinados por uma ONG mareense, para a população mareense. A mediação produzida entre comunidade e Light se torna harmoniosa, a partir da assimilação de uma educação forjada para o convencimento de que a cidadania plena se consagra pelo consumo.

A repressão, por si só, aos “gatos” historicamente não surtiu efeito, afinal, a precariedade do serviço prestado e o alto preço das tarifas sempre se mantiveram mais enfáticos para a população. Educar para o consumo consciente, o consumo cidadão. Este era o mote do CEASM, em troca do apoio financeiro recebido. Na seção “Dicas Cidadãs” assim afirma, “fazer “gato” de luz, além de ser crime, causa prejuízos aos demais moradores. Se a Light descobrir o furto de energia elétrica, o responsável recebe multa elevada. As ligações clandestinas colocam em risco o funcionamento dos eletrodomésticos da casa”²⁸⁰

279 Jornal O Cidadão, junho de 1999 – ano 1 - nº 0, p 2.

280 O Cidadão, setembro de 1999 – ano I – Nº 3, p. 8.

Expressando os limites da lei, os prejuízos materiais, o discurso do CEASM entranha uma moralidade liberal, que coagia, mas também convencia para os valores éticos do individualismo. Não há qualquer questionamento sobre os serviços prestados pela Light. Todos os dilemas relacionados à prestação de energia recaem sobre os ombros do consumidor, que deveria se adequar à institucionalidade do consumo precarizado, e mais que isso, ser uma sentinela na comunidade contra os possíveis infratores que possuem conduta anti-ética por fazerem “gatos”.

O lucro da Light se mistura sutilmente à beneficência numa indistinção fundamental para acimentar as bases de um consenso favorável a esta concepção privada do público. Isso fica bem expresso no seguinte trecho, “com o trabalho da RAL, a Light vem conseguindo recuperar as perdas financeiras no bairro. Um dos esforços dos técnicos é o de fazer com que o morador economize energia. A tarifa social que garante o pagamento de um valor menor nas contas, só vale para quem consome até 140 Kw.”²⁸¹

A economia de energia é apresentada como uma possibilidade de conquista da tarifa social, uma vitória do morador, que seria possível de ser paga já que é mais baixa. A formalização da precariedade é encoberta por um manto de moralidade liberal, em que educa o morador da Maré a economizar porque é pobre, e se acostumar a conviver de forma civilizada a esta condição de privação. Em nenhum momento se questiona a legitimidade da tarifa, ou mesmo se a quantidade de energia elétrica é suficiente para as famílias da Maré, aliás, pouco provável, já que muitas famílias são numerosas. Os requisitos para quitar as dívidas são bem definidos: “deve ter baixa renda e o medidor de sua casa ser monofásico”²⁸² A classificação de

281 Idem.

282 O Cidadão, setembro de 1999 – ano I – Nº 3, p. 8.

baixa renda é curiosa, se considerado o local abordado, afinal, não se necessita de estudos muito apurados para se constatar que a Maré é, notoriamente, um local de pessoas de baixa renda. Delimitar a miséria com requintes de detalhes, mas com critérios obscuros é parte desta engenharia administrativa, que ao mesmo tempo em que forja uma faixa de miseráveis atingidos por medidas paliativas focalizadas, como a tarifa social, que passam a ficar muito agradecidos à LIGHT, educa outros a uma busca incessante para se enquadrar nesta categoria. Tal tendência de formalização para o consumo dos pobres é uma tática financeira muito eficiente, que vem se espalhando nos últimos anos nas favelas, devido á expansão que tiveram. Tal nicho se tornou um espaço de geração de lucro eficiente, que cada vez mais exige refinadas táticas de convencimento. Assim, o batismo de cidadania é oferecido com muitos sorrisos pelos seus próprios moradores, que promovidos a “técnicos-habilitados” saem todos dias com a tarefa de executar uma espécie de catequese para o consumo.

O caráter público do serviço de energia é expresso dentro do particularismo do consumo, a reafirmação da propriedade privada como dogma. Negar este dogma seria se afastar da conquista de cidadania. Irônico, pois Jailson em várias entrevistas se apresenta enquanto crítico da sociedade do consumo, no entanto, o CEASM cumpre papel fundamental para o aumento consumo, adequado aos padrões de reprodução ampliada do capital.

Dentro destes parâmetros de mobilização a aquisição de direitos sociais é inviabilizada. O universalismo do direito de ter acesso a energia elétrica é negado, na medida em que o particularismo é reafirmado pela restrição de estar condicionado à capacidade de pagar pelo consumo. Neste processo se educa para o conformismo dentro da precariedade cotidiana do morador da Maré. Relação angustiante que circula entre o desejo pelo consumo desenfreado, incentivado cotidianamente pela publicidade, e a aceitação que este consumo só deve avançar dentro de parâmetros estabelecidos pelas empresas privadas, ou seja, de modo a onerar seus balancetes financeiros.

A precariedade do fornecimento de energia elétrica e o alto valor a ser pago permanecem incólumes. Isto resulta em duas condições essenciais para o capital: primeiro a possibilidade de ampliação dos lucros com o aumento de consumidores; segundo, o convencimento é exercido de tal forma que não se colocam possibilidades de perda aos empresários, já que não há mobilização dos trabalhadores em torno de seus direitos sociais. Isso é intensificado pelo fato de os fiscais a serem utilizados para convencer os moradores serem os próprios moradores. A territorialidade se afirma como elemento potencializador do caráter privado na favela, em detrimento das políticas públicas universalistas, antes tidas como direitos sociais.

A idéia de retirar o direito social, tido como oneroso ao Estado é reafirmada também em relação à educação. Jailson explicita isso em entrevista: “Não acredito em ensino gratuito, porque alguém sempre está pagando por ele. Mas acho que o pagamento pode ser feito com trabalho em instituições públicas ou comunitárias”.²⁸³

Como o direito social se converte em expectativa de consumo, nada mais coerente, dentro deste raciocínio, que o pagamento por aquilo que é oferecido pelo Estado. Jailson apenas atualiza a discussão neoliberal, que na década de 1990 esboçou uma tentativa de cobrança de mensalidades nas universidades públicas, para um regime de corvéia real *sui generis*.

A seção “dicas cidadãos” do jornal O Cidadão apresenta algumas informações importantes para os moradores da Maré relacionadas a serviços hospitalares, direito do consumidor e sobre limpeza urbana. A cidadania é apresentada mais uma vez no campo do serviço específico individual. Os direitos sociais são expressos como numa otimização administrativa, em que a disseminação de informações é o elemento central para a cidadania do morador da Maré. “O Hospital Geral de Bonsucesso dispõe de um serviço que facilita a vida do morador.

283 Jornal do Brasil - Caderno B (09/09/03)

Qualquer pessoa pode marcar consultas médicas por telefone. Isso evita perder tempo em filas e agiliza o atendimento. Basta ligar (...)”²⁸⁴

O sucateamento do Hospital Geral de Bonsucesso tanto em condições físicas, quanto pela violência cotidiana não é tocada na seção. O que é ressaltado é que há um serviço que agiliza o seu acesso ao hospital, mesmo que seja para se deparar com uma imensa fila, ausência de médicos e condições sub-humanas de atendimento. As informações são válidas enquanto orientação, já que a população pouco tem acesso aos seus direitos, o que se ressalta aqui é a restrição à condição individual, privada, na aquisição de direitos, que podem ser adquiridos a partir do Estado ou empresas de forma indistinta. Institui-se um conformismo para a precariedade das políticas públicas. A teoria do capital social é aplicada de forma sutil a partir do periódico do CEASM, em que se educa para a aceitação das condições sub-humanas do serviço público-privado dos hospitais do Estado, de forma a subsumir os dilemas cotidianos à lógica individualista.

Por outro lado, a singularidade do CEASM construída a partir de suas relações com os movimentos sociais e o PT confere alguns traços políticos que mantém relação com o universalismo, no que tange as políticas públicas. Sobre a questão da legalização dos terrenos na Maré, se resgata algumas mobilizações coletivas e se questiona o caráter mercadológico da terra nas palavras do então vereador do PT, Adilson Pires:

“O PT tem trabalhado no sentido de democratizar o acesso ao solo. Na sociedade em que vivemos, a casa é tratada como mercadoria, e não como direito do trabalhador. É isso que queremos mudar. Na questão da titulação de áreas como o bairro Maré, que existem enquanto posses é evidente que tem faltado aos últimos governantes vontade política para enfrentar o problema. No nosso mandato, tentamos contribuir para que os moradores se organizem e pressionem as autoridades. O ideal é que as comunidades se mobilizem, consigam reunir informações sobre a situação da propriedade e batalhem pelo seu objetivo, que é ter as escrituras das áreas onde vivem os moradores (...)”²⁸⁵

284 O Cidadão – agosto de 1999 – ano I - N° 1, p. 3.

285 O Cidadão – agosto de 1999 – ano I - N° 1, P. 7.

O caráter classista da mobilização do morador da Maré é resgatado como alternativa política de mobilização pelo vereador. Chega a questionar, inclusive, o caráter mercantil da terra, em que reafirma a necessidade do seu reconhecimento como direito social. Tal trecho mostra a tensão entre formas distintas de ação sobre a questão do que é público e do que deve ser reconhecido como direito social.

O vereador Adilson Pires nos primeiros anos do CEASM teve grande destaque, apresentando uma visão ainda ligada às lutas sociais. Na seção “Opinião”, o vereador apresenta o Orçamento Participativo como solução para uma melhor relação com o público, mantendo um controle coletivo do orçamento público, assim dito por Pires,

“O meu partido – o PT – acredita que a melhor forma de se definir como utilizar o dinheiro público é através da participação dos principais interessados, os cidadãos. Diante disto, a principal característica das cidades que governamos é a existência do Orçamento Participativo. Diante disso, caso o PT estivesse na prefeitura, os moradores da Maré seriam convidados a se reunirem em assembléias e aprovariam sugestões sobre as quais as obras prioritárias que deveriam se realizadas na comunidade: escola, esgoto, vila olímpica, posto de saúde ou centro cultural? As sugestões seriam encaminhadas, por moradores eleitos nesses encontros, para outros fóruns, que reuniriam moradores de outras comunidades. Aprovadas estas sugestões, a Prefeitura prepararia o Orçamento da cidade. Ele seria, então, enviado para a Câmara Municipal, instância formal de aprovação.”²⁸⁶

Interessante observar que a noção de Adilson Pires sobre socialização das decisões políticas ainda se mantém no campo da formalidade. O caráter do Orçamento Participativo é meramente consultivo e tem um peso simbólico, já que as decisões ainda seriam garantidas pela Câmara Municipal, “instância formal de aprovação”. No entanto, apresenta uma noção de cidadania não limitada à ONG, em caráter setorizado, mas tributária de formas de organização coletiva que almejam algum grau de pressão sobre o Estado, não sendo uma relação

286 O Cidadão, setembro de 1999 – ano I – Nº 2, p. 3.

meramente de colaboração, mas de disputa política de fundo. “(...) acreditamos que a verdadeira democracia, em nossa cidade, só vai existir de fato quando você tiver direito de decidir como o dinheiro público, que também é seu, vai ser utilizado – e como a comunidade vai ser beneficiada. Isso se chama Cidadania.²⁸⁷”

A concepção de público é expressa como necessidade universalista, calcada em algum grau de controle coletivo da verba do Estado. É importante ressaltar que o PT trazia algumas contradições dentro de suas fileiras, em que se atritavam concepções marxistas, reformistas, liberais radicais e até as mais conservadoras, de corte neoliberal. Aliás, desde o início da década de 1990, o Orçamento Participativo, já havia se tornado uma formalidade de pouco ou nenhum impacto na gestão do público. Além disso, neste período, a concepção privatista e expressava de forma pioneira na prefeitura petista de Ribeirão Preto, por exemplo. Adilson Pires expressa um resquício de democracia liberal participativa, que em muito se diferencia do discurso social-liberal das ONGs tradicionais, que veio da concepção socialista (em contraposição a experiência soviética), ligada a gestão participativa do público construída no início do PT. Contudo, esta noção de participação direta na administração pública, dentro do legado socialista democrático, se engessou no processo de transformismo do PT, ao longo da década de 1990, o reacomodando como partido da ordem. O que levou a formalização do conceito de democracia em suas fileiras, restringindo-o dentro dos limites do liberalismo clássico. Apesar disso, é inegável que o discurso do CEASM, quando dá voz a Adilson Pires, não pode ser enquadrado meramente como social-liberal, mas sim como síntese contraditória deste processo de institucionalização dos movimentos sociais e do PT, dentro do bojo de ascensão das ONGs. A presença destes traços mais universalistas no discurso é residual, se

287 O Cidadão, setembro de 1999 – ano I – Nº 2, p. 3.

considerado a totalidade de entrevistas dos dirigentes e os artigos do jornal O Cidadão, mas é fundamental para se compreender as peculiaridades e tensões no seu desenvolvimento.

A Vila Olímpica da Maré após longos 4 anos de construção é comemorada pelo CEASM como uma alternativa de lazer e ascensão social para os moradores. Assim O Cidadão afirma,

“Mas não só lazer e esporte integram a realidade da vila olímpica. Há a perspectiva de geração de empregos para os moradores, já que deverão ser firmados convênios com empresas terceirizadas que atuarão no local. A idéia é aproveitar a mão-de-obra disponível na Maré.”²⁸⁸

As terceirizações e o sub-emprego são alternativas apresentadas como solução para o desemprego na Maré. Esta perspectiva de exploração empresarial sobre a Maré é uma constante nos materiais do CEASM, já que a chegada de empresas à região seria uma demonstração da cidadania conquistada ou reafirmada.

A cultura é uma área muito cobiçada por empresas numa favela com as proporções da Maré. O Cidadão apresenta com grande otimismo a chegada da Lona Cultural e outros eventos de corte mais esporádico. Um exemplo emblemático é o cinema, assim exposto pelo periódico,

“Outra novidade é o Cine-Favela, uma iniciativa do setor privado, que planeja construir três salas de exibição com capacidade para 200 pessoas junto com uma praça de alimentação em terreno cedido pela Prefeitura. Os ingressos custarão menos do que nos cinemas fora da comunidade. Na parte da manhã, as salas serão utilizadas para cursos de cinema, fotografia e vídeo.”²⁸⁹

288 O Cidadão, setembro de 1999 – ano I – Nº 2, p. 11.

289 O Cidadão, setembro de 1999 – ano I – Nº 3, p. 7.

Este caso sintetiza bem um padrão de ação social defendido pelo CEASM. O setor privado se apropriando do público, no caso, com a concessão do terreno e provavelmente incentivos fiscais, tendo como perspectiva a exploração de um mercado cada vez mais explorado: a favela. O consumo é habilitado aos pobres a partir de ações específicas de baixo custo, com a blindagem do Estado sobre os possíveis riscos de prejuízo, se abrindo um vasto mercado ligado à área de serviços. A aquisição de formas de reprodução do capital mais complexas na favela são adquiridas como conquistas sociais, em que a cultura e os empregos estariam sendo ampliados ao acesso de todos os moradores da Maré. O depoimento de um morador expressa esse sentimento, “vai ser muito legal ter cinema aqui. Quando a gente quer assistir a um filme, tem que ir ao Ilha Plaza ou no Nova América. Tem que gastar dinheiro com passagem, ir pra longe. Com isso, a gente acaba desistindo (...)”²⁹⁰

A relação público-privado é expressa como alternativa viável garantidora da socialização de bens culturais, que o Estado seria incapaz de garantir. O irônico é que é o Estado o principal investidor, já que o setor privado se compromete apenas com a exploração comercial do espaço.

Esta relação entre o público e o privado, tão presente na hegemonia social-liberal, recai sobre o CEASM, tendo grande presença no seu discurso e em suas ações. Produzir o consenso em torno desses valores é consequência das ações do CEASM, em que tem destaque uma cidadania imbuída de alguns elementos centrais: individualismo, consumo, adequação à lei como dogma e conformismo. Estes elementos se amalgamam de forma a humanizar as empresas, colocar o Estado como mero colaborador e ineficiente, os indivíduos como detentores dos desvios morais que não estão condizentes com um consumo cidadão. Isto acarreta uma concepção de mobilização social extremamente fragmentada. Todos os

290 O Cidadão, setembro de 1999 – ano I – Nº 3, p. 7.

problemas são passíveis de serem resolvidos mediante o discurso. O morador precisa estar a par de seus direitos, isso seria a construção de cidadania.

Por outro lado, como foi apresentado, há tensões nesse discurso hegemônico, encontrados no discurso do então vereador Adilson Pires, que apresenta o universalismo das lutas sociais como parte importante das conquistas sociais. Mesmo dentro de parâmetros de democracia ainda formais, expresso na defesa do Orçamento Participativo, há uma concepção de classe ainda presente. Este traço é clarificador das influências que o CEASM trazia, já que entre os seus participantes muitos ainda se mantinham ligados ao PT.

Mesmo Jailson, em vários depoimentos, tendo negado o conceito de “inclusão” enfaticamente, é demonstrado pelos artigos do Jornal O Cidadão que há a presença constante da idéia de inclusão social, um termo clássico entre as ONGs mais tradicionais. Esta síntese complexa revela o quanto o CEASM possuía tensões internas e um discurso que não se limitava às suas principais lideranças, ainda que estas tivessem a direção mais constante das decisões da entidade.

4.5 O Engajamento Político

O CEASM promove ações educacionais, que em muito se relacionam a um engajamento político. Como já apresentado, seus projetos sociais de caráter focalizado, mesclam-se a um discurso militante de esquerda, ligado aos movimentos sociais e inicialmente ao PT. Têm-se aí dois tipos básicos de engajamento político: o voluntário e o militante. É complicado discernir tais categorias, já que ambas se definem enquanto uma dedicação pessoal em prol da coletividade a partir de determinada visão de mundo. No entanto, buscarei delimitar em linhas gerais estas duas categorias, ainda que estas se relacionem profundamente, o que no caso do

CEASM toma proporções gigantescas, já que uma de suas características marcantes é a fusão de formas distintas de mobilização coletiva.

O voluntariado é um termo bem recorrente no discurso das ONGs tradicionais, forjadas no calor do neoliberalismo, desde o início da década de 1990. Antes de se debruçar sobre a definição que se forjou dentro dessa corrente político-ideológica, cabe antes apreender a polissemia do termo até desdobrar-se o significado mais atual, objeto desta pesquisa. Segundo o dicionário Michaelis, dentre as várias definições as que mais se relacionam ao objetivo da pesquisa são as seguintes,

“Que se faz ou deixa de fazer, sem coação nem imposição de ninguém; que está em nosso poder ou que depende do nosso livre-arbítrio fazer ou deixar de fazer. **2** Feito espontaneamente, por vontade própria, sem constrangimento ou obrigação. **3** Feito ou praticado sem reflexão; instintivo, irrefletido.”²⁹¹

As possibilidades de significados são interessantes se considerados o significado mais popular disseminado amplamente pelas ONGs nos seus projetos sociais. Primeiramente a idéia de se fazer algo sem que haja coação é parte das definições do voluntariado neoliberal, em que se reforça a liberdade de ajudar ao próximo sem amarras burocráticas, como exercício pleno da cidadania. O terceiro ponto da explicação ressalta o caráter não refletido da ação despendida, o que leva a uma ponderação sobre o caráter imediato das ações em que a reflexão é desnecessária, já que a mudança da realidade, dentro do discurso neoliberal, se daria no campo de uma solidariedade genérica. A reflexão é desnecessária se a ação é parte de um processo de reificação da ordem. Essas linhas gerais desudam alguns preceitos básicos desenvolvidos pelas ONGs.

O voluntariado, como expressão de articulação de ações coletivas, se notabilizou no discurso neoliberal como uma dedicação individual a uma causa “concreta”. Como o projeto

291 Ver Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa.

de sociedade global é abandonado, as ações imediatas de ajuda focalizada são alçadas a condição de abnegação individual em favor da coletividade. Paulo Bento em entrevista para O Cidadão define bem esta condição quando descreve a sua participação no CEASM:

“é um projeto educacional interessante e que visa a melhoria da comunidade da Maré. Além disso, foi a oportunidade de participar de um grupo formado por pessoas inteligentes e preocupadas em buscar formas para desenvolver a Maré em todos os aspectos.”²⁹²

No contexto de retirada de direitos sociais, principalmente trabalhistas, esta noção se encarrega de integrar a subjetividade humana aos imperativos da reprodução ampliada do capital formando um consenso, que reifica a lógica de exploração capitalista. Além disso, fornece novos espaços para a exploração da força de trabalho, uma dedicação voluntária à auto-exploração e a exploração de seus pares, a classe trabalhadora. A crise do Welfare State é acalentada por formas de exploração da força de trabalho cada vez mais refinadas, em que a dedicação ao capital realizada a partir do convencimento se complexifica, se tornando parte fundamental para uma reacomodação do capitalismo internacional.

A “flexibilização” das relações trabalhistas tornou o voluntariado um primo próximo do sub-emprego, em que muitos jovens se engajam como forma de adquirir experiência para um emprego de fato. Mas o fundamental é que há uma abnegação pessoal em favor de valores como o da solidariedade, seja ajudando crianças abandonadas, animais doentes, feridos de guerra etc. O trabalho é ideologicamente esvaziado de seu caráter de exploração capitalista e reabilitado como humanitarismo. Milhões de pessoas se mobilizam dentro destes parâmetros de ativismo coletivo, em que a militância dita política é reconhecida pela ampla maioria como digressão sobre o impossível (um projeto socialista). Esta realidade se constrói sobre os escombros do colapso dos países socialistas do Leste Europeu, a conversão da China em

292 O Cidadão, Rio de Janeiro – fevereiro/março – ano II – número 5.

capitalismo monopartidário e Cuba um arquétipo burocrático da revolução que construiu. O desânimo sobre as formas de mobilização coletiva tradicionais como movimentos sociais e partidos políticos dá lugar a uma “onguização” do ativismo político. Em entrevista ao Observatório de Favelas, Jailson endossa o descrédito em relação às organizações classistas,

“Com o esvaziamento do movimento estudantil, comunitário, operário e católico que marcaram as décadas anteriores, restou pouco espaço para a formação de militantes apartidários. O coordenador do Observatório Jailson Souza, vê esperança de formar quadros militantes na série de pré-vestibulares comunitários que se espalham por aí. Uma militância pelo exercício efetivo da cidadania. “Os pré-vestibulares podem despontar nesse sentido. Para isso, eles não podem apenas formar candidatos para as vagas nas universidades e deixar a comunidade. É preciso envolver todos eles”, ressalta.”²⁹³

O voluntário estaria, supostamente, livre das contradições dos que participam de partidos e movimentos sociais, na maioria das vezes se reconhecendo como mobilização não política, mas sim imediata às dificuldades sociais.

O engajamento político também passa por uma dedicação acadêmica, expressão do trabalho, mas com cores de voluntariado, já que se alicerça na mobilização coletiva para a melhoria da vida das pessoas. Esta modalidade de engajamento é bem exercida a partir da figura de Jailson, desenvolvedor de inúmeros projetos ligados à favela. Segundo Jailson,

“O Nosso objetivo é desenvolver um conjunto de pesquisa, com diagnóstico sobre a realidade local, verificando quais são as práticas e estratégias de vivência e desenvolver um conjunto de ações abrangentes, em geral, no campo da educação, da cultura e da geração de renda.”²⁹⁴

O resgate de uma aparente universalidade é realizado de acordo com o particularismo, que focaliza suas críticas há alguns elementos autoritários e segregadores, sem tocar nas

293 http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=1256

294 Entrevista Anamatra.

determinações de classe. O engajamento político é por uma nova relação social, ainda que dentro da mesma sociedade, o capitalismo. Assim Jailson afirma,

“O desafio, além de ejetar recursos, é produzir uma nova rede. É isso que tentamos fazer no CEASM uma rede que articule formação, intervenção e onde as pessoas sintam que estão ampliando sua identidade, seu sentimento de “pertencimento”.”²⁹⁵

A opressão simbólica é o alvo de Jailson. O plano tático e estratégico da mobilização da política se fundamentam na capacidade de humanizar o capitalismo. Estas características garantem ao projeto político institucional um caráter reificador. O tom da crítica adquire em certos momentos similaridade com o discurso da militância de esquerda, no entanto, ainda com os pressupostos centrais da reificação. A crítica à criminalização da pobreza, por exemplo, se aproxima de algumas reivindicações mais militantes,

“(…) quando a Sasha, filha da Xuxa, faz aulas de dança, é para desenvolver seus dons artísticos. Na favela, não. Existe uma ONG chamada “Dançando para não dançar”, que oferece aulas de dança para crianças da favelas. Esse nome subentende que, se a criança não dançar, a outra opção é virar traficante, marginal, prostituta. E todos nós sabemos que não é bem assim. Então é preciso lutar contra isso.”²⁹⁶

A aproximação desmorona quando Jailson explica de forma bem clara a solução deste problema social,

“Se cada um de vocês começar a respeitar o outro, já é um bom começo. Vocês respeitam seu colega negro? Respeitam seu colega deficiente físico? Respeitam o seu colega favelado? (..) Não é porque alguém é professor, ou é mais velho, que não precisa respeitar os mais jovens, e vice-versa. Respeito não tem nada a ver com hierarquia.”²⁹⁷

295 Idem.

296 <http://oglobo.globo.com/projetos/cidadao2005/168845896.asp>

É curioso, mas o fato é que se reconhece as diferentes opressões, mas se nega que a produção do respeito esteja ligado a uma hierarquia. A individualização da ação para um bem coletivo é o cerne dessa concepção. A compreensão é que a sociedade é uma soma de indivíduos e o papel é o “faça você mesmo”, pois na verdade não existe hierarquia. O detalhamento teórico formulado por Jailson nos seus diversos trabalhos acadêmicos sobre o tema revela um engajamento político no qual ocorre uma reflexão que consubstancia a idéia de voluntariado. A classe média culpada, que se engajava em ações de corte voluntário, a solidariedade cidadã, recebe o favelado, que também se auto-flagela pela culpa de não se adequar às regras de sociabilidade do capital. O favelado passa a ser peça importante neste jogo. Recai sobre o favelado a culpa por burlar a propriedade privada, por cair na criminalidade, por sujar as ruas, fazer “gatos”. Os males do mundo têm endereço: a favela. Já os salvadores não são mais agentes engravatados de ONGs estrangeiras, ou tecnocratas do Estado. Os depositários da esperança de mudança são as empresas, tendo os favelados, agora convertidos a cidadãos, como colaboradores submissos do empresariado.

O militante, por outro lado, é a expressão de um tipo de mobilização coletiva mais ligada a um convencimento político de fundo, em que a dedicação é referenciada a um projeto político de fundo. Segundo o Michaelis, “**1.** Que milita. **2** Que está em exercício. **3** Que pertence à milícia de Jesus Cristo. **4** Agressivamente ativo por uma causa: Comunista militante.”²⁹⁸

Os dois referenciais de ideológicos apontados são Jesus e o comunismo, este último como exemplificação de ativismo agressivo. Ou seja, o militante é associado à religião e ao comunismo, campos político-ideológicos em que há uma ação constante lastreada em

297 Idem.

298 Ver Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa.

pressupostos teóricos e/ou místicos (no caso da religião). Esta conotação é amplamente construída no discurso do senso comum.

Tendo, ainda que superficialmente, demarcado as duas categorias que serão trabalhadas, é possível compreender as tensões internas do CEASM, no que se refere à vida de sua organização. Ainda há a relação de trabalho dentro dos quadros do CEASM, o que garante mais complexidade ao seu funcionamento, sendo esta a mais periférica, já que o foco é justamente compreender as formas de engajamento político que se dão na entidade.

A existência de militantes de origem de esquerda, ligados aos movimentos sociais e ao PT, vai coexistir com grande número de voluntários em projetos sociais, que se embaralham, se mesclando e em alguns casos abandonando ambos para se reconhecer meramente como um empregado da CEASM.

Pelo histórico traçado sobre o CEASM fica claro que sua atuação não é dentro dos parâmetros de um movimento social. O discurso de dirigentes, os textos oficiais e os artigos contidos no jornal O Cidadão, mostram o quanto a entidade era de fato uma ONG. Desde o seu início, a apresentação e auto-definição do CEASM, o seu discurso institucional, eram, em geral, demarcados dentro de algumas características centrais de ONGs tradicionais como: ações focalizadas e a defesa do público-privado. São estas as características que vão atrair as atenções de jornais ligados ao empresariado como Veja, O Globo, canal Futura, entre outras empresas. A notoriedade pública do CEASM é construída, principalmente a partir da figura do Jailson, como uma entidade ligada aos preceitos do social-liberalismo.

A existência de professores militantes de esquerda garantiu, informalmente, alguns traços diferenciados, em que o engajamento político se dava nos movimentos sociais e partidos de esquerda. Institucionalmente o discurso do CEASM era social-liberal, ainda que com

contradições como já apresentado, mas no cotidiano das atividades desenvolvidas na Maré, principalmente as ligadas ao CPV, as reflexões e ações eram de corte militante.

A organização dos moradores da Maré em torno de questões políticas locais também é uma marca atípica do CEASM, se comparado a outras ONGs. Mesmo atuando em defesa de ações particularistas e corporativas, em alguns momentos, o CEASM participou de algumas mobilizações populares locais importantes, em que o caráter de pressão sobre o Estado foi exercido. Alguns atos contra a violência, por exemplo, tiveram ampla participação de militantes ligados ao CEASM, tendo, inclusive, sido utilizado o espaço da entidade para reuniões. Apesar disso, a relação se dava no campo da informalidade, sem qualquer ligação institucional aos atos. O curso de formação política, construído por movimentos sociais e a UERJ, no ano de 2007 teve a participação de integrantes do CEASM. A relação com o MST também se deu em alguns momentos como na ida ao curso de formação política para movimentos sociais da Escola Florestan Fernandes. Estas relações totalmente fora do esquadro social-liberal mostram o quanto havia porosidades nas relações institucionais que permitiam uma relação ainda que minoritária com espaços militantes da esquerda.

No momento em que os conflitos de rumos para o CEASM se estabeleceram e grupos se formaram em torno de algumas concepções foi realizado o Seminário de Coordenadores. O documento apresenta uma noção de participação coletiva que lembra algumas características dos movimentos sociais: “participação efetiva em todos os processos decisórios da sociedade, que exige: autonomia e independência dos atores sociais, acesso a um bom nível de informação, formação política e responsabilidade, não apenas a votação”.²⁹⁹

299 Texto apresentado no Encontro de coordenadores de projetos do CEASM, realizado em 2003.

A relação com o PT também mostra que o CEASM tinha um projeto de sociedade dentro do que o setor mais moderado de PT defendia. O então vereador do Rio de Janeiro é uma referência assim citada nos períodos iniciais do CEASM pelo Jailson:

“O vereador Adilson Pires apresentou na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, um projeto de lei que cria a Lei de Responsabilidade Social. Com o risco de ficar inelegível, o prefeito terá que fazer um diagnóstico, um plano de metas nas áreas sociais e terá que prestar contas com auditoria externa das ações desenvolvidas durante aquele ano. A idéia é que a lei permita criar constrangimentos para esse tipo de política em que o detentor do mandato acha que é dono do dinheiro público e pode fazer o que quiser.”³⁰⁰

A definição do projeto político do CEASM passeia dentro do transformismo do PT, um projeto social liberal calcado na relação com lideranças locais forjadas nos movimentos sociais. Ou seja, o discurso popular de auto-estima do favelado é acrescido do receituário mais tradicional das ONGs. Esta singularidade exprime o sucesso de uma via política institucionalizada que teria dado corpo ao crescimento do PT. O desgaste do projeto neoliberal clássico forjou este novo consenso baseado na articulação ativa dos membros das favelas para uma educação para o conformismo.

O remocionismo, o direito das mulheres e a violência policial são os fatores mais apontados pelo CEASM como alvo de resistência. Estas formas de luta, no entanto, são minoritárias se consideradas a amplitude do discurso encontrado em reportagens de seu jornal. Os elementos de mobilização política predominante residem no voluntariado, tensionado pelas relações de trabalho, ou seja, aqueles que se engajam no CEASM, têm no seu trabalho cotidiano junto à entidade uma ação remunerada, que em muito mobiliza seus participantes. A gratidão perante o CEASM, entre os seus ex-alunos, forja novos empregados que retornam como quadros dedicados numa relação empregatícia, mas que na maioria dos casos proporcionam uma dedicação à entidade em um patamar superior ao exigido pelas tarefas

300 http://ww1.anamatra.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=19889&btImprimir=SIM

cotidianas. Ocorre uma colaboração a mais que é fundamental para a sustentação da entidade. Um avanço da subsunção real do capital nas relações de trabalho. Além disso, o voluntariado puro é uma constante para aqueles que ainda não possuem uma qualificação profissional necessária exigida pelo mercado de trabalho. Como é o caso dos recém ingressos na universidade que retornam à entidade para serem monitores das aulas de reforço do CPV, chegando a ser 20% dos integrantes do CEASM.

4.6 Tensões entre a Formação de Quadros Intelectuais para os Movimentos Sociais e para o Capital

Na perspectiva das redes sócio-pedagógicas, a produção de “multiplicadores” é um elemento de grande importância. Segundo publicação da ONG Care em parceria com o CEASM,

“(...) ex-alunos que tentam multiplicar os resultados do CEASM em outras comunidades, como ocorreu na Vila dos Pinheiros e em Ramos onde ex-alunos que conseguiram entrar para a universidade pública montaram, com ajuda de voluntários, turmas de Pré-Vestibular Comunitário. Também se soma a estes resultados o aumento da circulação de informações de caráter educativo e sobre direitos de cidadania que jovens acessam tanto no dia-a-dia no CEASM quanto ao ingressarem na universidade. Em suas redes locais de familiares e amigos disseminam informações sobre o sistema de cotas, sobre cursos e serviços gratuitos abertos ao público oferecidos pelas universidades e por órgãos governamentais e não governamentais, além de informações que tratam dos direitos de cidadania e como acionar serviços de defesa e garantia de direitos como conselheiros tutelares, juizados especiais e defensoria pública.”³⁰¹

É apresentado nesta definição um efeito multiplicador atribuído aos alunos que se dá em duas vias: *1) o engajamento do jovem que frequentou o CEASM em ações sociais de outras favelas; 2) a disseminação de informações negadas aos favelados, dentro da lógica de “rede”, em que o meio de difusão é a informalidade do cotidiano.* Estas duas consequências

301 Juventude e Educação a Caminho dos Sonhos: a experiência do pré-vestibular comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM, p. 22.

são muito bem sistematizadas teoricamente, tendo grande destaque nas ações do CEASM. A formação de “multiplicadores” dotados de qualificação acadêmica e dos ensinamentos práticos nas ações desenvolvidas pela entidade é compreendida como um processo de formação de “quadros” ou “lideranças”. A formação de quadros intelectuais é explicitada pelo CEASM nos seguintes termos:

“O pré-vestibular comunitário do CEASM, diferente de outros cursos preparatórios não surge como uma mera proposta de inserção de jovens pobres na universidade. Sua origem está fundamentada em um conjunto de reflexões produzidas por lideranças locais formadas pela militância na igreja e nos movimentos de bairros e político-partidário que sentiam necessidade de uma intervenção local de caráter formador que atingisse o bairro da Maré como um todo. A expectativa era **estimular o surgimento de novas lideranças na comunidade** (grifo meu) influenciando concepções e visões, ampliando horizontes culturais e, principalmente, ressignificando o espaço da favela, estigmatizado, em geral, como local violento e sem cultura.”³⁰²

Mais do que apresentar projetos sociais episódicos, o CEASM se compromete com a formação de lideranças locais forjadas a partir da relação entre a entidade e o meio universitário. Interessa-nos discutir nesta seção duas questões básicas: *1) como se dá esta formação de quadros locais e 2) as motivações para esta dedicação institucional tão intensa na formação de lideranças intelectuais.*

Quando me dediquei às entrevistas e ao levantamento de depoimentos impressos dos alunos e ex-alunos, constatei que a característica que de alguma forma ligava todas estas pessoas era o fato de serem extremamente gratas ao CEASM. Esta gratidão engendra uma relação subjetiva com a entidade, de fato marcante. Amizades, casamentos, ações de colaboradores, os “amigos do CEASM”, todos estes grupos sociais e relacionamentos forjados se alimentam de uma coesão cultural construída ao longo da experiência nos espaços educacionais da ONG. Tornam-se membros de fato de uma “rede” social centralizada pelo CEASM.

302 Juventude e Educação a Caminho do Sonho: a experiência do pré-vestibular comunitário do Centro de Estudos e Solidariedade da Maré – CEASM, p, 42.

A força coesionadora do CEASM jaz na sua capacidade de sintetizar nas suas formulações teóricas e ações sociais uma identidade coletiva: a cidadania “mareense”. Esta identidade se concretiza na resistência contra a opressão contra os pobres, os residentes na favela. A criminalização dos pobres, o extremo do preconceito e da exploração de classe, é uma prática cotidiana do aparato repressivo a que os moradores da Maré estão sujeitos. Ao positivar o fato de ser da comunidade da Maré, o CEASM contribui com a edificação de uma identidade cultural que coesiona os moradores mais instruídos da favela. Este sentimento de pertencimento a uma coletividade, territorializada na Maré, a partir de características culturais específicas, age como uma força de atração de novas pessoas engajadas na organização do CEASM.

Em entrevista uma funcionária assim descreve a sua relação com o CEASM,

“Eu só estudava. Entrei lá muito cedo com 19, 18 anos. Entrei nos cursos do CEASM quando estava terminando o segundo grau. Quando eu fiz 20 anos comecei a trabalhar lá mesmo. (...) tinha afinidade com o projeto, não queria sair de lá como aluna. Aí eu entrei como secretária de projeto do projeto Trabalho Comunicação e Arte, antiga RETEM, fiquei só 6 meses como secretária desse projeto, que foi até uma assistente social que me filiou lá e depois passei para a parte financeira.”³⁰³

Esta referência construída entre funcionários administrativos, professores, coordenadores e alunos mantém uma coesão que faz com que muitos, mesmo após conseguirem um emprego ou ingressar na universidade, retornam à entidade dispostos a retribuir a uma causa coletiva desenvolvida pelo CEASM. Ocorre um permanente reoxigenamento dos seus quadros com pessoas novas e dedicadas que estabelecem com a organização um nível de relação não meramente empregatícia. Mais à frente discutirei as motivações e consequências desta tendência de atração de pessoas para uma mobilização coletiva de corte político, alicerçada em parâmetros empresariais, ou, em alguns casos, militantes anti-sistêmicos, de acordo com as disputas político-ideológicas no interior da entidade. O que vale ressaltar agora é como um

303 Entrevista com Z.

projeto social, que desperta o interesse de jovens pela universidade, consegue produzir quadros intelectuais que seguirão atuando na organização. Boa parte dos funcionários e voluntários, aliás, foram estudantes do CEASM.

Ao longo da história do CEASM, o tipo de retorno oferecido à entidade foi mudando de acordo com as mudanças no projeto político hegemônico. No momento inicial do CEASM, em que os militantes de esquerda tinham grande participação em sua organização interna, a retroalimentação se dava na perspectiva de que o CEASM era uma ONG *diferente*. “Mas o que me encantou na verdade era um grupo de pessoas. Cara, não tenho dúvida nenhuma, foi o melhor grupo que eu já trabalhei de pessoas e militantes. Realmente tinha alguma coisa em comum. Quase todos vindo do PT. Isso atraiu bastante. Foi muito interessante ver isso.”³⁰⁴

Sua constituição de trabalhadores, oriundos da Maré e com alguma relação com a militância em movimentos sociais e no PT, atraía muitos a retornar para a entidade com alto grau de engajamento político, numa perspectiva ligada às lutas por direitos sociais universalistas e, em alguns casos, anti-sistêmicos. Na medida em que o engajamento político militante vai perdendo espaço, cada vez mais se aproximam pessoas meramente interessadas em um trabalho, ou na perspectiva de voluntariado tradicional e, em muitos casos, na síntese de ambos.

O CPV é um espaço central para a retroalimentação do CEASM. Tinha em seus quadros um contingente considerável de professores militantes de esquerda (ainda que não majoritário) que demarcavam politicamente uma série de disputas em relação aos rumos do CEASM, num horizonte contrário aos princípios particularistas que guiavam hegemonicamente a entidade. Boa parte dos colaboradores atraídos pela entidade acabavam possuindo algum grau de relação com os movimentos sociais e/ou PT. Isto, principalmente, nos primeiros seis anos da entidade. Contudo, após sucessivas derrotas do “grupo dos

304 Entrevista com X.

insurgentes”, esta tendência, que já não era hegemônica, torna-se ainda mais residual. A partir de 2005, paulatinamente, as pessoas que se aproximam da entidade são avessos às discussões políticas de fundo. O traço militante vai perdendo lugar e cada vez mais a noção de voluntariado se aprofunda. Esta mudança é expressa pelo entrevistado X,

“Essa relação PT e ONG é o CEASM. Num momento em que estava em disputa o PT, é o momento que se disputa o CEASM. No momento que ganha uma determinada forma do PT ver a sociedade e tal, não é mais ou menos caso, mas é próximo, que você vai ter não mais a disputa de projeto no CEASM, porque aí o projeto PT ganhou.”³⁰⁵

A relação entre o processo de transformismo ideológico do PT rumo à ordem se dá em consonância com o engessamento da disputa ideológica que se travava no CEASM. A desmotivação e desilusão frente ao governo Lula por parte de um grupo repercutiu na avaliação inicial de que o CEASM era um projeto político-pedagógico em disputa. Os que deixaram de crer nessa disputa acabaram abandonando a entidade. Os que, apesar de céticos em relação à disputa, lá permaneceram, deixaram de se dedicar de forma militante aos projetos sociais e às disputas sobre a sua organização interna. Segundo o depoimento de X, “não me arrependo de nada, eu não to fazendo aqui papel de ... mas dei sustentação ideológica pro que estava acontecendo e só depois fui ver a merda que fiz. Ficou muito claro.”³⁰⁶

Assim, a tendência hegemônica, dirigida pelo grupo de Jailson, passou a aprofundar cada vez mais, mesmo nos meios informais, a noção de formação de quadros qualificados para a favela dentro dos paradigmas do particularismo sistêmico. O período inicial, marcado pela participação de um número considerável de militantes de esquerda que pregavam a necessidade de auto-organização de trabalhadores em organizações de classe, perdeu espaço.

305 Idem.

306 Entrevista com X.

Esta tendência de formar lideranças locais alinhadas ao projeto político do empresariado foi expressa pelo CEASM de forma pioneira na Maré. Nas palavras de Jailson algumas caracterizações destas lideranças são assim expressas, “para ser bolsista do Observatório, não basta ter origem popular. Os jovens devem ter inserção na comunidade e sentimento de pertencimento.”³⁰⁷

A capacidade de interagir com a comunidade a partir dos seus códigos cotidianos, mas trazendo o conhecimento da universidade, é parte fundamental do sucesso da ONG, por isso, a relação entre o Observatório de Favelas e o CEASM é muito importante. Em artigo na revista *Época*, é expressa a considerável quantidade de universitários entre os quadros da entidade, “Uma das exceções foi Marielle Franco, que ainda voltou para ajudar. Estudante de Serviço Social na PUC, integra o time de **90 universitários (grifo meu)** que trabalham no Ceasm.”³⁰⁸

Os projetos sociais locais têm sua eficiência medida de acordo com a capacidade de enraizamento na favela. Isto porque a orientação divulgada pelo Banco Mundial e FMI é que haja participação ativa da sociedade civil, reconhecida na ação das empresas e cidadãos, direcionada para as políticas públicas, em que estes “atores sociais” seriam os novos protagonistas. Algumas diretrizes básicas eram pontadas, em 1997, pelo Banco Mundial: *1) ampliação dos canais de avaliação das políticas públicas; 2) incentivo a organização local; 3) descentralização da prestação de serviços; incentivo à responsabilidade e competição.*³⁰⁹

As figuras locais mais proeminentes são cobiçadas pelas ONGs. No caso do CEASM isso se

307 http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=1256

308 <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG63932-6014,00.html> - 23/04/2004 - 15:34 | Edição nº 310 .

309 Ver Adriana Almeida Sales de Melo, Os Organismos Internacionais na Condução de um Novo Bloco Histórico in *A Nova pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*.

dá também num caráter de qualificação acadêmica destes quadros locais. De acordo com a entrevista, Jailson afirma, “(...) participo de discussões sobre como aprofundar o trabalho do CEASM na Maré e, ao mesmo tempo, contribuir com a formação de novos agentes sociais. Temos o desafio de estimular que os jovens da Maré permaneçam engajados nos projetos sociais locais.”³¹⁰

Há um forte esforço institucional em definir as prioridades dos projetos sociais (em geral a partir de um levantamento de dados bem definido) assim como de assegurar uma execução dos projetos de modo que os mesmos tenham real repercussão na comunidade, o que contribui para que a população possa assimilar os elementos mais fundamentais da pedagogia da hegemonia. Os intelectuais formados devem ter características, de certa forma, ligadas a idéia de polivalência, como expresso na teoria organizacional empresarial. Segundo entrevista de Jailson, “(...) investir na formação de quadros, capazes de circularem em diversos espaços sociais com competência e consciência social.”³¹¹

O espaço social é como se fosse indistinto, o que passa a idéia de que deve haver livre trânsito entre as diferentes classes sociais. À opressão é atribuída como causa a ausência de informações, a falta de solidariedade e a uma abstrata desumanização. Entretanto, pouco é dito sobre suas determinações sociais. A tradicional flexibilidade nas relações humanas no processo de convencimento da população local é perfeitamente associável aos preceitos do trabalho flexível e desregulamentado. Os sujeitos, nessa ótica, devem estar adequados aos diferentes espaços. Acrescenta-se a isso que as lideranças locais são concebidas como portadoras de uma “consciência social”, coisas de que certos princípios devem nortear as

310 <http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/expandir.fbb?codConteudoLog=1079>

311 <http://www.goldeletra.org.br/DceContentPrint.aspx?secao=6&materia=34>

ações. Há a repolitização do discurso dos líderes locais, em sintonia com a construção de uma subjetividade que não conflitue com os desígnios da reprodução ampliada do capital.

O Observatório de Favelas, independente do CEASM, mas muito relacionado com este, tem objetivos claros de manter relação de complementaridade com o CEASM na construção destas lideranças locais formadas e preparadas para os seus projetos sociais.

“O Observatório de Favelas/Rio de Janeiro nasceu como um desdobramento do Centro e tornou-se uma organização juridicamente independente. Atua no “(...) campo da pesquisa, da formação de quadros técnicos e da reunião de informações sobre espaços populares.”³¹²

A formação destes quadros locais é delineada a partir de produção teórica bem variada, dedicada aos elementos simbólicos, particularmente à cultura local. Já apresentei anteriormente que existe uma determinada apropriação do pensamento de Bourdieu na proposta pedagógica do CEASM. Sobre o processo de formação de quadros, a contribuição de Gramsci também é reivindicada e se ressalta a importância do convencimento, Jailson descreve rapidamente as orientações formativas para seus agentes sociais,

“Gramsci defende a idéia que devemos atuar tanto no campo da política quanto no campo ideológico. Não adianta usar a força para impor o conhecimento. As pessoas devem se sentir convencidas e participantes o processo de produção de conhecimento. Assim, cada vez mais qualificadas poderão aprimorar sua competência de articulação, organização e formulação.”³¹³

Cada liderança formada teria como papel não abandonar suas vivências locais, mas sim ressignificá-las de acordo com os objetivos educacionais dos projetos sociais. Reafirma-se aí a tese de que a solução sairá da favela, pela própria favela, numa mobilização calcada no

312 <http://www.goldeletra.org.br/DceContentPrint.aspx?secao=6&materia=34>

313 Juventude e Educação a Caminho dos Sonhos: a experiência do pré-vestibular comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM, p. 49.

voluntariado. A memória é uma rica matéria prima para que estes quadros possam contribuir na formação da identidade cidadã proposta pelo CEASM. Dedicados a levantar a história dos moradores, do processo de construção da Maré, dos modos de vida, estes universitários reúnem um acervo de grande importância para a difusão da chamada cultural local, almejando fortalecer ainda mais a coesão e a sensação de pertencimento à entidade. Segundo o documento do CEASM em parceria com a ONG Care,

“Outro projeto que envolve alunos e ex-alunos é o que trata da Memória da Maré. Jovens estudantes de História, Biblioteconomia, Arquivologia, entre outros cursos, todos ex-alunos do CPV, participam de ações de pesquisa, recuperação e arquivamento de documentos que tratam de fatos históricos da Maré tornando-os públicos para a comunidade. Já no Programa Criança, universitários e recém-formados atuam dando aulas, desenvolvendo atividades de arte, educação, monitoramento e de avaliação.”³¹⁴

A dedicação destes quadros não é considerada como restrita ao âmbito acadêmico, ou empregatício. Ela se reveste de um engajamento político, uma abnegação individual em favor da coletividade. Há, portanto, um reprocessamento da idéia de militância com alguns traços da perspectiva do voluntariado. O quadro local formado deve estar bem treinado e convencido da importância de se engajar em projetos sociais, inclusive, em outras comunidades. O caso do ex-aluno do CEASM ilustra este princípio,

“A inserção não ocorre apenas em projetos desenvolvidos pelo CEASM, mas em ações de outras organizações da comunidade e em iniciativas desenvolvidas pelos próprios alunos. Uma dessas situações é vivenciada por Fábio Douglas, estudante de Filosofia da UERJ e ex-aluno do CEASM, que integra a direção da Creche Comunitária da Nova Holanda. Além de conciliar estudo e trabalho, ele dedica importantes horas do seu tempo na elaboração de projetos que garantam a sustentabilidade da creche, bem como em levar novos conhecimentos para a qualificação do atendimento feito pelos educadores.”³¹⁵

314 Idem,. p. 21.

315 Juventude e Educação a Caminho dos Sonhos: a experiência do pré-vestibular comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM, p. 22.

Essa relação se manteve bem intensa no período de hegemonia do grupo de Jailson a frente do CEASM. A pesquisa universitária como subsídio para os projetos sociais, em que o levantamento de dados, a partir de lideranças locais, se exercia de forma mais eficiente, inclusive, do que as ações de órgãos do Estado, ou empresas que atuassem na região. O “Projeto Censo Maré 2000: Quem Somos? Quantos Somos? O que fazemos?”, em amplo sistema de parceria com o BNDES, a Prefeitura do Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, o Instituto Pereira Passos – IPP e a Escola Nacional de Ciências e Estatística – ENCE, “(...) gerou a construção do maior banco de dados do país sobre um conjunto de favelas.”³¹⁶ Tendo a participação de moradores na coleta de dados, além da colaboração das associações de moradores e outras entidades locais, tal pesquisa conseguiu se utilizar muito bem da mobilização local para os seus objetivos. Segundo o documento do Censo,

“(...) a fim de constituir o Conselho de Desenvolvimento da Maré que permitirá um planejamento estratégico público e local. O Conselho, quando se materializar, será um instrumento importante para definir o encaminhamento de ações que beneficiem, de forma efetiva e prolongada, a população local, otimizando-se os recursos públicos e privados.”³¹⁷

A ação dos moradores no levantamento de dados proporciona um êxito, propiciado pela capacidade de inserção dos agentes censitários e a parceria com as entidades locais, permite um panorama mais preciso da realidade da Maré, fornecendo informações precisas para as ações do Estado e das empresas. A isso Jailson chama de políticas públicas, como pode ser visto em sua entrevista,

316 Ver Censo maré 2000: Quem somos? Quantos Somos? O que fazemos?

317 Idem.

“Da coleta de informações ao monitoramento das políticas públicas, o que se espera dos bolsistas do Observatório num futuro próximo é a capacidade de refletir, desenvolver e executar políticas públicas: “Queremos investir na formação de um quadro de pesquisadores, envolvidos em atividades intelectuais.”³¹⁸

Essa capacidade de pesquisa bem desenvolvida sobre a favela, na perspectiva gramsciana de Estado ampliado, favorece as intervenções na favela, a partir da relação entre os aparelhos privados de hegemonia e o aparelho estatal nas políticas públicas, ou seja, nas suas formas coercitivas e de convencimento. A mensuração da miséria, das formas de organização local e as tendências relacionadas à violência, educação, saúde e questão fundiária são apenas alguns dos fatores levantados pelo censo, cruciais para as ações de empresas e do aparelho estatal nas políticas públicas.

O CEASM se fortalece com esta relação, tendo a partir de seus líderes muita autoridade para discutir os rumos da favela e angariar apoios nos seus projetos sociais. As entidades financeiras patrocinadoras sabem que o arco de pessoas atingidas e a intensidade da repercussão do projeto na comunidade pode garantir notoriedade publicitária com a divulgação dos projetos pela grande mídia. O que o CEASM, aliás, fez muito bem. Uma série de projetos sociais obteve grande repercussão, proporcionando expressão para as empresas apoiadoras. No caso da Light, como já apresentado, com o projeto Rede de Atendimento da Light (RAL-Maré), a mobilização de moradores no convencimento de seus vizinhos sobre a necessidade de se legalizar o consumo de energia permitiu o controle da inadimplência, sem que houvesse melhoria na prestação de serviço de energia elétrica.

318 http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=1256

Toda essa mobilização empreendida pelo CEASM na formação de novas lideranças locais se fortalecia com argumentações que desacreditavam as organizações classistas e as formas de mobilização em prol de direitos universalistas, e mais que isso, uma sociedade alternativa ao capitalismo. O pessimismo em relação à militância partidária e em movimentos sociais não deixa de ser uma forma de desestimular os jovens em relação a estas organizações. Jailson mostra esse discurso em sua entrevista,

“Com o esvaziamento do movimento estudantil, comunitário, operário e católico que marcaram as décadas anteriores, restou pouco espaço para a formação de militantes apartidários. O coordenador do Observatório Jailson Souza, vê esperança de formar quadros militantes na série de pré-vestibulares comunitários que se espalham por aí. Uma militância pelo exercício efetivo da cidadania. “Os pré-vestibulares podem despontar nesse sentido. Para isso, eles não podem apenas formar candidatos para as vagas nas universidades e deixar a comunidade. “É preciso envolver todos eles.”³¹⁹

O passado militante do núcleo fundador do CEASM na Igreja Católica, no movimento comunitário e no partido político, no caso o PT, que, afinal, permitiu o surgimento da organização agora é tido como uma etapa esgotada. Este discurso de desvalorização dos movimentos sociais e dos partidos políticos como alternativa de mobilização coletiva em torno de direitos sociais é a pedra angular de fortalecimento das ONGs, em que muitos jovens adequam as suas aspirações de mudança social a uma intervenção muito mais ligada a uma postura administrativa. A colaboração entre segmentos indistintos é a tarefa primordial a ser feita. O conflito na favela é considerado uma consequência da má administração e da baixa estima dos jovens. Bastaria um choque de educação e persistência (individual) para que as mazelas da pobreza fossem superadas.

A formação de quadros locais intelectualizados se dá, portanto, dentro das ações institucionais do CEASM, conforme um processo de conquista subjetiva dos jovens para uma identidade territorializada, de acordo com uma concepção de cidadania definida aos moldes do particularismo social-liberal. No entanto, de acordo com as tensões internas entre

319 http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=1256

diferentes grupos, os defensores dos aspectos institucionais, e os “insurgentes” militantes de esquerda, produziram-se contradições em que se forjaram quadros dedicados aos projetos sociais, mas também dedicados aos movimentos sociais, numa perspectiva universalista. Não é nosso objetivo quantificar aqueles que se engajaram nos movimentos sociais, mas cabe ressaltar apenas a existência de um campo de mobilização interno ao CEASM, capitaneado principalmente por alguns professores do CPV, que se dedicavam a formação de militantes de esquerda, o que afetava profundamente a relação política construída em relação ao CEASM por parte daqueles que se engajavam em seus projetos sociais.

Apesar disso, hegemonicamente, as postulações do grupo de Jailson, tinham peso muito mais considerável na formação dos jovens que passavam pelo CEASM. A mobilização de quadros locais se dá pelos projetos sociais, mantendo uma relação de continuidade, construída a partir de uma relação de pertencimento ao CEASM. O ingresso como aluno em algum projeto, em geral, se desdobra em participações destes jovens em outros projetos, tendo como ápice o CPV. O ingresso na universidade e o engajamento, como colaborador nas ações sociais do CEASM, em consonância com uma relação com a pesquisa na universidade, qualificam estes quadros, além de reforçar o elo com a instituição. A mobilização institucional do CEASM, em parceria com o Observatório de Favelas, forma um trabalho sistematizado de quadros intelectualizados, dedicados aos dilemas da favela.

Ao se engajarem na universidade e como voluntários os parâmetros de militância eram reconfigurados. As pesquisas universitárias focalizadas sobre a favela, os projetos sociais do CEASM e outras ONGs conformavam a noção de transformação social dentro da ordem social burguesa.

O diálogo desenvolvido pelo CEASM com a universidade, até 2007, ano da saída do grupo de Jailson, permitiu um amplo campo de reflexões, que permitiram não só a execução de ações sociais, mas o aperfeiçoamento dessas ao plano concreto da realidade específica da

Maré e outras favelas. Esses quadros intelectualizados, qualificados pela universidade e centros de pesquisa como o Observatório de Favelas engendram um novo padrão de produção de conhecimento e organização política.

O pioneirismo do CEASM não pode ser compreendido se não for considerado o desenvolvimento da sociedade civil, de forma a se expandir a socialização da política, principalmente após a abertura política. Apresentei, contudo, que este processo se inicia bem antes, no caso das favelas com a expansão dos aparelhos privados de hegemonia, principalmente a partir dos anos 1950, da Igreja Católica nas favelas, das associações de moradores, de ações humanitárias subsidiadas pelos Estados, amparadas por formulações dos organismos internacionais, como os Peace Corps, o trabalho de base do PCB, tendo amparo do desenvolvimento da pesquisa universitária. A constituição do território favela, devido a sua instabilidade, enquanto espaço social da pobreza sujeita à repressão também se efetivou de maneira a englobá-la às diretrizes do consenso.

O histórico no Brasil de um cenário político duramente marcado pelo autoritarismo do regime militar, e governos institucionais cerceadores dos preceitos básicos da democracia liberal, fez com que a sociedade civil, principalmente na constituição do território favela, fosse ainda limitada até os anos 1980. A democratização faz explodir todo o acúmulo de lutas sociais travadas na favela, em que os aparelhos privados de hegemonia, de forma ainda incipiente, se confrontavam. Como apresentado, a Igreja, juntamente com as políticas públicas de Estado, além das associações de moradores e o PCB tateavam seus projetos políticos estratégicos. Será a partir da socialização da política, construída, principalmente, a partir da reabertura política controlada pelo empresariado, que estes aparelhos privados de hegemonia vão se dedicar a estratégias cada vez mais refinadas de disputa e convencimento.

A recomposição do bloco histórico a partir da década de 1990, em torno dos princípios neoliberais, vai unificar a burguesia em torno da pedagogia da hegemonia. A responsabilidade

social, preceito ideológico dominante neste processo, construído a partir da formação de intelectuais orgânicos burgueses e da organização política do empresariado a partir de seus aparelhos privados de hegemonia como o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, são parte fundamental deste novo bloco histórico.³²⁰ Supera-se a visão da filantropia para o ativismo solidário particularista, em que a cidadania é construída por empresas e cidadãos de maneira indistinta e o público é redefinido como espaço de produção de valor. Nessa lógica, a necessidade lideranças capazes de formular e dirigir suas bases sociais é parte decisiva da manutenção da hegemonia.

O esgarçamento dos laços de solidariedade devido o crescimento da miséria, exige cada vez mais mecanismos que forneçam amparo às bases da governabilidade. A educação que esses multiplicadores reproduzem, assenta uma comoção em torno do consenso da responsabilidade social, permitindo a estabilidade social. As reformas sociais de reajuste do aparelho estatal necessárias ao novo padrão de desenvolvimento do capital, nos marcos do neoliberalismo de Terceira Via, necessitam de espaços de convencimento na sociedade civil que os legitime.

A formação de uma camada de favelados ilustrados dedicados à pesquisa e a ação social de convencimento também se relaciona à transformação aguda do PT. O seu processo de adesão ao programa político e aos métodos da ordem burguesa carregam consigo um forte poder de conversão para este mesmo caminho sobre outros aparelhos privados de hegemonia. A síntese entre a ligação com o PT e os movimentos sociais locais engendra uma capilaridade entre os moradores diferenciada. Uma síntese que outorga ao CEASM grande autoridade. Uma simbiose bem encaixada no projeto de sociedade petista, que paulatinamente se converteu em um hábil executor das políticas de favorecimento ao grande capital. O PT talvez seja a versão

320 Ver André Silva Martins, Estratégias Burguesas de Obtenção do Consenso nos anos de Neoliberalismo da Terceira Via in A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.

partidária de um novo padrão de dominação, que se alicerça na relação com os movimentos sociais e na formação de novas lideranças locais referenciada no pensamento social-liberal, assim como o CEASM que, bem relacionado com os movimentos sociais, se apresenta enquanto um aparelho privado de hegemonia sintonizado a expansão do convencimento pró-sistêmico.

A presente pesquisa conclui que estes quadros intelectuais formados pelo CEASM, em sua maioria, possuem um nível de formação ideológico comprometido com a perspectiva de mudança social, ainda que dentro da ordem. As reflexões acadêmicas são parte deste processo, forjando uma sistematização científica dos elementos subjetivos e objetivos que assentem a coesão social em torno dos preceitos da governabilidade, ou seja, a estabilidade para reprodução ampliada do capital.

Capítulo V – Conclusão

O esforço de análise da presente pesquisa buscou contribuir para a compreensão da ONG CEASM nas suas atribuições políticas e educacionais na favela da Maré. Na tentativa de compreender o fenômeno de multiplicação deste tipo de organização, especificamente sobre as favelas, apresentei um panorama sobre a constituição desse território, e suas organizações políticas. O CEASM deverá ser entendido como parte de um legado histórico muito amplo, extravasando a explicação rasa, que atribuí às ONGs nada mais que a abnegação de seus indivíduos pela *responsabilidade social* e a *inclusão*. Há mais coisas em jogo. Por isso, propus um resgate histórico da favela, entendido como parte da luta de classes, na tentativa de restabelecer os nexos entre a sua formação e as transformações no capitalismo no Brasil e no mundo. Tal esforço, de certo, não foi capaz de responder plenamente tamanhas questões, contudo, o esboço explicativo buscou analisar a historicidade da favela, suas formas organizativas internas, até chegar aos elementos históricos formadores do CEASM, para aí poder compreender, de fato, a gênese de suas ações.

A organização da dissertação seguiu orientação teórica do materialismo histórico, utilizando categorias desenvolvidas por Gramsci. A centralidade de algumas de suas categorias como *sociedade civil*, *hegemonia*, *consenso*, *aparelhos privados de hegemonia*, também tornou necessário o resgate das distintas apropriações de alguns termos, principalmente de sociedade civil. Este conceito, largamente utilizado pelo senso comum, se tornou fundamentação teórica para ONGs, de acordo com as postulações de Anthony Giddens. Tive que distinguir as apropriações do termo ao longo da história, até chegar à definição que defendo baseado na contribuição de Gramsci.

A discussão sobre a sociedade civil é analisada como inserida no processo da luta de classes. As formas de sociabilidade são o exercício permanente desse conflito, expresso pelos

aparelhos privados de hegemonia, e vivido nas suas esferas políticas, culturais, econômicas e sociais. O contexto histórico geral considerado é o capitalismo, que vai da ascensão do keynesianismo, sua crise em fins da década de 1970, o estabelecimento do neoliberalismo a partir da década de 1980, e a sua inflexão social-liberal, experimentada no final da década de 1990, mantida atualmente.

Dentro desse contexto, a sociedade civil no Brasil é desenvolvida, ou seja, suas vias de participação política são multiplicadas, engendrando maior complexidade no manejo da dominação de classe. O sufrágio universal, e todas as formas de expressão da democracia formal liberal, chegam ao Brasil no século XX. no entanto, mediadas pela subjugação imperialista. O caráter subalterno do Brasil, em que se mantinha dependência frente aos interesses dos EUA, dentro das disputas típicas da Guerra Fria, acabou por cercear a participação política e a ampliação da democracia formal. Algo, aliás, condizente com o histórico do Brasil, marcado por mudanças sociais organizadas por setores restritos da elite, sob regime de dependência política e econômica em relação aos países centrais.

A favela, território dos trabalhadores urbanos, tem seus meios de participação política construídos dentro desse processo contraditório de instalação da democracia formal no Brasil. Seis fases podem ser delineadas: a primeira se refere ao período dos anos 1880 até 1930. A política higienista guiava as ações públicas de controle da pobreza na favela com o predomínio da coerção. A Igreja Católica mantinha ações filantrópicas residuais e as formas de organização dos moradores eram ainda incipientes.

No segundo momento (anos 1930-1964), a Igreja Católica era o grande centro de influência na favela com suas ações filantrópicas, executadas pela Fundação Leão XIII e Cruzada São Sebastião. O remocionismo ainda se mantinha como um forte preceito nas políticas públicas, no entanto, se mesclava ao reconhecimento da favela como parte da cidade, sendo mantidas relações políticas com as lideranças locais. É o período de formação das

associações de moradores e de crescente influência do PCB, principalmente no final da década de 1940. A universidade teve papel importante neste período aprimorando o levantamento de dados e a análise, casando os aspectos qualitativos com os quantitativos.

A terceira fase (1964-1978) foi marcada pelo recrudescimento das restrições à liberdade política e perseguição sobre os líderes comunitários. Apesar disso, aprofundou-se, até o início da década de 1970, considerável articulação e amadurecimento político das associações de moradores, ainda mantendo forte resistência ao remocionismo e em defesa dos direitos democráticos. A militância perseguida pelos militares encontrou refúgio na favela, já que os sindicatos, o movimento estudantil e os camponeses estavam sendo desbaratados pela ditadura empresarial-militar. Este é o período em que ocorre forte crescimento populacional das favelas, o que trouxe ainda maior necessidade de controle político institucional.

O quarto momento (1978-1989), no calor da abertura política, teve o protagonismo das associações de moradores, das comunidades eclesiais de base próximas ao marxismo e da formação do PT, garantindo um expressivo alargamento da sociedade civil com a proliferação de aparelhos privados de hegemonia como um todo e na favela. A discussão em torno do tema democracia teve distintas apropriações, desde a cidadania liberal, até a noção anti-sistêmica. A transição democrática se deu cadenciada pelo empresariado, receoso das proporções que as lutas sociais pudessem tomar. A fundação do PT agrupava essas organizações dentro da perspectiva classista, gerando uma disputa por hegemonia que teve o seu ápice nas eleições de 1989. O PT, a partir das mobilizações sociais, obteve grande projeção nacional com um programa político classista e anticapitalista, no entanto, sua derrota eleitoral demarcou uma inflexão programática para a ordem. A burguesia brasileira iniciou a articulação de suas entidades representativas de classe, alinhando-se às projeções neoliberais internacionais expressas na organização de entidades como o Instituto Liberal. Após derrota de 1989, os aparelhos privados de hegemonia nas favelas acompanharam este processo transformismo, abandonando o passado de lutas sociais universalistas por pautas setorializadas.

Concretiza-se o quinto período (1990-1998), marcado pela instalação do neoliberalismo. Privatizações, arrocho salarial, desregulamentação do fluxo do capital financeiro, desmonte das políticas públicas sociais, em favor de programas baseados em prestação de serviço de empresas privadas. Há o aumento exponencial da miséria em favor da especulação financeira e depreciação do parque industrial brasileiro com o novo padrão de competição de mercado. Os aparelhos privados de hegemonia da favela se convertem à lógica da responsabilidade social, defendidas pelo empresariado nas suas organizações de classe.

Este é o período chave de expansão das ONGs, tendo como figura pública o ex-marxista Herbert de Souza, o Betinho. Este modelo de organização ganhou popularidade entre o empresariado e a classe trabalhadora. As associações de moradores, os setores mais críticos da Igreja Católica, o PT passam a dividir espaço com as ONGs, numa relação de complementaridade. O transformismo ideológico que se operava nas organizações tradicionais da favela cristaliza-se em novo padrão de organização coletiva na ONG.

O último período, do qual o CEASM é parte, é de 1998 até os dias atuais. Há a atualização do ativismo neoliberal para os padrões do social-liberalismo. O capital social se torna um dogma, de modo que os elementos subjetivos são incorporados, enquanto mercadoria, ao consenso de forma ainda mais sistemática. A nova pedagogia da hegemonia se consubstancia ao orientar a subjetividade à adequação ao padrão produtivo flexível, marcado pelo desemprego, informalidade e precarização do trabalho, perda de direitos sociais e o esgarçamento do tecido social com a ampliação da violência.

As continuidades e rupturas produzidas por este processo conturbado de ampliação da sociedade civil são encarnadas no CEASM, garantindo a relevância de seu estudo. Sua condição exemplifica com vigor a condição de *novo* aparelho privado de hegemonia da favela, dedicado a um novo padrão de consenso. Esse novo consenso é estabelecido sobre os seguintes preceitos: 1) *individualismo como dogma moral*; 2) *necessidade de manutenção da*

coesão social sobre os preceitos do capital (já que o exército de mão-de-obra reserva tomou proporções preocupantes), isto é, a chamada governabilidade; 3) controle local, construído pelos habitantes locais; 4) mobilizar a sociedade civil (no sentido da Terceira Via) para as reformas sociais de mercado; 5) conformismo perante as seqüelas sociais da pobreza (ausência de serviços públicos de qualidade, desemprego, baixos salários, violência).

O CEASM se coloca como parte destas organizações dispostas a divulgar e convencer para este novo consenso da Terceira Via, contudo suas especificidades se formam contraditoriamente. Destaco os elementos básicos de sua estrutura:

1) territorialidade; 2) formação de quadros intelectuais; 3) relação com o meio acadêmico; 4) relação com o PT; 5) quadros oriundos dos movimentos sociais e do PT.

As particularidades da Maré são também parte dessa dialética formadora. Cada luta travada em suas palafitas, cada mutirão para a construção de casas, cada resistência contra os ataques da polícia, cada mobilização político-cultural garantiu as mediações para a constituição dessa entidade. O CEASM se apropria desta identidade forjada e busca *inventar* o cidadão “mareense”, coesionando a favela em torno do reconhecimento de sua própria história. Suas iniciativas ligadas ao resgate da memória como o Museu da Maré buscavam a institucionalização da identidade do morador, passando de favelado da Maré, para *cidadão* do *bairro* Maré. A opressão contra os habitantes da favela é reconhecida no âmbito da simbologia, desgarrando a reprodução da vida de determinações sócio-econômicas ligadas à luta de classes. A pobreza e a violência urbana seriam conseqüências do preconceito contra o morador da favela.

Este apelo à comunidade, de acordo com o histórico da sociedade civil no Brasil, é a síntese das aspirações da Igreja Católica, o seu trabalho de base nas favelas, junto às pesquisas científicas às favelas e a militância de esquerda. Estes elementos, ressignificados para o novo

consenso da Terceira Via, mostraram-se de acordo com as mais novas orientações do Banco Mundial: mobilizar a coletividade local para o âmbito individual.

O fato de ser formado por quadros locais reafirmava o diferencial do CEASM. Pertence, assim, a uma geração de ONGs que não se enquadra na condição de agente externo, sem relação com a realidade local. É atribuída à entidade a autoridade de pertencer àquele território e poder estabelecer diálogo com a população de igual para igual. Tem a capacidade, a partir de seus próprios quadros fundadores, externalizar pedagogicamente a encarnação do *self made man*. O fato de terem conseguido chegar à universidade, atingindo *status* intelectual e material forja um elo de comunhão local bem sólido. O elemento subjetivo, o sonho, a possibilidade de transformação social dentro da ordem capitalista são bem sedimentados nessa territorialização do CEASM. A favela deixa de ser o descaminho da barbárie para ser a solução. Forja-se uma nova noção sobre o território-favela. A sua *legalização*, enquanto parte indissociada da cidade, obscurece ideologicamente a percepção da exploração capitalista, garantindo o refugio da democracia liberal aos moradores com ares de conquista. O mareense é este cidadão que perde direitos sociais.

A formação de quadros intelectuais para o engajamento nos projetos sociais, recortada pelo aspecto territorial acima descrito, é mais um traço pioneiro do CEASM. Bem alicerçado perante a comunidade, com projetos sociais articulados, tendo como fim a universidade, são parte de uma fórmula bem azeitada da formação de lideranças locais para reproduzir o consenso. Mostrei que este processo se deu contraditoriamente, pois a inércia de um passado de lutas ligado ao PT e aos movimentos sociais se manteve, o que engendrou disputas entre os colaboradores, diretores e professores. Uma parte dos quadros do CEASM defensora do transformismo ideológico, abandonou as lutas por direitos sociais e um sociedade socialista, enquanto outros (em geral professores do CPV) se mantinham atrelados à idéia de combate à ordem capitalista. Apesar da disputa, institucionalmente, o CEASM se colocou bem sintonizado aos preceitos da Terceira Via.

A relação com o meio acadêmico é um dos mecanismos de formação de quadros do CEASM. O CPV prepara os moradores para o ingresso à universidade, que logo depois retornam à entidade como colaboradores no CEASM ou nas suas pesquisas junto ao Observatório de Favelas com farta quantidade de bolsas garantidas por empresas e fundações. Estes jovens dedicam-se à pesquisa acadêmica exercendo a condição de lideranças locais, e em dia com a produção acadêmica que sustenta a prática do CEASM. Jailson de Souza era peça fundamental para isso, pois estabelecia este elo, apresentando todo o conhecimento produzido pela intelectualidade ligada à teoria do capital social, na perspectiva de que o marxismo estaria empiricamente superado.

O apesar do grupo fundador do CEASM ter abortado a idéia de um núcleo de base do PT para construir o CEASM, a relação dos membros da entidade com este partido não se encerrou. Mostrei o quanto o PT freqüentou as páginas do jornal O Cidadão, principalmente na figura de Adilson Pires (neste período inicial com alguma identidade classista expressa nos textos do então vereador petista). A conversão do PT a partido da ordem teve implicações internas sobre o CEASM, fazendo desabar as esperanças daqueles que achavam que o CEASM poderia ser uma ONG diferente. Os espaços internos da entidade se fecham para a livre discussão e a relação com o PT se limita cada vez mais aos gabinetes, e menos às mobilizações de rua. O bom relacionamento de membros do CEASM com PT ajudaram na conquista notoriedade e acesso a apoios financeiros. Interessante observar que na medida em que o PT perde seu caráter militante e passa a reproduzir as mesmas práticas dos partidos tradicionais, o pragmatismo do CEASM se acentua e a vinculação com o PT muda. A condição para manter relação com a entidade é a disposição para construir parcerias público-privadas, não havendo, assim, restrições a outros partidos. A relação com o PT segue o calendário eleitoral, assim como com outros partidos.

Este processo de conversão ideológica do PT levou muitos membros do CEASM para o conformismo, mas não todos. Isso garantiu mais uma característica própria, incomum em

ONGs tradicionais: a existência de militantes de esquerda disputando a entidade, se expressando, inclusive, no seu veículo de informação. Detalhei as motivações das polarizações ocorridas no interior do CEASM e a tensão produzida por estes “insurgentes” por uma ONG *diferente*. O cotidiano e a autonomia relativa dos projetos sociais, principalmente do CPV, permitiam vozes dissonantes às da direção majoritária. Isto influenciou a formação de muitos que entraram na universidade, e não se alinhavam às postulações de Jailson, mas à militância em movimentos sociais e partidos políticos de esquerda.

As contradições na formação do CEASM refletem ao turbulento processo de construção da nova pedagogia da hegemonia. Este educar para os novos parâmetros de sociabilidade, para o padrão *flexível* de produção, responde à urgência por controle das conseqüências da massificação da miséria e esgarçamento do tecido social produzidos pelo neoliberalismo.

Essa nova educação, vista na teoria do capital social, fomenta o conformismo em relação a precarização da vida e o desemprego. A subjetividade humana, seus aspectos emocionais, psicológicos passam a ser trabalhados sistematicamente por essa nova ramificação da educação reproduzida e desenvolvida pelo CEASM.

A proposta pedagógica do CEASM, expressa nas “redes sócio-pedagógicas”, sistematizam bem detalhadamente esse apeço pela ascensão social e conformismo ativo através da aquisição de atributos educacionais e capital cultural. O voluntariado é o meio mais característico do engajamento no CEASM, que curiosamente, se entrelaça ao passado militante, mas se nega a praticá-lo, propondo superá-lo. O voluntariado se entranha mesmo entre aqueles que recebem bolsas, afinal, a dedicação à entidade é fruto da forte relação construída nos projetos sociais que experimentaram.

Concluo afirmando que a colaboração de classes se encontra muito bem estruturadas nesta rede de novos aparelhos privados de hegemonia territorializados, representados aqui pelo

CEASM. A conversão das entidades classistas à ordem burguesa, a unificação do empresariado em torno do princípio da responsabilidade social e a consolidação das ONGs como “nova militância”, geraram a um novo patamar de consenso, superior ao experimentado no período de neoliberalismo *clássico*, tendo à frente Fernando Henrique Cardoso.

O CEASM é um dos pioneiros no exercício do ethos empresarial na favela de forma ativa, sendo reconhecido como a “nova esquerda”. Uma geração de jovens universitários que executa os ditames de mercado, ressignificando o passado de lutas sociais para um ativismo político voltado para o padrão flexível de produção. Este fenômeno chamado CEASM ecoa em favelas do país inteiro e se consolida como o modelo de organização coletiva mais dedicado e efetivamente bem sucedido pra o capital nos últimos tempos.

Bibliografia

AGENTES DE PASTORAL NEGROS & GRUPO DE REFLEXÃO SOBRE NEGROS E INDÍGENAS. *Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Crescimento e crise*. Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.

ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

_____. 1995. *Balanço do Neoliberalismo*. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo, Paz e Terra.

ANDRADE, Sinésio Jefferson. *Memória Musical da Maré: o desafio etnográfico a partir da história oral*. . Comunicação para o VII Encontro Regional Sudeste de História Oral, 2007.

ANDRADE, Tatiana. *A Relação Estado / Sociedade Civil: Um estudo sobre a implementação de políticas sociais no bairro Maré a partir da atuação do CEASM*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Sentidos do Trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

BACHELARD, Gaston. *O materialismo racional*. Lisboa, Ed. 70, 1953.

BADARÓ, Marcelo. *Reorganizando em Meio ao Refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

BONFIM, Talma Alzira. *O Cape em nossas vidas: a visão de um grupo de alunos, ex-alunos e colaboradores sobre um curso pré-vestibular gratuito*. Dissertação de Mestrado, Ribeirão Preto/SP: USP, 2003.

BRENNER, Robert. *A Crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à Depressão?*. In: Revista Outubro, nº 3. São Paulo: Xamã, 1999.

BOURDIEU, Pierre. 1990. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense.

_____. 2004. *Escritos de Educação*. Vozes, Petrópolis, 2004.

_____. 1994. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel.

CANÁRIO, Rui (2002). Escola – crise ou mutação? In: Nóvoa, António (dir.) *Espaços de Educação, Tempo de Formação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, PP. 141 – 151.

CANCLINI, Néstor G. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia* – Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.*

COCUGLIA, Afonso Celso & NETO, Francisco de Melo (orgs). *Educação Popular: outros caminhos*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1999.

CUNHA, Luis Antônio. *Educação, Estado e Democracia*. São Paulo, Brasília, Niterói: Cortez, Flacso, Eduff, 2005. 5ª edição.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Capital Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo, 2006.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa Participante*. São Paulo, Cortez, 1989.

FACINA, Adriana, LEONARDO, MC. *O Funk no Contexto da Criminalização da Pobreza* in www.brasildefato.com.br.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Editora Universidade de Brasília, 2001.

FICO, Carlos. Ibase – *Usina de Idéias e Cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

FONSECA, Dirce Mendes da. *O Pensamento Privatista em Educação*. São Paulo, Papirus, 1992.

FONTES, Virginia Maria. *Reflexões Im-Pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2005.

_____. *A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980* In LIMA, Júlio & NEVES, Lúcia (orgs) *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1974.

_____. 1989. *Ação Cultural para a Liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

JUNG, Taiana. *História e Trajetórias de um Bairro Chamado Maré*. Comunicação para o VII Encontro Regional Sudeste de História Oral, 2007.

GARCIA, Joana. *O Negócio do Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 1978.

_____. 1980. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. s.d. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo, Círculo do Livro.

_____. 2001. *Cadernos do Cárcere: os intelectuais: o princípio educativo; jornalismo*. V. 1 e 2. 2 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

_____. 2001. *Cadernos do Cárcere* 3 .ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v.2.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Classes, Raça e Democracia*. São Paulo, Editora 34, 2002.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs). *A Invenção das Tradições*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2002.

ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escolas*. Petrópolis, Vozes, 1973.

JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo, 1ª Edição, Editora Cortez, 1989.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal*. Coleção: Questões de Nossa Época, v. 63, São Paulo, Ed, Cortez, 1997.

LIMA, Luiz Gonzaga. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis, Vozes, 1979.

MAGGIE, Yvonne. *Os Novos Bacharéis: a experiência do pré-vestibular para negros e carentes*. Novos Estudos Cebrap, n. 59, 2001.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006

_____. 2006. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo, Boitempo.

MEDEIROS, Bianca Freire, CHINELLI Filippina. *Favela e Redes Solidárias: Formas Contemporâneas de Mobilização e Organização Popular no Rio de Janeiro* in *Latin American Urbanization in the Late Twentieth Century: A comparative study*.

MÉSZAROS, István. *A Teoria da Alienação em Marx*. São Paulo, Boitempo, 2006.

_____. 1993. MÉSZAROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: Ensaio de negação e afirmação*. Editora Ensaio, São Paulo.

MOTTA, Vânia C. *Ideologias do Capital Humano e do capital Social: da integração à inserção e ao conformismo* in *Trabalho Educação e saúde*, v. 6n. 3, p.549-571, Nov. 2008/fev. 2009.

MOURA, Eliana. *A Interdisciplinaridade na Construção da Cidadania Feminina: experiência*. 2008.

NASCIMENTO, Alexandre do. *Reflexões sobre o Pré-Vestibular para Negros e Carentes*. Rio de Janeiro, Mimeo, 1998.

_____. 1999. *Movimentos Sociais e Cidadania: um estudos sobre os cursos pré-vestibulares populares*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação/UERJ. Rio de Janeiro.

NEVES, Lúcia Maria W. (org). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital pra educar o consenso*. São Paulo, Editora Xamã, 2005.

OLIVIERI, L. *A importância histórico-social das redes*. In: *Manual de redes sociais e tecnologia*. São Paulo: CONECTAS/Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. 1998. *Os Direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Vozes, Petrópolis.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. *Pré-Vestibulares em Porto Alegre: na fronteira entre o público e o privado*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação/UFRGS. Porto Alegre, 2007.

PINTO, André. *Reflexões sobre a Sondagem de Opinião de O Cidadão: o jornal comunitário' do bairro Maré*. http://www.alaic.net/VII_congresso/nivel_2.html

_____. 2001. *Jornal O Cidadão: Um jornal Comunitário na era da globalização*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro 2001 - <http://www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST1/LilianFesslerVaz.pdf>

RODRIGUES, José. *Os Empresários e a Educação Superior*. Campinas, Autores Associados, 2007.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Paz e Terra, São Paulo, 2008.

SANTOS, César Augusto Pereira dos. *Projeto Laboratório Fuvest*. Associação Cultural Síntese, 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SARAIVA, Alex. SILVA, Anna. OLIVEIRA, OLIVEIRA, Natália. PINTO, Phablo. NUNES, Renato. *Maré de Leituras: Programa de incentivo à leitura no Complexo da Maré e Caju, no Rio de Janeiro, para uma nova conscientização ambiental através da contação de histórias*. <http://www.revistacrb7.org.br>

SILVA, Claudia. *Maré: a invenção de um bairro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais – PPHPBC/Fundação Getúlio Vargas Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. – CPDOC, 2006.

SILVA, Eliana S. *Ampliando Futuros: O Curso Pré-Vestibular Comunitário da Maré Trabalho*. Fundação Getúlio Vargas Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea - CPDOC Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais - PPHPBC Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais.

SINTUFRJ. *Universidade para Trabalhadores: pré-vestibular SINTUFRJ*. Rio de Janeiro, Mimeo, 1996.

SOUZA, Renata. *O Cidadão e o Complexo da Maré*. http://serv01.informacao.andi.org.br/-79c2f01_115d80a527a_-7fde.pdf

SOUZA, Marcelo. *O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento* In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

TENÓRIO, Fernando G. *Gestão Social. Metodologia, Casos e Práticas*. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

TOURAINÉ, Alain. *Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático*. Bauru, São Paulo, EDUSC, 1998.

VALLADRES, Lícia. *A Invenção da Favela: do mito de origem favela.com*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

VAZ, Lillian. SELDIN, Claudia. *Resistências e Experiências Culturais*. Comunicação oral. <http://www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST1/LilianFesslerVaz.pdf>

VICENZI, Leticia. *Educação como Capital Humano: uma análise crítica*. Rio de Janeiro, 1983.

VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

WEISZFLOG, Walter. *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. Melhoramentos, São Paulo.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

WOOD, Ellen. *O que é a Agenda “Pós-Moderna?”* in: Em Defesa da História: Marxismo e Pós-Modernismo. Ellen Meiksins Wood & John Bellamy Foster (orgs). Ed. Jorge Zahar, 1999.

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs). *Um Século de Favelas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2003.

Fontes:**1) Periódicos****1) Grande Imprensa**

- Jornal Estado de São Paulo. Terça-feira, 3 de Setembro de 2002, 17:23 Online; Complexo da Maré pede passagem no palco;
<http://www.estadao.com.br/arquivo/arteelazer/2002/not20020903p2149.htm>

- Guia da Semana Online:

http://www.guiadasemana.com.br/Sao_Paulo/Artes_e_Teatro/Noticia/Ivaldo_Bertazzo.aspx?ID=38047

- Entrevista com Jailson Souza e Silva / Jornal do Brasil - Caderno B (09/09/03)

- Revista Época; 23/04/2004 - Edição nº 310; Educação:
<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG63932-6014,00.html>

- Agência de Notícias Iets, 19 de março de 2003: http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=1256

- Revista IPHAN, 10/11/2007:

<http://www.memoriaviva.org.br/default.asp?id=19&ACT=5&content=407&mnu=18>

- Revista Problemas Brasileiros, nº 365, set/out, 2004.

2) Imprensa das ONGs, Universidades e outras entidades

- Jornal "O Cidadão": 1997/2009.

- Artigo de Jailson no Observatório de Favelas: http://www.otrabuco.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=55408

- Informativo Trimestral da LAMSA ano 7 - nº 27.

- Relatório Anual CARE Brasil 2004.

- Site da Tottal Marketing: http://www.tottalmarketing.com/descricoes_noticia.php?go=4&index=7353&PHPSESSID=aa15886c483576a0e7663e929a84c17a

- Portal Energia Hoje:

<http://www.energiahoje.com/brasilenergia/noticiario/2004/02/01/268844/esperanca-aos-moradores-da-mare.html>

- Revista Terceiro Setor, 19 de maio de 2006:

<http://arruda.rits.org.br/rets/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=4&dataDoJornal=1148050822000>

- HACER – Hispanic American Center for Economic Research. Artigo de [Christian Science Monitor](http://www.hacer.org/current/Brazil047.php): <http://www.hacer.org/current/Brazil047.php>

- Revista Z Cultural - Ano IV - Número 2 - Abril 2008/Julho 2008:
<http://www.pacc.ufrj.br/z/ano4/2/galeria.htm>

PVNC. *Carta de Princípios do Pré-Vestibular para Negros e Carentes*. Rio de Janeiro, abril de 1999.

_____. *Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Site Institucional*. Disponível em:
<http://pvnc.sites.uol.com.br/documentos.htm>

- Materiais de Apoio Passo 1. Empreendedorismo Social. Adaptado do The Meaning of Social Entrepreneurship by J. Gregory Dees: Fonte:
<http://www.gsb.stanford.edu/csi/SEDefinition.html>

- Artigo de Francal Feiras:

http://www.francal.com.br/web/codigo/noticias_detalhe.asp?noticia_id=1635

-Artigo sobre a moda na Maré. <http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?noticia=5684360&canal=291>

- arquivo virtual sobre a favela

<http://www.favelatemmemoria.com.br>

3) Documentos de Governo

- Resumo das Audiências Públicas da Comissão de Políticas Públicas da Juventude da ALERJ, 29 de fevereiro de 2000:

www.molon.com.br/imagens/anexo_25_0215183811.doc

- Banco Interamericano de Desenvolvimento. *A Política das Políticas Públicas: progresso econômico e social na América Latina*. Relatório 2006. David Rockefeller Center for Latin American Studies Harvard University. Campos, 2007

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), artigo O Comunidade Solidária: uma estratégia de combate à fome e à pobreza:

www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp12/parte2.pdf

- Boletim de Serviço da Universidade Federal Fluminense. ANO XXXII - Nº 179 23/10/2002.

- Texto do Projeto de Lei Nº 1327/2000, que considera de utilidade pública o CEASM:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro99.nsf/4d633dd91fb4d668832567040007dd93/e570d239b9d6dfc803256895005a2ad3?OpenDocument>

- Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM. Projeto Adolcentro: uma estratégia de atuação junto a adolescentes e jovens dos espaços populares.

4) Documentos do CEASM e trabalhos de seus participantes

VARELLA, Drauzio & IVLDO Bertazzo & BERENSTEIN, Paola. *Maré, vida na Favela. Rio de Janeiro, Casa da palavra, 2002.*

_____. *Listagem dos alunos aprovados – 1999/2004.* Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Controle de frequência dos alunos do CPV-Maré - 1998/2004.* Rio de Janeiro, 2004.

_____. *Colegiado de Coordenadores e Diretores do CEASM: ampliação da participação e a consolidação do poder legítimo.* Seminário de Planejamento e Organização do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. Rio de Janeiro, junho de 2003.

_____. *“Censo Maré 2000 – Quem somos, quanto somos e o que fazemos”.* A Maré em dados. Rio de Janeiro: CEASM, 2003.

_____. *Valores Primordiais do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré.* Rio de Janeiro, agosto de 2002.

_____. *Jornal o Cidadão. Projeto político na forma de pré-vestibular.* Rio de Janeiro; ano IV; nº 19; abril/2002.

_____. *Projeto de captação de recursos para o CPV-Maré.* Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Jornal o Cidadão. Jovens na Maré ingressam na Universidade.* Rio de Janeiro; ano II; nº 3; fevereiro/março: 2000.

_____. *Ata de fundação do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré.* Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1997.

Artigo de Jailson de Souza e Silva in Rede Social de justiça e direitos humanos:

Artigo de Eliana Souza e Silva. Revista RIO DE JANEIRO: TRABALHO E SOCIEDADE - Ano 2 - Nº 3: <http://www.social.org.br/relatorio2003/relatorio026.htm>

II) Entrevistas:

Realizadas pelo autor

6 funcionários
1 ex-aluno

Realizadas por outros pesquisadores

Jailson Souza e Silva. A Elionalva Sousa e Silva. 2006
Eliana Sousa e Silva. A Elionalva Sousa e Silva. 2006

PANDOLFI, Dulce. GRYNSZPAN, Mário. *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas), 2003.

Entrevistas Publicas

- Entrevista com Jailson no Observatório de Favelas em 2005:

http://www.observatoriodefavelas.org.br/noticias_antigas/noticias/4364.php?id=4364

- Entrevista com Jailson de Souza e Silva:

http://ww1.anamatra.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=19889&btImprimir=SIM

- Entrevista de Jailson de Souza e Silva para a ONG Gol de Letra (28/04/2004):

<http://www.goldeletra.org.br/DceContentPrint.aspx?secao=6&materia=34>

- Verso Brasil, Entrevista com Jailson de Souza e Silva (24/02/2006):

<http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/expandir.fbb?codConteudoLog=1079>

- Portal O Globo, entrevista com Jailson de Souza e Silva, 29/06/2005:

<http://oglobo.globo.com/projetos/cidadao2005/168845896.asp>

- Entrevista de Seu Augusto Ribeiro da Silva, 74 anos, um dos primeiros moradores da comunidade Rubens Vaz, na Maré:

<http://www.favelatemmemoria.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2&infoid=120>